

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

MÁRCIO SANTOS DE SANTANA

PROJETOS PARA AS NOVAS GERAÇÕES

Juventudes e relações de força na política brasileira (1926-1945).

São Paulo

2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

PROJETOS PARA AS NOVAS GERAÇÕES

Juventudes e relações de força na política brasileira (1926-1945).

Márcio Santos de Santana

Tese apresentada ao Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de Doutor em História.

Área de concentração: História Econômica

Orientação: Profª Drª Esmeralda B. B. de Moura

São Paulo

2009

SUMÁRIO

RESUMO/ ABSTRACT.....	5
INTRODUÇÃO.....	6
O “triunfo da juventude” e a incerteza conservadora.....	12
Juventude: terminologia e “idades da vida”.....	15
Conjuntura histórica brasileira: pressupostos e forças políticas.....	23
Capítulo I. Juventude, Questão Social e a agonia do Estado Liberal.....	36
1.1 – Delimitações, questionamentos e diretrizes teóricas.....	36
1.2 – Tramas e tensões em torno da Questão Social.....	47
1.2.1 – A virada da Questão Social.....	54
1.2.2 – Reparos na teoria liberal.....	65
1.2.3 – O perigo das “idéias exóticas”.....	71
1.2.4 – O socialismo reformista.....	78
1.3 – O Código de Menores e a agonia do Estado Liberal.....	81
1.3.1 – As razões da oposição ao Código de Menores.....	87
1.3.2 – As estratégias de oposição dos industriais.....	95
Capítulo II. A Juventude Comunista: um projeto de transformação.....	103
2.1 – A estruturação da organização juvenil.....	107
2.2 – Uma radiografia dos militantes.....	113
2.3 – O problema do financiamento das atividades.....	118
2.4 – A imprensa e a propaganda.....	127
2.5 – A doutrinação.....	132
Capítulo III. Congressos para a juventude.....	141
3.1 – A juventude e sua força modernizadora.....	147
3.2 – Os soldados da revolução vermelha: perfis rebeldes.....	159
3.3 – A divulgação do congresso: estratégias e conexões.....	165

Capítulo IV. Juventude e preservação da tradição: a AIB e a Organização dos Plinianos.....	172
4.1 – A retórica missionária e o papel das novas gerações.....	174
4.2 – A estrutura de poder e a juventude.....	178
4.3 – A Ação Integralista no espaço público.....	182
4.4 – A imprensa integralista e os debates sobre pedagogia.....	185
Capítulo V. Juventude e limites do controle corporativo.....	191
5.1 – Diretrizes para um novo regime político.....	192
5.2 – O sistema educacional como Aparelho Ideológico do Estado.....	198
5.3 – A Juventude Brasileira: formação e impasses.....	205
5.4 – A UNE e as tentativas de controle do mundo universitário.....	214
CONCLUSÃO.....	226
FONTES.....	233
BIBLIOGRAFIA.....	244
ANEXOS.....	251

RESUMO

A primeira metade do século XX foi marcada por uma profunda alteração no tratamento dado à Questão Social. O Estado assumiu a gestão do problema alterando a maneira de lidar com o segmento pobre da sociedade. A gradual transição de um Estado Liberal para um Estado Corporativo, iniciada na década de 20, foi um marco na intervenção na área social.

Forte engenharia social teve início no Brasil nessa época. À direita ou à esquerda do espectro político, grupos plenamente constituídos buscaram na juventude a força social renovadora. Esta tese analisa as disputas pelo controle do poder no Brasil, especificamente a disputa pela juventude, grupo social tido como essencial para reprodução dos projetos políticos em confronto.

Palavras-chave: Juventude – Questão Social – Engenharia Social – Política.

ABSTRACT

The first half of the twentieth century was marked by a profound change in the treatment given to the Social Question. The state took over management of the problem by changing the way of dealing with the poor segment of society. The gradual transition from a Liberal State to a Corporate State, started in the decade of 20, was a mark in the intervention in social problems.

Strong social engineering began in Brazil at that time. To the right or left of the political spectrum, fully formed groups sought to force the youth social novel. This thesis analyzes the dispute for control of power in Brazil, specifically the dispute for youth, social group considered essential for replication of the projects in political confrontation.

Keywords: Youth – Social Matter – Social Engineering – Politics.

INTRODUÇÃO

Domingo, 7 de abril de 1929. Nesse dia, o jornal *O Estado de São Paulo* trazia um corriqueiro anúncio dos filmes que estariam em cartaz nos cinemas da cidade (Anexos, página I). Uma dessas chamadas tem substancial importância, pois anuncia um drama de título sugestivo: *Juventude Inquieta* (*Restless Youth*, 1928), do cineasta Christy Cabanne. Contudo, a obra cinematográfica em questão pode gerar uma falsa idéia com relação à concepção hegemônica de juventude naquele momento histórico.

A condição juvenil, assim como os jovens, não são os mesmos no transcorrer da primeira para a segunda metade do século XX. Após as convulsões sociais dos anos 60, cujo marco simbólico insubstituível é o Maio de 68 francês, houve ascensão progressiva de um dado entendimento sobre a juventude e seu papel social. Contemporaneamente, o enquadramento recebido pela juventude é plural, sendo ora considerado como uma fase da vida, ora como um complexo cultural ou ainda mediante o entrecruzamento dessas duas perspectivas. Nesse sentido, a juventude seria um momento da vida com características bem específicas: dinamismo, autonomia, ousadia, em suma, detentora de imenso potencial de transformação do real. Malgrado a existência de setores imensos da sociedade que não enxergam na juventude tais predicados, a concepção anteriormente descrita é hoje hegemônica.

Retornemos à propaganda veiculada n'O Estado de S. Paulo. Do que trata *Juventude Inquieta*? Trata-se da trajetória de uma jovem, Dixie Calhoun, a personagem principal, após ter sido expulsa do colégio em razão de longa ausência das aulas. O enredo é mais ou menos como segue: após a expulsão, Dixie consegue um emprego num escritório de advocacia, assessorando o jovem advogado Bruce Neil, por quem logo se apaixona. Certo dia, seguindo os protocolos sociais, o rapaz a leva para conhecer seu pai, o também advogado e procurador distrital John Neil que, por infeliz coincidência, é o presidente do conselho de administração do antigo colégio da moça. A melodramática trama está urdida: o pai pressiona a moça para romper o relacionamento e assim evitar a ruína de uma recém estabelecida e promissora carreira. Realizados os intentos

paternos, Dixie se dirige até uma agência de empregos onde é assediada pelo escriturário. Tentando escapar da violência sexual, acerta-lhe um golpe certeiro que o mata. Acusada de homicídio, ela se vê novamente na incômoda situação de antes: Bruce a defende no processo em que seu pai é o responsável pela acusação!

Esse desenrolar de acontecimentos comporta elementos que nos permitem captar, por assim dizer, a sintonia fina de uma época. O questionamento feito no anúncio é crucial para a compreensão dos valores culturais em curso naquele momento histórico: “Até que ponto a sociedade permite as doidices de uma ‘flapper’ moderna? Mas que importa a sociedade hipócrita se há o amor que perdoa e esquece?”

A garota petulante (flapper) do filme é assim caracterizada porque seus modos de conduta rompem com os padrões éticos admitidos pela sociedade. A aceitação de um destino e de um papel social previamente idealizado e, como desdobramento natural disso, a reprodução eterna desse paradigma, ditariam a conduta protocolar a ser seguida por Dixie, personagem que podemos tomar como uma alegoria da mulher naqueles tempos. À jovem mulher, como estabelecia o discurso da época, cabia apenas o aprendizado para se tornar uma perfeita dona de casa, mãe e esposa.

Historicamente, a mulher tem seu espaço social restrito ao universo do lar. Discurso recorrente, entoado publicamente em diversos momentos da história, tanto no Brasil quanto no mundo afora, pregava que as funções das mulheres se restringiam à esfera privada da vida. Destarte, às mulheres não caberia atuação na esfera pública. Por outras palavras, até tempos nada longínquos, era negado às mulheres, no âmbito discursivo, o exercício de atividades profissionais ou cotidianas realizadas fora do lar. Com algumas pequenas variações, esse discurso era legitimado pelo Estado, sustentado por médicos e juristas, veiculado na imprensa e sacramentado pela Igreja. A imagem cristalizada de mãe / esposa / dona de casa foi uma constante na História do Brasil, sendo permanentemente revisitada por políticos de índole conservadora.¹

¹ MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do Mundo Feminino” IN: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 373-374.

Em todos os âmbitos da vida social, concorda certa vertente analítica, as mulheres eram relegadas a um papel de coadjuvantes, estando sempre à sombra e em função dos homens, e jamais como protagonistas e agentes da história. Nesse sentido, estavam relegadas ao papel de “segundo sexo”, para lembrar a célebre obra de Simone de Beauvoir. Contudo, outra vertente considera o papel feminino numa perspectiva diversa da anterior, ou seja, a mulher não é apresentada no modelo de vítima e suas ações são destacadas como práticas de resistência à cultura hegemônica que lhes relegava um papel secundário. Nessa vertente podemos lembrar o trabalho de Natalie Davies que, ao estudar o século XVI, demonstrou a capacidade das mulheres de usar a seu favor imagens negativas que lhes eram atribuídas e, além disso, mostrou como alguns grupos de mulheres alijadas do poder conseguiam autoridade através de brechas existentes na sociedade em que viviam.²

As historiadoras Marina Maluf e Maria Lúcia Mott lembram que os primeiros 30 anos do século XX foram ricos em transformações no comportamento feminino, o que teria “soado um alarme” nos contemporâneos, pois, segundo as autoras, “era muito recente a presença das moças das camadas médias e altas, as chamadas de ‘boa família’, que se aventuravam sozinhas pelas ruas da cidade para abastecer a casa ou para tudo o que se fizesse necessário”.³

Esse paradigma ideológico, amplamente disseminado entre as camadas médias e altas da sociedade, tinha sua realização inviabilizada pela realidade cotidiana de pauperização e provisoriedade encontrada no modo de vida das camadas mais baixas da população. Recaía sobre essa camada a fiscalização e a imposição de várias medidas comportamentais. Assim, relações conjugais não institucionalizadas foram alvo de muitas críticas da elite, dos intelectuais conservadores e dos clérigos. Isso se explica pela decisão das elites de “institucionalizar o amor com vistas a sustentar uma determinada ordem social, [por isso] as elites transformaram em ameaça os relacionamentos ajustados por

² SOIHET, Rachel. “História das Mulheres” IN: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 278-283; Cf. BEAUVOIR, Simone de. *Segundo Sexo*. São Paulo: Difel, 1960; DAVIS, Natalie. “As Mulheres por Cima”. *Culturas do Povo*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

³ MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. *Op. Cit.*, p. 368.

padrões mais flexíveis e simétricos, classificando de imorais as uniões cujo epílogo não coincidia com o casamento”.⁴

Inúmeros eram os entraves à emancipação da mulher. No âmbito jurídico, por exemplo, o Código Civil de 1916 dizia que a manutenção da família era responsabilidade dos cônjuges, porém para que a mulher casada pudesse trabalhar necessitaria da autorização do marido, quando não do juiz.⁵ Nos primeiros trinta anos do século 20, não só na letra da lei a situação da mulher era desvantajosa. A imprensa publicava maciçamente material onde é possível desnudar uma cultura hegemônica de secundarização do papel da mulher. A Revista Feminina trazia publicada em agosto de 1920 o seguinte excerto, um dos muitos exemplos da imprensa:

Hoje em dia, preocupada com mil frivolidades mundanas, passeios, chás, tangos e visitas, a mulher deserta do lar. É como se a um templo se evadissem um ídolo. É como se a um frasco se evolasse um perfume. A vida exterior, desperdiçada em banalidades, é um criminoso esbanjamento de energia. A família se dissolve e perde a urdidura firme e ancestral dos seus liames. ‘Rumo à cozinha!’ eis o lema do momento”.⁶

A historiografia mais recente tem demonstrado que as mulheres sempre combateram essa cultura hegemônica que lhes reservava um posto secundário na sociedade. As maneiras pelas quais lutaram contra tal situação foram diversas. De um modo geral e esquemático podemos separá-las em dois grupos, ou seja, o daquelas que a confrontaram publicamente e o das que usaram de “artimanhas” e sutilezas para se oporem à condição que as incomodava.

A secundarização social não se restringia apenas ao fator sexo, alcançando também o fator etário, envolvendo as crianças e os jovens. Às mulheres era reservado, como dissemos, o papel de “rainhas do lar”, cuja função primordial era o cuidado com os filhos, sua educação e todas as tarefas vinculadas à educação destes. As formas como se processava a dependência de crianças e jovens com relação à vida adulta é um aspecto fartamente demonstrado pela historiografia. Acompanhemos alguns poucos exemplos por meio da leitura das memórias de Jorge Americano.

⁴ Ibidem, p. 387.

⁵ Ibidem, p. 375-376.

⁶ Ibidem, p. 371-372.

As crianças se destacavam como coadjuvantes. Além de espectadores das atividades dos adultos, a criança podia ser escolhida para acompanhar uma parenta ainda moça que necessitasse sair de casa. Como fiel escudeiro, não deveria desgrudar um só minuto da pessoa. Era praxe, naquela época, que as moças não saíssem sozinhas de casa para não ficarem mal faladas pela vizinhança. A mãe também não podia sair sozinha de casa. Deveria sempre estar acompanhada de outra pessoa, geralmente uma criança ou adolescente.⁷

Adentrar a mocidade não mudava o cenário de reclusão das moças. Jorge Americano nos brinda com alguns interessantes detalhes sobre os namoros naquela época. O rapaz, “além de passar todas as tardes debaixo da janela da moça”, deveria comparecer, “uma vez por semana, ao cinema que ela frequentava”. Uma vez no local, aonde chegava com antecedência, deveria selecionar um bom lugar no salão. Quando o casal finalmente se encontrava, “olhavam-se os dois, o tempo todo, sem que dessem na vista, porque o namoro se processava através de frestas entre cabeças da gente aglomerada”. O namoro, tal como descrito pelo autor, era vivido apenas nas expectativas, pois, em nenhum momento, de fato, o casal ficava a sós.

Aos domingos, os aventureiros do sentimento iam até a Igreja para tentar a sorte novamente. Paravam na escada apenas para tirar o chapéu quando a amada passasse acompanhada pela mãe. No interior da Igreja, a peleja prosseguia, pois “cada um ia para o seu lado, em ponto estratégico, ao pé das colunas. Conforme a posição, a coluna protegia o rapaz contra os olhares da mãe, permitindo que os namorados continuassem a olhar-se”. Raros eram os que tinham a coragem de seguir a moça até em casa. Tampouco eram raras as moças que olhavam para trás quando estavam sendo seguidas por um pretendente. Contudo, quando isso acontecia, “ele retardava o passo para dar tempo a ela de entrar e chegar à janela da frente enquanto coincidia que ele passava embaixo, tirando o chapéu”.⁸

Há uma referência aos trabalhadores e ao trabalho no capítulo “Vendedores de jornais”, que nos revela um mínimo da rotina desses meninos jornaleiros, ao retratar os personagens da cidade. Como não existiam bancas, a

⁷ AMERICANO, Jorge. *São Paulo Naquele Tempo (1895-1915)*. São Paulo: Carrenho Editorial, 2004, p. 76.

⁸ *Ibidem*, p. 83-84.

distribuição dos jornais era realizada por meninos que se amontoavam – cerca de vinte ou trinta – na frente das oficinas vespertinas, aguardando o término da impressão. Quando os jornais eram liberados, “os meninos quase assaltavam os distribuidores e chegavam a esmurrar-se para obter prioridade”. Tal gana tinha uma racionalidade bem posta, pois “os que recebiam os jornais primeiro saíam correndo pelo centro e vendiam tudo depressa. Os que compunham a segunda leva saltavam para os estribos dos bondes (...) e iam gritando: ‘Diário, Platéia, Gazeta’, caminhando ao longo dos estribos”. Retirar os jornais primeiro significava vendê-los o mais rápido possível e, dessa maneira, evitar grandes deslocamentos. O dinamismo era a melhor garantia de sucesso para esses meninos.⁹

A historiografia produziu importantes registros de exemplos de ruptura com esse sistema excludente de secundarização social, haja vista ser o mesmo um modelo ideológico hegemônico nas camadas dominantes da sociedade, mas sem efeito nas camadas populares. Esses silêncios têm sido alvo de historiadores que trabalham com a história das crianças ou dos jovens.¹⁰ A inserção dos jovens ou da juventude como objeto de estudo sistemático da história ocorreu em tempos relativamente recentes. A chamada Nova História foi a responsável pela introdução deste novo domínio no âmbito da disciplina ao se concentrar nos “novos objetos”, propondo ainda “novos problemas” ou “novas abordagens” para problemas tradicionais.

Uma marcante transformação cultural, imprescindível para o aparecimento de uma história dos jovens e/ou da juventude, reside na aceleração do processo de individualização no Ocidente, bem como as complexas e variadas repercussões disso nas ciências humanas. Novos atores e papéis sociais surgem, assim como preferências, sensibilidades, modelos éticos se transformam; novas práticas e representações culturais vêm à tona, acompanhadas por situações, problemas e fenômenos econômicos que podem aparecer em razão dessas novas realidades. A análise da vida em sociedade sob diversas perspectivas, com temporalidades e recortes cronológicos distintos, além da variedade de temas e de problemas, é o efeito mais visível para a história.

⁹ Ibidem, p. 172-174.

¹⁰ Cf. DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 2 volumes.

A pesquisa histórica recente apresenta uma tendência bem nítida, explicitada por François Dosse ao demonstrar que o elemento inovador estaria no “ângulo de análise” adotado pelos estudiosos. O vínculo social, objeto seminal das Ciências Humanas, seria alvo de um novo tipo de questionamento, resultante de uma escala de análise focada nos atores sociais. Nesse sentido, as novas “alavancas metodológicas”, para usar expressão de Dosse, são encontradas no cotidiano e nas representações, uma vez que as mesmas permitem ao pesquisador observar e captar a dinâmica do processo histórico, minimizando anacronismos ou perspectivas teleológicas, cujo efeito prático na escrita da história é a impressão de que a história é roteirizada por um *deus ex machina*.¹¹

Não se trata, obviamente, de desprezar ou renegar o legado dos paradigmas históricos anteriores, tal como o marxismo, por exemplo, mas de trabalhar em perspectiva diferente. Nesse sentido, uma escrita da história diversa torna-se imprescindível. As críticas de Golo Mann são de extrema valia para a compreensão desse itinerário. Segundo sua proposição, exposta no prefácio para a tradução inglesa de *Wallenstein*, o historiador deve buscar um duplo movimento em seu exercício de escrita, combinando a narrativa dos acontecimentos com a análise desses mesmos acontecimentos na condição de onisciência. Dito de outra maneira, o historiador deve exercitar uma escrita que transmita ao seu leitor os acontecimentos do passado histórico sem negligenciar as tramas, as tensões, os impasses e as dúvidas, entre outros aspectos.¹²

O “triunfo da juventude”¹³ e a incerteza conservadora

Variadas reflexões foram elaboradas nas primeiras décadas do século XX tratando das transformações em curso. Ortega y Gasset é o autor de uma das mais importantes delas: *A rebelião das massas*. A publicação desse clássico do pensamento humanístico foi iniciada em 1926 e concluída em 1929, nas páginas do jornal madrileno *El Sol*, e em livro em 1930, abordando alguns dos temas

¹¹ DOSSE, François. *O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru, SP: Edusc, 2003, p. 435-438.

¹² Apud. BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 337.

¹³ ORTEGA Y GASSET, José. *A rebelião das massas*. eBooksBrasil, 2001, p. 106. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2291 . Acesso em: 10/11/2008.

mais essenciais para a compreensão daquela conjuntura histórica. Dentre as constatações do filósofo, destacam-se a reflexão sobre os jovens e as mulheres como novos atores sociais e, sobretudo, agentes históricos, além de demonstrar apreensão com relação aos destinos da civilização, salientando-se, nesse ínterim, a importância do Estado. O acompanhamento das idéias expostas nessa obra nos permite entender a novidade do quadro histórico em que esta pesquisa se situa. Além disso, introduz-nos nas tensões e nos impasses políticos e culturais da época, os quais reverberaram em terras brasileiras.

A juventude é enquadrada como uma das “duas parcelas de potências antagônicas” essenciais para a constituição da vida social, ou seja, os antagonismos entre masculinidade x feminilidade, de um lado, e juventude x senectude, de outro, são apresentados como força rítmica da vida. Seguir um desses elementos significa obrigatoriamente a exclusão do outro membro do par como opção. O questionamento central desse debate, para o qual o filósofo explicita a sua impossibilidade de apresentar qualquer resposta, é o porquê de certas épocas valorizarem mais a vida jovem em detrimento da vida madura e vice-versa. Qual seria a essência fundadora de tal predileção? Como explicar por que uma época “estima mais as qualidades da vida jovem, e postpõe, desestima as da vida madura, ou bem acha a graça máxima nos modos femininos diante dos masculinos”.¹⁴ O “triumfo da juventude” é caracterizado como um fenômeno novo e, por essa razão, de efeitos e duração imprevisíveis. O processo é descrito com explícita preocupação e reticência, considerando ser

surpreendente que em povos tão velhos como os nossos, e depois de uma guerra mais triste que heróica, toma a vida de repente um aspecto de triunfante juventude. Na realidade, como tantas outras coisas, este império dos jovens vinha se preparando desde 1890, desde o fin de siècle.¹⁵

As transformações em foco são profundas, com repercussões inclusive no cotidiano e nas relações sociais. Se em tempos idos “a juventude vivia preocupada com a maturidade”, a realidade contemporânea presenciada por nosso observador é bem diversa, verdadeiramente inversa, pois “a juventude parece dona indiscutível da situação, e todos os seus movimentos vão saturados de

¹⁴ Ibidem, p. 105.

¹⁵ Ibidem, p. 106.

domínio”.¹⁶ A hierarquia social e a tradição foram alvos específicos das transformações narradas. Da condição de admiradora e rígida seguidora da madureza, a juventude se converteu em produtora das diretrizes norteadoras da existência. A inversão de posições na hierarquia social ou cultural produziu uma sensação de desnorteamento e insignificância nos adultos, em dimensões fora dos padrões até então conhecidos, pois “o homem e a mulher maduros vivem quase sobressaltados, com a vaga impressão de que quase não têm direito a existir”. A única ação esboçada pelos adultos ante a nova situação foi a aceitação passiva, ou melhor, servil, para usar o termo adotado por Ortega y Gasset.¹⁷

A crescente ampliação do poder do Estado e a ascensão das massas ao primeiro plano da vida social são dois fenômenos de grande destaque no pensamento do filósofo espanhol. A preocupação deste para com as transformações estruturais de seu tempo são inegáveis, sobretudo o temor para com a rebelião das massas. Em sua concepção, não se deve entender por massas apenas os operários, mas o homem médio. Essa alteração de perspectiva é imprescindível para que se ultrapassem os estreitos horizontes de uma análise quantitativa e se alcance a envergadura de uma qualitativa. Não se trata, pois, de uma mera contabilidade de almas, mas antes uma avaliação cultural minuciosa. O homem massa é uma condição psicológica e uma postura perante a sociedade: “é a qualidade comum, é o mostrengo social, é o homem enquanto não se diferencia de outros homens, mas que repete em si um tipo genérico”.¹⁸ O alheamento perante a realidade social completa o quadro. Este tipo humano se caracteriza pela aceitação passiva de sua existência, não buscando qualquer tipo de aperfeiçoamento, seja ele econômico, moral ou de qualquer outro tipo.

Malgrado a preocupação com todas essas transformações já descritas, o grande temor de Ortega y Gasset, no entanto, recai sobre o avanço do tamanho e do poder do Estado. O advento do homem massa potencializa tal perigo. O Estado, tal como a ciência, é regido por um paradoxo constitutivo, ou seja, os mesmos princípios de excelência que garantiram o seu desenvolvimento seriam aqueles que estavam ameaçando a sua constituição e, por extensão, a sociedade

¹⁶ Ibidem, p. 108.

¹⁷ Ibidem, idem.

¹⁸ Ibidem, p. 19.

como um todo. A especialização das funções estatais permite, ao menos em tese, uma melhora na qualidade das ações implantadas pelo Estado. Entretanto, a especialização afasta o Estado da sociedade, situação que eleva ainda mais o seu poderio.

O agravante nesse processo reside no novo papel das massas, ou, por outra, reside na sua rebelião. Outrora um papel secundário e anônimo bastaria para contentar as massas. Porém, tal não era a realidade presenciada por Ortega y Gasset, uma vez que as massas passaram ao primeiro plano da vida social, ocupando lugares de destaque. No bojo desse processo, veio atrelada a superação da democracia liberal, entendida pelo filósofo como o exercício da política por pessoas especiais, completando o leque de problemas que se relacionam com a temática desta tese. A nova configuração democrática comportava problemas, especialmente por conta da suposta desvinculação entre democracia e liberalismo, cujo fundamento era o “entusiasmo pela lei”. Em suma,

Ao servir a estes princípios o indivíduo obrigava-se a sustentar em si mesmo uma disciplina difícil. Ao amparo do princípio liberal e da norma jurídica podiam atuar e viver as minorias. Democracia e Lei, convivência legal, eram sinônimos. Hoje assistimos ao triunfo de uma hiperdemocracia em que a massa atua diretamente sem lei, por meio de pressões materiais, impondo suas aspirações e seus gostos.¹⁹

Juventude: terminologia e “idades da vida”²⁰

O conceito *juventude* tem gradativamente adquirido maior espaço em debates acadêmicos, discussões políticas, planejamento e construção de políticas públicas e nas abordagens da imprensa e mídia em geral. Estudos das mais variadas procedências têm no conceito um suporte inegável. Em alguns trabalhos aparece indicando uma faixa etária. Em outros, denominando uma representação sociocultural. Num terceiro grupo, o termo é usado para designar uma situação social.

Nesta pesquisa, o conceito *juventude* é central. A diversidade de sentidos constitui um problema para o pesquisador que nele embasar sua reflexão. Essa situação obriga a uma discussão mais acurada sobre o mesmo, visando, dentre

¹⁹ Ibidem, p. 20.

²⁰ A expressão é de ARIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

outros objetivos, não permitir evasivas no seu uso. Tal é a situação do presente trabalho, na medida em que estuda os possíveis projetos para a juventude que tenham sido discutidos e/ou implementados no Brasil num dado período. Daí advém a necessidade de uma discussão inicial sobre o conceito norteador central e, posteriormente, sobre os objetivos da pesquisa.

As humanidades reconhecem alguns termos como designativos do período de transição entre a infância e a idade adulta. No âmbito das ciências médicas é comum o uso do termo puberdade, que se refere às transformações biológicas no corpo do indivíduo. O termo adolescência é associado com frequência ao âmbito da psicologia, psicanálise e pedagogia, tendo como referencial as mudanças na personalidade, mente ou comportamento do indivíduo. A sociologia, por sua vez, faz uso do termo juventude para designar as funções sociais assumidas pelos indivíduos na sociedade.

Os termos adolescência e juventude, apesar da aparente similaridade, são dotados de sentido bem específico, perceptível através de análise que considere também seu uso cotidiano. Numa abordagem desse tipo, os termos em questão denominam fases subsequentes do desenvolvimento individual, estando “a adolescência ainda próxima da infância, a juventude mais próxima da maturidade”.²¹

O uso do termo juventude não é isento de críticas. Centremo-nos em dois conjuntos específicos delas. No entendimento de alguns, o conceito é demasiadamente generalista, carecendo de melhor definição. Nesse sentido, com muita propriedade Marcelo Ridenti lembrou que ao ser usado com um sentido amplo, como vem ocorrendo, o termo perde o seu potencial definidor. O referido sociólogo destaca, ainda, que o termo juventude “envolve vários grupos e classes sociais entre as faixas etárias da adolescência e os primeiros anos da maturidade, mas sem limites precisos de idade”.²² O segundo tipo de crítica diz respeito ao caráter supostamente ideológico do conceito. Segundo os partidários desta visão, o conceito ocultaria realidades construídas por estruturas de classe ou estratificações sociais.

²¹ GROPPA, Luís Antonio. *Juventude: Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000, p. 13-14.

²² RIDENTI, Marcelo. “Juventude”. IN: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; MEDEIROS, Sabrina Evangelista e VIANNA, Alexander Martins. *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: Idéias, Instituições e Personagens*. Rio de Janeiro: Tempo/FAPERJ/Mauad, 2000, p. 266.

É ponto consensual que juventude é mais do que uma faixa etária, pois, se assim não fosse, seria impossível a utilização do termo em casos como “Juventude Comunista”, “juventude do samba” e outros sentidos que a sociedade vai atribuindo na vivência cotidiana. Temos, então, que o critério etário é insuficiente para explicar o uso da categoria em questão, embora tal discernimento esteja sempre presente. Uma segunda possibilidade seria a de classe social. Essa, porém, é logo descartável, pois seria impensável uma classe social formada por indivíduos de uma faixa etária semelhante. Apesar de todos os esforços empreendidos em diversos setores das Ciências Humanas, as definições de juventude giram em torno de dois critérios principais, de difícil equacionamento: o etário e o sociocultural.

As informações apresentadas legitimam uma abordagem orientada pela perspectiva histórica. Isso se justifica pelo fato de que os agrupamentos nomeados ou identificados como sendo de “juventude” apresentam alterações substanciais ao longo do tempo, espaço e realidade sociocultural. Alias, é na realidade sociocultural que reside o aspecto principal da questão.

Não sendo o conceito juventude nem autoevidente, tampouco autoexplicativo, é imperativa uma minuciosa circunscrição do seu conteúdo cognitivo. Nesse sentido, o conceito em questão é designativo, nesta pesquisa, de uma determinada identidade sociocultural, vagamente orientada pela idade, mas sem qualquer rigidez, que pode ser gerada endógena ou externamente ao grupo ou força político-cultural atuante sobre o segmento etário da sociedade.

O processo de atribuição/aceitação de identidade implica em aceitação/negação de comportamentos, atitudes e concepções políticas, culturais, econômicas etc., por parte dos membros do agrupamento. Isso implica em dizer que juventude é, ao mesmo tempo, uma representação sociocultural e uma situação social.

A estratégia subjacente à criação de um agrupamento de juventude tem ligação com o critério etário, conforme falamos, pois almeja trazer para a sua zona de influência o indivíduo nos seus anos iniciais de formação e socialização, de modo a fazê-lo ver a ideologia do grupo como a mais natural possível.

A discussão teórica sobre o conceito juventude é longa e polêmica. Para as necessidades desta pesquisa, mais do que simplesmente historiar tal percurso

teórico, é primordial o esclarecimento de alguns pontos. Primeiramente, nosso objeto de estudo se refere a um complexo embate entre grupos políticos pela imposição de um projeto de juventude e as repercussões geradas no processo histórico. Assim sendo, buscamos delinear o conteúdo cognitivo atribuído ao termo pela documentação de época. A adoção de tal operação analítica permite contornar o problema da multiplicidade de significados.

No Brasil, no período estudado, não havia delimitação precisa na utilização dos termos usados quanto às chamadas “idades da vida”.²³ As fontes produzidas entre a segunda metade da década de 1920 e meados da década de 1940 demonstraram o uso restrito dos termos jovem e juventude. A imprensa usa os termos *menor* para indicar criança ou adolescente, e moço – raramente jovem –, para indicar os membros dessa faixa etária inserida entre a infância e a vida adulta.

Uma matéria intitulada “Menor imprudente” é exemplo lapidar. O texto jornalístico relata um acidente envolvendo o menino Oswaldo, então com 6 anos de idade, atropelado por um bonde, tendo como efeito o esmagamento de seu pé. Outra matéria, publicada no mesmo veículo, relata agressão sofrida por outro menor – este com 16 anos de idade – cometida por um “preto” que tentava “atirá-lo em um vagão de cargas”. Como enfrentou resistência, o agressor utilizou uma faca, na esperança de intimidar a vítima, expediente que não produziu o resultado esperado.²⁴

Nesses dois casos, além das matérias trazerem o termo menor em seus títulos, assemelham-se por outra particularidade: os protagonistas vivenciam contextos de perigo, enfrentando problemas ligados à criminalidade e que envolvem a justiça. Tal enquadramento era corriqueiro na época, ao menos nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Combate*, dois periódicos consultados. Notamos uma especialização no vocabulário, pois os termos *menor* e *menoridade* aparecem sempre nesse tipo de situação social.²⁵

²³ ARIES, Philippe. *Op. Cit.*

²⁴ “Menor agredido”. *O Estado de S. Paulo* [doravante apenas OESP], 12/10/1927; “Menor imprudente”. OESP, 3/2/1929.

²⁵ LONDOÑO, Fernando Torres. “A origem do conceito menor”. IN: DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto/CEDHAL, 1991, p. 129-145. O autor demonstra, analisando fontes variadas, o fardo negativo que recaía sobre o conceito menor, via de regra, associado a problemas de criminalidade ou carência social.

A utilização dos termos *moço* e *jovem* também apresenta confluência na imprensa, não sendo possível atribuir um campo conceitual exclusivo para qualquer um deles. Acompanhemos dois exemplos para melhor ilustrar. Em ambos os casos que serão apresentados, dois indivíduos de 24 anos de idade foram identificados ora como jovem, ora como moço.

O primeiro caso é apresentado em matéria publicada em fins de 1925. Trata-se do assassinato cometido por uma mulher de 24 anos de idade, revoltada que estava com o abandono sofrido. Seduzida pelo noivo, esperava já há seis meses pela “reparação”, fato que não aconteceu, desencadeando o ato criminoso. O outro episódio foi publicado no mesmo período. A matéria trazia a história de Paschoal Pacífico, armeiro profissional, ferido gravemente no peito enquanto examinava um revólver, procedimento inerente à sua atividade profissional. Esse jornal categorizou o protagonista da narrativa como moço.²⁶

O comportamento se repete com os termos *mocidade* e *juventude*, designativos de coletividade especificada pela idade. O termo mocidade ficara ligado à ideia de tradição, de passado e, dessa maneira, seu uso ficaria sujeito ao ônus de uma imagem estática e antimoderna. Por sua vez, de maneira inversa, o termo juventude encontraria no aspecto de renovação a sua legitimidade, pois haveria a necessidade de um termo diferente, novo, para uma nova conjuntura sociocultural: a da modernidade e seu princípio dinâmico.

O termo juventude, portanto, está sempre relacionado a uma maneira renovada de fazer política, qual seja, a política de massas. Os anos 1920 presenciaram a formação de uma sociedade de massas, acompanhada das primeiras manifestações de uma política de mesmo tipo. Nesse modo de fazer política, tentativa de atualizar a atividade quanto à nova sociedade, ocorre a

transformação de uma cultura baseada no discurso e na fala, ou seja, no papel preeminente que é simbolicamente atribuído à palavra, em uma cultura que se apoia sobretudo no papel primordial que é simbolicamente transferido à ação pura.²⁷

²⁶ “Uma jovem mata o indivíduo que a enganou”. *O Combate*, 17/11/1925; “O perigo das Armas. Um moço gravemente ferido”. *O Combate*, 10/11/1925.

²⁷ SEVCENKO, Nicolau. “Transformações da linguagem e advento da cultura modernista no Brasil”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1992. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/112.pdf>. Acesso em: 14/3/2007.

O enquadramento institucional das novas gerações foi registrado pela documentação de época, permitindo, dessa maneira, a captação da complexidade do fenômeno. Assim sendo, a atuação católica corrobora com a perspectiva ora em desenvolvimento. Em fins da década de 1920, precisamente em 1928, a Igreja Católica já atuava junto a esse segmento etário-cultural nos planos espiritual-teológico e moral, tal como se depreende da análise da pauta do Congresso da Mocidade Católica.²⁸ No entanto, em meados da década de 1930, os católicos criaram uma organização de mobilização de massas, cujo nome era Juventude Operária Católica.

A transformação cultural subjacente aos acontecimentos foi lenta e gradual, tendo se processado, portanto, numa temporalidade de longa duração, de tal modo que a imprecisão no emprego dos termos persiste, pois, em meados de 1935, localizamos novas notícias sobre a atuação da Mocidade Mariana, outro grupo cujo trabalho era direcionado aos jovens, ligado à Congregação Mariana.²⁹

No campo comunista, a Juventude Comunista tinha exatamente essa missão: ser a organização de massas dos jovens brasileiros, socializando-os no mundo do comunismo, de modo a conduzi-los à revolução, considerada como a única maneira de solucionar o problema universal da desigualdade social e da exploração do proletariado pela burguesia. Os meios utilizados para tanto têm, como premissa básica, a ação dinâmica e firme. Mesmo quando a palavra escrita é empregada, a linguagem transmite a noção de movimento e ação prática.

Os comunistas brasileiros utilizavam um conceito de juventude fundamentado pela idade. Documentação do agrupamento juvenil – relatórios e resoluções – diferenciam crianças e jovens, fornecendo especificação etária. A diferenciação era tão bem estabelecida que os dirigentes da Juventude Comunista cogitaram criar uma Organização de Jovens Pioneiros, que realizaria seu trabalho político junto às crianças.

Em 1929, no I Congresso da Juventude Comunista, a montagem da nova organização entrou em pauta. A resolução final estabelecia que o projeto dos Pioneiros era “uma tarefa a realizar na medida das nossas possibilidades”. O principal entrave para a criação da nova organização seria a pobreza dos

²⁸ “O Congresso da Mocidade Católica”. *OESP*, 16/6/1928.

²⁹ “Mocidade Mariana”. *OESP*, 16/6/1928.

militantes. Sem recursos econômicos seria impossível a ação política, ideia implícita na justificativa. Num primeiro momento, ficou decidido que seria criada uma seção infantil no Centro de Jovens Proletários.³⁰

No Brasil, o enquadramento institucional das gerações mais jovens teve no escotismo o seu modelo ideal, de tal maneira que vários elementos estruturais foram copiados por outras organizações. O agrupamento foi criado em 1907 por Robert Baden Powell (1857-1941), um ex-coronel do exército britânico, com base na experiência do colonialismo, “do qual tira não só o uso do uniforme, mas também muitos princípios e o próprio espírito de aventura que o inspira, e organizando de forma quase militar, o movimento escoteiro teve amplo sucesso e difusão mundial”.³¹ Os princípios éticos básicos exigidos do integrante estão sintetizados na promessa feita no momento de seu ingresso: "Prometo pela minha honra fazer o melhor possível para: cumprir meus deveres para com Deus e minha Pátria; ajudar o próximo em toda e qualquer ocasião; e obedecer a Lei Escoteira".³² Honra, lealdade, amizade, solidariedade e amor ao próximo, cortesia, obediência, disciplina, alegria, respeito à natureza, respeito à propriedade e harmonia com o próprio corpo são as exigências éticas que o escoteiro deveria seguir, conforme o estabelecido na Lei Escoteira.

A disseminação de ações estatais na vida social e econômica foi um marco da primeira metade do século XX. Os temores de Ortega y Gasset se materializaram na experiência totalitária que varreu o Velho Mundo. Esse período foi profícuo também na produção de organizações que tinham o jovem como objeto de cooptação e mobilização. O advento dos regimes totalitários na Europa foi importante catalisador e unificador desses dois processos. Vários países europeus, sobretudo Alemanha, Itália e URSS, criaram organizações para inserção da juventude na política. Nesses países, as organizações eram parte do aparelho de Estado. No que concerne ao enquadramento institucional das gerações, levaram o processo ao ápice.

³⁰ Relatório dos trabalhos do I Congresso. Federação da Juventude Comunista do Brasil (doravante FJCB), Rio de Janeiro, 26/3/1929. Mais adiante analisamos alguns aspectos do Centro de Jovens Proletários, enfatizando as exigências – inclusive etária – para ingresso.

³¹ CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 520-521.

³² União dos Escoteiros do Brasil. Lei e promessa. Disponível em: < http://www.escoteiros.org/Programa/valores/lei_e_promessa.htm>. Acesso em: 30/01/2008.

Na Alemanha nazista foram criadas a Juventude Hitlerista, as Jovens Virgens e a Liga das Moças Alemãs. Na URSS, nas sendas abertas pela Revolução de 1917, foram criadas três instituições, a saber: a Liga Vermelha dos Combatentes da Frente, a União da Juventude Comunista e os Pioneiros Vermelhos. A Itália fascista, por seu turno, pode ser tomada como um caso paradigmático, pois foi o país pioneiro nesse tipo de ação. O corporativismo, um dos pilares essenciais da ideologia, justifica o caráter exacerbado que o fenômeno alcançou no país.

A especificidade do caso italiano, tal como apresentada, obriga-nos a pontuar alguns pormenores. Diversas organizações se formaram durante a vigência do regime, apresentando periódicas alterações de estrutura e jurisdição. A *Giuventú Universitária Fascista* (GUF) agremiava estudantes universitários, homens ou mulheres, entre 18 e 28 anos de idade. Essa organização era chefiada por Carlo Scorza e era mantida sob controle direto do partido do governo, tendo sua existência se confundido com a do regime. As crianças e jovens do sexo masculino e feminino entre 6 e 18 anos de idade eram o alvo da *Opera Nazionale Ballila* (ONB). A *Fasci Giovanili di Combattimento* (FGC) agremiava os jovens entre 18 e 21 anos que não estivessem mais na escola, com a finalidade de manter uma força reserva de recursos humanos para o partido e para a milícia do governo. Por fim, a *Giuventú Italiana Del Littorio* surgiu em outubro de 1937 e absorveu a ONB e FGC, para extinguir a rivalidade entre as organizações.

As atividades propostas pelas organizações aos seus integrantes eram variadas. A ONB e a GIL, por exemplo, ofereciam conferências propagadoras e educativas aos seus integrantes. Aos domingos, eram ministrados treinamentos sobre o uso de máscara de gás. Economia doméstica, costura, dança rítmica e canto coral eram outros cursos oferecidos. Cursos como esqui, equitação, esportes náuticos e artesanato variado faziam parte do leque de opção em certos estabelecimentos. Eram celebradas competições esportivas nacionais e locais que envolviam diversos esportes.³³

³³ TANNENBAUM, Edward R.. *La experiencia fascista. Sociedad y cultura en Itália (1922-1945)*. Madrid: Alianza Editorial, 1972, p. 164-165.

De um modo geral, as atividades esportivas, a atividade militar e a educação formaram um tripé básico de sustentação da ação fascista entre a juventude. As tarefas de socialização eram complexas. Organizações como a GIL e a ONB as exerciam de forma indireta, de modo a conseguir melhores resultados. Com essa intenção “cinco ou seis vezes ao ano, nas festividades fascistas, algum funcionário pronunciava um discurso durante 10 minutos, porém a doutrinação abertamente política não era a função principal dos grupos juvenis”. Contudo, “mais importante era a experiência de formar parte de uma organização de massas e submergir nela a individualidade de cada um durante várias horas todas as semanas, assim como durante as excursões especiais no verão”.³⁴

Conjuntura histórica brasileira: pressupostos e forças políticas

O cenário político da Primeira República foi tomado de assalto por ideias reformistas, bem como por outras francamente revolucionárias. Podemos sintetizar o consenso intelectual a respeito do Brasil, na época, da maneira como segue. O país não havia atingido o estágio civilizacional pleno, com exceção de alguns poucos enclaves. O povo brasileiro, além de majoritariamente analfabeto e refratário à cultura superior, não possuía uma constituição biológica plena. Desse diagnóstico negativo resultaria o julgamento de que

a nação brasileira nascia com o desafio de minimizar os efeitos das duas manchas que se confundiam: a doença do analfabetismo com o despreparo da população para a nova sociedade emergente, e a debilidade física de um país, distanciado em muito dos padrões mínimos de saúde, condenado a um ambiente insalubre, fruto da irresponsabilidade pública.³⁵

Os últimos anos da década de 1910 foram importantes para a transformação da sensibilidade pública para o tratamento da Questão Social, sobretudo pela ação de políticos oposicionistas.³⁶ Os anos 1920, portanto, podem ser considerados como os do despertar de setores da intelectualidade e da elite

³⁴ Ibidem, p. 165.

³⁵ BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: Os renovadores e a política educacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1992. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/112.pdf>. Acesso em: 2/12/2005.

³⁶ NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/ EDUSP, 1974, p. 28.

política e econômica do Brasil para o problema da modernização, o que implicava no combate de dois problemas nevrálgicos. De um lado, era urgente desenvolver econômica, social e culturalmente o país, de modo que o “atraso” em relação aos “países civilizados” fosse superado ou ao menos que o problema fosse amainado. Por outro, era preciso salvar a nacionalidade brasileira – então considerada como excessivamente degradada – por meio da regeneração do povo, projeto de motivação eugênica.³⁷

No decorrer da primeira metade do século XX, sobretudo na conjuntura inaugurada pela Grande Guerra, o mundo foi palco – e o Brasil não permaneceu ileso nesse processo – de transformações radicais na maneira como os governantes lidavam com a chamada Questão Social. O Tratado de Versalhes (1919), do qual o Brasil foi signatário, determinava a adoção de normas relacionadas à organização e regulamentação do trabalho. O Estado assumiu o papel de gerenciador do problema, não apenas na intermediação das negociações entre empresários e trabalhadores, mas também em áreas como educação, saúde, assistência social, além de outras. Dessa maneira, a pobreza e os demais problemas associados passaram a ser vistos como um “desequilíbrio de natureza estrutural”, resultado do desenvolvimento do capitalismo nacional.³⁸

Como elemento de máxima importância, a Questão Social oculta outro problema central para o Brasil: o da inserção de novos atores sociais nas tramas políticas. Por mais variadas que fossem e, por conseguinte, aparentemente não possuíssem qualquer ponto de intersecção, as tramas encerravam nítido sentido, a saber: o do esgotamento de um arranjo sócio-político excludente e elitista, em vigor durante todo o primeiro período republicano, caracterizado como um “esquema decididamente espoliador que está na raiz de nossa sociedade”, conforme análise de Antonio Cândido, cujo efeito seria o bloqueio das “transformações socioeconômicas sem as quais os regimes políticos não mudam na essência”.³⁹

³⁷ PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 35, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0141999000100017&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 16/06/2008.

³⁸ NAGLE, Jorge. *Op. Cit.*, p. 29-31.

³⁹ CANDIDO, Antonio. Prefácio. IN: CRUZ COSTA, João. *Pequena história da república*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. III.

Tomando a assistência social como objeto de análise, devemos lembrar que, a partir do último quartel do século XIX, houve uma profunda alteração estrutural no modelo em vigor. O início do século XX foi acompanhado pela gradual hegemonia do modelo filantrópico, que era cientificamente orientado, ao contrário do modelo anterior, o de caridade, mantido pela Igreja e fundamentado no espírito cristão. No entanto, não podemos pensar numa total substituição de um modelo por outro, uma vez que o ritmo das transformações não foi tão radical. A bem da verdade o processo foi gradual e as influências foram mútuas, de tal modo que

a caridade, confrontada com uma nova realidade econômica e social, foi absorvendo objetivos e táticas da filantropia, como a 'prevenção das desordens' por exemplo; a filantropia, por sua vez, não abandonou inteiramente os preceitos religiosos.⁴⁰

No mundo do trabalho, particularmente no trabalho industrial, o movimento operário atuou de maneira incessante, especialmente a partir da década de 1910, pressionando as autoridades públicas a reconhecerem a negociação coletiva e a elaborarem uma legislação de proteção ao trabalhador. No correr dos anos essas transformações foram implantadas, senão em todo ao menos em parte, malgrado as resistências apresentadas por setores empresariais, além das limitadas ações do poder Legislativo federal na elaboração dessas leis.

No período posterior à Revolução de 1930, com as reformulações na estrutura e no papel do Estado, bem como no reordenamento entre os três poderes da República, houve a consolidação de uma conjuntura de regulamentação do trabalho. O deslocamento do poder decisório do Legislativo para o Executivo, acompanhado de forte pressão política e legal do Ministério do Trabalho sobre o patronato, respaldado pelo apoio das novas lideranças empresarias portadoras de nova mentalidade, resultou em tal transformação.⁴¹

Destarte as transformações destacadas no que tange às relações Estado-Sociedade, a Questão Social continuou sendo, ao longo das primeiras décadas republicanas, um problema basicamente de Polícia. Contudo, uma importante

⁴⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. A Roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. IN: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez/USF, 1997, p. 76.

⁴¹ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, 3ª edição, p. 179.

metamorfose se processou entre os anos 20 e 30, como bem constatou uma estudiosa, explicando que

se em 1920 a questão social foi definida como uma questão policial – e os anarquistas foram apontados como o ‘inimigo objetivo’ – em 1935 ela iria ser definida como uma questão de segurança nacional, e o mesmo tipo de discurso acusatório iria se voltar contra uma nova categoria: os comunistas.⁴²

A Questão Social sofreu uma segunda metamorfose, constatada e discutida por atores sociais envolvidos no processo político. Para muito além desse significado mais restrito, porém não menos relevante, de “questão operária”, encontramos um de maior amplitude, com o sentido explícito de “problemas sociais”. Explicando melhor: nessa segunda acepção, os atores políticos nomeavam por Questão Social um conjunto amplo de problemas, tais como a pobreza endêmica que grassava na sociedade brasileira, a quase inexistência de um sistema escolar público, a falta de moradia e de saneamento básico, bem como muitos outros da mesma natureza.

Portanto, a mais importante metamorfose na Questão Social a ser retida nessa transição entre a década de 20 e 30 diz respeito à sua carga conceitual. Se num primeiro momento a tradicional denominação indicava tão e somente o problema da inserção do operariado no cenário político, num momento posterior, designa uma carga ampla de problemas a serem solucionados, revelando uma transição entre modelos de Estado e, por extensão, uma profunda transformação na relação Estado-Sociedade. De uma postura reativa e repressora – de coerção física, realizada pela polícia, destaque-se bem – o Estado brasileiro assumiu uma postura preventiva e reformista perante a sociedade, o que não quer dizer que a repressão tenha sido totalmente abandonada, porém, tornou-se um mecanismo utilizado de maneira mais seletiva, apesar de não menos intensa. Os que não se enquadrassem no projeto político do Estado brasileiro pós-1930 eram considerados potenciais comunistas, portanto agentes perigosos à segurança nacional.

A Questão Social alcançara, já no fim do século XIX, tal grau de importância no cenário nacional e internacional que mesmo a Igreja Católica

⁴² Ibidem, p. 177.

enveredou por outros caminhos. A partir da publicação da encíclica *Rerum Novarum* (1891)⁴³, elaborada pelo papa Leão XIII, a instituição divulgava sua linha de ação para enfrentar os efeitos nefastos da Questão Social no Ocidente e, sobretudo, combater as propostas socialistas, ambos considerados como agentes de desagregação social. Nas décadas iniciais do século XX, os católicos retomaram seu combate, tendo as encíclicas *Divini Illius Magistri* (1929) e *Quadragesimo Anno* (1931)⁴⁴ de Pio XI⁴⁵ como norteadoras de suas ações.

A encíclica *Quadragesimo Anno* introduziu o conceito de “Justiça Social” na Doutrina Social da Igreja, ratificando a opção católica pela “união das classes”, em franca oposição à “luta de classes” marxista, além do Corporativismo como método de organização do trabalho e da harmonização da relação capital-trabalho, sendo esta também suavizada pela harmonização da propriedade privada de maneira que a mesma se subordinasse ao bem comum. Além disso, o documento ainda clama pelo exercício efetivo da caridade como incumbência maior dos ricos. Por sua vez, a encíclica *Divini Illius Magistri* foi a resposta de Pio XI aos desafios que a modernidade trouxe para o relacionamento da instituição católica com as novas gerações, sendo estas vistas como as guardiãs do futuro edênico. O documento destaca que as novas teorias pedagógicas, apesar dos avanços metodológicos, incorrem no erro crasso de derivar da natureza humana os fins e os meios da atividade educacional. A Igreja defende sua primazia sobre o ato de educar, seguido pela família e posteriormente pelo Estado. O catolicismo deveria rechaçar o “naturalismo pedagógico”, entendido como a tendência presente em vários sistemas pedagógicos modernos nos quais as crianças desfrutavam de ilimitada liberdade e, sobretudo, negavam a autoridade do educador, conferindo, assim, exclusividade de iniciativa ao educando.

No plano prático, a Juventude Operária Católica, uma das organizações responsáveis pela atuação dos católicos junto aos jovens, iniciou as atividades no Brasil na década de 1930, época em que a Igreja Católica sentiu a necessidade

⁴³ Carta Encíclica *Rerum Novarum* (15 de maio de 1891). Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.htm. Acesso em: 07/05/2006.

⁴⁴ Carta Encíclica *Divini Illius Magistri* (31 de dezembro de 1929). Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri_po.html. Acesso em: 04/05/2006. Carta Encíclica *Quadragesimo Anno* (15 de maio de 1931). Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html. Acesso em: 07/05/2006.

⁴⁵ Pio XI esteve no comando da Igreja Católica entre fevereiro de 1922 e fevereiro de 1939.

de criar um movimento que atuasse especificamente junto aos operários, segmento de maior projeção entre os trabalhadores. A implantação da Juventude Operária Católica só foi possível após a formação da Ação Católica Brasileira em 1935.⁴⁶

O empresariado industrial e comercial também atuou fortemente junto ao governo na defesa de seus interesses. Um dos momentos cruciais de sua ação reside na oposição ao Código de Menores, promulgado pelo Decreto nº 5.083, de 1º de dezembro de 1926. Segundo Werneck Vianna⁴⁷, a oposição ocorreu devido a uma motivação dupla. De um lado, a resistência ocorria por razões econômicas e, por outro, pelo desejo de implementação de um determinado sistema de controle social e conseqüente organização das camadas sociais subalternas. No primeiro caso, a aplicação da legislação mencionada significaria uma elevação brutal nos custos das empresas, ao menos no entendimento do empresariado. No segundo caso, a necessidade premente era de implantação de um projeto de organização da classe trabalhadora de um modo específico: ordeiro, pacífico e, no limite, apolítico. Nessa concepção, de linhagem democrática liberal, a reflexão sobre os problemas sociais não cabia à classe trabalhadora, mas à classe política devidamente eleita e atuante num parlamento para representar os interesses da sociedade, inclusive dos setores mais desfavorecidos.

A militância comunista demonstrou forte preocupação com a organização política. Suas discussões, ações e programas extrapolavam os problemas da juventude brasileira. Acreditava que a política era elemento de transformação da sociedade que, em sua formatação idealizada, seria o império da liberdade, redentora dos pobres e miseráveis. A Juventude Comunista, surgida em fins dos anos 1920, tinha como atribuições o recrutamento e a formação ideológica dos jovens para a militância, auxiliando o Partido Comunista do Brasil a alcançar a tão sonhada revolução socialista. Tal trabalho seria realizado por meio de propaganda ou da arrecadação de fundos para manutenção das atividades de militância. A meta maior era fazer do comunismo o modelo ideal de organização social e, como tal, o único capaz de realizar todos os anseios da população pobre e excluída, público-alvo primordial. Nesse sentido, a derrubada do regime

⁴⁶ MURARO, Valmir Francisco. *Juventude Operária Católica*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 8.

⁴⁷ VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1999, 4ª edição revista, p. 116-119.

capitalista deveria ser a principal finalidade da ação militante. O empresariado industrial e comercial, o fascismo, o imperialismo e o latifúndio compunham a lista de adversários do proletariado.

O governo Vargas vem ocupar um espaço não preenchido por esses atores sociais em confronto. Desde o momento em que se lança a oposição às oligarquias da Primeira República, por meio de sua candidatura à presidência pela Aliança Liberal, Getúlio se apresenta como o líder de um novo agrupamento político capaz de recolocar o Brasil na História, na medida em que seriam os únicos a entender com profundidade e sensibilidade os problemas que assolavam a sociedade naquela época.

Getúlio Vargas tomou posse como “delegado da Revolução”, segundo suas próprias palavras, em 3 de novembro de 1930. O novo regime que se iniciava era, a bem da verdade, a aglutinação de um amplo conjunto de forças políticas díspares, cujo único elo era a discordância e oposição ao regime que os antecedeu. No discurso de posse, Vargas explicitou algumas das supostas missões que o novo governo deveria cumprir, além de justificar a Revolução, alegando existir sólida certeza de que somente a utilização da força poderia

restituir a liberdade ao povo brasileiro, sanear o ambiente moral da Pátria, livrando-o da camarilha que a explorava, arrancar a máscara de legalidade com que se rotulavam os maiores atentados à lei e à justiça – abater a hipocrisia, a farsa e o embuste. E finalmente, (...) substituir o regime de ficção democrática, em que vivíamos, por outro, de realidade e confiança.⁴⁸

Devido à disparidade de forças no agrupamento político que o conduziu ao poder, o novo governo centrou seus esforços em alcançar dois objetivos básicos: fortalecer a sua coalizão política e criar uma sólida base de apoio popular. Nesse período inicial, suas principais medidas foram: dissolução do Congresso Nacional e dos órgãos legislativos estaduais e municipais; ampliação dos poderes do Poder Executivo para nomear e demitir funcionários públicos; nomeação de interventores para os Estados; incorporação das dívidas dos governos estaduais

⁴⁸ VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, vol. I, p. 69-74.

para evitar a insolvência dos mesmos; criação dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde.⁴⁹

A década de 1930 é um marco no que se refere ao tratamento dado pelo Estado à questão social. Ângela de Castro Gomes, após uma análise da evolução da política social no Brasil, assinala ter sido

justamente nos períodos de existência de governos autoritários que os mais substanciais progressos na legislação social podem ser observados, quer consideremos o conjunto dos benefícios e serviços integrados ao corpo desta legislação, quer consideremos o número de beneficiários por ela atingida.⁵⁰

Uma ampla legislação social foi promulgada pelo Ministério do Trabalho, visando não somente proteger os trabalhadores, atendendo a antigas reivindicações da classe trabalhadora, que datam do fim do século XIX, mas especialmente concretizar um eficiente cerceamento da atividade reivindicatória dessa classe. Nesse sentido, apesar de, em seu discurso de posse, Getúlio Vargas ressaltar que a criação do Ministério do Trabalho destinava-se a “superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural”, a bem da verdade, toda a legislação social tinha mais a função de tutelar a classe trabalhadora, trazendo-a para o campo de influência do governo e funcionando como base de sustentação política.⁵¹ Para tal intento foi promulgada uma legislação social, da qual lembramos algumas medidas:

a) Lei dos Dois Terços – promulgada em 12 de dezembro de 1930, conhecida como lei de nacionalização do trabalho. Esta lei garantia a reserva de empregos para os brasileiros, naquela proporção, uma vez que o país passava por um momento de desemprego crônico. Esta lei também limitava a imigração e obrigava as empresas estrangeiras a empregarem brasileiros, além de instituir impostos emergenciais.

b) Lei de Sindicalização – promulgada em 19 de março de 1931, que buscava basicamente concretizar um controle efetivo e direto dos sindicatos – e, por extensão, dos trabalhadores – por parte do Estado. Esta lei estabelecia que

⁴⁹ LEVINE, Robert M.. *O Regime de Vargas: os anos críticos (1934-38)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 15-18.

⁵⁰ GOMES, Ângela M. de C.. “Empresariado e legislação social na década de 30”. IN: *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Brasília: UNB, 1982, p. 273.

⁵¹ CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1976, p. 145. A citação do discurso de posse está em VARGAS, Getúlio. *Op. Cit.*, p. 69-74.

os estatutos dos sindicatos seriam aprovados pelo Ministério do Trabalho e, além disso, que deveria haver uma total ausência de propaganda de ideologias no interior dos sindicatos.

c) Criação da Carteira Profissional – medida promulgada em 21 de março de 1932 e modificada em 29 de outubro de 1932. Visava basicamente aumentar o controle sobre o indivíduo, na medida em que permitia ao patronato e à polícia pôr na lista negra qualquer operário metido em ativismo político ou greves.

d) Lei de Férias – promulgada para os estabelecimentos comerciais e bancários em 1933 e para os industriais em 1934. Esta lei trazia um mecanismo eficiente de controle do trabalhador rural, pois estabelecia que este só teria direito às férias se fosse associado a sindicatos de classe reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.⁵²

O controle da ação política dos trabalhadores era realizado por meio de dois expedientes básicos: a legislação trabalhista, disciplinando suas ações e normatizando as relações com o patronato e com o Estado, bem como o controle estatal sobre a ação sindical. Além disso, o regime Vargas utilizou o sistema educacional e a ação repressora da Polícia Política para tentar manter a sociedade no rumo traçado conforme seu projeto político, cujo pilar básico de sustentação era a renovação política e moral de toda a sociedade como responsabilidade do regime, tarefa considerada essencial para se alcançar o objetivo maior que era a construção de uma nova nação, erigida em bases modernas. A consecução de tais metas se daria por meio de “novas estratégias de dominação que negavam, em sua essência, os princípios políticos do liberalismo clássico, que passaram a empregar novas formas de controle social”.⁵³

O novo regime, no âmago do processo de reestruturação do Estado Nacional, estabeleceu uma complexa ligação entre a Presidência da República e o aparelho policial. Nesse sentido, em 10 de janeiro de 1933, Vargas decretou que a polícia do Distrito Federal ficaria sob a sua inspeção e o Ministro da Justiça e Negócios Interiores foi encarregado pela superintendência das atividades. Além disso, para completar o quadro, nomeou pessoas de sua confiança para cargos estratégicos. Batista Luzardo, o primeiro chefe de polícia pós-Revolução,

⁵² CARONE, Edgar. *Op. Cit.*, p. 145-148; MUNAKATA, Kazumi. *A Legislação Trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 81-82.

⁵³ CANCELLI, 1993, p. 25.

implementou tal estratégia ao substituir imediatamente os delegados auxiliares e distritais. Portanto, em linhas gerais, a ação policial obedecia a “um discurso que preparava o advir de uma grande nação e a profilaxia social dos inimigos concretos (comunistas, liberais, estrangeiros, sem-trabalho e políticos)”.⁵⁴

O caso do austríaco Bernard Fraund, um exemplo escolhido a esmo dentre os milhares disponíveis, indica-nos com precisão a dimensão da repressão intensa empreendida pelo Estado brasileiro por meio de sua Polícia Política. Este militante foi investigado pelo DEOPS entre julho de 1932 e outubro de 1939. Não há registros minuciosos sobre a investigação, mas a motivação principal foi a sua entrada ilegal no território brasileiro. Em sua ficha de qualificação constam alguns dados sobre sua trajetória na militância. A ligação política com o comunismo teve início em Praga onde tomou contato com o Partido Comunista. Posteriormente, viajou para Portugal, onde era o responsável pela elaboração do folheto *O Jovem*. A sua ação foi tida como notável entre os meios operários, estudantis, militares e intelectuais. Em razão de suas atividades políticas, terminou expulso daquele país, seguindo então para o Brasil.⁵⁵

Não apenas a ação do estrangeiro era alvo de repressão intensa. Da mesma forma, a ação das organizações políticas era vigiada. O Comitê Pró-Liberdade de Consciência, formado para protestar contra a instituição do ensino religioso obrigatório, teve um comício proibido pelo governo por intermédio da Polícia Política. Este seria realizado em 7 de junho de 1931 e foi suspenso por ordem direta do Secretário de Segurança, que na época era Miguel Costa. Nesse comício, um estudante de nome Rollando faria um discurso.⁵⁶

A Aliança Autoprotetora de Beneficência dos Lituanos no Brasil, fundada pelos idos de 1931, cujos estatutos foram registrados em novembro de 1931 e reformados em setembro de 1939, também foi intensamente vigiada. Seus estatutos estabeleciam como finalidades da entidade: “proteger, informar e coordenar as atividades dos imigrantes lituanos no Brasil”; fornecer apoio jurídico

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ Ficha de Qualificação de Bernard Fraund. Delegacia Especial de Segurança Política e Social, São Paulo, 03/10/1939, Doc. 1, Fl. 1. Pront. 3945, Bernard Fraund. DEOPS/SP, AESP.

⁵⁶ Relatório de Investigação de Antonio Ghioffi, investigador para Ignácio da Costa Ferreira, delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Política, São Paulo, 8/6/1931, Doc. 4, Fls. 5-6. Pront. 829, Comitê Pró-Liberdade de Consciência. DEOPS/SP, AESP. Quanto à repressão empreendida pelo DEOPS/SP sobre militantes políticos não-católicos, tais como Testemunhas de Jeová, Protestantes e outros, ver: CASTRO, Eduardo Góes de. *Os “Quebra-santos”: anticlericalismo e repressão pelo DEOPS/SP*. São Paulo: Humanitas/PROIN, 2007. Coleção Inventário DEOPS vol. 14.

aos seus associados; zelar pelo bem-estar dos imigrantes, assim como pela sua educação física, intelectual e moral, por meio da organização de “escolas, clubes esportivo-culturais de arte e de literatura, jardins de infância, asilos e bibliotecas com salas de leitura”.⁵⁷ Uma das grandes preocupações era que entre seus dirigentes estava Kazys Pranaitis, um “elemento suspeito por atividades contrárias aos interesses nacionais”. Além disso, a polícia apontou o não cumprimento completo dos estatutos, pois a organização estaria somente mantendo em funcionamento escolas de idioma lituano.

A experiência histórica que se desenvolveu após a posse de Getúlio Vargas no Poder Executivo federal foi de avanços na legislação social de proteção ao trabalho, mas de retrocesso na liberdade de ação não só dos trabalhadores, mas de toda a sociedade brasileira. O projeto político varguista rapidamente abandonou o suposto liberalismo dos tempos da Aliança Liberal e escancarou o seu desprezo pela democracia. Além do controle do operariado, efetivado através do controle sindical e legislação trabalhista, o regime varguista utilizou-se do sistema educacional e da ação repressora da Polícia Política para tentar manter a sociedade no rumo traçado em seu projeto político.

A Revolução de 32 possibilitou a reorganização das oligarquias que acabaram vencendo as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933. Nesse momento, o tenentismo não mais representava uma grande força política e as classes médias estavam se agrupando em torno de agrupamentos de caráter liberal ou socializante: Partido Trabalhista de São Paulo, Aliança Socialista e Partido Socialista Brasileiro. O operariado também se manifestava através de sindicatos. Em 1935, os comunistas criaram a Aliança Nacional Libertadora que, em julho do mesmo ano, terminou sendo fechada pelo governo e, desse momento em diante, passou para a clandestinidade. Neste mesmo ano o governo lançou a Lei de Segurança Nacional para derrubar os seus opositores.⁵⁸

A oposição ao governo Vargas foi realizada pelo PCB e suas ramificações, assim como por liberais e integralistas que também procuraram impor certa resistência ao regime. Desde 1922 ocorriam manifestações do fascismo no Brasil e existia, em 1928, um Partido Fascista. Todavia, o movimento só conseguiu

⁵⁷ Estatutos reformados da Aliança Autoprotetora de Beneficência dos Lituanos no Brasil. Fl. 12. Pront. 51, Aliança Autoprotetora de Beneficência dos Lituanos no Brasil. DEOPS/SP, AESP.

⁵⁸ CARONE, M. *A Segunda República (1930-37)*. São Paulo: Difel, 1978, p. 58

maior peso político e coesão social com a fundação da Ação Integralista Brasileira, lançada publicamente em 1932.⁵⁹ Os Integralistas, após diversas tentativas de vincular-se ao regime, feitas por Plínio Salgado, acabaram partindo para a tentativa de golpe para derrubar o Estado Novo, no chamado Putsh Integralista, em maio de 1938.⁶⁰ A repressão que sofreram foi rígida e impiedosa, pois “além dos fuzilados no próprio dia do levante, foram presos e torturados uns, reformados e aposentados outros, dentre os que não conseguiram abandonar o país”.⁶¹ Representantes das fileiras liberais foram “constantemente detidos, por períodos relativamente curtos, para que se sentissem forçados a deixar o país, até que, em fins de 1938, foram intimados a se exilarem no exterior”.⁶² Em 1940, o Interventor Adhemar de Barros mandou assaltar e expropriar o jornal O Estado de S. Paulo.⁶³ Os comunistas também sofreram dura repressão, sendo que “militantes e simpatizantes eram presos, as células, organizações e tipografias, invadidas pela polícia. As torturas eram constantes e, em alguns casos, extremamente cruéis. Em 1941 a maior parte dos militantes comunistas encontrava-se presa ou foragida”.⁶⁴

Em novembro de 1937, o governo brasileiro oficializou o regime ditatorial no país. Em nome da ordem pública e da paz social, o Estado Novo era saudado pela opinião pública. Essa movimentação coroava todo um trabalho de engenharia política que se iniciara na transição para a década de 1930. Derrotados nas urnas, os getulistas tomaram o poder na base da força, por meio da luta armada. Esse evento histórico ficou conhecido pelo pomposo nome de Revolução de 1930. Em razão dessa peculiar chegada ao poder, desde os primeiros instantes, o novo governo trabalhou pela criação de um ambiente político propício à governabilidade.

Na perspectiva que nos interessa, a implantação do sistema corporativo para controle da sociedade desembocou em dois campos de atuação muito bem definidos por parte do governo: a criação da Juventude Brasileira e o

⁵⁹ Ibidem, p. 288; 309

⁶⁰ SCHARTZMAN, S. et al. *Op. Cit.*, p. 135-138

⁶¹ GARCIA, N. J.. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982, p. 118-119

⁶² Ibidem, Idem.

⁶³ Ibidem, Idem.

⁶⁴ Ibidem, Idem.

cerceamento das atividades autônomas do movimento estudantil, sobretudo por meio do controle corporativo da UNE e outros órgãos do gênero.

Capítulo I. Juventude, Questão Social e a agonia do Estado Liberal

1.1 – Delimitações, questionamentos e diretrizes teóricas

O presente estudo adota como marco temporal inicial o ano de 1926 e se estende até 1945. O primeiro marco concerne ao ano em que o Partido Comunista do Brasil aumentou os esforços para consolidação da Juventude Comunista. Além disso, no âmbito macropolítico, 1926 é um ano simbólico para a análise do Estado e do alcance de suas ações, por conta da ruptura na ordem liberal ortodoxa – patrocinada pelo governo Arthur Bernardes por meio da Reforma Constitucional de 1926 –, complementada pela Revolução de 1930 e consolidada com a instauração do Estado Novo. No quadro dos eventos históricos ocorridos no período em análise, a reconstrução do modelo de Estado e de controle social está entre os temas estratégicos para a compreensão e interpretação do período.

O término do Estado Novo e a consequente redemocratização do Brasil marcam o fim de pouco mais de uma década de hegemonia conservadora, acompanhada da simbólica refundação da agremiação de jovens comunistas. No decorrer desse período, diversos projetos foram discutidos ou implantados, originados de distintos grupos políticos. A ação do grupo político encabeçado por Getúlio Vargas era fruto de um projeto de poder ideologicamente positivista e autoritário e pragmaticamente corporativista. Embora apresente alterações conjunturais, suas primeiras manifestações aparecem na segunda metade dos anos 1920, torna-se hegemônico nos anos 1930, sobretudo após 1935, alcançando o ápice nos anos 1940.

As periodizações tradicionais, centradas exclusivamente na dimensão política, consideram a Revolução de 1930 como um ponto de ruptura, porém, quando se analisa por outros vieses, como por exemplo o da ação do Estado na relação capital-trabalho, nota-se outra configuração. Neste caso, verifica-se a existência de permanências, demonstrando que houve muito mais continuidades do que a propaganda sustentada pelo regime Vargas quis fazer crer posteriormente. A grande alteração após 1930, conforme já ressaltamos, foi a

concentração no Poder Executivo das tarefas de criação de leis de caráter social, anteriormente de incumbência do Poder Legislativo.⁶⁵

A ascensão de Getúlio Vargas ocorreu *pari passu* à inserção do Brasil em nova conjuntura histórica: a da sociedade de massas. A urbanização desenfreada, o crescimento industrial e a inserção de novas camadas sociais – operariado e classe média – forçaram a alteração das técnicas e estratégias de controle social. O processo se deu com o aumento exponencial da instrumentação do trabalho policial a serviço do grupo político encastelado no poder. A polícia, além de suas funções de manutenção da ordem e da propriedade, teria de garantir o saneamento ideológico da nação. A repressão insidiosa tornou-se explícita.

Nossa proposta implica numa concentração analítica no mundo do trabalho industrial, pois este era o segmento dinâmico da economia mundial e, por isso mesmo, o segmento de maior ação por parte não somente do governo federal, mas também do empresariado e de outros setores da sociedade civil e mesmo dos grupos oposicionistas, parlamentares ou não. Os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro compõem a circunscrição geográfica selecionada para estudo, uma vez que as fontes disponíveis ou foram produzidas nesses locais ou registram eventos que ali ocorreram. Eventualmente, alguma referência será feita a outras localidades, em virtude do caráter da pesquisa.

No período recortado para estudo, o Brasil e o mundo foram abalados pela crise de 1929. Os efeitos dessa crise causaram um impacto devastador sobre o setor agrário-exportador da economia brasileira. No entanto, mesmo tendo sofrido um impacto menor quando em comparação com o segmento mencionado, a indústria também foi muito afetada. No período compreendido entre 1929-1932 “o crescimento da produção industrial permaneceu quase estagnado [...] ‘ou mesmo declinante se se levar em conta o crescimento da população, que foi da ordem de 2%’”.⁶⁶

Diante do exposto anteriormente, nosso problema central é compreender como os embates pelo poder envolvendo os governistas, os católicos, os

⁶⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão. A Revolução Mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, 2ª edição, p. 127.

⁶⁶ ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil. Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Autores Associados/ Cortez Editora, 1982, p. 117.

integralistas, os empresários ligados à FIESP e os comunistas atingiram a juventude, bem como saber qual era o papel atribuído a esse segmento da sociedade em relação à Questão Social, grande problema político daquele momento histórico e bandeira de luta hasteada por todas essas forças políticas.

Hipóteses diferentes foram testadas no decorrer deste trabalho de pesquisa. A primeira, seguindo a reflexão de outros estudiosos que a consideram uma tese demonstrada, é que o “perigo comunista”, tal como os atores sociais afirmavam naquele período, teria funcionado como elemento de pressão para o reordenamento da Questão Social, do campo de atuação do Estado e do sistema de controle social em vigor - a juventude aí incluída -, de tal modo que a esse segmento da esquerda, visto como hegemônico, coube a primazia no processo político.

Malgrado a parcial coerência da referida tese, haja vista a exploração perante a opinião pública do fator comunismo por parte dos poderes constituídos, no decorrer do trabalho de pesquisa foi possível constatar a limitação de tal abordagem. De fato, o comunismo foi capaz de gerar um projeto consistente e bem definido para a juventude, por meio da Juventude Comunista, embora não tenha conseguido colocar em prática todos os seus ideais para a sociedade brasileira, por conta, sobretudo, da repressão policial. Nesse sentido, apesar de o Comunismo ter sido considerado um fator de risco nas sociedades capitalistas ocidentais, no que concerne a esse segmento etário-cultural, rapidamente ficou demonstrado que sua ação permaneceu à margem do Poder Público, não conseguindo realizar mais que mera oposição pontual.

No entanto, constatamos as limitações da perspectiva de análise adotada, imposta pela hipótese orientadora, pois não respondia satisfatoriamente ao problema que permanecia sem resposta consistente. A reformulação da hipótese implicou numa arquitetura mais abrangente, de tal modo a observar cada campo político-ideológico e cada agrupamento de maneira autônoma, para, somente após tal procedimento, verificarmos as possíveis conexões, confluências e contraposições. Daí as demais hipóteses que permitiram um efetivo enfrentamento do problema inicialmente proposto.

A primeira delas analisava a perspectiva da juventude interessar aos diversos segmentos de maneira diferenciada, em conformidade com seu campo

de atuação político-ideológico. Nessa perspectiva, por exemplo, interessava aos conservadores impregnar a juventude de um espírito avesso às mudanças políticas e culturais. Em contrapartida, aos comunistas seria de grande interesse que coubesse à juventude o papel de vanguarda das transformações históricas.

No plano ideal ainda consideramos outra possibilidade e por isso testamos uma segunda variação no decorrer do trabalho investigativo. Admitindo provisoriamente a correção do pressuposto apontado na hipótese anterior, ou seja, que o papel social a ser exercido pela juventude era advindo de concepções inerentes ao campo político-ideológico, analisamos se, malgrado as peculiaridades de cada projeto, não seria possível detectar um conjunto de características constitutivas comuns aos mesmos.

Esboçado o itinerário analítico forjado pelas hipóteses de trabalho, podemos enunciar a tese a ser empiricamente demonstrada no decorrer da argumentação subsequente: a juventude foi disputada por agrupamentos políticos diversos, por conta de uma essência comum às leituras de seu papel na sociedade. Apesar das abissais diferenças de objetivos e metas nos seus projetos, os grupos analisados nesta pesquisa lançaram um olhar instrumental sobre a juventude, vista como elemento essencial para a reprodução social dos valores e ideais defendidos por essas forças em confronto. Partindo de uma análise negativa e depreciativa da condição existencial dos atores sociais, tanto no cenário nacional quanto no internacional, os grupos políticos incumbiram a juventude de contribuir de maneira significativa para a conservação ou para a renovação estrutural que evitaria a destruição da Civilização Ocidental e especificamente da sociedade brasileira.

A proposta temática, o problema a ser demonstrado, assim como a seleção de fontes demanda uma reflexão sobre alguns conceitos e questões de caráter teórico. Na sequência serão discutidos alguns conceitos mais gerais. Destarte, no decorrer da tese outras discussões conceituais serão realizadas. Uma delimitação da noção de projeto abrirá a discussão.

A noção de projeto é apresentada num sentido muito amplo entre os filósofos, sobretudo os de linhagem existencialista, ao passo que entre os cientistas sociais e historiadores a referida noção não tem merecido maiores discussões. No âmbito filosófico, portanto, designa “tudo aquilo pelo qual o

indivíduo tende a modificar o que o rodeia numa certa direção”.⁶⁷ Em outras palavras, a noção de projeto abarca o conjunto de planos e/ou realizações de um indivíduo ou grupo, almejando a realização de algum feito.

Um aspecto importante desta noção é a sua condição de racionalização a posteriori elaborada pelo estudioso.⁶⁸ Deve-se ter em primeiro plano que indicamos como projeto um conjunto heterogêneo e desordenado de ações, ideias, planos e concepções que as forças políticas almejaram implementar. Nesse sentido, é do estudioso a responsabilidade por atribuir determinado ordenamento ao “projeto”, dotando-o de certa inteligibilidade. Para os atores sociais que participaram desta empreitada histórica não havia necessariamente a clareza do que significava o conjunto das medidas e, tampouco, as decisões eram oriundas de um mesmo centro propagador. Por conseguinte, dificilmente algum integrante poderia ter uma compreensão global do que significava o projeto. Considerar um projeto como algo pré-determinado em todos os seus aspectos e em todo o período estudado seria aceitar uma concepção de história estática, sonhando as tensões que existiram e, sobretudo, incorrendo em grave anacronismo.

Um segundo aspecto a ser discutido, tributário da questão anterior, diz respeito aos partidos políticos, às alianças políticas e aos campos ideológicos. A conceituação de *partido político* abrirá esta discussão, uma vez que, ao longo da história, os atores sociais atribuíram este nome a organizações distintas. Daniel-Louis Seiler nos fornece uma síntese evolutiva dos usos do termo “partido” na França. Lembra o estudioso que, etimologicamente, este termo é originário de uma acepção do verbo “partir”, no sentido de divisão. São quatro as diferentes configurações designadas pelo termo em questão. Inicialmente designava um grupo de militares à margem ou em confronto com as tropas oficiais, passando, na sequência, a nomear uma facção armada e um tanto mais orgânica que a configuração anterior. Com o decorrer do tempo alcançou o status de facção política, até que adquiriu seu significado atual.⁶⁹ Na França, por exemplo, havia um “partido armagnac” e um “partido bourguignon” no início do século XV. A

⁶⁷ LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 872.

⁶⁸ CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989; FRANCO, Gustavo H. B.. *O Desafio Brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2000.

⁶⁹ SEILER, Daniel-Louis. *Os Partidos Políticos*. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Editora da UnB, 2000, p. 9-10.

história européia registra a existência de um “partido de príncipes” durante a Fronda.⁷⁰

Expostas essas informações iniciais, chegamos ao ponto central: o partido político é um fenômeno histórico por excelência. Isso implica reconhecer que cada partido apresentará variações substanciais entre eles, mas sempre manterá elementos que os singularizam e os especificam enquanto organização.⁷¹ Sendo assim, quais critérios podem ser definidores do partido político em relação a outras formas de organizações políticas?

Joseph La Palombara e Myron Weiner, estudiosos do assunto, propõem a utilização de quatro critérios básicos: duração no tempo, extensão no espaço, aspiração ao exercício do poder e vontade de buscar o apoio da população. Segundo Berstein, esses quatro critérios podem evitar que o estudioso trate indiscriminadamente uma organização como partido, clube, facção, clientela etc., pois fornece critérios básicos para uma definição.

A duração no tempo deve ser maior que a vida de seus fundadores. Para que isso ocorra é preciso que o partido político responda às demandas da opinião pública, ou seja, é preciso que o mesmo exerça sua função de mediação política. A extensão no espaço requer uma organização com representações locais e que cubra toda ou quase toda a sociedade que o partido almeja governar. No que concerne à aspiração ao exercício do poder é imperativo que o partido político tenha um projeto amplo de poder e que este encontre ressonância junto à sociedade, demonstrando sua relevância. Pressupõe, por conseguinte, certa capacidade de negociação para adaptar ou mesmo alterar certos componentes do projeto. Finalmente, o último critério citado implica na ação do partido de buscar mais e mais integrantes para apoiar o seu projeto. Esse apoio pode vir na forma de eleitores, militantes ou até de simpatizantes.⁷²

Estabelecidos alguns critérios que nos permitem singularizar o partido com relação a outros tipos de agrupamentos políticos, podemos analisar algumas definições sobre o mesmo. Edmund Burke define o partido como “um conjunto organizado de homens unidos para trabalhar em comum pelo interesse nacional,

⁷⁰ BERSTEIN, Serge. “Os Partidos”. IN: RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996, p. 62.

⁷¹ CERRONI, Umberto. *Teoria do Partido Político*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982, p. 13.

⁷² LA PALOMBARA, Joseph e Weiner, MYRON, “The origin and development of political parties”. IN: Political parties and political development citado em BERSTEIN, Serge. *Op. Cit.*, p. 62-63.

conforme o princípio particular com o qual se puseram em acordo”.⁷³ Como se nota, Burke vincula a ação partidária a um projeto de nação, estando sua ação norteada por uma doutrina consensual a todos. A ação partidária está vinculada a uma exigência ética, na medida em que Burke afirma que os homens do partido devem trabalhar pelo interesse nacional.

Outra é a perspectiva de Hans Kelsen. A definição deste cientista social expressa certo teor de pragmatismo. Sustenta o autor em questão que “os partidos são formações que agrupam homens de mesma opinião para lhes garantir uma influência verdadeira sobre a gestão dos negócios políticos”.⁷⁴ Kelsen não vincula sua definição de partido a qualquer norma ética. O seu foco de análise recai sobre a ideologia professada no interior dos partidos. O interesse dos seus membros é influenciar os rumos da sociedade da qual fazem parte.

Maurice Duverger, autor de um clássico estudo sobre o assunto, possui uma definição um tanto diversa, embora a essência de sua análise se dê em comum com os autores anteriores. Duverger define o partido como “um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos disseminados através do país (seções, comitês, associações locais, etc), ligados por instituições coordenadoras”.⁷⁵

Em geral, as definições de partido político enfatizam o caráter de conjunto, a ideologia, a identificação de objetivos e as razões da ação. Não são totalmente antagônicas as definições apresentadas. No entanto, para os nossos interesses, é a obra de Duverger que possui uma contribuição de intensa relevância sobre os elementos de base do partido - os comitês, as seções e as células – e os organismos anexos a ele, que são as instituições culturais e esportivas, movimentos femininos e de juventude, entre outros. A Juventude Comunista era um desses organismos anexos ao Partido Comunista do Brasil. Mas, vejamos esses termos com melhor precisão.

Entende-se por comitê um agrupamento numericamente reduzido de membros, escolhidos por questão de influência exercida diante dos demais companheiros, mas que concentra grande poder de decisão. A seção, por sua vez, corresponde a um elemento de base com maior grau de centralização que o

⁷³ Apud. SEILER, Daniel-Louis. *Op. Cit.*, p. 23-24.

⁷⁴ Ibidem, Idem.

⁷⁵ DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro/Brasília: Zahar/UnB, 1980, p. 52.

comitê. É na estrutura que reside a grande diferença entre os dois elementos. A seção teria a função de ampliar ao máximo o número de militantes, recorrendo sempre ao contato direto com as massas. Finalmente, a célula é a reunião de militantes que possuem a mesma atividade profissional. Nesse sentido, encontram-se células de estudantes, de fábrica, de loja, de bairros. A célula pode ser composta por elementos de uma única escola ou empresa.⁷⁶

Com relação aos elementos de base apresentados, cabe ressaltar que cada partido adota uma configuração específica. Em alguns, estão presentes as três estruturas, mas em outros não. No caso que nos interessa, o do Partido Comunista Brasileiro, os três elementos compunham uma hierarquia, estando a Juventude Comunista no seio desta, como um organismo anexo e tendo o seu secretário-geral o direito de participar das reuniões do partido. A dinâmica da distribuição do poder pode ser esquematizada da seguinte forma: a Comissão Central Executiva (CCE) era uma comissão formada por cinco membros e cinco suplentes selecionados entre os componentes dos Centros ou Comitês Regionais (CR). Os membros do CR, por conseguinte, eram selecionados entre os membros das células regionais ou estaduais. O princípio norteador de todo o processo de eleição era a Centralização Democrática, ou seja, o poder deveria emanar das bases para a cúpula, e não o contrário.⁷⁷

Numa discussão sobre projetos, alianças e partidos políticos é impossível não discorrer, mesmo que em breves linhas, sobre o conceito de ideologia, haja vista sua relevância no âmbito das humanidades e sua variada diversidade de significados. Contudo, esse emaranhado de significados pode ser aglutinado em dois grupos distintos, segundo Mário Stoppino, que segue proposição elaborada originalmente por Norberto Bobbio. São eles: o “significado fraco” e o “significado forte”.

O sentido fraco de ideologia diz respeito a “um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos”, enquanto, no sentido forte, ideologia quer dizer “falsa consciência das relações de domínio entre as classes”.⁷⁸ Essa última

⁷⁶ DUVERGER, Maurice. *Op. Cit.*, p. 53, 58 e 63.

⁷⁷ CARONE, Edgar. *Classes Sociais e Movimento Operário*. São Paulo: Ática, 1989, p. 146.

⁷⁸ STOPPINO, Mário “Ideologia”. IN: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1994, v. 1.

concepção é a mesma encontrada em Marx e também na organização comunista que nos propomos a estudar. Obviamente, posto que temos como um de nossos objetivos analisar a ideologia da Juventude Comunista, não tomaremos sua concepção de ideologia como referência. Assim sendo, este estudo está mais próximo do sentido fraco de ideologia.

Karl Mannheim, em obra hoje clássica, elaborou uma discussão profícua sobre o conceito em questão.⁷⁹ Também este autor elabora uma bipartição do conceito, almejando demonstrar o emaranhado de significados existentes e as contaminações mútuas que ocorrem. Assim, Mannheim sustenta haver um significado “particular” e outro “total” para ideologia.

Antes de apresentar uma explicação pormenorizada das concepções citadas, mencionemos o que ambas têm em comum. Primeiramente, em nenhum dos polos conceituais há a crença de que se possa compreender a ideologia de um ator social apenas pelas suas afirmações explícitas, sendo sugerida a necessidade de análise das intenções e a busca dos sentidos ocultos em seus discursos. Em segundo lugar, ambas as posturas conceituais realizam uma imersão no sujeito (individual ou coletivo), visando compreender seus posicionamentos (opiniões, afirmações, proposições, etc.) considerados como produto da realidade existencial.

A concepção particular designa como ideologia apenas parte das afirmações dos atores sociais analisados, levando em consideração somente o conteúdo delas. Neste polo, a análise das ideias é realizada apenas no âmbito psicológico, operando basicamente com a psicologia de interesses. Considera-se, pois, o interesse como o agente causador de determinada mentira ou ilusão emitida pelo adversário estudado. Contudo, alerta Mannheim, esta concepção apresenta suas falhas, sendo a principal delas o limitado alcance dos resultados. Nas palavras deste autor: “[...] se restringirmos nossas observações aos processos mentais que ocorrem no indivíduo e o considerarmos como o único portador possível de ideologia, jamais apreenderemos em sua totalidade a estrutura do mundo intelectual pertencente a um grupo social numa dada situação histórica”.⁸⁰

⁷⁹ MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. São Paulo: Globo, 1954.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 51-55. A citação encontra-se na página 54.

A concepção total, por sua vez, designa como ideologia a concepção de mundo total dos atores sociais analisados. Neste polo, inclui-se a análise do aparato conceitual à luz da vida coletiva da qual foi originada. São analisados o conteúdo e a forma das ideias que compõem o pensamento. A concepção total de ideologia almeja uma “análise mais formal; descrição objetiva das diferenças estruturais dos espíritos quando operam em circunstâncias sociais diferentes”. Assim sendo, esta concepção apenas pressupõe a correspondência entre uma situação social e determinado ponto de vista. Em síntese, o objetivo da concepção total é “reconstruir a perspectiva inteira de um grupo social, e nem os indivíduos concretos, nem sua soma abstrata podem legitimamente ser considerados portadores desse sistema de pensamento ideológico como um todo”. Em outros termos, este polo conceitual almeja “a reconstrução da base teórica sistemática subjacente aos juízos isolados no indivíduo”.⁸¹

Em virtude da realidade sociocultural do período estudado, dada a proliferação do nacionalismo no Brasil por diversos segmentos da sociedade, bem como por diversos grupos políticos, uma precisa conceituação dos termos “nação” e “nacionalismo” torna-se imprescindível ante o tema deste trabalho. As reflexões teóricas sobre a problemática da (re)construção da nação e da nacionalidade são variadas e têm apresentado alguns instigantes caminhos de análise.

Ernest Renan é o autor de uma das mais clássicas discussões sobre o tema. Por conta da época em que foi produzida a sua reflexão – último quartel do século XIX –, esse pensador não enfatiza o protagonismo estatal, mesmo porque o fenômeno é do século XX. Assim sendo, em seu entendimento, a nação é uma “consciência moral”, resultado de um “plebiscito de todos os dias”, no qual os membros desse corpo ponderam o “rico legado de lembranças” compartilhadas por todos, juntamente com a reafirmação da “vontade de continuar a fazer valer a herança que receberam esses indivíduos”. Em suma, Renan considera que “a essência da nação é que os indivíduos tenham muitas coisas em comum e também que todos tenham esquecido muitas coisas”.⁸² O compartilhamento de experiências, positivas ou não, geraria essas “coisas em comum”, além dos

⁸¹ Ibidem.

⁸² RENAN, Ernest. O que é uma nação. **Revista Aulas**, Campinas, nº 1, Ago./Nov. 2006. Tradução: Glaydson José da Silva.

sentimentos de identificação e unidade capazes de vincular pessoas diferentes para uma convivência em comunidade.

Outro pensador importante que se dedicou ao tema foi Ernest Gellner. Seu entendimento é que o nacionalismo é um fenômeno associado à gênese da sociedade industrial. De maneira similar a Renan, considera ser o nacionalismo o fator gerador das nações. Portanto, é o sentimento nacionalista que inicia o movimento nacionalista. Sua definição de nacionalismo é marcada pela dinâmica jurídica comum ao século XX, sendo entendido como “uma teoria da legitimidade política que exige que as fronteiras étnicas não atravessem as fronteiras da legitimidade política e, especialmente, que as fronteiras étnicas dentro de um mesmo Estado (...) não separem os detentores do poder do resto da população”.⁸³

Esse estudioso reconhece que o nacionalismo faz uso de maneira seletiva das culturas pré-existentes, muitas vezes alterando-as radicalmente. Isso não significa, contudo, que o nacionalismo seja uma ideologia, reconhecendo a existência de um verdadeiro nacionalismo. Afirma, entretanto, existir um descompasso entre o que o nacionalismo prega e o que realmente faz, ou seja, enquanto prática, constitui-se na imposição de uma cultura erudita sobre uma sociedade, porém, enquanto discurso, prega realizações em nome de uma cultura comum a todos os membros da nação.⁸⁴

Dois elementos estão presentes nas definições de nação presentes nessas reflexões: (a) a construção e gerenciamento de um imaginário social comum à coletividade por meio, inclusive, do controle sobre a memória social; (b) o protagonismo do Estado como o grande gestor do processo. Outrossim, a Nação tem sido objeto perene de uma pluralidade de discursos dos mais diversos matizes: positivista, romântico, naturalista, modernista, integralista, comunista, populista etc. Uma nação somente alcança a condição de realidade social, política e cultural no momento em que estruturar um discurso legitimador que lhe dê uma configuração. Nesse sentido, a Nação é pensada como um enunciado linguístico.

Os diversos discursos que aparecem sobre a Nação sempre se apresentam como discursos da Nação, o discurso único e exclusivo que contém

⁸³ GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993, p. 12.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 89 e seguintes.

toda a configuração da nacionalidade de um povo. As nações, nessa perspectiva, são tomadas por narrativas, e o imaginário nacional é tido como fruto do poder de criar ou articular narrativas ou mesmo impedir que narrativas concorrentes apareçam. A nação deve ser entendida como um artefato, construído e reconstruído de tempos em tempos, por atores sociais diversos.⁸⁵

A nação também deve ser concebida como uma comunidade política imaginada, limitada e soberana, conforme formulação corrente. Ela é imaginada porque um integrante da nação não conhece todos os demais membros e, nem mesmo numa comunidade pequena, jamais chegará a conhecer. Ela é limitada, pois todas as nações têm fronteiras definidas, ainda que elásticas, além do que nenhuma comunidade identifica-se com a humanidade como um todo. Ela é soberana, uma vez que a soberania é “o penhor e o símbolo” da liberdade buscada pelo Iluminismo e a Revolução que destruíam a legitimidade do reino dinástico instituído pelo divino. A Nação é imaginada como comunidade porque “é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal”, malgrado as possíveis diferenças e os possíveis desníveis existentes.⁸⁶

1.2– Tramas e tensões em torno da Questão Social

A história da questão social tem sido escrita há muito tempo, ainda que de maneira fragmentada. Os diversos problemas que a compõem têm como mote central o combate à pobreza, assim como o enfrentamento das tensões de ordem política dela decorrentes. Trata-se, portanto, de um problema que tangencia a história política, social, econômica e cultural.

Uma primeira possibilidade corresponde, por exemplo, à da classe trabalhadora, centrada na análise da condição de vida de um dado segmento social – o operariado no caso em questão –, num recorte temporal e geográfico delimitado, tal como fez Maria Auxiliadora Guzzo Decca.⁸⁷ O trabalho em foco visa, prioritariamente, no primeiro capítulo, intitulado “Condições de vida da classe

⁸⁵ CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 113-115. BHABHA, Homi K.. *Nation and Narration*. Londres, Nova York: Routledge, p. 1-7.

⁸⁶ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 14-16.

⁸⁷ *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Coleção Oficinas da história, v. 3.

operária em São Paulo”, ao estudo do cotidiano operário fora dos locais de trabalho na cidade de São Paulo no período compreendido entre 1920 e 1934. Esta historiadora realizou ainda um levantamento rigoroso sobre as condições de vida do operariado, enfatizando os problemas referentes a alimentação, habitação, higiene e saúde, lazer e educação. Malgrado não seja utilizado de maneira explícita o conceito de modernização, o fenômeno perpassa a obra em diversos momentos, sobretudo nos dois primeiros capítulos.

Em “O controle do cotidiano operário”, título atribuído ao segundo capítulo, a preocupação é compreender as avaliações que foram elaboradas sobre o modo de viver dos trabalhadores, juntamente com as propostas emitidas para solucionar os problemas localizados. No entendimento de Maria Auxiliadora G. Decca, no desenrolar das décadas de 1920 e 1930, foi elaborado “um conhecimento ‘técnico’ da condição operária”, cujo efeito mais sensível foi o afastamento crescente dos trabalhadores da “autodeterminação do seu modo de vida”.⁸⁸

Numa outra forma de abordagem, a questão social é apresentada sob a perspectiva dos estudos relativos ao serviço social. Carlos Montañó faz uma reflexão sobre as ações e projetos do governo que visavam combater os problemas sociais, criticando e/ou propondo medidas e ações adotadas.⁸⁹ O objetivo é compreender o significado da questão social, assim como os modelos e as estratégias adotadas pela sociedade para enfrentá-la. O cerne de sua discussão consiste em compreender a transição entre o modelo de Estado de Bem-estar Social e o Estado Neoliberal, bem como as consequências para o enfrentamento dos problemas sociais. O posicionamento teórico do autor consiste em que o conceito de “terceiro setor”, em substituição ao de “sociedade civil”, cumpre a função estratégica de escamotear no debate político e intelectual uma transformação estrutural de grande envergadura. Segundo Montañó,

o fenômeno em questão não é, portanto, o desenvolvimento de organizações de um ‘setor’ em detrimento da crise de outro, mas a alteração de um padrão de resposta social à ‘questão social’ (típica do Welfare State), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a autorresponsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função (típica do modelo neoliberal ou funcional a ele).⁹⁰

⁸⁸ Ibidem, p. 12.

⁸⁹ *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2007.

⁹⁰ Ibidem, p. 185.

Em razão de sua amplitude, o estudo da questão social impõe um recorte.⁹¹ O presente estudo analisa as concepções sobre a questão social, bem como as maneiras de combatê-la, visando à sua possível solução. A intenção desse capítulo é esquadrihar as principais propostas políticas que tomaram a questão social como objeto de estudo e que contribuíram para a mudança de perspectiva em torno do problema. Portanto, devemos esclarecer que não se trata de um estudo verticalizado do tema, pois, na estruturação lógica desta tese, a questão social, apesar de seu papel estratégico, não é o fulcro da análise. Destarte, as possibilidades para se estudar a questão social são diversas. Vejamos duas delas, ainda que superficialmente.

O estudo da questão social que se apresenta nas páginas seguintes visa determinar o significado do problema e o seu enquadramento no pensamento político da época. Almejamos, portanto, captar as “formas de pensar” relacionadas à questão social. Por formas de pensar entendemos, seguindo formulação corrente, as “estruturas intelectuais e categorias teóricas, com base nas quais a realidade é percebida, a experiência prática elaborada e a ação política organizada”.⁹²

Nossa expectativa é compreender de que maneira se deu a virada da questão social, ou seja, a maneira pela qual ela passou a ser considerada não somente um problema de ordem pública, mas também um problema digno da intervenção estatal. Assim sendo, diante de tal perspectiva de abordagem, não analisaremos os diversos problemas que compõem a questão social de maneira detalhada, ou seja, não estudaremos o problema da saúde, da habitação, da educação ou mesmo da pobreza de um modo geral. Seriam necessárias mais de uma tese para analisar tais objetos.

A maneira como o problema será abordado deve ser esmiuçada. Trabalharemos este capítulo numa perspectiva fronteira entre a história do pensamento político e a história das ideias. Isso porque nossa ambição é entender como uma ideia conquistou legitimidade junto ao universo político

⁹¹ GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 23.

⁹² BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007, p. 30.

brasileiro no início do século XX. Por outras palavras, intentamos estabelecer como uma ideia teve seu estatuto político alterado perante a sociedade.

Quentin Skinner é a referência básica adotada com relação ao estudo do pensamento político. Embora não seja o único a pensar dessa maneira, propõe uma leitura historicamente balizada na qual os textos são analisados dentro do contexto político do período, compreendendo as linguagens políticas em transformação na sociedade no momento de produção das obras, em contrapartida à posição que considera certas obras como referencial pleno, como textos canônicos, portadores naturais de sínteses perfeitas de uma época, além de detentores de ensinamentos universais. Sendo assim, a proposta de Skinner tem como meta registrar as tensões no fazer histórico, percebendo que o pensamento político, tanto quanto outros possíveis segmentos da vida analisados pelo historiador, não são “dados” surgidos do nada e sem historicidade própria.

A perspectiva de Skinner, ainda que dotada de engenhosidade e méritos inegáveis, está inserida numa tendência da pesquisa histórica – e por consequência lógica da própria historiografia – de buscar técnicas de pesquisa e de análise para registrar as tensões do processo histórico, evitando, da melhor maneira possível, uma abordagem estática da história. Em poucas palavras, a expectativa é de registrar as “tramas das tensões”.⁹³ Em suma, inspirado pelos ensinamentos de John Pocock, Skinner entende o pensamento político e a história do pensamento político “como uma investigação mais abrangente das linguagens políticas em transformação nas quais as sociedades dialogam com elas mesmas”.⁹⁴

A essência das páginas seguintes consiste exatamente em analisar um destes momentos de diálogo da sociedade consigo mesma, enfatizando a transformação referente à questão social. Para tanto, buscamos uma segunda referência teórica nas proposições do historiador Franco Venturi, qual seja a do enraizamento social das ideias, procurando captar “o momento em que uma ideia se torna uma força operatória de mudança política, social e cultural”.⁹⁵ Nosso interesse, nesse sentido, é delimitar algumas poucas concepções sobre a questão

⁹³ Trata-se de alusão à seguinte obra: BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2002.

⁹⁴ SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 85.

⁹⁵ Citado por FLORENZANO, Modesto. “Apresentação”. IN: VENTURI, Franco. *Utopia e reforma no Iluminismo*. Bauru, SP: Edusc, 2003, p. 15.

social, possuidoras de nítidas perspectivas de reforma e ação prática. Por outras palavras, tentaremos sintonizar as ideias em circulação, no exato momento em que deixam de ser objeto de mero debate intelectual ou abordagem utópica e se transformam em mote de projetos políticos de essência reformista ou revolucionária. A operação analítica descrita se justifica na medida em que a conquista de legitimidade no universo político é um aspecto imprescindível para qualquer ação, pois “o que é possível fazer em política é geralmente limitado pelo que é possível legitimar”.⁹⁶ Sem que os atores sociais, sejam eles coletivos ou individuais, construam um espaço de legitimidade para suas ideias, nenhuma ação mais frutífera é possível.

A Questão Social tem sido um dos problemas mais estudados no âmbito das Ciências Humanas, de tal modo que está sempre sendo renovada. Num determinado enquadramento o tema é tratado como um problema específico, mas de grande envergadura, na medida em que a Questão Social estaria “inscrita no processo de constituição das sociedades capitalistas”.⁹⁷ No entanto, em outra chave interpretativa, a Questão Social não estaria limitada à gênese do capitalismo, em sociedades avançadas ou não, constituindo-se num problema estrutural, podendo ser identificado em diversas etapas do desenvolvimento social, seja na fase capitalista de uma dada sociedade, ou mesmo antes da constituição desse sistema socioeconômico.⁹⁸ O estudo de tal problema, segundo uma das análises contempladas, deve considerar “as condições de uso das riquezas produzidas socialmente” e também “os choques societários decorrentes de visões diferentes sobre essa riqueza produzida”.⁹⁹ Nesse sentido, o problema em foco contempla não somente as soluções encontradas, mas também as maneiras de implantá-las, os objetivos e as consequências dos projetos.

Apesar das divergências, parece ser ponto pacífico que a questão social tem origem na Europa do século XIX, ao menos na sua formulação clássica. Nesse sentido, basicamente concerne à maneira como as camadas dominantes

⁹⁶ SKINNER, Quentin. *Op. Cit.*, p. 86.

⁹⁷ FAUSTO, Boris. Estado, Classe trabalhadora e Burguesia industrial (1920-1945): uma revisão. **Novos Estudos**. São Paulo, n. 20, Março/1988. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/acervo/download.asp?idMateria=283>>. Acesso em: 5/1/2007.

⁹⁸ CASTEL, Robert. *Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

⁹⁹ RANINCHESKI, Sônia. “A Questão Social, o Trabalho e o Estado: visões das elites parlamentares brasileiras”. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, n. 1, 2006, p. 200; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Op. Cit.*, p. 31.

da sociedade lidam com os segmentos menos favorecidos. Contudo, tal problema não se resume ao estudo do pauperismo e tampouco da condição de vida dos segmentos sociais em situação de precariedade econômica, sendo, a bem da verdade, um problema de ordem política, ou seja, trata-se da maneira como a política enfrenta um problema nascido na dimensão econômica da vida.

A Questão Social é, antes de tudo, um produto da relação capital-trabalho tal como estabelecida a partir da Revolução Industrial inglesa. Isso porque a arquitetura do problema se deve ao desenvolvimento do pensamento de matriz anarquista e socialista, na Europa do século XIX, pois, nas disputas destes sistemas contra o capitalista, produziu-se uma tradição intelectual, cujo resultado, no longo prazo, foi a legitimação da Questão Social e a incorporação desta ao pensamento conservador como bandeira e programa de governo, de tal sorte que a ação e o pensamento opositor fossem neutralizados. A relação capital-trabalho tem sido alvo das mais diversas configurações críticas, desde aquela conjuntura histórica. De soluções reformistas às revolucionárias, o problema central a ser solucionado se referia aos tipos de direitos, bem como ao escopo destes, a que os trabalhadores fariam jus, reduzindo ou, numa situação limite e ideal, eliminando a exploração do patronato sobre os seus empregados.¹⁰⁰

Na transição do século XIX para o XX, mas sobretudo na primeira metade deste último, a Questão Social sofreu uma lenta, porém irreversível metamorfose: o alcance de seu conteúdo cognitivo foi ampliado. Nascida inicialmente como um problema eminentemente relacionado a direitos trabalhistas, restrito ao universo industrial, conquistou legitimidade política, ora com momentos de retrocesso, ora intercalados por novos avanços, atingindo não somente outros setores da sociedade, como também incorporando outros problemas a serem enfrentados.

O movimento operário, num primeiro momento, lutava por alterações na jornada de trabalho, direito a férias remuneradas, proteção à mulher, às crianças, aos adolescentes e, ainda, aos idosos, dentre outras reivindicações. Contudo,

¹⁰⁰ Seria incorreto, contudo, ignorar as particularidades de cada país em nome de uma esquematização de tipo sociológico, pois a historicidade não pode ser desprezada. Para a exata compreensão disso, vejamos a diferença entre os casos dos Estados Unidos e da Alemanha. Nos Estados Unidos as trade-unions criticaram as medidas de política social implantadas pelo governo por considerá-las como uma intervenção injustificada do Estado que ameaçava a autonomia das organizações, assim como a liberdade individual dos trabalhadores. No caso alemão, por sua vez, as organizações sindicais opuseram-se em razão do caráter controlador e desmobilizador da política social bismarckiana. GOMES, Ângela Maria de Castro. *Op. Cit.*, p. 37.

num momento posterior, a reação conservadora tomou para si o gerenciamento da Questão Social, de tal modo que, nas relações de forças entre capital e trabalho, o conteúdo e alcance do problema foram ampliados. Destarte, ainda que não se tenha abandonado a pauta inicial, já não se tratava apenas de atender às reivindicações de ordem trabalhista, mas se pensava em propiciar uma melhor qualidade de vida aos trabalhadores, sobretudo no que se refere à moradia, educação, saúde, lazer, etc.

Diante do exposto, algumas possibilidades de ordem metodológica se abrem. De um lado, poderíamos pensar de que maneira a Questão Social “se concretiza empiricamente nas condições específicas da sociedade brasileira”. Nesse sentido, a tessitura de qualquer resposta implica, obrigatoriamente, na “análise da formação social do país” e também numa “consideração mais estrita das relações entre a classe trabalhadora, a burguesia industrial e o Estado”.¹⁰¹ Por outro lado, seguindo proposta diversa, poderíamos pensar em duas vias empíricas. Na primeira, caberia uma análise da Questão Social observando a “condição ocupada pelo indivíduo na escala de sobrevivência”, impondo, por conseguinte, analisar as “soluções de tipo assistencialista” decorrentes. Numa outra perspectiva, a análise seria direcionada sobre o mundo do trabalho, implicando em estudar “suas condições e regulamentação”, bem como o problema salarial. Nesse sentido, existe uma possibilidade maior de escapar de uma abordagem assistencialista.¹⁰²

A abordagem adotada neste trabalho, apesar de ser tributária das proposições citadas anteriormente, não considera nenhuma delas em sua totalidade, uma vez que o problema analisado nesta tese não permitiria tal procedimento. Não seria viável, tampouco possível, analisar a formação social do Brasil em sua complexidade, sobretudo pelo desvio de curso que o procedimento comporta, gerando uma desnecessária perda de foco. É escusado lembrar que não haveria tempo para uma pesquisa de tal envergadura. A Questão Social nos interessa na medida em que a disputa por sua solução agitou setores da sociedade. Nesse sentido, os projetos políticos de ordem econômica que incidem sobre esse assunto são o nosso objeto.

¹⁰¹ FAUSTO, Boris. *Idem*.

¹⁰² RANINCHESKI, Sônia. *Op. Cit.*, p. 201.

As contribuições advindas do pensamento sociológico são bem-vindas, sobretudo pela importância na delimitação da Questão Social, assim como na análise teórica do problema. No entanto, o historiador deve se ater à análise do objeto em concordância com as fontes selecionadas para estudo. Não se deve perder de vista que a pesquisa histórica, diferentemente da sociológica, deve demarcar a historicidade de seu objeto de tal maneira a minimizar os anacronismos. Sendo assim, tanto a categoria “Questão Social”, quanto “Juventude” têm um elo comum: são, ao mesmo tempo, objeto de estudo das ciências humanas e construções intelectuais e culturais, cuja autoria, em grande medida, deve-se à ação dessas mesmas ciências. A sociologia, a psicologia, a psicanálise, a pedagogia e as ciências médicas em geral têm grande responsabilidade nessa operação cultural, especialmente em razão de sua dimensão interventora na sociedade, por meio das atuações institucionais das escolas ou clínicas, por exemplo.¹⁰³

1.2.1 – A virada da Questão Social¹⁰⁴

No Brasil, a Questão Social também produziu problemas e embates políticos variados. Durante muito tempo considerada como “caso de polícia”, portanto, assunto a ser tratado por meio de repressão - tendência hegemônica na Primeira República -, progressivamente diferentes segmentos da sociedade foram mudando sua maneira de enfrentar o problema.

O reformismo social e o significado político deste perante a ordem social foram discutidos numa matéria publicada pelo jornal *A Greve* em 20 de julho de 1917. Expressando a perspectiva pragmática de um segmento do operariado, o jornal posiciona-se positivamente com relação à necessidade de mudanças na sociedade, bem como exorcizam qualquer caracterização de motivações extremistas em suas ações:

¹⁰³ Sobre esse duplo caráter das categorias Juventude e Questão Social ver, respectivamente: GROppo, Luís Antonio. *Juventude: Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000. Coleção Enfoques; PASTORINI, Alejandra. *A Categoria Questão Social em Debate*. São Paulo: Cortez, 2004. Coleção Questões da Nossa Época, v. 109.

¹⁰⁴ A expressão se encontra em BANDEIRA, Marina. *A Igreja Católica na Virada da Questão Social (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Vozes/ Educam, 2000.

[...] essencialmente conservadores, zelando como nos cumpre pelos interesses fundamentais da sociedade em que vivemos. Entendemos, porém, e este nosso modo de entender é antigo, que ser conservador não é fechar os olhos ao movimento progressivo do espírito humano e erguer um dique, por sistema, a toda reforma que se anuncia. Isto não é ser conservador, mas cego e reacionário [...]. O problema é o da maior atualidade em todo o mundo: a preocupação capital em todo o mundo civilizado é, nos dias que passam, da melhor maneira possível, a questão social.¹⁰⁵

A mudança de perspectiva alcançou os altos escalões do poder, de tal maneira que o jurista e político Rui Barbosa formulou uma das mais bem acabadas análises da Questão Social, verdadeiro marco na renovação da postura política a ser adotada diante de tal problema. Em conferência proferida no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, a 20 de março de 1919, quando em campanha à presidência da República, o intelectual traçou as diretrizes básicas do novo enquadramento da Questão Social. Esta, em vez de problema de ordem eminentemente trabalhista ou social, deveria ser tratada como problema humanitário e de desenvolvimento socioeconômico.¹⁰⁶

A argumentação do ilustre pensador tem no Jeca Tatu, personagem do livro *Urupês* de Monteiro Lobato, seu mote introdutório, em razão da estruturação do mesmo como um arquétipo do brasileiro, pois, conscientemente ou não, seu criador teria gerado “a síntese da concepção que têm da nossa nacionalidade os homens que a exploram”. O brasileiro, nessa ótica, estaria imbuído de “um fatalismo cego [que] o acorrenta à inércia. Nem um laivo de imaginação, ou o mais longínquo rudimento de arte, na sua imbecilidade”.¹⁰⁷ Na leitura crítica de Rui Barbosa, a visão hegemônica sobre as características éticas e sociais dos brasileiros não era das mais louváveis, a saber: politicamente alienados, civicamente passivos, avessos aos problemas socioeconômicos que assolavam o país, portanto, derrotados para a cidadania.

O ponto inovador da explanação reside no diálogo estabelecido com os operários. Para muito além da legitimidade concedida às reivindicações do operariado, o conferencista reconhece a plena cidadania deste segmento da sociedade, até então marginalizado, apesar de já ter alcançado algumas

¹⁰⁵ Apud. CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 99.

¹⁰⁶ “A questão social e política no Brasil”. BARBOSA, Rui. *Escritos e discursos seletos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 421.

conquistas perante as classes conservadoras, para usar a expressão corrente na época. As palavras proferidas não deixam margem a outra interpretação:

Operários brasileiros, que viestes hoje a mim, que me honrais com o desejo de me ouvir, que me estais dando a vossa atenção, a importância do elemento que representais cresce a olhos vistos, dia a dia, mas não principalmente, por ides crescendo em numerosidade [... mas] sim porque vos elevais em inteligência; sim porque melhorais em moralidade; sim porque vos desenvolveis no sentimento de vós mesmos, do vosso valor no meio dos outros fatores sociais, das vossas necessidades, na cultura desse valor.¹⁰⁸

No plano cultural, a grande transformação encontra-se na concepção do trabalho, considerado elemento primordial por ser o gerador do capital, inexistente sem a sua ação. Sendo assim, o trabalho não poderia ser considerado uma penalidade, mas algo positivo, pois através dele se alcançaria “a santificação das criaturas”. Em contrapartida, seguindo a linha de raciocínio, não havia qualquer positividade na escravidão, encerrada há poucas décadas, tampouco na exploração excessiva do trabalhador, tal como ocorria nas fábricas brasileiras. O futuro desenvolvimento estava subordinado à realização de profundas transformações sociais, que tornassem a relação capital-trabalho mais equitativa e humanizada.

A ação estatal em prol da proteção social ao trabalhador é advogada. Não se trata de qualquer transformação, pois Rui Barbosa foi um dos mais ilustres membros do panteão liberal brasileiro. Nesse sentido, tal reivindicação alcança grande significado histórico, embora não tenha sido um caso isolado, pois se trata de uma personalidade importante, de livre circulação entre os mandatários da nação, trabalhando pela reconfiguração do campo de atuação do Estado, convertendo em direito social práticas assistenciais realizadas pela assistência social privada, ainda que efetivada com apoio do poder público na dotação de verba. Estava em jogo a conversão de uma atividade esporádica numa prática sistematizada e obrigatória.

A experiência advinda da abolição dos escravos é invocada para justificar a ação do poder público, pois a herança escravista era um peso negativo para o país, sobretudo em razão da maneira como os escravos foram libertos: sem

¹⁰⁸ Ibidem, p. 424.

qualquer tipo de auxílio para integração social. Nesse sentido, critica o pensador, o Brasil, na verdade, teria libertado os senhores de escravos, pois o negro, em verdade, fora jogado à marginalidade e à exclusão social, quadro que ainda perdurava enquanto Rui Barbosa proferia o rígido parecer de que “o escravo continuava a sê-lo dos vícios, em que o mergulhavam”, sobretudo porque

aguçaram-se-lhe os maus instintos do atavismo servil com a educação da taberna, do bacamarte e da navalha. Nenhuma providência administrativa, econômica, ou moral, se estudou, ou tentou, para salvar do total perdimento esses valores humanos, que soçobravam. Nem a instrução, nem a caridade, nem a higiene intervieram de qualquer modo. [...] E eis aqui está como a política republicana liquidou o nosso antigo operariado, a plebe do trabalho brasileiro [...].¹⁰⁹

A solução para o problema da exclusão social e definitiva humanização da relação capital-trabalho passava, necessariamente, por uma reforma social implementada pelo Estado brasileiro, por meio da ação de seus burocratas e técnicos das mais diversas áreas. Nesse aspecto, o pensamento do Águia de Haia segue uma tendência que começava a construir sua hegemonia no cenário político da época. Os reformadores sociais tinham como premissa básica a ideia de que era possível intervir cientificamente na estrutura e organização social, de modo que a qualidade de vida dos pobres e miseráveis pudesse ser mudada.

Politicamente, Rui Barbosa professava a democracia cristã, surgida nas hostes católicas, filiação que o pensador fez questão de explicitar para seu público, referenciando o Cardeal Mercier, um dos principais líderes do movimento. Destarte, tal adesão o conduz à negação do socialismo, sobretudo em razão da premissa básica deste, qual seja, a luta de classes. Rui, assim como inúmeros outros de seu tempo, professavam a ideia da “união de classes”, em oposição direta à proposta socialista. Acreditava que sem paz e ordem pública o desenvolvimento socioeconômico seria impossível.

A preocupação de Rui Barbosa com as novas gerações é visível, especialmente no que concerne à qualidade de vida dos “menores”, de modo que a formação destes não fosse prejudicada. Lembra o proeminente jurista que o Decreto do Governo Provisório, emitido em janeiro de 1891, disciplinando o trabalho de “menores” nas fábricas da capital nunca recebeu qualquer tipo de

¹⁰⁹ Ibidem, p. 427.

regulamentação.¹¹⁰ Deste modo, a boa fé explicitada no introito do projeto, qual seja a de “impedir que, em prejuízo próprio e da prosperidade futura da Pátria, sejam sacrificadas milhares de crianças”, tinha se tornado letra morta. Tal preocupação com os futuros brasileiros o conduz à reflexão sobre a maternidade da mãe operária, tema intimamente ligado.

A qualidade de vida do operário é a meta central das transformações. O projeto reformador foi compartilhado por muitos segmentos da sociedade, apesar das divergências com relação à maneira como o mesmo seria aplicado, sobretudo se democrática ou autoritariamente. Conforme bem sabemos, haja vista o favorecimento que a perspectiva histórica nos concede, o campo político no qual Rui Barbosa atuava foi derrotado, sobretudo pela ascensão do grupo autoritário de cepa positivista, anos depois, com a chegada de Getúlio Vargas à presidência, por meio da Revolução de 1930. Malgrado esses percalços, a virada na Questão Social era inegável. Independentemente da posição defendida, nenhum segmento político poderia mais negá-la ou tentar ocultar os choques entre capital e trabalho, sobretudo após a onda grevista ocorrida em 1917.

A década de 1920 é um marco na mudança nas formas de controle social, pois a repressão tradicionalmente adotada perdera a sua eficiência e, conseqüentemente, a sua legitimidade. O desafio dos reformadores era construir “novas formas de dominação” a serem exercidas simultaneamente nas suas ações sociais. Se a onda grevista de 1917 não indica o desejo de participação política de novos segmentos sociais, com certeza aponta a necessidade de transformação nos mecanismos de controle social, pois revela “ao menos o desejo de um *modus vivendi*, com a presença regulamentadora do poder público”.¹¹¹

O meio político conservador produziu outra importante concepção sobre a Questão Social, sendo esta de autoria de Cincinato Braga. Os trabalhos reunidos em *Problemas brasileiros, magnos problemas econômicos de São Paulo* foram originalmente publicados em forma de artigos no jornal *O Estado de São Paulo*

¹¹⁰ Trata-se do Decreto nº 1313 de 17/01/1891, cuja ação se restringia apenas à capital federal, no caso, o Rio de Janeiro. O termo “menores” consta do próprio documento. Dada a discussão existente na historiografia, quanto a ter, a terminologia, se distanciado de seu estrito sentido jurídico – como designação do indivíduo inimputável perante a sociedade – resolvemos utilizá-lo com a adição de aspas.

¹¹¹ CAPELATO, Maria Helena. *Op. Cit.*, p. 95. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo/ Publifolha, 2000, vol. 2, p. 227.

durante o ano de 1921. A construção discursiva dos textos – dotados de intensa sensibilidade social e escritos com base numa retórica poderosa – não esconde os objetivos de seu autor de intervir na sociedade por meio do fornecimento de diretrizes e ideias para reordenamento da ação estatal no planejamento e na engenharia social.

A questão social, segundo compreensão de Cincinato Braga, é a face visível de um problema mais amplo, de legítimo trato pela “alta política”, ou seja, “o da interferência do Estado na repartição da riqueza entre os indivíduos”.¹¹² Sua percepção com relação à intervenção estatal possui alto grau de positividade, de tal modo que Cincinato Braga compara o Estado ao pai de família. Na concepção deste intelectual e político, a inabilidade do poder público seria não apenas o fator gerador, mas também potencializador do problema. Se o Estado realizasse de maneira correta a sua intervenção, não caberia qualquer ressalva ou censura, pois a questão social era considerada um problema de interesse da ordem pública. Dito de outra maneira, a questão social deveria ser enfrentada pelo poder público com políticas sociais e não com repressão.

A ausência de medidas estatais de enfrentamento desse conjunto de problemas produziria o agravamento das tensões entre os atores sociais, ameaçando a própria existência da sociedade. O temor maior de Cincinato Braga era o de que a “formação de nossa civilização”, a construção do futuro do país fossem ameaçadas pela ausência de harmonia entre os indivíduos que o compunham. Nesse sentido, o Estado, os capitalistas e os trabalhadores deveriam forjar uma “entente cordiale”, de maneira a consolidar o ambiente de harmonia social propícia ao desenvolvimento do país.

A questão social é um problema concernente à repartição da riqueza entre os componentes de uma dada sociedade. Nesse sentido, cada povo teria uma configuração distinta para o problema, “porque de uns para outros varia o acervo da riqueza, de uns para outros muda a proporção numérica entre afortunados e desafortunados, entre contentes e descontentes (...)”. Daí nasce sua percepção de que a existência do problema não tenha qualquer vinculação com o regime político em vigor ou mesmo com outras configurações estruturais que não a

¹¹² BRAGA, Cincinato. *Problemas brasileiros, magnos problemas econômicos de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948 [1921], 3ª edição, p. 158. Coleção Documentos brasileiros 59.

existência de riqueza, pois, “para emergir na sociedade esse complicado problema, nada importa o fato de ser um país novo, democrático, pouco povoado, com todas as garantias de liberdade de trabalho”.

A complexidade do problema em discussão é o fator gerador das múltiplas soluções partidárias, sejam estas no âmbito da política ou por meio de ações de força, tais como o terror ou a anarquia, cujo efeito resultante seria “o regresso da humanidade à situação das feras que se entredevoram na floresta”.¹¹³ Nesse sentido, sua analogia entre família e Estado alcança poderosa força de legitimação da nova perspectiva política frente à questão social. Senão vejamos como Cincinato Braga conclama seu leitor a acompanhar seu raciocínio:

Imagine-se, por exemplo, um bom pai, senhor de variada e vasta fortuna, a tratar de, em vida, reparti-la entre seus dez filhos, seguindo o mesmo critério que dirige os homens na comunhão social, isto é, fixando o *‘quantum’ de cada quinhão segundo o merecimento físico, intelectual e moral de cada filho no esforço da luta pela vida*: - ver-se-á então o que é uma coisa difícil neste mundo! Renuncie esse pai a essa tarefa: e permita que seus dez filhos e genros procedam a essa partilha por mãos deles próprios, *sempre segundo aquele mesmo critério divisório*: - ver-se-á então coisa mais difícil ainda!¹¹⁴

A posição com relação à riqueza é, aparentemente, de alto teor de radicalismo, pois criminaliza a existência de concentração de capitais e a formação de fortunas, a ponto de bradar pela ação estatal no sentido de “encerrar nas prisões” os seus detentores. Ao Estado, nessa linha de raciocínio, caberia o papel de árbitro e mediador do processo. Ainda que obtidas dentro da legalidade, as grandes fortunas deveriam ser alvo de ação legal para impedir ou ao menos dificultar a sua formação. Em situação oposta, ou seja, sem a criação de mecanismos legais contrários à concentração de capitais, o poder público estaria referendando um cenário de total permissão à apropriação dos bens da “comunhão social” por uma minoria da população, potencializando o risco de lançar os demais membros da sociedade na miséria e, dessa maneira, fragilizando o tecido social.

A posição dos governos, sugere Braga, deve ser a de aumentar a produção de bens necessários à sobrevivência das pessoas. Os malefícios da concentração

¹¹³ Ibidem, p. 158-159.

¹¹⁴ Ibidem, p. 159. Itálico no original.

de riqueza para a manutenção equilibrada do tecido social deveriam ser combatidos por meio de ações governamentais que garantissem às pessoas o acesso a bens de variados tipos. Há nessa concepção uma maior abertura com relação ao campo de ação do Estado, assim como um papel qualitativamente diferente. Além de cuidar de áreas como segurança, infraestrutura e economia, o Estado também seria responsável pelo cuidado das pessoas, por meio do novo campo de ação social que se inaugurava naquela década de 1920. Portanto, o Estado era visto como “representante e defensor direto dos interesses gerais da comunhão social” e, por isso, “não pode ver com olhares carinhosos a concentração excessiva de capital na burra de um só, seja este capital terras, seja títulos, seja moeda corrente”.

A reflexão de Cincinato Braga, no entanto, não fica restrita aos aspectos econômicos do problema, considerando também os aspectos da moral social, conforme ele mesmo enfatiza. Nessa dimensão, os efeitos negativos seriam ainda maiores. Os efeitos degradantes do luxo sobre a moral das pessoas correspondem a um ponto da maior preocupação para este pensador, sobretudo porque se tornaria, no longo prazo, um risco à própria sobrevivência da sociedade, ou seja

o alto luxo é uma paixão tão entortecedora, quanto os vícios do álcool e do jogo. Arrasta em seus turbilhões pais e mães de famílias, os que podem e os que não podem. Quantas tragédias dolorosas a paixão do luxo engendra nos campos da honra! Pior do que o vício do jogo. Arrasta em seus turbilhões pais e mães de famílias, os que podem e os que não podem.¹¹⁵

Ao deslindar as implicações de ordem moral que incidem sobre a questão social, elucida com detalhes sua posição na contenda entre capitalismo e socialismo, revelando a importância do desafio lançado por este na sua crítica ao sistema de lucros, capitais e negócios. Destarte, alerta Cincinato Braga que o estadista não deve exagerar na dosagem da intervenção. Um governo que tentasse excluir a ambição do cenário produziria um retrocesso nos moldes do escravismo, gerando um desequilíbrio econômico sem precedentes, na medida

¹¹⁵ Ibidem, p. 161.

em que a resultante escassez geral da produção revoltaria a população e liquidaria as lideranças “aos golpes da fome generalizada”.¹¹⁶

A sugestão de Braga é a aplicação de um imposto de valor progressivo sobre o patrimônio dos detentores de riquezas. Os valores arrecadados deveriam compor um fundo cujos recursos seriam de uso exclusivo e, portanto, deveriam permanecer apartados dos demais recursos públicos. Os trabalhadores pobres poderiam, a partir de então, contar com o auxílio de instituições sociais, como hospitais, creches, asilos, entre outras.

Dentre os pensadores e críticos que se debruçaram sobre a Questão Social merece destaque também a reflexão elaborada pelo jurista e educador Antonio Sampaio Dória. Em 1922, o professor da Faculdade de Direito de São Paulo publicava uma obra marcante para o tema em discussão: *A Questão Social*. O subtítulo do livro era bem condizente com sua época: *Quais os princípios científicos a adotar na formação da legislação social no Brasil*. Originalmente, o texto fora produzido como dissertação de concurso para o lugar de Lente Substituto da 5ª Seção da Faculdade de Direito de São Paulo.¹¹⁷

A obra é importante sobretudo por conta da posição política adotada por seu autor no sentido de questionar o liberalismo ortodoxo sacramentado pela Constituição de 1891, bem como no de advogar uma urgente e necessária intervenção do Estado para a correção deste problema que tanto maculava a sociedade brasileira. O tom ácido das críticas e a ironia fina com a qual inicia sua obra dão bem a dimensão de sua devoção à causa. Comentando a abordagem dada à Questão Social pela primeira Carta Magna republicana, por meio do artigo 72, busca demonstrar a ilusão e o distanciamento da realidade que o texto constitucional estabeleceu. Uma leitura do mesmo marcaria uma imagem idílica do Brasil e, sobretudo, ilusória:

O país é grande, é rico, e pequena a população. Aqui não tem fome. Só não trabalha quem não quer. Só não enriquece quem não providencia. Colhem-se moedas de ouro em árvores pendentes à beira dos caminhos. Não há exploração do capital. O trabalho recebe, sempre, a justa paga do esforço que realiza.¹¹⁸

¹¹⁶ Ibidem, p. 162.

¹¹⁷ DÓRIA, Antonio de Sampaio. *A Questão Social*. São Paulo: Monteiro Lobato & C., 1922.

¹¹⁸ Ibidem, p. 6.

A discordância com a solução liberal para os problemas sociais é explícita e materializada em diversos aspectos. O artigo 72 da Constituição de 1891 estabelece, no seu § 24, ser “garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial”, sendo que a interpretação corrente era a de que o Estado não realizaria intervenções nesse segmento. Tal não é a posição de Dória, para quem o trabalho não deveria se confundir com “artigo de comércio”, ou seja, “cumpre respeitar-se a dignidade do homem, e o vigor da raça”.¹¹⁹

O leitmotiv é a legitimação da Questão Social, pois Dória considera ser a mesma um problema concernente a “todos os lugares, e de todos os tempos”, sendo que “só deixará de existir, quando a justiça garantir principalmente aos que vivem do pão de cada dia as condições sociais de igualdade no exercício da liberdade”.¹²⁰ Um problema genético, de constituição da sociedade capitalista ou não, somente seria enfrentado, com ou sem sucesso, por meio da intervenção estatal em prol da proteção do trabalhador. A ação do Estado deveria beneficiar o regime do produtor independente, de modo que a concentração da riqueza sofresse alguma involução, por meio de legislação que favorecesse:

- 1º) o acionato obreiro;
- 2º) os bancos populares de crédito industrial e agrícola;
- 3º) as cooperativas de produção e consumo;
- 4º) a educação maternal, primária e profissional.¹²¹

Dória responde aos que negam a existência da Questão Social não apenas com um diagnóstico das concepções e ações práticas das variadas tendências políticas, mas também com um conjunto de propostas práticas para transformar a realidade social. A sociedade brasileira necessitava, pensava Dória, de ações práticas urgentes, de uma reforma na sua estrutura básica. O pensador recusa o liberalismo como referencial teórico, mas não abraça a solução socialista. Embora estabeleça um diálogo informal com as teses socialistas, não aderiu ao conjunto como um todo, pois era um reformista bem à inspiração da sociologia clássica de base durkeimiana, portanto, antiliberal, e não um adepto da revolução. Nesse sentido, considera a preservação e a estabilidade da sociedade como uma meta

¹¹⁹ Ibidem, p. 369.

¹²⁰ Ibidem, p. 6.

¹²¹ Ibidem, p. 370.

importante a ser concretizada, pois o indivíduo chega ao mundo numa sociedade já constituída. É o indivíduo que deve se adaptar à sociedade, e não o oposto.

Em seu entendimento, o verdadeiro liberalismo somente entraria em vigor quando o trabalho não mais fosse espoliado pelo capital. O liberalismo estaria presente “na escolha das profissões, na quantidade diária do trabalho, na legítima repartição dos produtos”, ou seja, a liberdade e os direitos individuais seriam preservados, apesar de sofrerem alguma regulamentação mais estrita. Ao Estado, nesse modelo, não caberia o papel de “grande empresário das indústrias, com exércitos inumeráveis de funcionários”. Sobretudo, seria a função primordial do Estado a garantia do “equilíbrio da justiça”, isto é, a garantia de que trabalhadores e empresários, bem como todos os demais membros do todo social tivessem acesso às benesses geradas pela produção de riquezas. O Estado, na concepção deste autor, é alçado à condição de mediador não apenas da relação capital-trabalho, mas também da relação Indivíduo-Sociedade. Não desconhece, contudo, os riscos de tal status, pois defende alguma limitação para a sua atuação. Nesse sentido, se o Estado não tivesse de se converter em proprietário das empresas e dos meios de produção, também não deveria, em contrapartida, transformar-se no maior dos autocratas, mergulhando a sociedade “no mais negro despotismo, no carrasco, inconsciente e onipotente, das liberdades individuais”.¹²²

O que seria necessário realizar para que a relação capital-trabalho se tornasse mais humana? Sampaio Dória não tem dúvida de que a igualdade econômica é essencial. As transformações produzidas pelo liberalismo não se realizaram em sua totalidade, ao menos para a realidade brasileira. Isso porque não teriam sido superados os privilégios de nascimento que as antigas famílias nobres desfrutavam, já que esse sistema fora adaptado para a realidade do século XX. A insignificante mobilidade social existente no Brasil era a prova irrefutável de sua tese. Assim, as transformações produzidas pelo liberalismo na Europa, no sentido de combater os privilégios de nascimento, não teriam se processado nestas paragens, pois

os filhos dos arquimilionários são, hoje, mais privilegiados, na vida, que os antigos nobres de linhagem plurissecular. Para que os ricos aumentem a sua riqueza, os que nascem pobres, vegetam os seus dias

¹²² Ibidem, p. 372-373.

sem esperança de evadir-se ao cárcere da sua indigência. E, o que é mais doloroso, vive o pobre, o operário, o que trabalha, obrigado a fundir, com as suas mãos, as cadeias com que os ricos o escravizam.¹²³

Malgrado não seja um socialista, Sampaio Dória contribui para a penetração dessas ideias no cenário político brasileiro, sobretudo por acatar, seguindo as trilhas abertas por Rui Barbosa, em conformidade com citação expressa em seu livro, uma premissa essencial, qual seja a de conceder voz aos grupos sociais marginalizados, especialmente aos operários, visto que “ninguém, com responsabilidade nos destinos sociais, pode ser indiferente ao clamor de mil clamores que atroam os ares, e ameaçam derrocar a civilização”.¹²⁴

1.2.2 – Reparos na teoria liberal

A posição teórica e política de Rui Barbosa, conquanto fosse liberal, não o era no seu formato clássico e nem mesmo tratava-se de uma adesão única e irrestrita, isso porque ele incorporou valores e premissas da democracia cristã que alteravam sua perspectiva analítica em diversos pontos. Destarte, tal aspecto não diminui a importância desse pensador para a história do liberalismo no Brasil.¹²⁵

A morte de Rui Barbosa, em 1923, e a reaglutinação do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, em 1928, em torno de Getúlio Vargas encerraram as tentativas de oposição liberal no plano nacional. Entretanto, em São Paulo, sobretudo por conta da fundação do Partido Democrático em 1926, houve um reordenamento da oposição liberal.

O acadêmico João Arruda (1891-1943) formulou uma proposta teórica em bases liberais consistentes e que rompia com a perspectiva positivista, especialmente no que tange à superação da prática autoritária da Primeira República. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, magistrado até 1896 quando assumiu cadeira na mesma faculdade como professor substituto, posteriormente alçado à posição de catedrático, externou suas ideias através do livro *Do Regime Democrático* publicado em 1927. Um dos pontos originais da reflexão, malgrado não seja o único, é a teorização sobre a Questão Social no

¹²³ Ibidem, p. 9.

¹²⁴ Ibidem, p. 11.

¹²⁵ PAIM, Antonio. *História do Liberalismo Brasileiro*. São Paulo: Mandarim, 1998, p. 132-150.

cerne do pensamento liberal. O trabalho intelectual de João Arruda confirma, por outros caminhos, a constatação da historiadora Maria Helena Capelato quanto à flexibilização da prática liberal, sem que isso significasse um abandono da teorização e da reflexão doutrinária.¹²⁶

A Questão Social, foco central do nosso interesse por essa obra, era considerada um problema da máxima gravidade para as sociedades naquela década de 20, juntamente com a montagem de um exército nacional, conjuntura do pós-Grande Guerra. O período em consideração, ressalta o autor, seria marcado por uma conjuntura conturbada, obrigando os seus contemporâneos a “corrigir os erros das gerações passadas”. Destarte, o acadêmico considera que o “aperfeiçoamento de nossa organização social” poderia ser obtido por meio de uma série de reformas sociais, nas quais o Estado teria um papel reservado.¹²⁷

A essência do posicionamento de João Arruda quanto a esse problema segue a tradição do pensamento liberal, ou seja, “deve o Estado fazer tudo quanto se mostrar o indivíduo incapaz de levar a termo”. Trata-se, como informa o próprio autor, da adaptação de uma premissa de caráter econômico elaborada por Adam Smith. Três possibilidades explicariam a desmotivação dos indivíduos por atuarem em determinado segmento: (a) impossibilidade de obtenção de vantagem pecuniária; (b) medo de não conquistar qualquer retorno no investimento ou ainda (c) a impropriedade de investimento exclusivamente privado sem a participação do Estado.

A intervenção do Estado, nesse sentido, nunca esteve excluída da doutrina liberal, mas apenas não recebera a discussão necessária. Tal mecanismo deveria ser usado de maneira criteriosa, pois o Estado, desde que em formato democrático, só traria benefícios à sociedade com a sua atuação e fiscalização. Os tempos de Luiz XIV com sua perspectiva absolutista, sintetizada na célebre frase “L’État c’est moi”, tinham ficado para trás, portanto nada mais justificaria o temor com relação à ação estatal, apesar da necessidade de vigilância constante. Assim sendo, ao contrário da interpretação hegemônica sobre o liberalismo, o individualismo de sua doutrina não invalida a ação coletiva, apenas a limita e a

¹²⁶ CAPELATO, Maria Helena. *Op. Cit.*, p. 96.

¹²⁷ ARRUDA, João. *Do regime democrático*. São Paulo: Universidade, 1949 [1927], 2ª edição, p. 132.

reduz ao mínimo necessário, sendo imperativa sempre que o bem comum estiver ameaçado.

Como era de praxe entre os liberais, Arruda também era antissocialista. Ainda assim, seu diagnóstico sobre o agravamento da condição de vida entre os operários converge com a visão de seus adversários de doutrina, pois também considera que “as máquinas vieram agravar a situação das classes menos favorecidas da sorte”¹²⁸, mas não sem apresentar um reparo que o afasta do socialismo: sem as máquinas a situação poderia ser ainda pior. Por certo, é escusado dizer, dada a posição doutrinária deste autor, sua postura é antirrevolucionária e defensora do reformismo, por não considerar possível a realização de um conjunto amplo de transformações a um só tempo. Isso porque, argumenta, “não é para o cérebro de um homem, não é mesmo para uma geração transformar radicalmente tudo quanto os séculos constituíram”¹²⁹, sendo tal regra extensível a toda organização social.

A reforma defendida por este liberal não poderia ser de ordem econômica apenas, mas de caráter amplo e plural, pois eram muitos os problemas que assolavam o país, portanto muitas deveriam ser as maneiras de enfrentá-los. Além disso, a educação era considerada um elemento importante para que a nação pudesse se desenvolver. Ainda que de maneira sutil e em uma abordagem indireta, a preocupação para com as novas gerações está presente no pensamento de João Arruda.

Na sua estratégia de enfrentamento à questão social, a função da educação tem uma importância vital. De um lado, funcionaria como catalisador do desenvolvimento econômico, mas, de outro, e de maneira complementar, contribuiria para neutralizar a luta de classes. Esta era considerada “um dos mais sinistros fatores das desgraças na comunhão”. O fator preocupante para o pensador liberal era a incapacidade do povo de perceber que apenas em raras situações particulares “deixa o interesse social de coincidir com o dos indivíduos, uma vez que haja o regime democrático”.¹³⁰

O regime democrático, nesse sentido, equilibraria o difícil equacionamento entre o individual e o coletivo, possibilitando aos indivíduos trabalharem em prol

¹²⁸ Ibidem, p. 128.

¹²⁹ Ibidem, p. 129.

¹³⁰ Ibidem, p. 131.

do bem comum. Para ele, somente nas oligarquias haveria uma estratificação social rígida em classe dirigida, de tal modo que as classes sociais se convertessem em castas. Conquanto democrata preocupado com a estratificação social e defensor de reformas sociais, Arruda atribui um papel especial à elite, que seria o de indicar o sentido e os rumos que as reformas tomariam, seja pela ação da lei e da imposição da autoridade, seja pela ação empreendedora.

O projeto reformista deveria combater em muitas frentes, conforme defende seu formulador, mas a principal contribuição da concepção em análise é a de propor um combate ao problema do trabalho que considere não apenas o operariado, mas também todos os outros segmentos. A maior prova dessa nova demanda reside na ação do sindicalismo, que já atuava junto a variados segmentos dos trabalhadores, demonstrando “que o movimento de transformação social já passou da classe operária para as outras, já vai alastrando por toda a sociedade”. Na avaliação de Arruda, uma vez “melhorada incontestavelmente a situação da classe operária, seja por um movimento altruístico, seja pelo temor infundado, vão e tolo da imaginária revolução social [...]”, seria imprescindível alguma precaução com as intervenções, uma vez que, ao se reduzirem “as horas de trabalho dos operários, aumentado seu salário”, correr-se-ia o risco de um efeito colateral negativo, ou seja, “a consequência foi a alta do produto, porque o capitalista sempre sabe tirar de outrem o que se vê forçado a perder, e essa alta veio afetar o modesto orçamento dos membros das classes assalariadas, que não a dos operários propriamente ditos”.¹³¹

A proposta de reforma exclusivamente econômica somente faria sentido para o socialismo, pois este era dotado de um viés “meramente econômico”, especialmente a partir do momento em que o materialismo histórico recebeu a adesão de amplos setores da intelectualidade. Além disso, o entendimento de Arruda é o de que uma abordagem correta das reformas relacionadas à questão social se ocuparia de outros assuntos, uma vez que os mesmos afetavam a reforma econômica de maneira direta.

Em franca oposição às teses socialistas, o acadêmico conduz sua discussão por uma linha muito específica, que é a das instituições sociais, pois parte do princípio de que “reformas em pontos não patrimoniais influem em

¹³¹ Ibidem, p. 131-132.

interesses patrimoniais”. Assim sendo, analisa a instituição familiar, sobretudo com relação às transformações sobre o conceito de pátrio poder. Este foi alvo de profunda discussão na opinião pública brasileira, em razão das repercussões produzidas em torno do Código de Menores, alvo da oposição de variados segmentos da sociedade. Dos economistas, por temerem a desorganização da produção e o conseqüente desequilíbrio econômico, em razão da retirada deste importante efetivo da mão de obra; dos pais, por temerem a cessação do direito ao pátrio poder ou do auxílio financeiro dos filhos.

Em alguns segmentos políticos do Brasil a reforma relativa à condição de vida infanto-juvenil, sobretudo no que concerne ao trabalho, era tida como a mais importante. Embora não seja contrário à legislação de menores, Arruda não deixa de estruturar alguns reparos. A maior falha da empreitada, conforme seu entendimento, reside no limitado escopo de ação, pois teria apenas se restringido à retirada dos menores do espaço de trabalho, sem oferecer-lhes qualquer contrapartida em educação.

A educação recebe grande ênfase como elemento necessário para desenvolvimento do indivíduo e da sociedade como um todo. O problema da intensificação do êxodo rural, na leitura do intelectual, dava-se em razão da falta de qualificação do homem do campo para lidar com a agricultura. As pessoas não desejavam mais lidar com as dificuldades do trabalho pesado do mundo rural, e tal realidade poderia ser sanada por meio de qualificação técnica ofertada em institutos estatais ou privados.

A reforma educacional deve ser enfrentada em outro ponto, qual seja o da oferta de educação moral e cívica. Nesse sentido, a doutrina liberal já se apresenta renovada, pois não somente aceita como reivindica a intervenção do Estado no assunto. A instituição familiar não era mais vista como capaz de ministrar às crianças e adolescentes um consistente ensino moral e cívico, ao menos não sem restrições e apresentação de ressalvas. Destarte, na visão de João Arruda, o poder público deveria levar em consideração que muitas famílias não possuíam pessoas instruídas entre os seus membros, dado o elevado percentual de analfabetismo entre os brasileiros naquele período. Não lhe escapam, além disso, as ingerências políticas no âmbito educacional. Arruda não confiava na capacidade do professor primário de incutir valores morais na

consciência de seus alunos, na medida em que os docentes tinham sua ação limitada pelas pressões exercidas por chefes políticos locais.

A perspectiva de ação estatal é de caráter preventivo. Deve o Estado agir, sempre que possível, antes que o problema ocorra, adotando medidas para dificultar a incidência de problemas sociais. Nesse sentido, a concepção de ação estatal de João Arruda está inserida nos quadros da modernidade. O enquadramento da questão comporta outro elemento importante: um equacionamento mais nítido entre o indivíduo e a coletividade. Sendo assim, a concepção liberal em análise defende enfaticamente que o indivíduo deve ser preparado desde a mais tenra idade para se tornar um adulto útil à sociedade. Com o fito de obter a concretização de seu projeto, o acadêmico arremata ser esse processo de educação da mocidade o responsável pela formação de um povo de caráter inteiramente novo, o que levaria a uma correspondente remodelação ou transformação das pessoas, fatores extremamente importantes para o bem social.¹³²

A elaboração de leis é parte importante do processo reformista, porém não mais que a correta e eficaz aplicação das mesmas. As finalidades que presidem a aplicação delas naquele momento histórico são novas, pois “busca-se o interesse da comunhão, procura-se (...) que a sociedade não seja mãe para um limitadíssimo número, e madrasta para a multidão”.¹³³ Nesse sentido, a função do poder público em todas as instâncias era a de garantir isonomia no tratamento entre as classes sociais.

As reformas sociais são processos complexos e, por isso, demandam acuidade e estudo sistemático antes de serem levadas a efeito, uma vez que, se mal aplicadas, podem gerar efeitos colaterais. Além disso, requer do poder público uma avaliação de suas repercussões perante os diversos segmentos da sociedade. Entretanto, por maiores que sejam os cuidados adotados pelos governantes, estes não devem esquecer que

Não podem as mais altas inteligências apanhar tudo quanto se passa no seio da comunhão social, e assim deve o reformador, por mais rápidas que sejam as mudanças na vida social, atender ao que deseja o povo, e

¹³² Ibidem, p. 135.

¹³³ Ibidem, p. 135-136.

examinar o que é possível ser feito no momento atual e no meio em que vai operar a mudança.¹³⁴

1.2.3 – O perigo das “ideias exóticas”

Liberais e antiliberais travaram intensa batalha pelo domínio de espaços na política e na opinião pública. Não se negava a necessidade de realização das reformas sociais, mas havia enfática preocupação com a penetração das “ideias exóticas”, ou seja, as ideologias políticas de esquerda, ressalva comum a ambos os campos políticos, embora recebesse maior ênfase no pensamento antiliberal.

Plínio Salgado é um dos expoentes do pensamento político autoritário em gestação desde a Primeira República brasileira. Uma leitura do Manifesto Integralista¹³⁵ lançado em São Paulo permite notar os principais valores doutrinários, bem como constatar as principais propostas de reorganização do espaço político nacional e internacional. O trinômio Deus, Pátria e Família expressavam os valores essenciais da doutrina integralista. Um ponto essencial do Integralismo, desde os seus primórdios, é a tentativa de correção dos problemas da humanidade na contemporaneidade por meio de ação política gerenciada e planejada pelo Estado, cuja missão seria a proteção de todos. Esse último elemento constitutivo não é particularidade exclusiva de Plínio Salgado, tampouco do Integralismo.

Tema da mais alta relevância no debate nacional brasileiro no período histórico analisado, a questão social é discutida em detalhes no Manifesto, cujo texto defende que a mesma “deve ser resolvida pela cooperação de todos, conforme a justiça e o desejo que cada um nutre de progredir e melhorar”. Ainda que o problema fosse da mais alta relevância e emergência, jamais poderia ser combatido por meio de soluções extremadas, sendo, portanto, imprescindível a conservação do direito de propriedade. O capitalismo de linhagem liberal era renegado pelo integralismo, por ser considerado incapaz de concretizar tal ideal de conagração entre os membros da nação, em razão do exacerbado individualismo. No entanto, a solução comunista era tão ou mais temida que a

¹³⁴ Ibidem, p. 137.

¹³⁵ Manifesto Integralista. 7/10/1932. Ação Integralista Brasileira. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/novo/?cont=75&tx=0>>. Acesso em: 18/4/2008.

liberal, por conta do seu caráter coletivista, pretensamente científico, mas na verdade opressor, que pretendia

reduzir todos os padrões a um só e escravizar o operariado a uma minoria de funcionários cruéis, recrutados todos na burguesia. O comunismo destrói a família para melhor escravizar o operário ao Estado; destrói a personalidade humana para melhor escravizar o homem à coletividade; destrói a religião para melhor escravizar o ser humano aos instintos; destrói a iniciativa de cada um, mata o estímulo, sacrifica uma humanidade inteira (...).

O integralismo defende o desenvolvimento integral do operário, revelando a concepção restritiva do grupo quanto à questão social, entendida simplesmente como um problema com o operariado e não como problema social mais amplo. Nesse sentido, a preocupação com a manutenção da ordem social constitui a essência dessa leitura. Por meio da aplicação dos princípios doutrinários do movimento, pretendiam os integralistas alcançar o desenvolvimento do operário nos planos moral, intelectual e material, de tal maneira que “o herói da nova Pátria” se convertesse “no homem superior”.¹³⁶

O pensamento político de Oliveira Vianna e de Azevedo Amaral é paradigmático quanto a esse problema, não apenas pelo alcance de suas ideias na condição de teóricos, mas também pelo espaço que ocuparam na política brasileira ou na administração pública, sobretudo no governo Vargas. Do primeiro consideramos um trabalho produzido no início dos anos 1920; do segundo um trabalho do final dos anos 1930, de tal maneira a esquadrihar um período amplo desse posicionamento.

“Os vários problemas, que, no seu conjunto, constituem a chamada ‘questão social’, estão, entre nós, mal postos”.¹³⁷ Com tal julgamento Oliveira Vianna assume uma posição diante de tão intrincado problema. Para o intelectual, não era possível qualquer reflexão sobre a questão social que não a vinculasse a uma discussão sobre o nacionalismo, um dos pilares de seu pensamento político-social. No entanto, o que chama mesmo a atenção na sua discussão sobre o tema é que a argumentação do autor não comporta qualquer definição explícita e

¹³⁶ Ibidem, Idem.

¹³⁷ VIANNA, Oliveira. “Nacionalismo e Questão Social”. IN: Idem. *Pequenos Estudos de Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942 [1921]. Coleção Brasileira, vol. 216, p. 110.

sistemática sobre o que seja a Questão Social, informando apenas que ela extrapola a dimensão do trabalho.

O argumento da especificidade nacional é invocado por Oliveira Vianna para refutar uma leitura específica da Questão Social, mas, sobretudo, para neutralizar as possíveis transformações originadas das mutações no plano das ideias, pois estas trazem consequências, como bem sabia este intelectual. Escamotear a Questão Social do debate público e da discussão política era o objetivo maior, porém não professado, de tal procedimento.

As concepções e o posicionamento político de Vianna diante do problema trazem em seu bojo a variável político-cultural do nacionalismo, merecedora de amplo destaque por parte do intelectual. Assim como inúmeros outros de sua época, o sentimento exacerbado de valorização dos bens nacionais, da autêntica cultura brasileira compõe um item basilar de seu pensamento. Contudo, por mais que o intelectual declarasse o nacionalismo como componente vital de qualquer consideração, é sutilmente preterido diante do dilema político incorporado à Questão Social: qual modelo deveria ser adotado pelo país para encaminhar o problema trabalhista. Nesse sentido, a Questão Social é definida indireta e implicitamente como o conjunto de problemas que assolavam a população brasileira – e os trabalhadores industriais em particular – deixando-a à mercê dos efeitos nefastos da pobreza.

Invocando uma postura pragmática, assim como a sua filiação intelectual ao pensamento de Alberto Torres, Vianna refuta os modelos adotados na Alemanha e na Rússia, excessivamente radicais e inapropriados “às necessidades, às responsabilidades e às possibilidades do nosso grupo nacional”. No entanto, se as camadas dirigentes do Brasil adotassem o modelo em vigor “na robusta Europa do individualismo anglo-saxônio”, então tudo estaria certo, ainda que o procedimento da importação de ideias estivesse presente da mesma maneira.¹³⁸ Assim sendo, o problema não estava na importação de ideias, mas sim em quais delas seriam importadas, quais as finalidades subjacentes às mesmas e, sobretudo, quais os impactos que elas produziriam no ordenamento social brasileiro.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 112-113.

Vianna, assim como outros intelectuais de cepa conservadora, ainda que de diferentes matizes, entende a questão social como uma ideia imprópria à realidade histórica e social brasileira, por conta de um suposto vício constitutivo do campo intelectual brasileiro, qual seja, tanto

neste caso, como em todos os outros e em todos os tempos, sempre procedemos segundo a nossa velha maneira, isto é, partimos sempre dos sistemas, das teorias, das doutrinas, das ideias feitas – em suma, da ‘opinião dos autores’, e baseamos todos os nossos raciocínios sobre esses materiais teóricos, sem pensarmos em mesclá-los com a menor porção, o traço mais insignificante das nossas realidades, dos fatos concretos do nosso meio e da nossa vida.¹³⁹

Nesse sentido, tanto no debate intelectual, quanto na imprensa ou no parlamento, a Questão Social estaria totalmente fora de foco e orientada pelos valores errados. Ideias originárias das matrizes comunista, socialista ou anarquista pertenceriam ao que Torres outrora chamara de “utopias retrógradas”, apesar das opiniões contrárias emitidas por teóricos simpáticos às mesmas.

A preocupação subjacente, ressalta o autodeclarado pragmático Vianna, deveria ser com os resultados que essas ideias produziriam no cenário nacional, verificando se as mesmas seriam capazes de gerar um sólido desenvolvimento econômico para o país. Nesse sentido, tais ideias seriam totalmente impróprias para o Brasil em virtude de seu anacronismo crônico, na medida em que os revolucionários tinham a pretensão de

instaurar uma idade de ouro, que já passou e de que o homem, na sua evolução histórica, se vem libertando progressivamente. Seria obrigá-los a um retrocesso prodigioso a épocas que se perdem nos longes mais obscuros do passado, à idade bíblica das patriarquias abramícas, ao período rudimentar das tribos e das hordas pastorais.¹⁴⁰

A Questão Social poderia ser resolvida, seguindo o exemplo de outros povos, por meio do sindicalismo, desde que esvaziado de qualquer ideia socialista, comunista ou anarquista. As preocupações dos dirigentes estatais, coordenadores do processo reformista de combate aos problemas sociais, seriam de ordem prática, ou seja, atuar-se-ia dentro do campo profissional, visando

¹³⁹ Ibidem, p. 110.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 114.

apenas ao bem-estar do trabalhador e de seus entes queridos, assim como ao desenvolvimento de um “espírito de cooperação e de solidariedade”.¹⁴¹

Os modelos de sindicalismo adotados por Alemanha, França, Itália e Espanha não teriam qualquer serventia ao Brasil em razão da essência radical e doutrinária dos mesmos. A escolha do modelo inglês tinha ainda uma segunda motivação: o necessário desenvolvimento econômico que o Brasil deveria alcançar. A moderna configuração econômica, cuja hegemonia industrial despontava nos países mais avançados, demandava uma rápida movimentação por parte das classes dirigentes do país, de tal maneira que a primeira preocupação era não perder nem tampouco impedir qualquer possibilidade de crescimento.

A adoção do comunismo no Brasil não tinha qualquer razão de ser. O estágio evolutivo da economia brasileira não havia ultrapassado os problemas básicos da produção de riqueza, portanto seria impensável uma discussão que apenas faria sentido para sociedades avançadas, haja vista já terem resolvido essa primeira questão. Em suma, era impossível discutir a distribuição de uma riqueza que sequer fora gerada.

O comunismo somente se aplicaria em situações bem específicas. A primeira delas seria a exiguidade populacional. A escassez de meios de subsistência ou de terras para cultivo também possibilitariam a adoção do sistema, em virtude de seu poder de planejamento centralizado dos recursos. Por fim, as peculiaridades da formação histórica do Brasil legitimam a posição do autor, contrária ao comunismo.

Os grandes momentos da formação histórica do Brasil comprovam a tese de que essa nação teria se formado por conta do espírito empreendedor de seu povo. Sendo assim, essa tendência histórica não habilitaria a sociedade brasileira a adotar as “ideias exóticas” fundamentadas no “igualitarismo” e “na mesquinhez dos seus objetivos econômicos”. A essência que presidiu a formação do país, ao contrário, “é uma afirmação quadrissecular de energia, de independência, de audácia, de ambição larga e grande domínio e riqueza”.¹⁴² Sendo assim, todo o movimento de expansão das fronteiras, dos bandeirantes a outros movimentos

¹⁴¹ Ibidem, p. 116.

¹⁴² Ibidem, p. 118.

sertanistas, passando pela ocupação da região do Tietê, Paranapanema, Itu, planície gaúcha, vale do rio Uruguai, a colonização de Santa Catarina e Paraná, bem como outros momentos históricos seriam a maior prova de que o comunismo era contrário a essa essência empreendedora nacional.

Assim como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral também faz profundas críticas às abordagens correntes sobre a Questão Social. Mesmo após a instauração do Estado Novo, regime energicamente repressor às atividades políticas da esquerda, ou mesmo da direita opositora, permaneceu temeroso da ação das “ideias exóticas” no cerne da questão social. Na concepção do intelectual, um dos grandes ideólogos do autoritarismo, o termo Questão Social seria estereotipado e incorreto para a realidade brasileira, pois sua formulação teve origem na realidade europeia onde havia um conflito em curso, cuja força motriz eram as doutrinas políticas de esquerda sobretudo naquela conjuntura da década de 1930, o comunismo soviético.

A realidade nacional comportava “questões sociais”, no plural, numa chave bem específica, pois “não havia nada que se assemelhasse à questão social, como a entendiam as sociedades onde ela surgira e viera a assumir proporções mais ou menos alarmantes”. Os postulados teóricos do marxismo teriam influenciado alguns segmentos sociais, assim como agrupamentos políticos e indivíduos, a empreender uma pesquisa que determinasse “no dinamismo da sociedade brasileira a questão social de tipo europeu (...)”.¹⁴³

Refutar as premissas teóricas do marxismo é um dos objetivos básicos do trabalho, de tal maneira que a reflexão pudesse chegar à Questão Social genuinamente nacional, conforme a crença do autor. A grande mazela do marxismo, diz Amaral, era de ordem teórico-metodológica, sobretudo por ter reduzido o “processo de desenvolvimento sociogênico” a uma fórmula “ampla e simplista, abrangendo a evolução de todos os grupos humanos e não levando em conta as condições particulares de ação decisiva em cada caso”. Assim sendo, na verdade, a análise que Marx elaborou sobre o capitalismo somente teria validade para a Inglaterra, não servindo como uma teoria geral sobre o desenvolvimento do sistema socioeconômico. A evolução posterior do capitalismo refutou as

¹⁴³ AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Brasília: UnB, 1981 [1938]. Coleção Pensamento Político Republicano, v. 11, p. 54.

hipóteses de Marx, na medida em que houve “uma difusão cada vez maior da riqueza e um levantamento progressivo do nível econômico e das condições de vida das massas trabalhadoras”.¹⁴⁴

O formato revolucionário da Questão Social seria um grave anacronismo, cuja importação e assimilação, por setores políticos variados, foram facilitadas pela Revolução de 1930, uma vez que os efeitos político e cultural foram intensos. A súbita transformação das bases sobre as quais o sistema político da Primeira República esteve assentado teria desnortado a nação, gerando uma receptividade a correntes de pensamento diversas fora dos parâmetros conhecidos até então.

O processo de mudança teria iniciado no curso da campanha presidencial de 1922, sucessão de Epitácio Pessoa, quando as propostas “revolucionárias” do Tenentismo foram levadas a efeito, sendo que, já naquele momento, a Europa vivia uma conjuntura de descrédito do socialismo, com o perceptível retrocesso nos países que o haviam adotado. Os socialistas, acreditava Amaral, afastavam-se “da velha teoria e dos seus corolários”. O resultado era a “tendência cada vez mais acentuada a substituir a luta de classes e a finalidade revolucionária do movimento por planos práticos de reforma progressiva dentro dos próprios quadros do capitalismo”. O socialismo havia adquirido nova configuração, por conta da dissolução do marxismo, sobretudo em razão “da pressão irresistível da análise objetiva das realidades econômicas e também sob a influência do exemplo da tentativa fracassada da sua aplicação na experiência russa”.¹⁴⁵

As críticas deste pensador não se restringem à esquerda marxista, mas contemplam também a direita integralista, com um ponto em comum: a impropriedade de tais ideias à realidade brasileira. O teórico do autoritarismo nacionalista não concede qualquer legitimidade a nenhum destes grupos políticos. O primeiro, por causa do radicalismo revolucionário, expresso na ideia da luta de classes. O segundo, pela incorporação de concepções e métodos fascistas. Ambos, por adotarem “ideias fora do lugar”, avessas à realidade nacional.

O integralismo, portanto, teria incorporado à Questão Social um aporte “exótico” no tratamento do problema, com explícito interesse na conquista do

¹⁴⁴ Ibidem, p. 55.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 56.

poder. Em seu entendimento, tudo faria parte de uma estratégia para criar pânico na sociedade, de maneira que os capitalistas e a pequena burguesia lhes concedessem apoio. Essa seria a razão para que as lideranças do movimento integralista tivessem criado “perigos imaginários de que, segundo afirmaram, o Brasil só poderia salvar-se pelos processos fascistas que preconizavam”.¹⁴⁶

O pensamento político de Amaral contribui com um elemento importante: uma discussão sobre a maior facilidade de doutrinação da mocidade por parte dos grupos extremistas, ou seja, o comunismo ou o integralismo. Nesse sentido, subjacente a tal linha de reflexão reside a ideia de que a inexperiência ou a ingenuidade dos jovens seria um elemento importante, passível de manipulação pelos “extremistas”.

1.2.4 – O socialismo reformista

A discussão sobre a Questão Social e a formulação de estratégias para combatê-la alcançaram alto grau de penetração na sociedade, sendo debatidas por pensadores importantes com vínculos bem estabelecidos no governo, alguns deles inclusive ocupando cargos públicos, ou mesmo pessoas anônimas. Dessa maneira constata-se, ainda que minimamente, o desenvolvimento de um processo que traz à tona com mais frequência essas ideias.

Pedro de Mello, um professor aposentado que concorrera a uma vaga na Constituinte como representante do Estado de São Paulo, elaborou uma avaliação da Questão Social complementada por um projeto de lei com medidas para combatê-la. As ideias condensadas no opúsculo publicado em 1933 foram originalmente apresentadas como programa de sua candidatura política. A divulgação do trabalho era justificada por sua crença de que, “se convertidas em lei”, as ideias ali contidas poderiam “beneficiar imensamente o nosso país, transformando completamente o seu regime econômico-financeiro e habilitando-o a entrar numa fase de franca prosperidade [...]”.¹⁴⁷

A despeito dessa origem prática com explícita finalidade política, o documento comporta importantes elementos para a compreensão da nova

¹⁴⁶ Ibidem, p. 76.

¹⁴⁷ MELLO, Pedro de. *A questão social brasileira e a sua solução racional*. São Paulo: S. N., 1933, p. 5.

sensibilidade para com a questão social. Neste, assim como em outros trabalhos, deparamo-nos com a concepção da Questão Social como um entrave a ser superado para que o Brasil pudesse se desenvolver, assim como a defesa do Estado como gestor do processo. O autor em questão advoga um enquadramento democrático para seu projeto, pois entende que os tempos modernos assim o exigem. Nesse sentido, sugere que a sociedade deva adotar o lema, para ele comum à democracia e ao socialismo: “a vontade do povo é a lei”.¹⁴⁸

O traço original dessa proposição reside na defesa de um socialismo não comunista, ou seja, um socialismo desvinculado do bolchevismo soviético. Este aceita quatro postulados ausentes na proposta de nosso autor, ou seja, (a) o ateísmo, (b) a negação da ideia de pátria, (c) a família como unidade essencial da sociedade e (d) o direito de propriedade. O direito de propriedade seria alterado apenas para a propriedade imobiliária que seria coletivizada, permanecendo-se individual em todos os demais segmentos. Conquanto socialista, esta era uma concepção singular, sobretudo em razão dos valores que defendia, já que

preceitua o respeito a todas as crenças; cultua a pátria como a mais alta conquista do progresso; a família como a mais sublime das instituições humanas; e considera o direito de propriedade como o mais sólido fundamento das sociedades civilizadas.¹⁴⁹

O embasamento teórico é buscado no pensamento político e social do filósofo Ludwig Buchner¹⁵⁰, cuja filiação é explicitada por meio de citação da obra *Aurora do século*. Nesse sentido, Mello, citando Buchner, defende a comunhão dos recursos naturais entre todos os seres humanos, pois

não padece de dúvida que a terra deve pertencer a todos, e não somente a alguns. Em virtude do direito natural, cabe-nos o livre gozo da terra, que nos alimenta, como da água, que brota dela, como do ar, que respiramos, como o da luz do sol, que nos ilumina.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 15.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 10.

¹⁵⁰ Büchner era o porta-voz principal do materialismo mecanicista, uma das tendências teóricas da cultura alemã. Segundo Frederick Suppe, estudioso do filósofo, Büchner entendia que “as leis mecânicas seriam inerentes às coisas, e que toda a *matéria*, animada ou inanimada, interage através de *forças* [e é imbuída de *energia*]. O método científico forneceria conhecimento objetivo dessas leis, sem recurso à especulação filosófica, mas apenas à investigação empírica. Não haveria conhecimento a priori, nem a necessidade de uma mediação através de conceitos teóricos”. Cf. SUPPE, Frederick. “A busca por uma compreensão filosófica de teorias científicas”. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/df/opessoa/Suppe-Resumo.pdf>. Acesso em: 17/1/2009.

A enfática motivação edênica da linguagem e os objetivos de igualdade absoluta são inegáveis nessa argumentação. Contudo, a consecução de tais objetivos não poderia se realizar de qualquer maneira, tampouco por meio de revolução, mas por meio de um plebiscito, pois a “retrocessão dos bens do país à coletividade não poderá efetuar-se sem indenização”, além do que a obtenção de recursos financeiros para tal empreendimento era uma necessidade premente.¹⁵¹

Pedro de Mello não apenas defende a existência de uma Questão Social no Brasil como não aceita que algumas vozes neguem tal existência. Isso porque seria desnecessário possuir grande capacidade intelectual ou visão analítica para reconhecer o problema e somente pessoas isoladas do resto da sociedade poderiam desprezar o quadro de pobreza e miséria que assolava o Brasil. De todo modo, defende Mello, “a questão social não é aqui, em nosso país, uma questão policial, como alguém já disse, do alto de uma curul”.¹⁵²

O pensamento de Pedro de Mello é muito rico sobre a mentalidade do período. A questão social é considerada como um entrave para o desenvolvimento brasileiro, o que considera lamentável haja vista as vantagens que o Brasil conseguiria por causa de sua natureza privilegiada. Nesse sentido, a vantagem proporcionada pela riqueza natural é neutralizada pela incapacidade de geração de uma estrutura social mais harmônica e desigual. Assim sendo, seria imprescindível que além da geração de riquezas o país conseguisse uma distribuição mais equitativa entre seus membros.

As origens do problema social brasileiro seriam antigas, arraigadas nos primórdios da colonização brasileira. Para Pedro de Mello, desde aqueles tempos, os brasileiros já empreendiam conquistas que apenas beneficiaram os dominadores estrangeiros. Naquela época, os antepassados romperam “sertões impérvios e, praticando prodígios de valor e heroicidade”, beneficiaram única e exclusivamente os europeus. No entanto, o tempo era outro, “tempo de agir”, como destaca o autor, assim como era outra a geração. Nesse sentido, era o momento de se empreender nova campanha em prol da nacionalidade e da

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 6.

¹⁵² *Ibidem*, p. 7.

soberania para reconquistar “a terra santa da Pátria” e garantir a liberdade do “templo augusto do lar: mas desta vez, para nós e para nossos filhos!”.¹⁵³

O nacionalismo, portanto, é um pilar essencial do pensamento desse autor, conforme se pode notar. O projeto era conquistar o Brasil para os brasileiros, ou seja, estabelecer um novo pacto societário no qual os recursos disponíveis do país fossem distribuídos de maneira mais equitativa. Nessa perspectiva, o “programa social evolucionista” de Pedro de Mello tem como meta estabelecer o “patrimônio do povo brasileiro”, teoricamente diverso do “patrimônio nacional”, essencialmente estatal. Em outras palavras, seria preciso estabelecer um conjunto de bens, cuja propriedade pertenceria diretamente ao povo brasileiro e não ao governo.

Decidido a repartir a seu bel-prazer os recursos disponíveis no país, Pedro de Mello arquitetou um projeto tomado por bons princípios, mas de aplicação duvidosa, sobretudo em razão do mecanismo polêmico. O tal patrimônio do povo brasileiro seria constituído a partir de um imposto de 4% do valor do imóvel, pago anualmente por toda propriedade predial ou rural. No entanto, este imposto não seria “arrecadado em dinheiro, mas sim deduzido do valor da propriedade tributada”. Cumprida a carência de 25 anos, a propriedade seria coletivizada, o que significa que o proprietário perderia o imóvel. Na prática, simplificando o raciocínio, em se aprovando o projeto de lei, a partir do momento de sua vigência e no intercurso de 25 anos, o proprietário perderia 4% de seu imóvel por ano, sendo que, ao término da carência, a propriedade privada do imóvel teria sido extinta. No período de carência, os aluguéis não poderiam ser reajustados, sendo permitida a conservação ou redução dos preços.¹⁵⁴

1.3 – O Código de Menores e a agonia do Estado Liberal

A oposição dos proprietários industriais à legislação de proteção ao trabalho é um tema clássico da historiografia brasileira. Segundo análise corrente, esse segmento empresarial estava imerso no liberalismo ortodoxo, hegemônico na Primeira República, que não previa a intervenção do Estado na economia,

¹⁵³ Ibidem, p. 3.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 11-12.

sobretudo em questões relacionadas ao mundo do trabalho. A Constituição de 1891, não custa lembrar, no seu artigo 72, § 24, determinava “o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial”. Isso implica em dizer, segundo a leitura predominante, que a livre-negociação entre as partes envolvidas presidiria a relação capital-trabalho. Sendo assim, a primeira Carta Magna do Brasil republicano enquadrava o tema como um problema privado, isentando o Estado de qualquer responsabilidade sobre tensões que porventura surgissem. O Código Civil de 1916 confirmou a postura adotada pela Constituição, enquadrando a relação de trabalho na concepção do contratualismo individualista, categorizando tal relação no segmento de locação de serviços e, portanto, não reconhecendo qualquer especificidade à mesma.¹⁵⁵

Um aspecto da questão deve ser ressaltado, prosseguindo no diálogo com Werneck Vianna, qual seja o de que a polêmica dos industriais contra a legislação social não tinha apenas motivação econômica, na medida em que os propósitos estavam além do lucro puro e simples, sendo tributários de “uma concepção do mundo e do esforço para implementá-la, em que se urde a estratégia de dominação da burguesia industrial”.¹⁵⁶

Na conjuntura pós-Primeira Guerra Mundial ocorreu, paulatinamente, a transição de um modelo individual de representação política dos industriais para um modelo associativista. Nesse sentido, a atuação da indústria ocorreria por meio de suas entidades de classe. Em razão da importância econômica, o Rio de Janeiro, então capital do país, foi pioneiro nesse processo. Concretizada a mudança, a representação dos interesses das indústrias não mais seria feita pelos grandes líderes isoladamente, tal como ocorria na conjuntura anterior, mas por entidades como o Centro Industrial do Brasil (CIB), no Rio de Janeiro, a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), em São Paulo, além de outras.

No curso da década de 1920, a organização dessas associações de classe ainda se encontra em fase embrionária, sobretudo “pelo fato de se constituírem em associações civis dos empresários de um mesmo setor fabril, que se limitam, geograficamente, apenas a um único município, ou, no máximo, a um único

¹⁵⁵ VIANNA, Luiz Werneck. *Op. Cit.*, p. 77 e 79.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 113.

Estado”.¹⁵⁷ Os industriais arquitetaram, no correr dessa década, um modelo de organização e de atuação no cenário político. A ação destes foi pautada por duas necessidades básicas: de um lado, obter a conquista de um padrão tarifário que fosse benéfico ao setor; de outro, influenciar na regulamentação do trabalho nas fábricas. Na década seguinte, no entanto, os industriais consolidaram suas associações e entraram de maneira intensa no jogo corporativo, sobretudo em razão do novo perfil do Estado brasileiro.

A construção de uma organização de representação política sólida e influente foi recebida com grande ênfase pelos industriais, pois isso lhes permitiria atuar junto ao poder público, em defesa de seus interesses. Desse intuito, analisando o quadro paulista, nasceu o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), fundado em 1928, quando ocorreu uma cisão entre o comércio e a indústria que, desde 1894, se aglutinavam na ACSP. No Estado de São Paulo, ainda que existissem divergências entre os dois segmentos empresariais, a necessidade de união para a resolução de problemas comuns revelou-se mais incisiva do que no Rio de Janeiro. Essa particularidade permitiu, durante muito tempo, a convivência de ambos os setores econômicos em uma única associação de classe. Além disso, a ACSP representava basicamente o comércio nacional, sendo que as divergências dos industriais se davam com o comércio importador, em virtude da questão cambial. O governo Arthur Bernardes elevou a taxa cambial, com vistas a combater a crise econômica de 1924-25, o que prejudicou as indústrias brasileiras ao reduzir os custos da importação dos produtos estrangeiros, sendo o efeito mais visível a invasão do mercado nacional por tecidos estrangeiros, sobretudo de origem inglesa.¹⁵⁸

A indústria aderiu à representação corporativa em virtude da ação do operariado que se antecipou ao patronato, conquistando importante espaço no Ministério do Trabalho. Assim sendo, os industriais perceberam que os organismos técnicos que lidavam com as políticas que incidiam sobre o setor seriam mais permeáveis se usassem os canais corporativos. Destarte, o corporativismo foi importante como sistema de representação, por ter possibilitado o acesso institucionalizado e dinâmico à mesa de negociação.

¹⁵⁷ LEME, Marisa Saenz. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 10.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 14-16.

O corporativismo privado foi o padrão adotado pelos representantes do setor para empreender suas ações políticas. Esse modelo implica na “associação que privilegia o aspecto privado da entidade de classe, ao lado de um aspecto semioficial, que é o de tornar a associação um órgão consultivo do Estado”. O interesse em usurpar poderes estatais para fins privados é um dos exemplos mais importantes do modelo, mas não somente este, cabendo destacar que o “aspecto privatizante desse modelo supõe também que a relação de poder se faz na direção do setor privado para o Estado, e não admite controle ou interferência deste último sobre a entidade de classe”.¹⁵⁹ As atuações por meio dos mecanismos corporativos se davam das seguintes maneiras: (a) mediação dos interesses da indústria junto ao governo, (b) articulação dos interesses dos associados, (c) contribuição institucional na formulação dos referenciais setoriais orientadores da política e (d) colaboração com o governo na implementação da política.¹⁶⁰

O projeto dos industriais é constituído de uma dupla dimensão, pois, de um lado, comporta metas e realizações no âmbito da economia e, por outro, envereda pela dimensão política. A polêmica entre o empresariado industrial e as autoridades envolvidas na implementação do Código de Menores ultrapassa a mera questão de elevação de custos. Além desse problema, surgido num delicado momento econômico, há o da intervenção estatal nas relações de trabalho, cuja intensidade foi considerada inaceitável pelos industriais. A preocupação básica com relação ao intervencionismo estatal era a ruptura de seu modelo de política social, cuja essência básica consistia na construção de vilas operárias nas proximidades das fábricas. Estas proporcionariam qualidade de vida para os funcionários – não necessariamente a todos –, ao fornecer habitação, educação, saúde e lazer, serviços estes concentrados num mesmo espaço geográfico.¹⁶¹

A concepção hegemônica entre o empresariado considerava a indústria como um espaço econômico, onde os trabalhadores vendiam sua força de

¹⁵⁹ LEOPOLDI, Maria Antonieta P.. *Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as Associações Industriais, a Política Econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 75.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 71-76.

¹⁶¹ LIMA, Marcos Alberto Horta. *Legislação e Trabalho em Controvérsias Historiográficas: o Projeto Político dos Industriais Brasileiros (1919-1930)*. Tese de doutorado em história. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 2005, p. 55.

trabalho, mas também desfrutariam de um espaço de civilização, onde passariam por um processo de socialização em paradigma benquisto pelos industriais, ou seja, fortemente impregnado de valores cristãos, como harmonia, paz social, respeito à hierarquia, amor ao trabalho, dentre outros.. O paternalismo é marca incontestante dessa mentalidade.¹⁶² Em entrevista ao *Diário da Noite* em 12 de julho de 1926, Octávio Pupo Nogueira, um dos grandes nomes da indústria paulista, explicitou os interesses do setor com relação às vilas operárias, a saber:

1) Tornar o trabalhador o mais eficiente possível; 2) Radicar o operariado à fábrica; 3) Chamá-lo a si pela força irresistível da gratidão; 4) Evitar a incessante elevação de salários; 5) Apurar a mão de obra educando o operário desde a infância.¹⁶³

A polêmica travada entre os industriais e o Juizado de Menores pode ser considerada um marco, pois o governo republicano, até a década de 1920, pouco legislou em matéria de proteção social. Em estudo sobre a situação das mulheres e dos menores no trabalho industrial, a historiadora Esmeralda Blanco B. Moura ressalta a ínfima ação do governo federal na regulamentação do trabalho da mulher, do menor e da criança. No âmbito estadual, o trabalho do menor era alvo secundário da ação regulatória, uma vez que os dispositivos existentes sobre a questão eram parte de legislação mais geral. Entrave ainda maior à civilização do mundo do trabalho industrial era a situação da fiscalização, constatação possível através de

um confronto entre a Legislação Estadual em vigor e as reais condições do trabalho industrial em São Paulo [que] revelam, no entanto, uma fiscalização senão inoperante, pelo menos ineficaz, sobretudo no que diz respeito ao operariado feminino, menor e infantil.¹⁶⁴

Os industriais não possuíam um projeto específico para as novas gerações, ao menos num primeiro momento, mas dispunham de um projeto de poder no

¹⁶² A mentalidade do empresariado industrial foi analisada em diversas obras, bem como seu projeto de poder e, em particular, as vilas operárias. Dentre outras, merecem destaque: TEIXEIRA, Palmira P.. *A fábrica do sonho: a trajetória do industrial Jorge Street*. São Paulo: Paz e Terra, 1990. BLAY, Eva A.. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985. RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e poder: um estudo sobre as indústrias de sacaria para o café (São Paulo 1888-1934)*. Brasília: SESI/DN, 1994.

¹⁶³ Apud. LIMA, Marcos Alberto Horta. *Op. Cit.*, p. 58.

¹⁶⁴ MOURA, Esmeralda Blanco B.. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 62 e 68.

qual as crianças e adolescentes tinham um papel chave como mão de obra. Subliminarmente, podemos notar o constrangimento e a insatisfação com as intervenções estatais – efetivadas pelo Juizado de Menores –, responsáveis pela quebra no paradigma liberal ortodoxo no qual o Estado imiscuia-se das funções intervencionistas. A promulgação do Código de Menores, entretanto, significava a derrocada parcial dos anseios do empresariado industrial. O referido arcabouço legal carregava o intento de funcionar como um instrumento de civilização, conforme estabeleciam os seus objetivos de consolidação da legislação de assistência e proteção aos menores, bem como de adotar “as demais medidas necessárias à guarda, tutela, vigilância, educação, preservação e reforma dos abandonados ou delinquentes”.¹⁶⁵

Em razão dos diferentes objetivos para com as novas gerações, era crescente a impossibilidade de diálogo entre o empresariado industrial e os setores do Poder Público responsáveis pela aplicação da legislação de proteção aos menores. Os industriais não queriam intromissão de agentes externos no interior de suas fábricas. As autoridades almejavam o desenvolvimento social, político e cultural de crianças e adolescentes. O impasse estava montado, pois eram muitas as divergências. O novo código configurava-se, segundo análise corrente, como

um novo dispositivo de disciplina e controle de um segmento da população que antes parecia ainda indiferenciado, disperso entre as figuras dos expostos, enjeitados, infantes trabalhadores, crianças pobres em geral, que, a partir do Código de 1927, passarão a girar em torno de uma categoria discursiva e institucional única – o menor.¹⁶⁶

O código inaugurava um novo modelo de intervenção social, cuja premissa básica era a prevenção e a possibilidade de recuperação e reintegração desses menores à vida social plena. No que diz respeito à classe trabalhadora, a visão registrada pelo código é explícita: no horizonte dela estaria ou o trabalho ou a delinquência. Era competência do Estado a tutela desses menores ou mesmo a ação sobre suas famílias, de modo que se pudesse reduzir as possibilidades de

¹⁶⁵ DECRETO nº 5.083, de 1 de dezembro de 1926 [doravante citado como Decreto].

¹⁶⁶ ALVAREZ, Marcos Cesar. *A emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989, p. 205.

reprodução de novos marginais e delinquentes, resultado de uma estrutura social injusta.

O artigo 73 do Código de Menores exemplifica a situação, pois estabelece que a autoridade pública encarregada de proteger os menores tem a prerrogativa de “visitar as escolas, oficinas e qualquer outro lugar onde se achem menores, e proceder a investigações”. Além disso, no § 1º, atribuía à autoridade a possibilidade de “visitar as famílias, a respeito das quais tenha tido denúncia, ou de algum outro modo venha a saber, de faltas graves na proteção física ou moral, dos menores”.¹⁶⁷ O Código estabelecia penalidades para quem não zelasse pelo bem-estar dos jovens trabalhadores. O artigo 70, por exemplo, proibia o exercício de atividades profissionais em ruas, praças ou outros lugares públicos para homens com menos de 14 anos e mulheres solteiras menores de 18 anos. A penalidade era a apreensão do menor, que seria considerado abandonado, além da imposição de multa de 50\$ a 500\$ e dez a trinta dias de prisão.

1.3.1 – As razões da oposição ao Código de Menores

Os empresários industriais opuseram-se ao Código de Menores, implementado pela Câmara dos Deputados por meio do Decreto nº 5.083, de dezembro de 1926, e ratificado pelo Senado Federal por meio do Decreto nº 1794 A, em outubro do ano seguinte, que garantia assistência e proteção aos menores brasileiros em diversos âmbitos da vida social, determinando a consolidação da legislação do segmento com base nesse código.

A análise da repercussão do Código de Menores junto à burguesia industrial é uma maneira eficaz de sistematizar as ideias e expectativas dessa fração de classe com relação ao segmento jovem da sociedade. Além disso, o procedimento permite notar as divergências existentes entre as camadas dominantes na sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX, captando o dinamismo interno inerente a um grupo político.

Os embates antecedem inclusive a criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Nesse sentido, em agosto de 1927, os industriais interpelaram o presidente da Câmara dos Deputados, protestando contra a

¹⁶⁷ Decreto.

legislação. O empresariado alegava preocupar-se com as consequências que o Código traria para o setor industrial da economia, sobretudo em três aspectos específicos: (a) a desorganização do trabalho industrial; (b) a desestruturação da economia doméstica do operário e (c) os riscos à moral e à saúde do menor. Destarte, o real incômodo do empresariado era, na verdade, com a nova configuração do Estado, atuando e arbitrando problemas referentes à relação capital-trabalho.

É perceptível, no desenrolar da argumentação, que as divergências são de ordem econômica e política. De um lado, não aceitavam que ocorresse uma elevação nos custos da produção industrial, em decorrência das novas exigências introduzidas pelo Código. De outro, estava em jogo a liberdade de ação que a burguesia brasileira gozava, desde os primórdios da República, em decorrência do liberalismo ortodoxo adotado pela Constituição de 1891.¹⁶⁸

A fixação da idade legal mínima para que o menor pudesse trabalhar era um problema dos mais sérios. O Código de Menores, através do seu artigo 59, proibia inexoravelmente o trabalho no território brasileiro para os menores de 12 anos. Entre 12 e 14 anos havia uma série de normas a serem cumpridas, merecendo destaque a exigência de conclusão dos estudos primários ou, ao menos, a permanência dos menores na escola. Contudo, casos nos quais fosse vital o início da vida laboral do menor, com vistas a subsidiar o próprio sustento ou o de sua família, o Juizado de Menores poderia conceder uma autorização especial. Ainda assim, mesmo neste caso, permanecia a obrigatoriedade da continuidade dos estudos por parte do menor (art. 60).¹⁶⁹

O principal argumento urdido na reclamação dos industriais residia na antecipação, com relação aos demais países do mundo, do processo de criação de legislação social. Os industriais tentam demonstrar que a idade mínima de 14 anos para o ingresso no mercado de trabalho não era prática generalizada no

¹⁶⁸ Representação ao Presidente da Câmara dos Deputados. Distrito Federal, Agosto/1927. In: CARONE, Edgard. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1997, p. 409-419 [doravante citado como Representação]. Originalmente o documento faz parte da obra *Um ensaio de socialismo de Estado no Brasil e as indústrias nacionais*, p. 43-55, publicado em São Paulo pelo Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem. Uma análise, em moldes similares, sobre a repercussão do Código dos Menores junto aos industriais pode ser encontrada em: LIMA, Marcos Alberto Horta. Op. Cit.. No entanto, este autor utiliza fontes produzidas apenas pelo Centro de Fiação e Tecelagem do Algodão de São Paulo, ao passo que utilizamos, sobretudo, material produzido pelo CIESP. Na tendência global houve unidade na posição dos industriais com relação ao Código de Menores, ainda que divergências pontuais e mínimas tenham ocorrido conforme veremos na sequência.

¹⁶⁹ Decreto.

mundo e, por isso, não fazia sentido o Brasil antecipar-se no processo. Até aquele momento, apenas a Argentina, a Suíça e 10 dos 48 Estados dos Estados Unidos da América haviam adotado tal dispositivo em suas legislações nacionais. Como agravante, lembram que as duas primeiras nações eram essencialmente agrícolas, o que significava o diminuto impacto das medidas para as suas economias.

A conjuntura europeia permitiria a adoção dos 14 anos como idade legal mínima, haja vista a abundância de mão de obra disponível. A adoção de tal idade significaria uma regulação do mercado por conta de motivações econômicas, em razão do excesso de mão de obra. Nesse sentido, sustentam os empresários, as mulheres e os menores (entre 14 e 18 anos) “oferecem braço abundante e barato e isto constitui, como é bem de ver-se, um forte e sério elemento de concorrência para o trabalho do adulto do sexo masculino”. Num dado ambiente econômico, as consequências para os operários seriam negativas, na medida em que não conseguiriam aumentos salariais, tampouco qualquer outra conquista trabalhista, em virtude do excesso de mão de obra, situação que neutralizava o poder de pressão junto ao patronato.

A especificidade do Brasil era diversa, na medida em que o país atravessaria conjuntura de carência de mão de obra, que somente se agravaria com a aplicação dos dispositivos do Código referentes à idade para ingresso legal na vida laboral. Por isso, alertaram que a proibição da contratação de menores teria como resultado a desestruturação “da nossa vida fabril, ainda incipiente, mas terá principalmente más consequências para a economia doméstica do proletariado”.¹⁷⁰

A jornada de trabalho era outro ponto de insatisfação. O artigo 66 do Código estabelecia que nenhum menor de 18 anos, sendo aprendiz ou profissional, faria jornada de trabalho que excedesse seis horas diárias, determinando ainda que esse período fosse intercalado por um ou mais intervalos, cuja duração não seria inferior a uma hora.¹⁷¹

O impacto na indústria seria decorrência sobretudo da potencial desorganização da dinâmica interna das fábricas. A explicação para tal fato é que

¹⁷⁰ Representação, p. 411-412.

¹⁷¹ Decreto.

o sistema fordista fundamentava-se na estrita dependência de uma seção por outra, sendo o processo de produção fragmentado e com tarefas específicas para cada trabalhador. Nesse sentido, “uma seção vai servindo à outra, de modo que a matéria-prima bruta vai aos poucos sofrendo transformações sucessivas até que se ultimem todas as operações”. Por isso, não era possível qualquer modalidade de interrupções, pois “qualquer parada em uma seção repercute na seção que se lhe segue ou na que a precede, formando assim o organismo fabril um todo único”.¹⁷²

A dependência entre as seções era acompanhada pela dependência entre os profissionais que nelas atuavam. Cada operário realizava apenas uma parte do trabalho, sendo este continuado por outro colega de seção, ou mesmo por colegas de outras seções. Sendo assim, “na imensa maioria dos casos, trabalham em todas as seções das fábricas operários menores e adultos sempre em comum, trabalhando todos nas mesmas operações como se fossem um só homem”.¹⁷³

Os empresários alegavam que todo o setor industrial teria que se reestruturar para cumprir as exigências do Código de Menores. No entanto, diante das imposições da nova legislação de menores, os industriais conseguiam vislumbrar duas únicas saídas: a dispensa de todos os menores ou a adoção de jornada de 6 horas para todo o operariado, obviamente acompanhada de redução de salário proporcional. Considerou-se, ainda, a hipótese de adoção de jornada de trabalho de 4 horas, porém teriam logo descartado, uma vez que não haveria mão de obra suficiente para suprir as indústrias, por conta de tantos turnos.

O trabalho noturno era outro ponto de discordância. O artigo 67 do Código determinava que os menores de 18 anos não pudessem ser contratados para atuação no período noturno, definido como aquele realizado entre as 7 horas da noite e 5 horas da manhã.¹⁷⁴ O problema residia basicamente na impossibilidade de realização de dois turnos de 8 horas de trabalho. A postura do empresariado industrial permanecia inflexível, pois não aceitavam ceder em nenhum dos flancos. As imposições legais continham a benéfica preocupação com a qualidade

¹⁷² Representação, p. 412-413.

¹⁷³ Ibidem, p. 413.

¹⁷⁴ Decreto.

de vida do trabalhador, ressalta a representação, mas implicava em problemas para o cotidiano da fábrica, pois

com o trabalho interrompido obrigatoriamente às sete horas da tarde, impossível se torna a formação de duas turmas. De fato, iniciando-se o labor às 5 horas da manhã, a primeira turma deixará as fábricas à 1 hora da tarde, tendo trabalhado 8 horas e a segunda turma deixá-las-á às 9 horas da noite isto é 8 horas depois de 1 hora da tarde, que é quando nelas ingressou.¹⁷⁵

A sugestão à Câmara dos Deputados é que a legislação autorizasse o trabalho desde os 13 anos de idade, indicando uma latente preocupação com os custos industriais. Se tal alteração fosse realizada, o efetivo de mão de obra disponível não sofreria impacto tão elevado e, deste modo, ao menos seria reduzido o risco de que uma tendência de elevação salarial tivesse início.

O Código trazia ainda outro complicador para os industriais, cujos possíveis resultados foram considerados tão inaceitáveis quanto os outros: as diretrizes específicas sobre a salubridade das atividades realizadas, ou seja, segurança física e moral do menor, tal como expressava o artigo 62. Este proibia os menores de 18 anos de realizar “trabalhos perigosos à saúde, à vida, à moralidade, excessivamente fatigantes ou que excedam suas forças”. A capacidade física do menor para realizar o trabalho para o qual foi contratado constava como aspecto central entre os dispositivos concernentes ao mundo do trabalho.¹⁷⁶

O texto legal estabelecia a exigência de um certificado de aptidão física para que os menores de 18 anos trabalhassem, a ser emitido “gratuitamente por médico que tenha qualidade oficial para fazê-lo”, sendo que o seu responsável legal poderia impugnar o resultado, forçando, dessa maneira, a realização de outro laudo (art. 63). Além disso, dava poderes aos responsáveis pela Inspeção do Trabalho, bem como aos seus delegados para exigir exame médico dos menores e, em situações limites, de determinar o abandono do serviço, quando a

¹⁷⁵ Representação, p. 413.

¹⁷⁶ Tal elemento escapa da análise apresentada em LIMA, Marcos Alberto Horta. *Op. Cit.*, pp. 116-124. A explicação para tal ausência reside na própria concepção do estudo. Seu autor estava preocupado em reconstituir o projeto político dos industriais brasileiros e sua análise do Código de Menores tinha como objetivo demonstrar as razões pelas quais os industriais se opunham a esse corpo jurídico. O Código, no entanto, tinha objetivos mais amplos de assistência e proteção social.

avaliação médica determinasse que as atividades exercidas “excediam suas forças”, sendo, portanto, insalubres (art. 64).¹⁷⁷

O impasse encontrado pelos empresários foi agravado com o passar do tempo. O cumprimento dos artigos do Código de Menores que afetavam a produção industrial foi se tornando cada vez mais inaceitável. Contudo, os atritos entre os empresários e o Poder Público sofreram um deslocamento, quando o juiz Mello Mattos adotou medidas mais enérgicas para garantir o cumprimento do Código de Menores. Os prazos para execução irrestrita, estipulados pelo magistrado, deixaram os opositores em polvorosa, aumentando ainda mais a insatisfação existentes.

A fiscalização das indústrias por parte do Juiz de Menores deveria ter início em fins de 1927. Contudo, os industriais conseguiram junto aos representantes do Poder Público o estabelecimento de regras provisórias até a adoção da nova legislação de menores na sua totalidade. O acordo conseguido pode ser entendido como uma importante vitória dos industriais, ainda que parcial e provisória, mas útil para que pudessem atuar junto ao Poder Legislativo federal no sentido de reformar o código que acabara de ser aprovado na Câmara dos Deputados. Os termos do acordo de transição são:

a) nenhuma fábrica poderá conservar menores de 12 anos. O pequeníssimo número de menores desta idade deverá ser dispensado, naturalmente com o tempo e cautela suficientes para não irritar o operariado. b) os menores entre 12 e 14 anos poderão ser conservados a título excepcional. c) desta data em diante, nenhuma fábrica poderá receber novos pequenos operários, que não hajam completado os 14 anos. d) todos os menores, até 18 anos, que, a juízo do médico da fábrica, não tiverem requisitos físicos consentâneos com o seu trabalho, deverão ser licenciados, também com o tempo bastante para não lhes serem causados males de ordem econômica. e) até que o Congresso estude a remodelação do código os horários para o trabalho dos menores serão os horários vigentes.¹⁷⁸

O lobby junto ao Parlamento foi acionado. Em dezembro de 1927 os senadores aprovaram a emenda nº 108 ao Código, visando a garantia de uma jornada de trabalho para o menor entre 14 e 18 anos de no máximo 8 horas de trabalho, de tal modo que o trabalhador faria dois turnos de quatro horas

¹⁷⁷ Decreto.

¹⁷⁸ Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem do Algodão de São Paulo. Circular de 12/ 8/ 1927 apud LIMA, Marcos Alberto Horta. *Op. Cit.*, p. 125.

intercalados por uma hora de descanso. Em contrapartida à aprovação, os industriais cumpririam os demais itens que compunham o Código de Menores. No entanto, os planos foram frustrados em virtude da rejeição da emenda por parte da Câmara dos Deputados. Como desdobramento, os Juizados de Menores das Comarcas de São Paulo e do Rio de Janeiro emitiram ordens para cumprimento imediato dos dispositivos da nova legislação com relação aos horários de trabalhos praticados nas fábricas.¹⁷⁹

Com vistas a neutralizar a ação interventora estatal, o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro, por intermédio do Dr. Trajano Valverde, seu advogado, apresentou um requerimento¹⁸⁰ ao juiz Mello Mattos, pedindo suspensão temporária do cumprimento do Código, sobretudo da jornada de trabalho, até que o Congresso Nacional discutisse a questão. Esse movimento era respaldado pelas “muitas fábricas” que emitiram procuração em nome do advogado do Centro.

O plano era fazer com que o Poder Público, no caso o Juizado de Menores, esperasse a nova legislatura tomar posse, de modo que o problema recebesse uma solução definitiva por parte do Parlamento. Enquanto tal solução não fosse alcançada, sugerem os industriais que os trabalhadores em condição de menoridade

[...] podiam ficar sob as vistas dos juízes privativos de menores, que fiscalizariam de perto as suas condições de saúde, as condições de higiene dos locais de trabalho, o gênero de trabalho executado e, sempre que julgassem conveniente, interviriam com a sua alta autoridade, para que ao menor fossem poupados males que pusessem em perigo a sua saúde física ou moral.¹⁸¹

O magistrado foi categórico em sua decisão. A sugestão dos industriais era, conforme suas palavras enérgicas e enfáticas, “ilegal”, “injusta”, “injurídica”, “desumana” e “impatriótica”. A ilegalidade era advinda do não cumprimento do dispositivo do Código que expressava claramente a jornada que o menor deveria cumprir, assim como da injustiça desse fato, pois o aprendiz não deveria trabalhar num mesmo número de horas que o operário contratado. Por sua vez, a proposta

¹⁷⁹ LIMA, Marcos Alberto Horta. *Op. Cit.*, p. 127.

¹⁸⁰ Centro das Indústrias do Estado de São Paulo [doravante CIESP], Circulares de 1929. Circular nº 32, 2/4/1929.

¹⁸¹ *Ibidem*, *Idem*.

dos industriais era injurídica, pois o Poder Judiciário não poderia alterar uma lei elaborada pelo Poder Legislativo, legalmente o responsável por tais atos.

As concepções sobre a menoridade, basicamente pensadas para o caso da infância, não enfatizando a adolescência, entendem esta condição como o período de formação biológica, psicológica e moral do indivíduo. A argumentação utilizada pelo magistrado é emblemática quanto à sua concepção dessa fase da vida como período de transição e incorporação de valores culturais.

A construção de futuro produtivo e benéfico para a humanidade, argumenta Mello Mattos, estava na estrita dependência do modo como a sociedade lidaria com as crianças. Por outras palavras, o menino é o pai do homem, para invocar a famosa máxima de Machado de Assis. É a necessidade premente de construção do futuro que justificaria o zelo para com esse segmento etário da sociedade. Em seu entendimento

o futuro, bom ou mau da sociedade humana depende tanto da saúde e do vigor com que as crianças nascem, como da maneira por que são criadas e educadas, visto a criança ser a raiz da família, a fonte onde as nações se alimentam, o fundamento, enfim a humanidade.¹⁸²

A conjuntura histórica do momento é lembrada para justificar tal posicionamento. O Tratado de Versalhes, elaborado ao término da Primeira Guerra Mundial, seria prova cabal da importância das crianças para as sociedades, haja vista a legislação de proteção social citada no documento de paz. O juiz compartilha das preocupações correntes nessa época referentes à saúde e à educação do povo, como movimento básico para o desenvolvimento da sociedade.

Os menores eram oriundos, lembra Mello Mattos, dos segmentos “mais atrasados” da sociedade, portanto sua condição de saúde era precária, na medida em que chegavam aos locais de trabalho acometidos por “doenças hereditárias ou consequentes da miséria em que vivem”. Estes menores, “organismos assim débeis e depauperados”, não deveriam, portanto, ser submetidos à desumanidade de cumprir jornadas de trabalho exorbitantes, pois, como era de conhecimento do Juizado de Menores, “em todas as fábricas, ordinariamente”,

¹⁸² Ibidem, Idem.

operários menores cumpriam jornadas de oito e frequentemente de até dez ou doze horas.¹⁸³

O pomo da discórdia, para os empresários industriais, reside na expressão com a qual o juiz teria sintetizado seu posicionamento: “Salve-se a Raça, embora se desorganize a indústria”. O aparente radicalismo tem conexão com a concepção política do magistrado, pois, na sua ótica, o menor tem uma dupla importância para o Estado, sendo, ao mesmo tempo, um valor econômico e um valor social. Ao mesmo tempo força de trabalho e ator social, o menor deveria ser alvo da mais perfeita proteção social.

Como valores econômicos, as novas gerações garantiriam o povoamento do país e a quantidade necessária de mão de obra para os diversos ramos econômicos. Nesse sentido, uma adequada criação e educação para o trabalho, livraria o Brasil da necessidade de imigrantes para abastecimento do mercado de trabalho. O menor, nessa questão, teria uma ampla vantagem, pois já estaria adaptado social e culturalmente à realidade brasileira.

Como valores sociais, os menores poderiam garantir a prosperidade da nação e o progresso da sociedade. Uma adequada criação, acrescida de uma educação de qualidade, contribuiria para uma futura ordem pública coesa e pacífica, missão maior do Estado. É por isso que o Estado pode e deve intervir com a sua proteção na vida dos menores “nas ruas e nas oficinas, na exploração pelos pais e pelos patrões, na fiscalização dos divertimentos comercializados, no uso de narcóticos, na disseminação dos vícios, etc”.¹⁸⁴

1.3.2 – As estratégias de oposição dos industriais

Os embates tiveram prosseguimento no decorrer do ano, tendo o CIESP adotado uma variedade de medidas contrárias à legislação protetora dos menores. Num primeiro momento, recomendou cautela às indústrias filiadas, diante das ações do Juizado de Menores do Distrito Federal e do Juizado de Menores de São Paulo. Além disso, procurou tranquilizá-los, informando que todas as providências estavam sendo tomadas para normalizar a situação, de

¹⁸³ Ibidem, Idem.

¹⁸⁴ Ibidem, Idem.

modo que “nem as fábricas e nem o seu operariado sejam envolvidos em situações penosas”.¹⁸⁵

Decorrido pouco mais de um mês, nova circular foi enviada aos seus filiados com orientações sobre o impasse. Solicitavam que aguardassem novo contato antes de tomar qualquer decisão, pois a entidade concentrava todos os seus “esforços no sentido de serem poupados aos [nossos] sócios qualquer prejuízo ou dissabores”.¹⁸⁶

A atuação da entidade de classe não ficou restrita a essas medidas. Nos últimos dias daquele mês de maio, realizou contato com o Presidente do Estado de São Paulo, na busca de apoio para a contenda. O resultado pode ser considerado satisfatório, uma vez que a autoridade pública comprometeu-se a tomar providências para ajudar os industriais. Entrementes, os filiados deveriam contatar a entidade no caso de recepção de multas ou intimações expedidas pelos comissários do Juízo de Menores.¹⁸⁷

A busca de apoio da autoridade máxima do Executivo estadual paulista tinha um propósito bem definido: a revogação do Código de Menores junto ao Congresso. Com tal obstinação, os representantes da indústria paulista, duas semanas após contatos verbais com a eminente autoridade, voltaram às negociações, desta vez através de petição oficial, assinada pelas suas mais importantes lideranças, tais como Francisco Matarazzo, presidente do *Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem*; José Ermírio de Moraes, presidente do *Centro das Indústrias de Calçados de São Paulo* e Horácio Lafer, presidente do *Centro das Indústrias de Papel do Estado de São Paulo e Associação dos Industriais Metalúrgicos*.

A habilidade dos industriais no jogo político é revelada pela argumentação utilizada. Primeiramente, apresentam o Presidente do Estado como um protetor benemérito das indústrias paulistas, pois sempre “junto dele encontram apoio e proteção”. Posteriormente, é a capacidade de articulações políticas do dirigente que é elogiada, já que a finalidade dos líderes industriais era chegar à Câmara dos Deputados. Finalmente, seguindo rigorosamente a lógica expositiva adotada,

¹⁸⁵ CIESP, Circulares de 1929. Circular nº 35, 13/4/1929.

¹⁸⁶ CIESP, Circulares de 1929. Circular nº 43, 24/5/1929.

¹⁸⁷ CIESP, Circulares de 1929. Circular nº 45, 29/5/1929.

abordam o ponto principal, ou seja, o empenho do Presidente do Estado junto à Câmara para reformar o Código de Menores.

Os industriais afirmam não terem dúvidas quanto ao compromisso público do chefe do Executivo estadual, cuja meta era a promoção

por todos os meios ao seu alcance, [d]a prosperidade do nosso grande Estado, [por isso] não temos a menor dúvida de que a modificação dos pontos da lei apontados em nosso memorial, será feita com a urgência requerida pelo Estado de coisas reinante em São Paulo [...].¹⁸⁸

O conteúdo do documento foi informado aos filiados através do sistema de circulares.¹⁸⁹ O objetivo declarado da ação empresarial era a reforma do horário de trabalho do menor, haja vista os prejuízos que a redução de sua jornada poderia causar às indústrias do país. As modificações eram urgentes, pois o caos poderia se instalar nas indústrias paulistas, em virtude da ação do Juiz de Menores da capital. Seria uma crônica da tragédia anunciada se nada fosse feito, especialmente porque traria como “consequência o fechamento ‘sine-die’ de todas as fábricas em cujo recinto trabalham menores de 18 anos, no total de 150.000 pequenos trabalhadores”.¹⁹⁰ Os prejuízos seriam imensos, caso a projeção do CIESP se confirmasse.

O embate entre o empresariado industrial e o Poder Público alcançou patamares jurídicos. Mal começava e a classe industrial sofreu uma fragorosa derrota nos tribunais, pois o *Conselho Supremo da Corte de Apelação* negou provimento ao agravo interposto pelas fábricas do Distrito Federal, contrárias à decisão do Juiz de Menores do DF, que as obrigava a cumprir todas as disposições do Código de Menores.¹⁹¹

O CIESP entendia estar cumprindo uma dupla missão, ao se posicionar contrariamente à legislação de proteção aos menores. Em primeiro lugar, protegeriam as fábricas, seu dever maior, em virtude da natureza da entidade. Em segundo lugar, o operariado também estaria sendo protegido, haja vista a posição refratária deste, “sem nenhuma exceção”, com relação ao Código de Menores, “que não lhe traz nenhum benefício de ordem material ou simplesmente moral”.

¹⁸⁸ CIESP, Circulares de 1929. Circular nº 29, 13/6/1929.

¹⁸⁹ Ibidem, Idem.

¹⁹⁰ Ibidem, Idem.

¹⁹¹ CIESP, Circulares de 1929. Circular nº 53, 14/6/1929.

A derrota dos industriais do Distrito Federal levou-os a um trabalho conjunto com os industriais paulistas, junto à Câmara dos Deputados, para alteração de dois pontos do Código que eram inaceitáveis: a duração da jornada de trabalho e o horário de início do turno noturno. Com tal estratégia, a CIESP ressalta aos seus filiados a importância de que todas as indústrias tivessem a mesma postura, pois, caso contrário, o Congresso Nacional nada faria por considerar o Código exequível.¹⁹²

A campanha maciça da entidade começava a dar algum resultado, pois, conforme informação enviada aos filiados do CIESP, a *Comissão de Legislação Social da Câmara dos Deputados* – responsável pela elaboração, fiscalização e revisão de qualquer lei de assistência e proteção ao cidadão – realizou reunião para discussão da revisão do Código de Menores. No evento, o deputado Arthur de Souza Lemos, vice-presidente da comissão, teria sido incumbido do processo. A quantidade de sugestões recebidas possibilitava tal feito.¹⁹³

Aproveitando o momento favorável, o empresariado industrial contactou o deputado Souza Lemos, na busca de apoio aos seus intentos reformistas. Os argumentos utilizados objetivavam convencer a comissão do empenho da entidade de classe dos industriais paulistas quanto à melhor solução para ambas as partes. Ressaltavam discordar apenas da imposição de jornada de trabalho de cinco horas diárias e, também, do horário de trabalho fabril diurno e noturno. Salvo esses pontos, explicitam na correspondência, não havia no Código qualquer elemento que não fizesse jus “aos mais entusiásticos aplausos de todos os brasileiros e, no geral, de quantos abrigam em sua alma sentimentos de piedade pelos fracos e de solidariedade humana”.¹⁹⁴

As modificações impostas pela legislação questionada forçariam modificações no maquinário industrial, além de exigir replanejamento do sistema de trabalho, providências rechaçadas pela indústria de São Paulo. Além da preocupação com a elevação de custos, a visão de mundo dos empresários industriais entrava em choque com a visão expressa no Código de Menores.

O trabalho era elemento central na maneira de pensar do empresariado industrial. O ato de trabalhar era considerado como purificador do espírito e

¹⁹² Ibidem, Idem.

¹⁹³ CIESP, Circulares de 1929. Circular nº 54, 15/6/1929.

¹⁹⁴ Ofício à Arthur Lopes de Souza, São Paulo, 15/6/1929.

verdadeira marca de distinção social, além de seu potencial socializador e mesmo disciplinador. É nesse ponto que o argumento é erigido. Um menor de 18 anos já teria o corpo e a mente formados, não sendo mais uma frágil criança e, por isso, a indústria os contratava para uma jornada de oito horas diárias.

Poderia ser gerado um perigoso efeito colateral: o de deixar os menores ociosos na maior parte do dia. Esse seria o maior perigo de uma jornada de cinco horas de trabalho, pois, no restante do dia, os menores ficariam “em pleno abandono, com a alma aberta às mais perigosas seduções”. Para comprovar tal tese, fornecem como exemplo o caso de Taubaté. Nessa cidade, uma empresa local começou, desde cedo, a cumprir rigorosamente as disposições do Código de Menores e, para tanto, criou turmas de menores – de ambos os sexos – cumprindo jornada de cinco horas de trabalho diário. No entanto, com o decorrer do tempo, os problemas vieram à tona, pois “a criminalidade aumentou, como aumentou o meretrício, sendo de notar-se que entre os novos delinquentes e entre as estreantes da prostituição figura largo coeficiente de antigos operários daquela empresa, menores de 18 anos”.¹⁹⁵

Os industriais retomam um aspecto de forte pressão junto ao governo: o efetivo total de menores trabalhando nas indústrias paulistas, que estaria por volta de 150.000 crianças e jovens. Com tal cifra, os efeitos de uma alteração dessas dimensões no sistema produtivo e nas jornadas de trabalho, poderia significar a demissão sumária desse exército de menores. Assim sendo, haveria a necessidade urgente de realização de uma escolha, porque

digamos que a falência industrial do Brasil importará na salvação da Raça, na frase do íntegro e venerando Juiz de Menores do DF. Mas a raça se não salvará pois que, ousamos assinalar ainda uma vez a V. Excia. os menores despedidos das indústrias, em número de mais de 150.000 pequenos trabalhadores, só nesta capital, não encontrarão amparo e proteção junto dos executores da lei, que não têm meios de fazer tarefa de tão grande envergadura.¹⁹⁶

O CIESP convida a autoridade pública para visitar as fábricas de São Paulo, Estado com maior quantidade de menores trabalhando, para verificar se a jornada de trabalho tradicional é mesmo tão exaustiva.

¹⁹⁵ Ibidem, Idem.

¹⁹⁶ Ibidem, Idem.

O contato direto com a *Comissão de Legislação Social* foi profícuo. No início de julho, José Ermírio de Moraes, presidente do CIESP, viajou ao Distrito Federal para novas conversas com Arthur Lopes de Souza, o vice-presidente da comissão e relator das modificações a serem feitas no Código de Menores. Uma circular tranquilizadora foi enviada às indústrias membros do CIESP, informando que a conversa entre ambos fora “longa e amistosa”, pois o deputado era um “profundo conhecedor” da impraticabilidade da legislação contestada.

A entidade pede a total e irrestrita colaboração de seus filiados, no sentido da manutenção da jornada de oito horas de trabalho para os menores e, no caso de multas, a emissão de procuração ao CIESP para os devidos trâmites legais. Como em nenhum outro momento, não poderia haver, entre os industriais, postura dúbia.¹⁹⁷

Tal preocupação por parte da entidade classista não era desprovida de razão. Anteriormente, alguns empresários implementaram esforços no sentido de se adaptarem às exigências do Código de Menores. Visavam escapar das multas e penalidades impostas pela lei. Com tal objetivo adotaram jornada de trabalho de 6 horas para menores e adultos e, também, reformas no sistema de trabalho. O CIESP, no entanto, possuía uma posição cristalizada. Mesmo com todas as reformulações, as indústrias corriam forte risco de sanções por parte das autoridades competentes, em virtude da inexatidão da redação do Código de Menores.

A duração da jornada de trabalho dos Menores era o ponto de divergência. O Código estipulava que o trabalho de menores não poderia ultrapassar seis horas diárias, intercaladas por um ou mais intervalos, de duração não inferior a uma hora. Entre os industriais ocorreu a disseminação de uma interpretação que considerava o horário de almoço como sendo o horário de descanso. A entidade desejava que o menor trabalhasse seis horas no total, ou seja, que o horário de almoço ou descanso não fosse computado como hora trabalhada para cálculo da jornada diária. A tabela a seguir resume os planos do CIESP¹⁹⁸:

¹⁹⁷ CIESP, Circulares de 1929. Circular nº 56, 9/7/1929.

¹⁹⁸ CIESP, Circulares de 1929. Circular nº 47, 4/6/1929.

Turno de trabalho	Total de horas / turno
Manhã (7 às 11 horas)	4 horas
Almoço (11 às 12 horas)	—
Tarde (12 às 14 horas)	2 horas
Jornada total de trabalho ⇒	6 horas

Diante do impasse, a entidade buscou esclarecimento junto às autoridades competentes. No início do mês de junho, uma circular foi expedida a todos os filiados com informações sobre a questão. O documento alertava todos os empresários quanto à posição oficial do Juiz de Menores: a jornada de trabalho diária dos menores era de cinco horas, pois uma hora era de almoço. Não poderia haver pior sentença que essa para os planos da entidade.¹⁹⁹

A intransigência do CIESP apenas aumentou com o decorrer do tempo. O centro era inflexível quanto à possibilidade das indústrias terem os seus custos de produção elevados, em decorrência da necessidade de alterações no processo produtivo e/ou na organização das jornadas de trabalho. Com essa postura, seus filiados receberam uma circular contendo uma minuciosa estratégia para burlar as imposições advindas da legislação de proteção aos menores.²⁰⁰

O primeiro aspecto que se sobressai da análise do documento é que os industriais não sentiam segurança com relação ao Poder Público. Não viam a ação do Estado com bons olhos, pois não notavam nela nenhuma possibilidade que pudesse vir a beneficiá-los no futuro. Para usar termo hoje corrente, não havia segurança jurídica para o investimento dos empresários que comandavam aquela entidade. É decorrência de tal entendimento a primeira recomendação do texto, para que os filiados não pagassem nenhuma multa recebida do Juizado de Menores, “uma vez que o simples pagamento da multa não os livrará de novas e sucessivas multas e até da prisão dos seus dirigentes e responsáveis pelos menores, isto é, seus pais e tutores”.²⁰¹

As demais recomendações explicam, minuciosamente, os procedimentos a serem adotados pelas fábricas eventualmente multadas. Deveriam aguardar a primeira cobrança executiva da multa por parte do Juízo de Menores. Somente

¹⁹⁹ CIESP, Circulares de 1929. Circular nº 48, 7/6/1929.

²⁰⁰ CIESP, Circulares de 1929. Circular nº 50, 11/6/1929.

²⁰¹ Ibidem, Idem.

nessa etapa é que teriam de emitir uma procuração em nome do advogado do CIESP, além de pagar a quantia de duzentos e cinquenta mil-réis (250\$000), como sinal pela consultoria jurídica. No entanto, até que tal etapa fosse alcançada, os Comissários de Menores multariam a fábrica verbalmente para, em seguida e por meio de ofício, o Curador de Menores confirmar a multa. Com o não pagamento das multas notificadas oficialmente, as autoridades procederiam à cobrança executiva. A estratégia urdida previa, inclusive, os custos com os processos. Os honorários do advogado seriam rateados entre o Centro e as fábricas, sendo que nenhuma delas pagaria mais de quinhentos mil-réis (500\$000), estando incluídas todas as possíveis instâncias judiciárias para as quais fosse necessário recorrer.²⁰²

Numa circular confidencial enviada aos seus filiados ainda naquele mês de junho, o CIESP informara-os da publicação nos jornais de uma relação de fábricas que não pagaram as multas emitidas pelo Poder Público. Registraram a satisfação como os resultados da ação coordenadora do centro, pois, apesar de “numerosas” fábricas terem quitado as multas, “mais numerosas são as que não pagaram”.

As fábricas não deveriam, sob hipótese nenhuma, seguir os horários de trabalho estipulados pelo Código. Se assim procedessem atrapalhariam o plano global de ação da entidade: a reforma da legislação de menores junto ao Congresso Nacional. Dessa forma, a entidade clama aos seus filiados que seguissem rigidamente a linha política traçada, pois seria preciso que os “interesses particulares” se subordinassem aos interesses gerais”.²⁰³

²⁰² Ibidem, Idem.

²⁰³ CIESP, Circulares de 1929. Circular nº 55, 21/6/1929.

Capítulo II. A Juventude Comunista: um projeto de transformação

A Juventude Comunista era uma organização do Partido Comunista do Brasil (PCB), responsável pelo trabalho de recrutamento, formação ideológica e militância junto ao segmento jovem da sociedade. As funções a serem exercidas eram relativamente simples e estavam subordinadas às linhas de ação traçadas pelo partido. Leôncio Basbaum, lembrando seus tempos de militância, afirma que a

ação se limitava a recrutar jovens nas fábricas e nas empresas ou no comércio, e mesmo nas escolas superiores naquela mesma faixa de idade, mantê-los unidos em torno de atrações de toda ordem, como esportes, teatro, festinhas, piqueniques, fazer propaganda de nossas idéias marxistas e prepará-los para serem comunistas.²⁰⁴

Havia ainda as atividades de arrecadação de dinheiro para o custeio dos trabalhos. Em outros termos, o que Leôncio Basbaum explica é que a Juventude Comunista tinha por função primordial ressocializar os jovens que a ela aderissem, inculcando-lhes as idéias marxistas e, principalmente, fazer dessas idéias senso comum. Os adeptos deveriam considerar as idéias marxistas como naturais, pois somente dessa maneira a adesão seria completa e a contento da organização.

O ingresso nos quadros da Juventude Comunista era realizado por meio de indicação de um membro da organização. Durante certo tempo, o postulante permanecia em período probatório. Sobre essa questão o depoimento de Hilcar Leite fornece algumas informações relevantes, uma vez que ele vivenciou tal situação. Seu ingresso na militância ocorreu por volta de 1928, através da intermediação de Jânio Rocha, um colega do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro onde ambos estudavam. Inicialmente a atuação de Hilcar se resumia a frequentar as reuniões da organização. Decorrido algum tempo, foi encarregado do trabalho

²⁰⁴ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, 2ª edição revista, p. 46.

numa fábrica de chapéus, onde tinha a missão de conquistar novas filiações entre os trabalhadores dessa categoria profissional.²⁰⁵

A idade para que um indivíduo permanecesse nos quadros da agremiação juvenil dos comunistas não é um ponto consensual. Leôncio Basbaum informa que em 1927 “cerca de 90% dos membros da Juventude Comunista da época, se constituía de jovens operários de 15 a 19 anos, os quais, pelos estatutos aprovados, aos 21 anos, deveriam ingressar no Partido [Comunista do Brasil]”. Esse autor nada fala com relação à existência de uma idade mínima para ingresso. Hilcar Leite, um militante da Juventude Comunista que se filiou em 1927 e, posteriormente, converteu-se ao trotskismo indo aumentar as fileiras da Liga Comunista Internacionalista, informou que a idade máxima para permanência na JC era 25 e não 21 anos, conforme registrou Basbaum.²⁰⁶

Os Estatutos do Centro de Jovens Proletários do Brasil²⁰⁷, fundado pela Juventude Comunista em 1928, no Rio de Janeiro, trazem elementos capazes de reduzir o impasse com relação à idade dos associados. Se as regras que regiam o centro não eram exatamente as mesmas, por conta das especificidades de cada organismo, é admissível que boa parte delas fossem ao menos similares.

O artigo de nº 30 dos Estatutos estabelece que, para ser sócio, ou seja, para ser considerado um jovem, o indivíduo deveria ter entre 15 e 25 anos de idade. No entanto, desde que expressasse essa intenção, seria permitido que o sócio continuasse vinculado após atingir a idade limite, segundo regra estabelecida no artigo 41. Para que o sócio pudesse ocupar os cargos de Secretário Geral e de Procurador deveria ser maior de 21 anos, exigência estabelecida pelo artigo 27.

A origem exata da Juventude Comunista, no entanto, era uma incógnita na historiografia. Os anos de 1924, 1925 ou 1927 são apontados como os de sua fundação. Além desta, outra divergência nas fontes é relacionada ao número de membros nos quadros da organização.

²⁰⁵ Termo de Declarações de Hylcar Leite para Geraldo M. C. de Mello, Delegado de Polícia. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 27 de junho de 1936, Doc. 20, Fls. 36-47. Pront. 3815, Hylcar Leite. DEOPS/SP, AESP.

²⁰⁶ Ibidem, p. 46-47. GOMES, Ângela de Castro; FLAKSMAN, Dora Rocha e STOTZ, Eduardo (Orgs.). *Velhos Militantes: Depoimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 160.

²⁰⁷ Estatutos do Centro de Jovens Proletários do Brasil. Rio de Janeiro, 1929.

Astrojildo Pereira, Secretário Geral do PCB, informa que a criação da Juventude Comunista foi decidida em janeiro de 1924, numa sessão ampliada da Comissão Central Executiva (CCE). O II Congresso do Partido Comunista do Brasil (16, 17 e 18 de maio de 1925) resolveu tomar medidas que resultassem na real formação da Juventude Comunista no Brasil, pois perceberam que somente no Rio de Janeiro haviam sido adotadas providências no sentido da implantação do projeto.²⁰⁸ Heitor Ferreira Lima, ao relacionar as principais realizações dos comunistas nos primeiros anos de atuação, aponta o ano de 1924 como o de início dos trabalhos da agremiação juvenil.²⁰⁹

Leôncio Basbaum, por sua vez, situa em 1927 a fundação.²¹⁰ Segundo ele, Astrojildo Pereira lhe incumbiu da tarefa de estruturação, quando pediu autorização para ir ao Recife nas férias para visitar a família. Pedido aceito, realizou a viagem. Durante o período em que permaneceu na cidade teria conseguido montar um Comitê Regional, que seria o primeiro da “futura” Juventude Comunista. Dali seguiu para Salvador, onde também tentou estruturar um Comitê Regional do Partido Comunista do Brasil. Nesta cidade não deve ter conseguido progressos, pois nada relata de concreto, mencionando apenas contatos estabelecidos. Retornou ao Rio de Janeiro em abril de 1927 e, imediatamente, foi procurar Astrojildo. Leôncio apresentou um relatório referente à viagem numa reunião da CCE. Terminada a explanação, foi resolvido que, dali em diante, ele seria membro daquela comissão “com direito a voz e voto, como membro da Juventude Comunista, que na realidade não existia ainda”.²¹¹

A variação de datas já havia sido notada pelo historiador Edgard Carone. Este cita como fontes de informação a obra de Nelson Werneck Sodré e uma estatística da Internacional Comunista de Jovens de Moscou – que fornecem 1925 como o ano de fundação da Juventude Comunista –, assim como as memórias de Leôncio Basbaum, sustentando 1927 como o marco inicial das atividades da organização em questão.²¹²

²⁰⁸ PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB (1922-1928)*. Lisboa: Prelo, 1976, p. 92.

²⁰⁹ LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 64.

²¹⁰ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República (de 1889 a 1930)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986, vol. 2, p. 213.

²¹¹ Idem. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p. 44-45.

²¹² CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989, p. 150; SODRÉ, Nelson W.. *Contribuição à História do PCB*. São Paulo: Global, 1984, p. 76.

Diante do exposto, o questionamento a fazer é qual das fontes está correta e, principalmente, qual a razão dessa divergência. Um documento elaborado pela Juventude Comunista, datado de 8 de agosto de 1925 e enviado à Internacional Comunista de Jovens, ajuda-nos a elucidar o problema.

Basicamente o documento informa sobre os primórdios das atividades e solicita apoio. Luiz Perez, que assina como Secretário Geral da organização, informa ter sido iniciada “uma série de trabalhos de organização e propaganda entre os jovens operários do Brasil”, visando à constituição da agremiação, conforme a decisão do II Congresso do Partido Comunista do Brasil. Primeiramente foram conquistadas algumas adesões e, posteriormente, foi nomeado um Comitê Central Executivo provisório, que seria dissolvido assim que a Juventude Comunista estivesse organizada no âmbito nacional. Além disso, as ações do comitê deveriam ser realizadas em “estreita e íntima colaboração com o PCB”.

A maior dificuldade para a realização dos trabalhos era a carência absoluta de informações. Naquele momento estavam traduzindo materiais doutrinários para distribuição e discussão entre os membros. Por conta disso, Perez aproveita a correspondência para solicitar o envio de “material de estudo, propaganda, bem como estatutos, programas, de preferência em francês e espanhol”. Tal solicitação nos indica outra dificuldade: a barreira do idioma.²¹³

A trajetória de formação da Juventude Comunista, levando em conta as informações apresentadas, pode ser enunciada da seguinte maneira: uma sessão ampliada da Comissão Central Executiva, realizada em janeiro de 1924, decidiu a criação da organização; porém, somente no II Congresso do Partido Comunista do Brasil é que foram tomadas ações práticas de estruturação.²¹⁴

O ponto intrigante é que Leôncio Basbaum menciona a fundação da Juventude Comunista em 1927, mesmo que desde agosto de 1925 já houvesse atividades da organização. Em uma de suas obras, esse autor menciona a fundação em 1927, mas afirma que em 1926 foram organizados diretórios

²¹³ Informe do Secretário Geral à Executiva da ICJ. Juventude Comunista (doravante JC), Rio de Janeiro, 08/08/1925.

²¹⁴ Devemos ressaltar o longo período compreendido entre a tomada de decisão e o início das ações práticas para montagem da Juventude Comunista. Por conta disso devemos questionar se a mencionada reunião da CCE não poderia ter sido realizada em janeiro de 1925 e não 1924 como as fontes relatam.

acadêmicos nas faculdades de Direito, Engenharia e Medicina.²¹⁵ O esclarecimento para tal estranheza é fornecido em seu livro de memórias, onde afirma que quando Astrojildo Pereira o incumbiu da tarefa de criação da JC alegou “que já era tempo de que o Partido organizasse uma Juventude Comunista, como havia em outros países”, ou seja, uma organização subordinada ao partido, mas possuidora de um aparelho próprio. Isso porque já “havia no Comitê Central [do PCB] um companheiro encarregado dessa tarefa. Chamava-se Perez, vassoureiro de profissão, um dos fundadores do Partido, mas que, por motivos de família, se havia retirado para o interior de São Paulo e, por isso, quase nada pudera fazer”.²¹⁶

Em suma, em 1927 houve a constituição do Comitê Central Executivo permanente, por conta da necessidade que os comunistas tinham de que sua organização juvenil conquistasse um espaço efetivo junto a esse público alvo. Como vimos no informe de Luiz Perez à ICJ, ele era o Secretário Geral da JC em caráter provisório. Seu afastamento, segundo o ponto de vista de Basbaum, fez com que o trabalho de estruturação da nova organização não conseguisse progressos. Assim sendo, com a constituição da CCE permanente, Leôncio Basbaum passou a ser o primeiro Secretário Geral da organização. Nas referências futuras à fundação da Juventude Comunista o ano mencionado é sempre 1927.

2.1 – A estruturação da organização juvenil

A importância da Juventude Comunista até 1927 foi ínfima, conforme a documentação analisada permite concluir. Nesses primeiros anos de ação, não havia um estatuto próprio e nem mesmo comitês orgânicos em outros Estados. A atuação permaneceu restrita ao Distrito Federal, tendo como público alvo os operários.

As informações sobre o período são muito escassas, mas suficientes para ir além das razões apontadas por Basbaum para o fracasso da JC nos primeiros

²¹⁵ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República (de 1889 a 1930)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986, vol. 2, p. 216.

²¹⁶ Idem, *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p. 42. Essa instância decisória aparece identificada ora como Comitê, ora como Comissão, conforme o autor consultado. Usaremos a expressão apresentada pela fonte primária, de modo a captar as alterações.

anos de vida. Um relatório elaborado pelo Secretário Geral traz algumas breves informações sobre o período, possibilitando a verificação de que o afastamento de Luiz Perez não foi a única causa do insucesso da organização.

Quatro problemas são apontados para explicar o precário desenvolvimento do projeto de construção da agremiação juvenil: (1) a dificuldade no recrutamento de novos adeptos; (2) a precária formação ideológica dos membros; (3) a falta de dedicação pessoal dos militantes; e (4) a ausência de colaboração dos membros do PCB para com os trabalhos.

Visando combater o primeiro problema, o Comitê Central Executivo da Juventude Comunista planejou a realização de uma série de reuniões abertas aos jovens, independentemente de serem ou não filiados, com vistas à conquista de novos adeptos. Já no primeiro evento houve a adesão de quatro participantes. Contudo, por conta da falta de articulação entre o partido e sua agremiação juvenil, o CCE do PCB iniciou um curso para a juventude, realizado aos domingos, mesmo dia em que aconteciam as reuniões.

Apesar de atrapalhar os encontros da JC e, dessa maneira, fazê-los cancelar as reuniões, seu Secretário Geral considerou que o curso veio em boa hora, pois era uma resposta à falta de formação ideológica dos militantes. O curso contou com a participação de 10 militantes, sendo a frequência média de 7, com aproveitamento considerado regular.

A falta de apoio do partido era um empecilho ao bom desenvolvimento da JC. Seria preciso, na leitura de Luiz Perez, que todos os integrantes das células do PCB atuassem na divulgação da agremiação juvenil e fizessem um trabalho amplo de filiação de novos membros.

O trabalho de organização da JC em outros estados foi moroso e repleto de muitos reveses. Foram feitas tentativas de criação de Comitês de Região em São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Bahia e Espírito Santo. No Rio Grande do Sul, assim como nos dois últimos estados, o trabalho não vingou, pois o relatório afirma que o responsável pelo comitê havia sido “tragado pela terra”, tal a ausência de comunicação. Em Pernambuco a situação não era muito diferente. Esse estado não conseguiu encontrar um militante capaz de coordenar o projeto e, por essa razão, os trabalhos sequer haviam começado. Na região de São Paulo o quadro era mais ou menos o mesmo. Houve a tentativa de contato com

militantes na cidade de Cubatão, porém estes nunca deram qualquer resposta. Para Santos, enviaram até material de propaganda, mas só receberam duas cartas para estabelecer contato. O CCE não sabia sequer se os militantes daquela cidade estavam em contato com o Comitê Regional de São Paulo, que era o centro coordenador naquele estado. Essa região contou com três diferentes encarregados, mas somente um deles estabeleceu contatos. Contudo, logo se demitiu, alegando não conhecer nenhum jovem.

Perez encerra o seu relatório cobrando mais dedicação pessoal e maior auxílio dos membros do PCB, pois, segundo seu entendimento, “cada um tem o dever de empregar o máximo do seu esforço no trabalho para o qual foi designado. Já bastam as dificuldades que temos, oriundas do Estado de Sítio, que nos impedem de fazer um trabalho de propaganda dentro da legalidade, e ainda por cima: a inércia, o descaso, o desleixo, o desinteresse daqueles que assumem compromissos”.²¹⁷

A Juventude Comunista passou por uma nova tentativa de organização em 1927, entrando em uma nova fase. É nesse ano que a organização ganha um Comitê Central Executivo permanente. O trabalho de recrutamento de novos membros, de formação ideológica e de divulgação das idéias comunistas recebeu um sensível impulso. Como parte da estratégia de ampliação dos quadros da JC, Leôncio Basbaum passou a escrever artigos no jornal *A Nação*, referindo-se à juventude operária e à necessidade de organizá-la. Além da divulgação, o jornal publicava também papeletas, através das quais os interessados poderiam efetuar as suas inscrições.²¹⁸

No dia 1º de maio daquele ano, ocorreu um evento público no qual os jovens comunistas conseguiram certo destaque, aparecendo com faixas e acompanhando as palavras de um orador. Basbaum avaliou esse episódio como “uma demonstração magnífica”, sobretudo por conta da não intervenção policial. Embora sua narrativa seja passional, ela fornece elementos para visualização daquele momento, no qual houve participação dos sindicatos exibindo as suas bandeiras, que seriam “quase todas vermelhas”, e de muitas mulheres, estando “algumas com crianças ao colo”. A carga emotiva é maior quando Basbaum fala

²¹⁷ Relatório do encarregado do serviço da JC no CCE do PCB. JC, Rio de Janeiro, c. 1926.

²¹⁸ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, 2ª edição revista, p. 42-43.

da participação de operários que “apareciam com suas roupas de domingo, de chapéu, como se fossem a uma festa”. Os jovens, por sua vez, “vibravam”.²¹⁹ Os eventos de rua buscavam exatamente provocar essa reação eufórica nos participantes, pois, dessa maneira, todos aqueles que observassem a cena veriam com bons olhos a organização que a promovia.

Incentivados pelos resultados conseguidos no primeiro de maio, os comunistas oficializaram a Juventude Comunista no dia 1º de agosto de 1927, durante um evento na sede da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG). No dia seguinte, ocorreu outra reunião, na qual houve a escolha do Comitê Central, bem como a nomeação de Basbaum como Secretário Geral, cargo que ocupou até princípios de 1929, quando ingressou no Partido Comunista Brasileiro.

Em 1928 os comunistas já tinham conseguido expandir a sua organização de jovens para São Paulo. Em 7 de dezembro, um comunicado traz a informação de que, “apesar da ilegalidade muito feroz”, o Comitê de Zona já estaria em funcionamento. A atuação da Juventude Comunista em São Paulo não deve ter alcançado resultados muito relevantes nos seus primeiros anos de atuação, pois a Polícia Política paulista registrou a primeira ocorrência em prontuário próprio da organização em 19 de outubro de 1931 e, a partir dessa data, a vigilância só se fez intensificar. Uma possível explicação para tal descompasso reside no fato de que a Polícia Política conseguiu se estruturar e articular ações de combate ao comunismo. Além disso, São Paulo somente passou a ser um polo de concentração das forças de esquerda após a Revolução de 1930, pois, com a instauração do novo regime, foi desencadeada uma forte repressão contra as organizações de esquerda.²²⁰

Há também informações sobre o estabelecimento de atividades em Pernambuco, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, ainda no ano de 1928.²²¹ O início dos trabalhos em algumas regiões foi conquistado através do envio de instrutor do PCB. Em 1929, tal expediente foi usado em Alagoas, Paraíba e Ceará

²¹⁹ Ibidem, p. 46.

²²⁰ MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão Revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 1992 (mimeo), p. 234.

²²¹ Relatório dos trabalhos do I Congresso. FJCB, Rio de Janeiro, 26/3/1929.

que, apesar de possuírem poucos membros, ofereciam boas perspectivas de crescimento.²²²

Em janeiro de 1930 a Juventude Comunista já atuava no Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Campos (RJ), Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Pará. No ano seguinte, a expansão havia atingido Minas Gerais, Alagoas e Maranhão. Em julho de 1932, o Paraná já possuía um Comitê de Zona funcionando.

Pelos dados disponíveis, podemos supor que o Rio Grande do Norte, que já havia sido alcançado em janeiro de 1930 pela expansão geográfica, e o Maranhão, alcançado em janeiro de 1931, sofreram um revés na sua ação, tornando-se necessária a criação de novos Comitês Regionais. No mês de outubro desse ano, foi realizado o 2º Pleno da Juventude Comunista, no qual foi elaborado um plano de trabalho para os três meses seguintes. O plano determinava a formação de grupos da organização na Bahia, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Norte e Piauí. Os dados mostram que até dezembro nenhum outro Estado do Brasil foi alcançado.²²³

* * *

Nessa época, a ligação com Moscou já estava estabelecida. Em 8 de agosto de 1925, quando a JC ainda funcionava em caráter provisório, seu Secretário Geral enviou uma correspondência à Internacional Comunista de Jovens informando a criação do novo organismo comunista. Contudo, Leônicio Basbaum informa que após o fechamento do jornal *A Nação*, em agosto de 1927, a Juventude Comunista brasileira enviou uma carta para a sede da Internacional Comunista da Juventude em Moscou solicitando sua adesão à mesma. A data exata da aceitação oficial da JC junto à IJC é informação secundária, na medida em que os contatos entre as duas organizações tiveram início em 1925, caracterizados pelo envio de relatórios do Brasil para Moscou com dados sobre toda a ação da organização de jovens. Supondo que Basbaum esteja correto em suas informações, talvez a adesão oficial não tenha se estabelecido antes, por

²²² Informe ao SSAJ da IJC. FJCB, Rio de Janeiro, 3/1/1930.

²²³ Informe ao Secretariado da América do Sul e do Caribe da IJC. FJCB, Rio de Janeiro, 24/3/1933, anexos; Plano Nacional de Trabalho. FJCB, Rio de Janeiro, outubro de 1932.

conta da precariedade do funcionamento da Juventude Comunista. A resposta à solicitação de 1927 foi positiva, propiciando uma bolsa de estudos para um militante brasileiro. O escolhido foi o jovem alfaiate Heitor Ferreira Lima, na época com 21 anos, enviado a Moscou para estudar.

Como consequência da conexão internacional, a organização juvenil brasileira participou do V Congresso da Internacional Juvenil Comunista, realizado em 1928. Uma carta de 2 de maio daquele ano solicita informações sobre a possibilidade de participação brasileira no congresso e dos procedimentos necessários para a inscrição.²²⁴ Leôncio Basbaum, então o Secretário Geral, foi escolhido como delegado. Correspondência em papel timbrado do Partido Comunista do Brasil, datada de 14 de junho de 1928, enviada à Comissão Executiva da IJC, apresentava-o como delegado do partido no congresso juvenil.

Outra participação internacional dos jovens comunistas brasileiros ocorreu na I Conferência Latino-Americana, realizada na Argentina entre 1º e 12 de julho de 1929. O evento contou com a participação de delegados dos Partidos Comunistas, da Internacional Comunista de Jovens, da Internacional Comunista e do Secretariado Sul-Americano da IJC. Havia representantes de todo o continente. Da América do Sul compareceram delegados do Brasil, Argentina, Uruguai, Equador, Colômbia, Peru, Bolívia e Venezuela; Cuba, El Salvador, Guatemala e Panamá, pela América Central; e da América do Norte, os Estados Unidos e o México. A França também se fez representar. A importância dessa conferência para os rumos da Juventude Comunista no Brasil reside na questão do trabalho antimilitarista. Na ocasião, Vitório Codovilla, uma das lideranças do Secretariado Sul-Americano da IC, reclamou da debilidade dos trabalhos nessa área, embora reconhecesse alguns avanços em países como Brasil, Colômbia e México. Por sugestão dele, a Juventude Comunista deveria ser encarregada desse trabalho, que havia sido relegado ao segundo plano no continente, estando totalmente desarticulado naquela ocasião.

²²⁴ Carta manuscrita do Secretário Geral para a CCE da IJC. FJCB, Rio de Janeiro, 2/5/1928.

2.2 – Uma radiografia dos militantes

Aspecto um tanto obscuro referente à Juventude Comunista diz respeito à quantidade e à composição socioeconômica de seus membros. As fontes trazem números muito incertos, apresentando oscilações elevadas para um mesmo ano de referência.

Para os primeiros anos de existência do agrupamento político, Nelson Werneck Sodré apresenta os seguintes números: em 1925, ano de sua fundação, teria conseguido 14 membros, mantendo-os em 1926; em 1927 já possuía 30 membros, chegando a 120 em 1929. Supondo serem esses números corretos, teríamos um aumento espetacular de mais de oito vezes no número inicial de militantes. O aumento mais espantoso se daria entre 1927 e 1929, quando o crescimento é de quatro vezes o valor inicial.

No entanto, uma estatística da Internacional Comunista de Jovens de Moscou nos fornece números bem diferentes: 200 membros em março de 1925; 300 em março e novembro de 1926; e 200 membros em junho de 1927.²²⁵ Estes números são interessantes, por mostrarem uma involução de 1926 para 1927.

A preocupação com o crescimento da Juventude Comunista foi permanente. A documentação produzida internamente pela própria agremiação traz alguns números referentes a essa questão. Os dados apresentados na sequência são concernentes aos anos de 1928 e 1929. Um relatório elaborado em outubro ou novembro de 1929 traz importantes informações nesse sentido.²²⁶ O documento ressalta que o agrupamento político teria sofrido uma drástica alteração de rumo, num período de pouco mais de um ano. Tal mudança de rumos ter-se-ia dado por conta do aprendizado conseguido no Congresso da Juventude Comunista e no replanejamento das tarefas a serem cumpridas que passaram a ser mais focadas.

O ritmo de crescimento conquistado entre junho de 1928 e outubro de 1929 é considerável e permite uma avaliação melhor da evolução apresentada, conforme pode ser visualizado na tabela seguinte:

²²⁵ SODRÉ, Nelson W.. *Op. Cit.*, p. 76; Quatre Années d'International Comuniste de Jeunes. *Op. Cit.*, p. 77. Ambos citados em CARONE, Edgar. *Op. Cit.*

²²⁶ Relatório geral. FJCB, Rio de Janeiro, outubro ou novembro de 1929, p. 1.

Evolução do nº de filiados da JC		
1928		
Junho	60
Outubro	80
1929		
Janeiro	120
Julho	200
Outubro	300

A análise da tabela permite determinar a ausência de padrão com relação aos meses de referência. Para o ano de 1928 temos um intervalo de quatro meses entre o primeiro e o segundo mês relacionado. No entanto, essa periodização não é seguida, pois entre outubro de 1928 e janeiro de 1929, temos apenas três meses. De todo modo, apesar da ausência de uma sistemática plenamente estruturada, a tabela permite determinar um crescimento de cinco vezes o número inicial de filiados no período englobado. No intervalo de tempo considerado, a Juventude Comunista apresentou um movimento crescente no quadro de filiados, não mostrando grandes reveses considerados dignos de registro.

Uma outra série de dados foi elaborada para compor um informe para o Secretariado da América do Sul e do Caribe do Comitê Executivo da Internacional Juvenil Comunista.²²⁷ São números referentes aos anos de 1930, 1931 e 1932. Para os dois primeiros anos, a JC utilizou o mês de janeiro como referência, mas para 1932 utilizou os meses de julho e dezembro. A complexidade e o detalhamento dessa série são superiores aos dados relativos a 1928/29:

²²⁷ Informe ao Secretariado da América do Sul e do Caribe da IJC. FJCB, Rio de Janeiro, 24/3/1933, p. 10.

Evolução do nº de filiados da JC		
Referência	Aderentes	Ativos
Janeiro/1930	630	375
Janeiro/1931	820	618
Julho/1932	700	433
Dezembro/1932	565	310

No período em questão ocorreram avanços e retrocessos na evolução da Juventude Comunista. A análise dos dados permite concluir que ocorreu um revés no trabalho de recrutamento, reclamação recorrente nos relatórios enviados a Moscou, uma vez que em dezembro de 1932 o agrupamento político possuía menos militantes que em janeiro de 1930. Nesse intervalo, foi atingida a expressiva quantia de 618 filiados em janeiro de 1931, reduzida para 433 em julho do ano seguinte. Os estatutos da organização permitiam que o militante continuasse vinculado após atingir a idade limite. Mesmo que esse militantes fossem excluídos das estatísticas por causa da idade, na perspectiva da Juventude Comunista o não recrutamento de novos participantes era altamente prejudicial à causa política defendida.

Apesar do número elevado de filiados nos quadros da organização, apenas uma parte era de fato ativa, ou seja, participante das atividades de militância. Em nenhum dos quatro períodos de referência, foi possível verificar a militância de fato de todos. Em janeiro de 1931 localizamos o melhor desempenho, pois a diferença entre o total de membros e os que de fato eram militantes foi de 202 pessoas. Ainda assim, um valor muito elevado. Com uma diferença de 267 pessoas, a pior relação é encontrada em julho de 1932. Janeiro de 1930 e dezembro de 1932 se igualam em 255 pessoas de diferença.

As informações com relação à composição socioeconômica dos membros da Juventude Comunista apresentam uma boa qualidade, embora falte uma padronização dos métodos de sistematização de dados, impossibilitando comparações mais elaboradas. Acrescente-se a isso, o desconhecimento dos critérios utilizados na classificação dos grupos socioeconômicos.

Entre os membros da Juventude Comunista há uma concentração absoluta de operários, grupo que alcança a quase totalidade, conforme pode ser visto na

tabela a seguir, que fornece dados para o ano de 1929. Além disso, a organização tinha sua força de atuação totalmente concentrada nas cidades, por conta da localização das fábricas. A atuação no comércio e nas escolas era ainda incipiente. Leôncio Basbaum, o autor do relatório em questão, apresenta algumas explicações para tal limitação. Importante notar a total ausência de preocupação com relação a esses últimos grupos socioeconômicos. Toda a explicação apresentada diz respeito somente ao trabalho realizado em áreas rurais.

Perfil socioeconômico dos membros da JC (1929)²²⁸		
Operários	85%
Trabalhadores do campo e camponeses	5%
Empregados no comércio	5%
Estudantes	5%

A atuação nas fazendas, apesar dos esforços, ainda era pequena por causa das dificuldades de realização das atividades de propaganda. O idioma é um dos fatores de entrave mencionado, uma vez que a maioria dos trabalhadores seria de estrangeiros que não conheciam ainda a língua portuguesa. Para completar o quadro de dificuldades, o analfabetismo atingia sobremaneira os trabalhadores brasileiros. Isso fazia com que os militantes letrados muitas vezes se vissem forçados a ler o material de propaganda em voz alta, facilitando a repressão por parte dos proprietários das fazendas.

Outro empecilho destacado é o acesso às fazendas, pois essas constituiriam “verdadeiros feudos”. O único contato possível com o público alvo se dava aos domingos, quando os trabalhadores do campo iam às cidades. Contudo, mesmo nesse dia, a cooptação era dificultada, pois o desinteresse dos trabalhadores era quase total, já que a ida à cidade era atividade de lazer. Ainda assim, mesmo com todas as dificuldades apontadas, os militantes da Juventude Comunista prosseguiram no trabalho, sobretudo através da distribuição de jornais como *A Classe Operária* e *O Jovem Proletário*.²²⁹

²²⁸ Relatório geral. FJCB, Rio de Janeiro, outubro ou novembro de 1929, p. 2.

²²⁹ Ibidem.

No período compreendido entre 1930 e 1932 a Juventude Comunista conseguiu diversificar o perfil dos seus membros, conforme pode ser visto na tabela seguinte com dados para o ano de 1932:

Perfil socioeconômico dos membros da JC (1932)²³⁰		
Trabalhadores de grandes empresas	20%
Desempregados	30%
Operários agrícolas	8%
Operários de pequenas fábricas e oficinas	20%
Empregados no comércio e estudantes pobres	10%
Empregos diversos	12%

A limitação da atuação nas cidades permanece quase inalterada, quando comparamos apenas os valores percentuais, pois em 1929 apenas 5% dos 300 filiados eram oriundos do campo e, em 1932, dos 565 filiados apenas 8% eram desse segmento. Contudo, devemos observar que de 1929 para 1932 houve um crescimento de quase 100% no número total de filiados, embora apenas 3% nos filiados oriundos do campo. Assim sendo, o trabalho da Juventude Comunista na área rural apresentou resultados pífios, numa avaliação global de desempenho.

O valor mais surpreendente dessa tabela é o de desempregados: 30%. Não apenas por ser o número mais elevado, mas, principalmente, por ter um impacto nas finanças da organização, uma vez que seus membros pagavam mensalidades. Os empregados no comércio e os estudantes compunham 10% dos filiados da JC, apesar de não ser possível saber a exata expressividade de cada grupo, uma vez que ambos foram unificados no relatório de onde os dados foram extraídos.

A categoria mais enigmática do relatório é a dos “trabalhadores de grandes empresas”, já que não esclarece de qual segmento eram essas empresas, além de não explicitar por qual critério elas são consideradas grandes. De todo modo, é plausível crer que se tratava de indústrias, não só porque este era o segmento mais forte na época, como também pelo fato de a própria tabela discriminar os empregados no comércio em separado, além de trazer uma categoria com os

²³⁰ Informe ao Secretariado da América do Sul e do Caribe da IJC. FJCB, Rio de Janeiro, 24/3/1933, p. 10.

“trabalhadores de pequenas fábricas e oficinas”. Sendo assim, os membros da organização oriundos da indústria permanecem como o mais representativo, totalizando 40%. Os trabalhadores de outras categorias (“empregos diversos”) perfazem 12%, embora não exista especificação exata de suas profissões.

2.3 – O problema do financiamento das atividades

A atividade política, independentemente do viés ideológico, necessita de recursos financeiros que permitam o custeio do material de imprensa e propaganda, assim como todas as outras atividades inerentes ao trabalho. Os comunistas também necessitavam de dinheiro para viabilizar as suas atividades de militância no cotidiano. Na sequência avaliamos o problema do financiamento das atividades, demonstrando o trabalho de captação de recursos pela militância, mas devemos ressaltar a tentativa dos jovens comunistas de obter verbas externas.

Essa questão é uma das mais polêmicas na história dos partidos comunistas e mesmo do movimento comunista como um todo. A polêmica em torno do “ouro de Moscou” assolou a imprensa brasileira no final dos anos 1920 e na década seguinte, tendo despertado o interesse de romancistas, políticos, policiais e estudiosos acadêmicos, na época e posteriormente.

A título de exemplo sobre as divergências produzidas por esse tema, analisaremos duas posições diametralmente opostas. Paulo Sérgio Pinheiro, descrente do envio de verbas da Rússia para financiamento das atividades do comunismo no Brasil, analisa o problema do “ouro de Moscou” e conclui ter sido o governo brasileiro o autor deste mito, com a nítida intenção de vincular a eclosão do movimento insurrecional de 1935 com a União Soviética e legitimar a repressão ao movimento. Nesse sentido, afirma o cientista político, não teria sido demonstrada a conexão polêmica, pois

quanto ao papel da Yuzhamtorg no fornecimento de fundos para o movimento comunista sul-americano e suas insurreições, nenhuma evidência histórica foi encontrada, nem mesmo pelos serviços de informação norte-americanos. O que não significa que não tenha havido esses contatos (ou auxílios).²³¹

²³¹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Op. Cit.*, p. 143.

William Waack, em estudo posterior ao de Pinheiro, tem posição diversa, e as repercussões de suas idéias junto à comunidade acadêmica foram incômodas para setores ainda ligados ao comunismo. O jornalista afirma que o financiamento soviético das atividades comunistas brasileiras existiu sim, mas o trajeto do dinheiro não era realizado via Yuzhamtorg, então Representação Comercial Soviética em Buenos Aires. O mecanismo era outro, relativamente simples, mas muito eficiente, conforme análise deste autor: “telegrafavam-se remessas urgentes a endereços de firmas ou pessoas ‘testas-de-ferro’. O fluxo ‘normal’ seguia por uma rede de mensageiros montada a partir da Europa Ocidental”.²³²

A carência de recursos parece ter sido uma constante na trajetória das organizações comunistas, fato que se repete com a Juventude Comunista. Já em 1929, o Secretário Geral preparou um relatório, no qual registrou todas as atividades realizadas até aquele momento, explicando as razões que levaram aos avanços ou retrocessos. A questão financeira foi um dos aspectos analisados.

O agrupamento político estaria atravessando uma conjuntura promissora, pois dispunha de um “terreno virgem de propaganda e de organização”, no qual não enfrentaria “nenhuma influência reformista”, além de contar com perspectivas promissoras para um movimento revolucionário. Contudo, internamente as dificuldades no desenvolvimento do trabalho eram várias em virtude da falta de recursos.

Os atrasos nos pagamentos das mensalidades são apontados como razão principal para os problemas financeiros. A baixa remuneração salarial a que os jovens faziam jus no mercado de trabalho os impossibilitaria de realizar os pagamentos no prazo correto, produzindo um descontrole no fluxo de caixa da Juventude Comunista. Para agravar o quadro caótico, o Partido Comunista do Brasil não fornecia qualquer auxílio pecuniário à organização, conforme reclamação expressa no documento.

Com a captação de recursos financeiros prejudicada, os trabalhos ficavam em situação delicada, sobretudo por conta dos custos para realização das

²³² WAACK, William. *Camaradas nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 34-35.

atividades cotidianas serem elevados. Devido às longas distâncias, decorrência da atuação em um país de dimensões continentais como o Brasil, os gastos com material de propaganda e de divulgação eram muito dispendiosos. Desse modo, reclama Leôncio Basbaum, “grande parte do nosso dinheiro é gasto em correspondência”. Outra parte dos escassos recursos era gasta na edição de manifestos e materiais do gênero.

As longas distâncias inviabilizavam também as viagens de instrutores ou representantes da Juventude Comunista para outras regiões do país. O isolamento era um grave entrave aos trabalhos, pois viagens para áreas mais afastadas do Distrito Federal eram praticamente impossíveis, devido ao alto custo das passagens.

A edição do jornal *O Jovem Proletário* estava comprometida diante de tal situação. Para prosseguir na impressão do seu veículo de comunicação, a organização estaria contraindo dívidas. A ilegalidade dificultava a venda do jornal, que somente nas últimas edições estava sendo comercializado, já que anteriormente era distribuído gratuitamente. O Secretariado Latino-Americano da IJC, no I Congresso da Juventude Comunista, realizado em janeiro daquele ano, prometeu um auxílio pecuniário, que nunca chegou a ser efetivado. Leôncio Basbaum sugere que um auxílio por uns dois meses seria suficiente para a reorganização do caixa do jornal.

O pedido de auxílio externo, oriundo de outras instâncias da Internacional Comunista de Jovens, ou mesmo de outras organizações do movimento comunista internacional, reaparece em outras oportunidades. Em julho de 1930, a cobrança de auxílio ressurgiu. Jeremias, ao responder às correspondências da IJC, afirma não ter recebido o auxílio supostamente enviado ao país.

Importante projeto que se encontrava parado era o da criação da Confederação Nacional de Esporte Proletário, originado no I Congresso da JC. Apesar de já possuírem Federações Desportivas no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e em Santos, além do apoio de clubes simpatizantes em São Paulo, Rio de Janeiro (Campos), Espírito Santo e Pernambuco, a empreitada não se desenvolvia por falta de recursos financeiros e “dificuldades de ordem técnica”. Leôncio Basbaum é sucinto em sua apreciação sobre essa questão, ao julgar que “a principal dificuldade para a fundação da Confederação Nacional é a vastidão

do país e o preço caro das passagens e pensamos que talvez o Sportintern nos possa auxiliar”.²³³

O problema da carência de recursos acompanha a trajetória dos comunistas desde muito cedo, tendo afetado também o Partido Comunista do Brasil. Octávio Brandão, um comunista histórico, lembrou o assunto em seu livro de memórias. Ao recordar as dificuldades para montagem do jornal *A Classe Operária*, órgão do partido, afirma ter lançado as palavras de ordem: “A luta contra o capital precisa de capital”.²³⁴ Seria impossível qualquer trabalho, sem que os comunistas se organizassem com vistas à obtenção de recursos. Assim, a criatividade e o improviso seriam habilidades necessárias.

Por decisão da Comissão Central Executiva do PCB, Brandão foi indicado para a direção do novo veículo de comunicação, que teria a função de “educação e organização, agitação e propaganda” dos militantes comunistas e do operariado em geral. Com o problema da escassez de verba para a estruturação do jornal, foi posto em prática um trabalho de captação de recursos.

Como resultado da campanha, os trabalhadores da Padaria e Confeitaria Boa Vista, localizada no Rio de Janeiro, decidiram doar o equivalente a um dia de trabalho mensal. Um auxílio de cinqüenta mil-réis (50\$000) mensais foi conseguido junto à União dos Empregados em Padarias do Rio de Janeiro. Outro impulso foi dado pela Aliança dos Operários de Niterói, que adotou *A Classe Operária* como órgão oficial, disponibilizando uma verba de 10% das mensalidades pagas por seus filiados.

No prosseguimento da campanha, em abril de 1925, Octávio Brandão realizou um comício na Fábrica de Tecidos Aurora, no Rio de Janeiro. Finda sua explanação, pediu auxílio aos trabalhadores, sendo que muitos assinaram quantias diversas na lista de subscrição que lhes fora apresentada. Em Porto Alegre, foi realizado um ato no cinema Tália que rendeu 90 mil réis para o jornal.²³⁵

Esses modos de obtenção de recursos foram adotados como padrão pelos comunistas. Muitos militantes que foram detidos ou presos forneceram

²³³ Relatório Geral. FJCB, Rio de Janeiro, outubro ou novembro de 1929.

²³⁴ BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas: memórias (1º volume)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, p. 305.

²³⁵ *Ibidem*, pp. 305-306.

informações em seus depoimentos, referentes às suas atividades. Ao que parece, no avançar dos anos 1930, a Juventude Comunista conseguiu estabelecer uma estrutura mínima de arrecadação de recursos financeiros, pelo menos em São Paulo. Se a arrecadação pretendida era alcançada ou não é outro problema a ser analisado posteriormente.

A Juventude Comunista, aparentemente, trabalhava com um planejamento razoavelmente detalhado de suas ações. Em 1935 havia um plano de trabalho relacionando às atividades a serem executadas por toda a militância. Constavam, dentre outras, atividades de propaganda, novas adesões, promoção de eventos e edição de revistas. Uma das necessidades maiores era captar um conto e quinhentos mil réis (1:500\$000) até fevereiro.²³⁶

As estratégias de arrecadação eram mais ou menos as mesmas. Venda de rifas, lista de contribuição, festas, bailes, contribuições em objeto faziam parte do leque de opções. Em 25 de setembro de 1932, foi realizado um piquenique, no qual a militante Ignez Itkis foi presa. Em seu depoimento à polícia, informou que recebeu de um militante chamado Antônio a lista para angariar fundos para o custeio do evento. Itkis, por sua vez, teria repassado a lista para o menor Ernesto – não localizado – que conseguiu “alguma quantia com seis subscritores”.²³⁷

Em 1935 a Juventude Comunista centrou os seus esforços na realização do I Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular. Os seus militantes, como era procedimento habitual, foram encarregados das atividades de divulgação, preparação e arrecadação de recursos financeiros. Arthur Heládio Neves foi um dos que vivenciou tal situação. Esse militante participou da venda de convites para um piquenique para jovens organizado pela Juventude Comunista em 9 de julho daquele ano. O evento era uma das atividades promovidas para arrecadação de fundos para o Congresso que deveria se realizar no mês de agosto. Cada convite foi vendido por três mil-réis (3\$000).²³⁸

²³⁶ Plano de trabalho. FJCB, São Paulo, 1935, fl. 10. Pront. 3503, Congresso Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.

²³⁷ Termo de declarações de Ignez Itkis para Ignácio da C. Ferreira, delegado. Gabinete de Investigações, São Paulo, 25/9/1932, doc. 5, fls. 15-16. Pront. 2088, Ignez Itkis. DEOPS/SP. AESP.

²³⁸ Termo de declarações de Arthur H. Neves para Eduardo L. Rocha, delegado adido. Gabinete de Investigações, São Paulo, 18/7/1935, fls. 3-4. Pront. 220, Arthur Heládio Neves. DEOPS/SP. AESP.

A comissão organizadora do Congresso organizou uma rede de contatos institucionais formada por clubes, escolas e sindicatos. Essa rede era complexa e composta por muitas instituições. No momento, interessa analisar a captação de recursos. Nesse sentido, a União dos Alfaiates e Anexos possuía uma Subcomissão dos Jovens Alfaiates Pró 1º Congresso Juvenil de São Paulo que captava recursos para esse evento da JC. Numa só contribuição foi conseguida a quantia de cinco mil-réis (5\$000).²³⁹

As atividades relacionadas ao financiamento das atividades tiveram prosseguimento, pois a Juventude Comunista necessitava de dois contos de réis (2:000\$000), conforme informações fornecidas pelo militante Henrique Quevedo. Em 13 de novembro, ele depôs na polícia e contou sobre a sua participação na coleta de recursos. Seu contato com a JC se dava por meio de um indivíduo identificado pelo codinome Júpiter, que costumava procurá-lo para trazer tarefas sempre relacionadas à venda de bilhetes de rifa ou à coleta de dinheiro por meio de listas.²⁴⁰ Uma dessas listas de coleta de dinheiro foi encontrada em poder de Miguel Bignardi, que atuava juntamente com Quevedo. A lista era para a realização das conferências “Os direitos da mocidade” e totalizou a arrecadação de oito mil-réis (8\$000).²⁴¹

Em 1936 a situação do agrupamento juvenil dos comunistas atravessou uma conjuntura difícil, provocada pela atuação mais rígida dos agentes da repressão estatal, em virtude dos acontecimentos de novembro de 1935, quando a Aliança Nacional Libertadora enveredou pelos caminhos da ação armada. Em abril daquele ano a preocupação era intensa, e os trabalhos em curso estavam direcionados à reestruturação do sistema de captação de recursos. Imerso nessa questão, o camarada Edgard elaborou um relatório referente aos meios de financiamento da Juventude Comunista em São Paulo. O militante era membro da

²³⁹ Comprovante de contribuição. Subcomissão dos jovens alfaiates pró 1º Congresso Juvenil, São Paulo, doc. 7, fl. 16. Pront. 3471, União dos Alfaiates e Anexos. DEOPS/SP. AESP.

²⁴⁰ Termo de declarações de Henrique Quevedo para João Baptista P. de Toledo, delegado de Ordem Social. Superintendência de Ordem Social, São Paulo, 13/11/1935, doc. 2, fls. 2-4. Pront. 510, Henrique Quevedo. DEOPS/SP. AESP.

²⁴¹ Lista de contribuição. São Paulo, s/ data, doc. 2, fl. 2. Pront. 446, Miguel Bignardi. DEOPS/SP. AESP.

comissão de finanças do Comitê Regional de São Paulo e enviava os valores auferidos para a comissão de finanças do Comitê Central do Rio.²⁴²

A atenção maior era com a obtenção de fontes permanentes de renda, de modo a não serem afetados pela ação policial, uma preocupação natural naquele momento. O planejamento, então, foi direcionado a garantir que o fluxo de caixa não fosse afetado pela repressão, o que nos confirma a importância do financiamento das atividades. A fonte de financiamento mais importante era a contribuição regular, oriunda de uma rede de contatos institucionais. Esta era formada por sindicatos, escolas, faculdades e universidades, organizações juvenis aliadas (setor juvenil da ANL) ou adversárias, além de jovens desvinculados das organizações. Para que a captação de recursos não sofresse nenhum empecilho, a comissão de finanças estava dividida em duas subcomissões:

A) três elementos encarregados de ligação com quatro zonas e o setor sindical; B) ligação com setor estudantil secundário, setor estudantil superior e Juvenil da ANL e células de organizações de massa adversária e, ainda, simpatizantes não ligados à base.

Festas, piqueniques e eventos desse porte não seriam realizados por falta de organizadores. Em fevereiro, por exemplo, não haviam conseguido realizar um baile, porém o prejuízo foi coberto com doações. Estas, quando recebidas, seriam rifadas, vendidas ou leiloadas, “em benefício duma família pobre, etc”, nos bailes nos quais a Juventude Comunista conseguia se infiltrar. Naquele momento, deveriam evitar a venda de rifas, pois “rendem pouco e exigem muito trabalho”. As instruções eram para que os militantes ficassem pelo menos dois meses sem atuar nesse segmento para não saturar a prática.

A comissão de finanças estimulava a aplicação de expediente chamado de “títulos legais”, visando à elevação da arrecadação. Isso consistia na realização de lista de doação, utilizando um pretexto falso: “Assim temos uma escola: lista de contribuição para oferta dum livro ao prof^o Fulano; num clube: lista de contribuições para ser oferecido à Igreja de Sta. Terezinha etc”.

²⁴² Memorando de Edgard, comissão de finanças do CR de São Paulo para comissão de finanças do CC da FJCB/RJ. São Paulo, 7/4/1936, doc. 12, fls. 28-30. Pront. 4547, Orlando Silva de Oliveira. DEOPS/SP. AESP.

Finalmente, outra fonte de captação era a obtenção de ágio nos serviços profissionais realizados por militantes ou simpatizantes da agremiação juvenil. Um funcionário de um colégio local conseguia cem mil-réis (100\$000) mensais; outro indivíduo faturava cem mil-réis (100\$000) para os comunistas cobrando 100% de ágio em aula particular que, dessa maneira, saía por duzentos mil-réis (200\$000); vinte e oito mil-réis era o valor conseguido por um alfaiate em cada terno vendido por ele. Havia também “um laboratório de análises, que dá 50% sobre o preço bruto (trabalho importantíssimo entre médicos, iniciado em abril com perspectivas de rendas mensais futuras de 500\$000 até 5:000\$000, de acordo com o nosso trabalho)”.

A comissão de finanças analisou duas propostas para captação de recursos, apesar de não terem sido aplicadas por razões diversas. Todas elas giram em torno do perigo da ação policial, da falta de militantes para atuarem nos empreendimentos ou do baixo retorno financeiro.

Uma biblioteca circulante de aluguel foi um desses meios. Entre os fatores que levaram à não aprovação da ideia uma foi a falta de elementos para atuarem na biblioteca no recolhimento dos livros. Além disso, havia outro fator de peso: a repressão policial. A vigilância em torno dos simpatizantes era intensa e, diante disso, o risco inerente ao empreendimento não compensava o baixo retorno por ele possibilitado. O outro meio analisado foi o sorteio de pacotes de viagem. Considerou-se a possibilidade de elaboração de rifas de viagens para localidades próximas. O premiado ganharia uma viagem para quatro pessoas com estadia paga por dois dias. No cálculo realizado, uma rifa de 100 números, sendo cada um vendido por cinco mil-réis (5\$000), permitiria um lucro de trezentos e cinqüenta mil-réis (350\$000). A ação se tornou inviável por conta de todos os “elementos serem conhecidos como comunistas, o que diminuiria as chances de venda de todos os números”.

O desmonte do aparelho, em decorrência das prisões de muitos militantes, gerou uma profunda desorganização dos trabalhos. A arrecadação financeira foi prejudicada, como demonstra também um segundo documento, sugestivamente intitulado “Campanha especial de finanças”,²⁴³ apreendido pela Polícia Política em

²⁴³ “Campanha especial de finanças”. São Paulo, 1936. Doc. 17, Fl. 19. Pront. 1271, Juventude Comunista. DEOPS/SP, AESP.

3 de novembro de 1936. Trata-se de um material rico para avaliação da argumentação utilizada para convencimento dos filiados.

A campanha era conduzida pelo comitê local da cidade de São Paulo. O objetivo básico era conseguir que as contribuições fossem pagas em dobro naquele mês e, principalmente, deveriam ser realizadas antes do dia 15. Aparentemente, por conta da data, o comitê tinha a intenção de fazer alguma campanha para lembrar os eventos ocorridos no ano anterior, conduzidos pela ANL.

Para conseguir as doações, “todo militante, simpatizante, contribuinte ou [pessoa] de qualquer outra categoria” deveria cumprir o seu papel. E qual seria esse papel? Como membro de uma organização democrática e anti-imperialista, o jovem “deverá arranjar contribuições entre seus amigos, companheiros de trabalho, parentes, etc. etc.”, ou seja, realizar um amplo trabalho de mobilização de todos os contatos possíveis. A tarefa era árdua, mas ninguém deveria abdicar de sua realização, mesmo os “muitos simpatizantes” que não costumavam contribuir por falta de recursos.

A justificativa para tal solução é pragmática: as tarefas da Juventude Comunista ter-se-iam ampliado muito e, como consequência lógica, as despesas também. Assim sendo, para prosseguir no atendimento a todas as reivindicações juvenis, era necessária uma campanha do tipo. As responsabilidades da organização eram muitas, uma vez que deveriam “defender a juventude sempre dos seus inimigos; pedir uma vida melhor e digna para todos os jovens trabalhadores e populares; facilitar por todos os meios a instrução, diversão e cultura a toda a juventude; enfim atender a todas as reivindicações juvenis”.

As dificuldades oriundas da ação armada da ANL repercutiram também na cidade de Santos. A desorganização da Juventude Comunista nessa cidade fez com que o Comitê Central destacasse um enviado especial para o local. Álvaro, o militante escolhido, teria a missão de reestruturação completa das atividades.

A situação financeira estava conturbada, posto não haver recursos para nenhum trabalho. Além disso, as células estavam completamente desestruturadas. Assim sendo, o primeiro trabalho do enviado especial foi organizar uma nova comissão de finanças. Na sequência, houve a formação de uma comissão de organização, cujo trabalho deu origem a cinco novas células. A

comissão de finanças providenciou um trabalho de captação de recursos junto aos filiados. Uma das medidas foi a elaboração de duas rifas no valor de cem mil-réis (100\$000) cada, o que foi acompanhado da realização de um piquenique e da distribuição de material para trabalho de finanças nas células.²⁴⁴

A captação de recursos econômicos era uma obrigação constante no trabalho dos comunistas. A doação realizada por “simpatizantes”, ou seja, pessoas da sociedade que não eram militantes filiados, mas que viam com bons olhos a causa comunista e, por conta disso, contribuía, era outra fonte de coleta. Neste sentido, em 11 de maio de 1936 o militante Eduardo Maffei, em depoimento à Polícia Política, não escondeu as suas atividades no meio comunista e, tampouco, a sua participação na busca por financiamento. Esse militante, por mais de uma ocasião, foi à procura de um indivíduo chamado Fonseca, no escritório deste, para pedir-lhe contribuição para os comunistas.

Numa primeira oportunidade procurou Fonseca para requerer auxílio para os grevistas de Santos, porém não o encontrou no escritório. Nessa ocasião estava acompanhado do cozinheiro Constantino Torres, vindo de Santos especialmente para essa missão. Na quarta visita a Fonseca, Maffei pediu-lhe auxílio para o Comitê Estudantil Antiguerrero. Por sua vez, Fonseca alegou que não poderia contribuir com o comitê, pois já estaria auxiliando o Partido Comunista Brasileiro.²⁴⁵

2.4 – A imprensa e a propaganda

A imprensa tem um papel histórico vital para as organizações políticas, pois sua força propagadora de informação é peça chave para o processo revolucionário. Sempre foi intensa a atuação dos comunistas na publicação de jornais e outros materiais impressos, apesar das dificuldades na obtenção de recursos financeiros. Boletins internos, panfletos, livros e outros materiais impressos foram alvo de constantes esforços de produção.

²⁴⁴ Informe de Álvaro sobre a situação da FJCB na Zona de Santos (Região de SP). São Paulo, 17/3/1936, doc. 8, fl. 20. Pront. 4547, Orlando Silva de Oliveira. DEOPS/SP. AESP.

²⁴⁵ Termo de declarações de Eduardo Maffei para Venâncio Ayres, delegado. Delegacia de Ordem Política e Social, São Paulo, 11/5/1936, doc. 13, fls. 14-15. Pront. 4269, Eduardo Maffei. DEOPS/SP. AESP.

Um exemplo lapidar dos esforços dispensados para a estruturação de um jornal é encontrado no caso da formação de *A Classe Operária*, alvo de comentários de Octávio Brandão, que foi o responsável por este veículo de imprensa do partido. As estratégias adotadas e as soluções para driblar os empecilhos encontrados serviram de modelo para empreitadas futuras. A campanha para coleta de recursos já foi descrita anteriormente. Assim sendo, cabe analisar a estruturação do jornal propriamente dita. Para isso, Brandão consultou as instruções de Lênin, aglutinadas em *Que Fazer?*. Nesta obra constatou que “a linha de Lênin era: um jornal revolucionário deve ser escrito por alguns jornalistas na redação e por milhares de colaboradores fora da redação, nos locais de trabalho. Meditei as palavras de Lênin. Tomei a iniciativa. Reuni grupos de operários. Discutimos fraternalmente: - Como aplicar a linha de Lênin de acordo com as condições concretas do Brasil?”.

O jornal teria, então, um grupo fixo de colaboradores, mas contaria com material fornecido pelos militantes que atuavam nas células. Na redação, as cartas que fossem recebidas dos correspondentes passavam por uma revisão de Laura Brandão, por conta da precária redação das mesmas. O grupo de colaboradores foi selecionado entre os militantes, sendo composto por: Laura Brandão; Júlio Kengen e Hermenegildo Figueira, operários tecelões; João Borges Mendes, tecelão; Dalla Déa e José Alfredo dos Santos, gráficos; Carlos Silva, gráfico (posteriormente estudante em Moscou); José Cazini, metalúrgico; Abelardo Nogueira, desempregado; José Lago Morales, garçom; José Maria de Carvalho, trabalhador em padaria; Hersch Schechter, estudante e Astrojildo Pereira, redator.²⁴⁶

A Juventude Comunista também fez uso desse mesmo expediente para a constituição e distribuição de jornais e demais materiais impressos. Como vimos, Leôncio Basbaum utilizou-se do jornal *A Nação* para divulgar e discutir a necessidade de formação de um agrupamento político juvenil. Além disso, as papeletas de inscrição eram publicadas neste veículo de imprensa.

A carência de material do gênero é intensa nos primeiros anos da organização, sobretudo os de caráter doutrinário. Relatório elaborado nos meses finais de 1929 sustenta que, salvo *A Classe Operária* e *O Jovem Proletário*, “nada

²⁴⁶ BRANDÃO, Octávio. *Op. Cit.*, pp. 303-305.

há para ler e desenvolver e educar o espírito de classe dos nossos militantes”. Haveria uma carência absoluta de livros referentes ao comunismo, salvo uma tradução do *ABC do Comunismo* de Nikolay Bukharin. A razão para tal escassez de obras residia nas dificuldades encontradas para editá-las.

A Internacional Comunista, no seu VI Congresso, realizado em 1928, resolveu editar obras em língua portuguesa, como saída para o problema. Contudo, até aquele final de 1929, a decisão não havia sido posta em prática. Ainda que fosse concretizada, alerta o relatório, “não servirá completamente para a juventude, pois nós precisamos [de] alguma coisa de especial para os jovens e, sobretudo para os jovens do Brasil”.²⁴⁷

Em correspondência do início de 1930, o representante da Juventude Comunista alerta para a Internacional Juvenil Comunista que uma obra chamada “Lênin y la Juventud” não fora recebida, por conta da ação governamental. Informam que, provavelmente, o material estivesse “sendo devolvido como ‘Importação Proibida’”. Naquela ocasião, as ações de propaganda impressa estariam concentradas no Código de Menores e em greves de operários, caracterizando-se pela produção de manifestos e panfletos. Contudo, a atuação não era considerada boa, carecendo de melhorias.²⁴⁸

Em 1927, com a reestruturação pela qual passou a Juventude Comunista, foi iniciada a publicação do jornal *O Jovem Proletário*, órgão específico da organização. O perfil do jornal é institucional. Veicula notícias exclusivas da Juventude comunista em todos os seus aspectos. Abrange a formação ideológica, os principais eventos promovidos e cartas de leitores. Aborda a situação da juventude nos segmentos: estudantil, operário, militar e camponês.

Até o seu quinto número o jornal era mimeografado, sendo posteriormente impresso. A periodicidade mensal desejada não foi conseguida com plena regularidade. O nº 8 contou com uma tiragem de 1000 exemplares. Até o fim de 1929, a maior tiragem alcançada foi de 5000 exemplares, na edição especial de 7 de novembro.²⁴⁹

²⁴⁷ Relatório Geral. FJCB, Rio de Janeiro, outubro ou novembro de 1929, p. 3.

²⁴⁸ Informe ao SSAJ da IJC. FJCB, Rio de Janeiro, 3/1/1930.

²⁴⁹ Carta manuscrita do Secretário Geral para a CCE da IJC. JC, Rio de Janeiro, 2/5/1928, p. 1; Relatório Geral. FJCB, Rio de Janeiro, outubro ou novembro de 1929, p. 3.

Documento de 1933 mostra que a periodicidade de *O Jovem Proletário* continuava problemática. Depois de oito meses de interrupção, o jornal voltava a ser impresso em maio de 1932, numa tiragem com 2000 exemplares, para somente reaparecer no início de setembro, numa tiragem de 4000 exemplares. Neste mesmo mês, no dia 10, saiu uma edição especial de 5000 exemplares, tratando da campanha da semana internacional da juventude trabalhadora. Em 1º de outubro e 1º de novembro saíram edições com 5 mil exemplares. Contudo, já em dezembro houve atrasos, pois a edição daquele mês estava sendo esperada somente em janeiro do ano seguinte. Entre abril de 1932 e janeiro de 1933, a Juventude Comunista gerou 21.000 exemplares de *O Jovem Proletário*, mas somente 15.000 foram vendidos. Não há informações sobre o destino dos demais exemplares, mas o mais provável é que tenham sido distribuídos gratuitamente. Neste período houve a edição de 30.000 manifestos e 10.000 selos de parede.²⁵⁰

A documentação produzida pela Juventude Comunista demonstra o valor que era atribuído aos seus órgãos de imprensa, sobretudo ao *O Jovem Proletário*. Anteriormente, em análise sobre o financiamento das atividades da JC, foram relatadas as dificuldades enfrentadas para publicação deste jornal, por conta, como sempre, da falta de recursos. Para evitar problemas com o jornal, órgão central da organização, conforme resolução da 2ª reunião plenária do Comitê Central, foi criada uma administração exclusiva para cuidar das suas finanças e facilitar a publicação. Ficou estabelecida como meta a impressão de 10 mil exemplares do jornal, demonstração clara da necessidade de ampliação da propaganda.²⁵¹ Tal meta, estabelecida em 1929, não foi atingida, como visto anteriormente.

O Jovem Proletário era uma publicação de caráter nacional, e sua publicação era de responsabilidade do Comitê Central da Juventude Comunista. Houve, contudo, tentativas para a publicação de jornais regionais. Em outubro de 1935, o Comitê Regional de São Paulo editou o primeiro número do jornal *Frente Juvenil*. Não há informações sobre a continuidade de publicação, embora houvesse essa intenção. A pretensão era “tirar regularmente um jornal próprio para a juventude explorada e oprimida de São Paulo, de acordo com a situação

²⁵⁰ Informe ao Secretariado da América do Sul e do Caribe da IJC. FJCB, Rio de Janeiro, 24/3/1933, p. 26-27.

²⁵¹ Circular sobre o II Plenum do Comitê Central. FJCB, Rio de Janeiro, 25/10/1929, p. 2.

presente, um jornal, enfim, que [representasse] de fato, os anseios e as necessidades da nova geração de brasileiros”.

A periodicidade do jornal dependeria dos próprios militantes, pois somente eles poderiam fazê-lo “circular não uma única vez por mês, mas duas, três, e até semanalmente”. Sendo assim, somente através da ação coletiva é que os comunistas conseguiriam torná-lo o jornal da “juventude brasileira”.²⁵²

O *Frente Juvenil* deveria se tornar um jornal de massas, ou seja, elaborado com a participação dos militantes. No editorial de abertura é requerida a participação de todos:

Em cada célula deverá ser discutida a questão do jornal, seriamente, concretamente. Cada célula e cada companheiro deverá enviar suas críticas e sugestões sobre FRENTE. Cada companheiro, sem ser preciso que se façam pedidos pessoais, deve enviar seu artigo, seu informe. [...] Quando não seja um artigo doutrinário ou político, uma anedota, um poema qualquer coisa, enfim, com a qual possamos, depois de tudo reunido, tirar um jornal repleto de notícias interessantes, cheio de artigos e comentários que a mentalidade de nossa juventude possa assimilar facilmente.²⁵³

Resumidamente, no primeiro número, as matérias versam sobre a situação do jovem no campo, nos quartéis e nas indústrias, além de chamá-los para a atuação no cenário político, sobretudo no combate aos Integralistas. Há duas breves notícias sobre a atuação no cenário internacional, uma se referindo à atuação dos jovens na Macedônia e outra na Inglaterra.

Outros jornais serviram aos propósitos da Juventude Comunista.²⁵⁴ É o caso do jornal *Lucta Estudantil*, editado pela Federação Vermelha dos Estudantes, uma organização de fachada para atuação da Juventude Comunista no meio estudantil. O nº 2 deste jornal é de dez/1932-jan/1933 e apresenta em destaque a notícia do fechamento da Federação pela polícia. Além da notícia destacada, há um artigo comparando a ação governamental brasileira à da Itália fascista e um outro historiando a violência policial pós-Revolução de 1930 contra os estudantes. Outras matérias tratam da criação dos Comitês de Escola e também das Conferências Antiquerreiras, além da necessidade de unidade na

²⁵² Batista, “Frente Juvenil”. Frente Juvenil, out./1935.

²⁵³ Ibidem.

²⁵⁴ Faremos uma análise pormenorizada dos jornais e outros materiais de propaganda em capítulo específico.

ação estudantil. Todas as notícias veiculadas tratam de temas conexos com a vida estudantil, demonstrando sólida segmentação nas abordagens.²⁵⁵

Além da imprensa própria, os comunistas contavam com os jornais de sindicatos e outras organizações que atuavam em sintonia com os seus ideais. É o caso do jornal *A Voz dos Alfaiates*, órgão oficial do sindicato União dos Alfaiates e Anexos, que trazia informações sobre ações da Juventude Comunista, embora não fizesse menção a ela, por conta da repressão policial.

O sindicato em questão estava muito empenhado na organização do I Congresso Juvenil de São Paulo²⁵⁶, tendo formado uma Subcomissão dos Jovens Alfaiates Pró I Congresso, visando à arrecadação de dinheiro para custeio do evento. O segundo número veicula artigos referentes à questão da juventude. Um deles divulga o congresso, discutindo a sua importância, enquanto outro discorre sobre o fascismo e suas consequências, alertando para a sua penetração na pedagogia. O jornal traz ainda notícias sobre o movimento sindical, além da ação esportiva do sindicato direcionada aos jovens.

2.5 – A doutrinação

A identidade do grupo político era possibilitada pela crença e cumplicidade numa mesma doutrina, elemento gerador do sentimento de pertencimento a uma mesma causa, considerada de grande relevância por aqueles que a ela aderiram. Segundo Michel Foucault, para compor as fileiras do agrupamento político, “a única condição requerida é o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra – mais ou menos flexível – de conformidade como os discursos validados”.²⁵⁷ Tem-se, então, que a doutrina liga os indivíduos a certas enunciações, mas proíbe-lhes outras. Assim, em última análise, a doutrina acaba por determinar as pessoas que farão parte e quem será excluído do círculo social do partidário da doutrina.²⁵⁸

Os jornais serviram como canal privilegiado de comunicação entre o agrupamento político dos jovens comunistas e seu público, que era dividido em

²⁵⁵ Lucta Estudantil, dez/1932-jan/1933.

²⁵⁶ Este congresso seria, juntamente com outros eventos locais, etapa de preparação para um de âmbito nacional. A repressão policial fechou a sede em julho de 1935

²⁵⁷ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 42.

²⁵⁸ Ibidem, p. 43.

quatro segmentos: operários, estudantes, militares e camponeses. Os artigos mostram que a ideologia comunista foi traduzida num conjunto específico de comandos de ação, com elementos bem distintos. É importante notar que os artigos analisados na sequência refletem a ideologia comunista em seu processo de gestação no Brasil. A análise a seguir diz respeito a dois pontos específicos: o anti-imperialismo e o antimilitarismo. O exercício de crítica à situação dos jovens brasileiros e à situação do país era uma constante nesses jornais doutrinários. Em alguns artigos sobressai a abordagem superficial do assunto, além dos ares de emotividade que revestem os textos, sobretudo um caráter de indignação. Os argumentos são construídos sobre pressupostos ideológicos.

Os textos analisados na sequência foram produzidos num momento histórico preciso: a formação de frente única das esquerdas contra o fascismo. Entre 1933 e 1934 a Frente Única Antifascista (trotskista) liderou o movimento antifascista. O Partido Comunista Brasileiro, no entanto, não aderiu de maneira efetiva por conta do direcionamento imposto pela Internacional Comunista que, naquele momento, apostava na tática de classe contra classe. Sendo assim, era inaceitável a formação de aliança com outros grupos políticos. Por conta disso, a atuação dessa frente foi marcada por sucessivas idas e vindas do PCB. Somente em 1935, com a realização do VII Congresso da Internacional Comunista, a tática de frente única foi oficialmente adotada pelo movimento comunista internacional e o PCB passou a apoiá-la. A união contra o fascismo passou a ser a pedra de toque da aliança esquerdista no Brasil. Nessas paragens significava, sobretudo, uma luta contra o Integralismo e combate contra o governo Vargas.²⁵⁹

O anti-imperialismo era um importante ponto de ação da propaganda ideológica comunista. O jornal *Juventude*, na edição de 1º de julho de 1935, traz um artigo²⁶⁰ sobre o tema. Nele o autor tece considerações sobre as relações entre o Imperialismo e o Latifúndio no Brasil, analisando as implicações para a política e a economia do país, enfatizando a questão da soberania. As linhas gerais do raciocínio contido no texto são relativamente simples: a perpetuação do

²⁵⁹ CARONE, Edgar. *O PCB*. São Paulo: Difel, 1982, Vol. 2, p. 9-11; BERTONHA, João Fábio. *Sob a sombra de Mussolini. Os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999, p. 38, 99-100.

²⁶⁰ MARTINS, Ivan Pedro de. "Imperialismo e Latifúndio". *Juventude*, 01/06/1935.

latifúndio no país é uma necessidade do capitalismo internacional, pois os países imperialistas precisam manter os países de economia agrária nessa condição, de modo a evitar que consigam se industrializar e ameaçar a manutenção de seu monopólio e lucros.

O Integralismo, movimento político de inspiração fascista, exerceria papel importante, pois atuaria como o agente do capitalismo internacional em solo brasileiro, para garantir a continuidade desse mecanismo de exploração. O comprometimento do Integralismo com o esquema imperialista de sujeição possuía duas provas inquestionáveis: a defesa constante que faziam da existência dos trustes na economia brasileira e o pagamento da dívida externa.

O articulista apresenta os argumentos num tom de certeza absoluta, como se expressasse algo óbvio, tal como se suas idéias fossem dotadas de uma naturalidade incontestável. O raciocínio é direto: defender a atuação dos trustes no Brasil e o pagamento da dívida externa era possibilitar a exploração do povo brasileiro pelos exploradores internacionais. Sua retórica, no entanto, é dotada de boa dose de virulência, ao afirmar que tal posicionamento “defende a sujeição escravocrata do povo brasileiro a um pequeno grupo de cínicos exploradores”.

O capitalismo produziu o Imperialismo, sendo este consequência da evolução natural daquele. O surgimento do Imperialismo explica-se, então, como uma solução encontrada pelas potências capitalistas para escoar sua produção. Isso porque, quando o capital não consegue extrair ganhos na economia nacional de origem, devido às contradições existentes entre a “classe produtora” e a “classe dona dos meios de produção”, o capital é acometido de hipertrofia.

A fonte de capital era o trabalho realizado na produção industrial. Por conta dessa especificidade, o Imperialismo teria um modo particular de dominação. Seria necessário inviabilizar a indústria nacional, transformando o país em fornecedor de matérias-primas. Mas como alcançar tal dominação? Isso seria possível

pelo controle financeiro do país dominado, através dos bancos, através do monopólio dos sistemas de transportes (terrestres, marítimos, aéreos e fluviais), através do controle das fontes de produção e das fontes de energia; através da existência da exploração latifundiária da agricultura e através dos empréstimos aos governos.

O imperialismo precisa controlar todas as instâncias econômicas do país para poder impor uma dinâmica e configuração econômica que lhe seja favorável. A formulação do Imperialismo como sendo uma evolução do capitalismo converge com a tese defendida por Lênin em sua obra *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Contudo, o mais provável é que o articulista tenha tomado contato com essas formulações nos documentos recebidos da Internacional Comunista. Esta, em seu VI Congresso (1928), estabeleceu as diretrizes para a questão imperialista:

Em cada país imperialista, a exploração capitalista tomou o caminho do desenvolvimento das forças produtivas. Porém, as formas coloniais específicas de exploração capitalista realizada pela burguesia britânica, francesa ou outra qualquer, travam o desenvolvimento das forças produtivas das respectivas colônias. Somente se constrói um mínimo (ferrovias, portos, etc).

A agricultura das colônias é obrigada, em grande parte a trabalhar para a exportação, porém com isso a economia rural não se liberta de modo algum das cadeias das formas pré-capitalistas da economia.

Agudiza-se a exploração do campesinato, porém não se renovam os métodos de produção.

O lucro obtido na colônia, em sua maior parte não se emprega produtivamente ali, senão que se espreme o país e se investe na metrópole ou em novos âmbitos de expansão do respectivo imperialismo. Dessa maneira, a exploração colonial, segundo sua tendência fundamental, tem como efeito a postergação do desenvolvimento das forças produtivas nas colônias, a rapina das riquezas naturais e, antes de tudo, o esgotamento das reservas das forças produtivas humanas e do país colonial.²⁶¹

A problemática dos mercados externos aparece nas discussões sobre a acumulação de capital e demanda efetiva. Trata-se de um tema tradicional da Economia Política marxista. Tugan-Baranovski e Rosa Luxemburgo são exemplos de autores que se debruçaram sobre a questão.²⁶² O texto em análise é um exemplo de disseminação, quando não da banalização de muitas idéias discutidas por teóricos marxistas. O funcionamento da economia recebe uma explicação simplista, na qual o processo perde as nuances e sutilezas, prevalecendo o mecanicismo e a tirania dos atores.

²⁶¹ VI Congresso de la Internacional Comunista, México, Cuadernos Pasado y Presente, Parte I, 1977, p. 188 apud MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984, 2ª edição, p. 149-150.

²⁶² Para uma apreciação crítica sobre a Economia Política e das problemáticas mencionadas, ver: MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1995.

O objetivo pelo qual o texto de Ivan Pedro de Martins foi escrito não pode ser esquecido: militância e propaganda política. Roger Chartier nos alerta para a complexa questão da apropriação de um texto pelo leitor. O receptor de uma mensagem, verbal ou escrita, não permanece passivo no processo de comunicação. Ao contrário, a recepção se dará por meio de uma decodificação na qual serão mobilizadas as experiências de vida, ideologias, nível de conhecimento, crenças etc., fazendo com que cada pessoa possa ter leituras diversas de uma mesma mensagem.²⁶³

No pensamento de Martins, a intromissão do capital internacional na vida política nacional configura-se como um ataque à soberania do país. O articulista considera que, em virtude do cenário de intromissão imperialista, o Brasil ainda não teria atingido a independência plena, sendo incapaz de determinar seus interesses e traçar os seus rumos. A independência política seria uma ficção, devido ao fato de o país se encontrar em mãos estrangeiras, no que concerne à vida econômica.

A existência do Latifúndio é peça chave deste esquema de dominação. Sua existência, baseada na monocultura direcionada à exportação, realizava dois princípios necessários aos interesses Imperialistas: (1) barateava os custos da mão de obra e dos produtos advindos do solo; (2) garantia a inexistência de um mercado interno.

O latifundiário poderia produzir a um baixo custo, caso conseguisse mão de obra barata. Como consequência, os produtos teriam um preço convidativo, capazes de interessar os países industrializados e imperialistas. Esses, por sua vez, teriam a matéria-prima de que precisassem a um preço que atendesse seus interesses. Os trabalhadores rurais e a população brasileira²⁶⁴ como um todo ficariam na dependência da produção industrial estrangeira. Esse domínio, efetuado via poder econômico, era realizado em múltiplos setores e facilmente verificável, bastando notar

que as estradas de ferro, as quedas d'água e companhias de força e luz, os serviços de transportes aéreos e marítimos e mesmo nossa indústria incipiente são propriedade de capitalistas estrangeiros que ainda tem o

²⁶³ CHARTIER, Roger. "Texto, Impressão, Leituras". IN: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 232-235.

²⁶⁴ O autor fala em 34.000.000 trabalhadores rurais num universo de 42.000.000 de habitantes.

controle real dos bancos e nos controlam politicamente através das dívidas para o pagamento das quais até as rendas da Central do Brasil estão hipotecadas.

Em edição subsequente de *Juventude*, o tema do Imperialismo voltou a ser tratado. Um dos artigos tem a companhia Great Western como alvo de críticas.²⁶⁵ Esta se tratava de uma companhia ferroviária, responsável pela ligação entre os Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A companhia inglesa foi tomada como exemplo da postura brutal e desumana que vigorava na economia capitalista internacional. Tomando como mote o caso específico das vendas de passagens, Mario dos Santos apresenta algumas “denúncias” sobre o tratamento dispensado pelos funcionários da Great Western aos camponeses que dependiam dos serviços desta companhia. Diz o autor ter observado os agentes da estrada de ferro negarem-se a vender passagens nos guichês e, dessa maneira, as pessoas que precisavam de transporte ver-se-iam na necessidade de embarcar no trem e lá comprar as passagens por um preço 50% mais alto. A quem reclamasse, garante-nos Santos, medidas arbitrárias eram tomadas:

Vi o condutor meter a mão no bolso de um aleijado, arrancando-lhe violentamente os únicos 15 tostões que possuía e ainda respondeu com malcriação a um soldado de polícia que lhe falou em ‘deixar o homem’. A um pequeno comerciante que reclamou contra a descortesia do condutor que o chamou de mentiroso, foi-lhe respondido: ‘você não merece que o tratem melhor!’. ‘Quem é você para querer passar por muito bom?’ e se o mesmo não reage com energia teria até apanhado.

A explicação dá ênfase ao fato de se tratar de uma empresa inglesa poderosa, exercendo um monopólio. A narrativa apresentada no texto é repleta de elementos que merecem um comentário mais detalhado. O condutor, funcionário da empresa “imperialista”, maltratou exatamente um aleijado, ou seja, uma pessoa que já vive cotidianamente dificuldades específicas devido a suas deficiências físicas e, por isso, extremamente frágil em relação a seu opressor. Essa construção eleva exorbitantemente a dimensão trágica da narrativa e a postura tirânica do opressor. Mas, segundo a narrativa isso não era tudo. O condutor repreendeu a um policial que lhe disse para parar de incomodar o

²⁶⁵ SANTOS, Mario dos. “A Great Western (especial para *Juventude*)”. *Juventude*, 15/06/1935.

aleijado. Em outras palavras, para o jornal, o funcionário da Great Western se sentia acima do Estado, na medida em que a polícia era aparato deste, voltado para a manutenção da ordem pública.

Esse quadro se torna completo com o destempero do condutor que explicitamente rebaixa moralmente outro passageiro. O artigo constrói em torno do condutor uma imagem negativa do imperialismo inglês: autoritário, arbitrário, arrogante, onipotente. No conjunto, o texto apresenta outro caso de desrespeito congênito de uma força imperialista à soberania brasileira. Como foi visto, nem o policial teve a sua autoridade respeitada.

O arremate final do artigo segue nesse sentido, ao afirmar em tom de resignação: “E depois ainda dizem, por aí, que Lampião rouba e comete violência”. Tal afirmação é significativa. Lampião era uma figura ao mesmo tempo temida e admirada no nordeste naquela época. O líder do cangaço aterrorizava o nordeste brasileiro com suas ações armadas. A violência dos seus métodos e a frieza com a qual os praticava o tornou famoso e temido. Ao relativizar a truculência de Lampião, Mario dos Santos busca, na verdade, ressaltar o papel negativo do Imperialismo e seus métodos.

O antimilitarismo é outro ponto de ação da propaganda dos jovens comunistas. Recordemos que desde a I Conferência Comunista Latino-Americana (julho/1929) a Juventude Comunista era responsável pelo trabalho antimilitarista. O artigo “Carne para Canhão”²⁶⁶ aborda o tema, mesclado a outros assuntos.

Haveria, defende a matéria em questão, o risco iminente de outra guerra mundial. Nesse caso, as implicações para os jovens seriam muitas. Os integralistas aparecem, uma vez mais, como os maiores responsáveis pelo quadro obscuro que imperava no país e no mundo. “A humanidade atravessa um momento grave”, sintetiza o autor do texto.

No percurso aparecem elementos anticlericais, antiburgueses e antifascistas. A argumentação é construída sobre os seguintes pressupostos: a guerra trará destruição e perigo para a juventude, principal prejudicada; os magnatas sempre levam vantagem nas guerras e nas crises; a religião, o sistema

²⁶⁶ “Carne para canhão!”. *Juventude*, 15/06/1935.

educacional e o nacionalismo serão usados para condução e legitimação do jovem à guerra; o Integralismo é variação do Fascismo.

O fantasma da Primeira Guerra Mundial e das consequências produzidas pelo conflito eram preocupação recorrente nas discussões dos jovens militantes da esquerda dos anos 30. Este texto não foge à regra. Isso devido ao clima beligerante que estava vigorando naquele período de entreguerras. O grande sacrifício, alerta enfaticamente, recairia sobre os jovens, pois seriam enviados às guerras para servirem como carne para canhão!

Enquanto muitas pessoas morreriam na guerra, os magnatas arquitetavam malignamente novas estratégias para dividir os trabalhadores e fazer com que o proletariado de um país guerreasse contra o proletariado de outro. Subliminarmente o autor nos fornece um princípio fundador do pensamento marxista: a identidade/nacionalismo proletário.²⁶⁷ A nação seria formada pelos proletários do mundo inteiro e não pelas nacionalidades tradicionais.

Uma perfeita realização desses planos burgueses necessitava de eficiente engenharia social. O sistema educacional é apresentado como o locus ideal para tais manobras, pois “em nome de Deus infiltram-se nas escolas os corvos de batina para incutir no espírito da criança a submissão e a obediência cega e os juramentos e <<iluminados>> salvadores”.²⁶⁸ O sistema educacional e a religião, combinados, eram os caminhos para o controle eficaz e desmedido das consciências. Com o acréscimo do nacionalismo, a fórmula para condução dos trabalhadores à guerra estava pronta. A ausência de nuances e o mecanicismo da explicação, características recorrentes em artigos de propaganda ideológica, dão o tom do material.

A Igreja tinha a função de completar a obra dos colonizadores da América, ou seja, “a cruz e a espada, [seriam] entrelaçadas na defesa da civilização burguesa”.²⁶⁹ As cruzadas e a Inquisição são fatos históricos lembrados pelo autor, pois seriam as provas de que a Igreja teria papel semelhante ao do exército, ou seja, dominação de outros povos, mas por meio do controle das

²⁶⁷ Esse componente acompanha o pensamento marxista desde as suas origens. A célebre frase do Manifesto Comunista sintetiza esse componente: “Proletários, uni-vos!”.

²⁶⁸ “Carne para canhão!”. *Op. Cit.*

²⁶⁹ *Ibidem*, *Idem*.

consciências. O resultado seria catastrófico, pois “a guerra química e bactericida liquidaria em poucos dias milhões de homens e mulheres, velhos e crianças”.²⁷⁰

O cenário político internacional não era do agrado do autor em análise, uma vez que o considerava sob hegemonia conservadora, sem que a esquerda pudesse tomar providências efetivas para mudança do quadro. Nesse sentido, a juventude estava encurralada, pois

na Alemanha a ‘juventude hitleriana’ é submetida violentamente. Na Itália os pobres ‘balilas’ brincam com os punhais distribuídos pelo canibalesco Mussolini; no Brasil espalham-se os ‘tiros de guerra’ em todas as escolas e proximidades de fábricas; no Peru, o governo acaba de decretar a ‘militarização de todas as escolas secundárias, para meninos, mesmo as particulares’.²⁷¹

A historiografia sobre os movimentos totalitários é vasta e tem demonstrado a avidez desses regimes quanto à manipulação e controle das suas respectivas sociedades. Assim, na Europa, em países como Itália, Alemanha e URSS, a política de mobilização de massas era implementada com todo empenho por parte de seus governos. A Itália, então sob o regime de Benito Mussolini, é um caso exemplar no que concerne à organização da juventude, devido à sua precocidade em relação aos outros países, uma vez que diversos agrupamentos foram organizados naquele país no citado período. É sabido que “una de las características mais nuevas y definitorias del fascismo italiano fue su esfuerzo por encuadrar a amplios sectores de la población, especialmente a la juventude y a los trabajadores, en las organizaciones de massas”.²⁷² O regime fascista produziu uma diversidade de organizações para mobilizar as massas, sendo que a estrutura e a jurisdição destas foram variando com o decorrer dos anos.

²⁷⁰ Ibidem, Idem.

²⁷¹ “Carne para canhão!”. *Op. Cit.*

²⁷² TANNENBAUM, Edward. R.. *La experiencia fascista: sociedade y cultura en Itália (1922-1945)*. Madrid: Alianza, 1972, p. 159.

Capítulo III. Congressos para a juventude

A Juventude Comunista mobilizou esforços para a realização de congressos visando à discussão dos problemas que afetavam o segmento jovem da população brasileira, assim como a promoção do mais amplo e possível levantamento das necessidades e reivindicações dos seus participantes, além da difusão da visão de mundo chancelada pelo comunismo.

Esses empreendimentos podem ser considerados como os mais produtivos dentre todos aqueles implementados pelos comunistas para a juventude. A divulgação recebida pelos eventos, os contatos e vínculos estabelecidos com outras instituições da sociedade civil, além da produção e divulgação de críticas sobre os problemas da juventude brasileira embasam tal julgamento. Numa conjuntura política conturbada por sólidas disputas entre setores da esquerda e da direita, bem como por disputas internas a esses campos ideológicos, os integrantes da Juventude Comunista decidiram pela realização dos eventos, independentemente dos riscos e adversidades.

O evento de caráter nacional tinha seu centro de planejamento sediado no Rio de Janeiro, então capital do país, onde funcionava o Comitê Central da Juventude Comunista. Os estados de São Paulo, Pernambuco e Bahia também contavam com comitês de organização. Na capital fluminense, em dezembro de 1934, foi realizado o Primeiro Ativo de Concentração Nacional, encontro no qual partiu a decisão de realizar os congressos.

O comitê coordenador no Rio de Janeiro era formado por Ivan Pedro de Martins, Carlos Lacerda, Medeiros Lima, Jorge Amado – posteriormente substituído por Nuno Martins – e Edmundo Muniz, todos membros do Diretório de Estudantes da Faculdade Nacional de Direito. Os estudantes estavam no comando do Diretório desde 1932 quando foram eleitos com uma margem expressiva de votos – 2013 contra apenas 68 da chapa adversária. Tanta quantidade de votos era uma marca de renovação, pois até então se elegia uma

chapa com apenas 70 sufrágios. Assim sendo, a eleição foi um marco da participação estudantil na política universitária.²⁷³

A liderança da chapa pertencia a Ivan Pedro de Martins, que fora membro do Diretório Nacional da Aliança Nacional Libertadora, reunida pela primeira vez em 12 de março de 1935, também diretor e articulista do jornal *Juventude*, cuja primeira edição data de 1º de maio de 1935. Devido a sua contumaz militância, terminou sendo expulso do país. Em 11 de setembro de 1942, o superintendente de Ordem Política e Social recebeu uma lista com nomes de pessoas que queriam retornar ao país. Estas haviam se apresentado à embaixada brasileira no Uruguai e feito a solicitação de retorno que, em caso de aprovação, seria feita pelo Rio Grande do Sul.²⁷⁴ *Juventude* propagava ideias de caráter antifascista em prol da Aliança Nacional Libertadora, matérias sobre cultura e pensamento de esquerda, além de fornecer notícias sobre o Primeiro Congresso da Juventude do Brasil. Esta última função era de suma importância para o movimento, pois o jornal funcionava como o veículo de comunicação que fazia um balanço geral sobre a organização dos comitês estaduais e montava uma síntese para publicação, permitindo que todos os comitês estaduais tivessem uma noção de como andavam os preparativos para os eventos.²⁷⁵

Periodicamente eram realizadas reuniões e assembleias para discussão dos problemas relacionados à juventude, bem como para planejar as ações futuras. Os trabalhos de preparação dos congressos contaram com a ação da militância da Juventude Comunista estabelecida nas faculdades, por meio dos Diretórios Acadêmicos; através dos sindicatos, de grupos de jovens e dos clubes esportivos. Esses vínculos institucionais permitiram o trabalho de divulgação, arrecadação de fundos para financiamento, além de locais para sediar todas as atividades.

A primeira reunião de planejamento foi realizada na residência de Ivan, onde, costumeiramente, eram realizados encontros do Diretório Acadêmico e, esporadicamente, da Juventude Comunista. Participaram, além das pessoas

²⁷³ POERNER, Arthur José. *O Poder Jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 133-134. Este autor analisou o congresso em questão, identificado em seu livro como I Congresso da Juventude Operária-Estudantil, articulado no Rio de Janeiro por volta de setembro de 1934 pelos membros do Diretório dos Estudantes da Faculdade Nacional de Direito. Este evento teria obtido repercussão em outros estados brasileiros, dos quais cita somente a Bahia como exemplo.

²⁷⁴ Prontuário 279, Ivan Pedro de Martins. DEOPS/SP, AESP.

²⁷⁵ "Movimento do Congresso de Juventude do Brasil". *Juventude*, Rio de Janeiro, 15/5/1935, p. 2.

mencionadas anteriormente, Eliezér Schneider, Daniel Aarão Reis e mais dois indivíduos identificados apenas como Mário e Paulo. Um segundo encontro foi feito na faculdade e tinha como objetivo primordial a criação do comitê dos alunos de direito, além de conquistar novas adesões institucionais, o que foi conseguido por conta dos vínculos estabelecidos nas faculdades de medicina e engenharia.

Os militantes da Juventude Comunista trabalhavam pela criação de comitês do congresso nos subúrbios da cidade. Uma assembleia pública montada pelo comitê organizador foi realizada num salão localizado à Rua dos Andradas, sede de um sindicato ou sociedade recreativa. Segundo Ivan Pedro, mais de 400 jovens estavam no local. Contudo, a reunião não chegou a seu fim, pois a Polícia Política impediu os trabalhos.²⁷⁶ O movimento subsequente - a divulgação do congresso para um público mais amplo - foi realizada por meio de um manifesto, publicado pelo *Jornal do Brasil*, em virtude da relação de amizade entre Ivan Pedro de Martins e Múcio Leão, caracterizado como “homem-chave” do jornal.²⁷⁷

O Primeiro Congresso da Juventude do Brasil, cuja realização estava prevista para meados de abril de 1935, tinha uma plataforma ousada para o momento político brasileiro, cujo governo era autoritário e explicitamente anticomunista. Contemplava os mais variados campos e dimensões da vida da juventude: trabalho, saúde, educação, cultura e lazer; atacava a Questão Social em diferentes ângulos, exigindo uma ação enérgica e efetiva do poder público. É importante lembrar que, nessa conjuntura, por causa da repressão enérgica da Polícia Política e da ilegalidade do comunismo, a ação do congresso não podia ser associada à Juventude Comunista. As reivindicações foram apresentadas num manifesto assinado pelos membros do comitê coordenador:

- a) Melhoria imediata dos salários de todos os jovens trabalhadores, seja nos campos, nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios;
- b) Diminuição do tempo de trabalho, a fim de dar aos jovens tempo para estudo sem sacrifício a saúde;
- c) Imediata aplicação da lei de 8 horas nos campos e nos lugares em que estiver sendo fraudada;
- d) Instrução primária verdadeiramente gratuita, com doação de material escolar aos alunos pobres, além de alimentos e roupa – serviço médico dentário gratuito;
- e) Diminuição imediata das taxas de ensino secundário e superior;

²⁷⁶ MARTINS, Ivan Pedro de. *A flecha e o alvo: a Intentona de 1935*. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1994, p. 103.

²⁷⁷ *Ibidem*, pp. 102-103.

- f) Proteção aos estudantes pobres secundários e superiores aos jovens artistas e cientistas, aos intelectuais sem recursos por meio de subvenções diretas do governo;
- g) Criação de centros de estudos, escolas, cursos de aperfeiçoamento técnico, científico e artístico – por parte do governo e das grandes empresas;
- h) Nacionalização do ensino, a fim de não existir o comércio de ensino como hoje em dia – ensino leigo;
- i) Liberdade ampla de pensamento e reunião;
- j) Criação de comissões fiscais nas escolas, nas fábricas, nas fazendas e usinas, a fim de manter o cumprimento dessas medidas. Nessas comissões estão incluídos os diretórios estudantis, nos cursos secundários, democratização do ensino;
- k) Lutas contra a militarização da juventude, contra a infiltração fascista, contra a guerra e a reação, contra o imperialismo, contra o latifúndio e pelas liberdades democráticas;
- l) Formação duma ampla organização jovem nacional, encarregada de levar a cabo as decisões do Congresso e trazendo como escopo a formação dum espírito juvenil único capaz de levar toda a mocidade à vanguarda que lhe compete no cenário social.²⁷⁸

O início da articulação do congresso em São Paulo foi impulsionado pela ação de Nestor Contreras, enviado pelos organizadores do Rio de Janeiro para dinamizar a estruturação dos eventos. Travou contato com Miguel Costa Filho, momento no qual estabeleceram um acordo para a formação do congresso reunindo a juventude paulista, visando à conquista de melhorias econômicas, políticas e culturais. Em depoimento à Polícia Política, Costa Filho disse ter sido o primeiro encontro entre ambos, pois que não se conheciam até aquele momento.²⁷⁹

O primeiro movimento público mais efetivo ocorreu em 18 de janeiro de 1935, quando o Comitê Pró-Congresso reuniu-se na sede do Sindicato dos Contadores no Palacete Santa Helena – edifício que se localizava na Praça da Sé – para discutir e planejar os rumos do evento. Neste dia, sob a presidência de Sebastião Bonifácio, foi aprovada a ata da sessão anterior. Muitas organizações estiveram presentes, possivelmente como efeito da divulgação dos trabalhos por meio de uma nota publicada no dia anterior pelo Correio de São Paulo²⁸⁰, a saber: Clube Negro de Cultura Social, Sessão Juvenil dos Empregados no Comércio, Congregação Mariana de Vila América, Comitê Estudantil de Luta Contra a

²⁷⁸ Manifesto “Aos jovens do Brasil”. Rio de Janeiro, 1935. Doc. 46, Fl. 64. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP, AESP.

²⁷⁹ Termo de Declarações de Miguel Costa Filho para Ignácio da Costa Ferreira, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 4/2/1934, Doc. 3, Fls. 6-7. Pront. 1940, Miguel Costa Filho. DEOPS/SP. AESP.

²⁸⁰ “Primeiro Congresso da Juventude Proletária”. Correio de São Paulo, 17/1/1935, Doc. 9, Fl. 13. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.

Guerra e o Fascismo e o Comitê Pró-Criação da Sessão Juvenil do Sindicato dos Alfaiates. Esteve presente Nestor Contreras, representante do Rio de Janeiro, que pediu a palavra para

ressaltar a importância e a necessidade de se realizar um congresso onde os inúmeros problemas juvenis [fossem] encarados e estudados com carinho e apela[r] para todos no sentido de se interessarem em trazer a adesão oficial de seus clubes e organizações ao Congresso Regional de São Paulo.²⁸¹

A reunião foi realizada conforme os protocolos estabelecidos pelo centralismo democrático, o que implicava numa dinâmica padronizada na qual os participantes apresentavam suas proposições e discordâncias para serem discutidas coletivamente. Ao menos em tese, essa característica de trazer todos os participantes à discussão efetiva nos eventos era um forte elemento de aglutinação e coesão interna do grupo. Esse protocolo pode ser encontrado em outros eventos do gênero.

Na ocasião foi acertado o envio de um manifesto e uma carta a todas as entidades sociais, culturais, recreativas e esportivas, visando informá-las sobre as sugestões aprovadas pela assembleia. Estes documentos foram discutidos e, por sugestão de um dos presentes, o envio foi adiado para que fosse possível a realização de novas discussões, bem como coleta de novas adesões e assinaturas de outras organizações presentes em reunião futura. Na sequência dos trabalhos, aprovou-se a ampliação da direção do congresso e, para tanto, foi criado o Comitê da Mocidade Negra. Assim sendo, concluídas todas as deliberações da pauta, foi nomeada uma diretoria provisória para o congresso – esta, posteriormente, viria a se constituir definitivamente no comitê do mesmo. O grupo foi organizado em três segmentos: o Secretariado, a Comissão de Organização e a Comissão de Agitação e Propaganda, conforme pode ser visto a seguir:

²⁸¹ Ata da Reunião do Primeiro Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular. São Paulo, 18/1/1935, Doc. 3, Fl. 5. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.

Secretariado	Presidente	Sebastião Bonifácio
	Secretário	Miguel Costa Jr.
	Encarregado de Agitação e Propaganda	Luiza Marcelina Branco
	Encarregado de Organização	Felícia Itkis
	Encarregado da Mocidade Negra	Henrique Cunha

Comissão de Organização
Felícia Itkis (Encarregada)
Américo Dias
Benedito Oliveira
Um jovem alfaiate
Um jovem eletricitista

Comissão de Agitação e Propaganda
Luiza Marcelina Branco (Encarregada)
Domingos de Almeida
Filogonio Bruno de Almeida
Um jovem metalúrgico
Um jovem alfaiate

Decorridos poucos dias, então em 25 de janeiro, outra reunião foi realizada, oportunidade na qual o jornal *A Gazeta* publicou uma nota informando sobre o evento a ser efetivado no salão da União Beneficente dos Empregados em Hotéis e Similares de São Paulo. Associações, clubes, sindicatos e demais entidades poderiam enviar delegações compostas de três jovens. O evento seria aberto para todos os jovens interessados em assistir.²⁸²

Um encontro seguinte seria realizado em 1º de fevereiro, porém a Polícia Política frustrou os planos ao deter seus participantes para averiguações. Destarte, não foram localizadas muitas informações sobre o ato, salvo discretas chamadas publicadas nos jornais *Diário da Noite*, *O Dia* e *A Platéia*. As informações veiculadas davam conta de que o objetivo de tal encontro era o preparo de um manifesto para o Congresso, e sua pauta estava estruturada da seguinte maneira: cerimônia de abertura, leitura da ata da sessão anterior, lista de presença, leitura e discussão do manifesto, elaboração do plano de trabalho para ações subsequentes, reservando-se, ainda, tempo para discussões livres.²⁸³

²⁸² “1º. Congresso Nacional da Juventude Proletária, Estudantil e Popular de São Paulo”. *A Gazeta*, São Paulo, 25/01/1935, Doc. 10, Fl. 14. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.

²⁸³ “1º. Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular de São Paulo”. *Diário da Noite*, São Paulo, 31/1/1935; “Congresso da Juventude Proletária”. *O Dia*, São Paulo, 31/1/1935; “Juventude Proletária, Estudantil e Popular”. *A Plateia*, São Paulo, 31/1/1935. Respectivamente Doc. 12, Fl. 16; Doc. 13, Fl. 17 e Doc. 14, Fl. 18. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.

Um novo encontro ocorreu no dia 13 de maio, data simbólica para a luta pela inserção do negro na sociedade, na sede do Sindicato dos Bancários, cedida para esse fim. Sob a presidência de Paulo César – representante da Comissão Organizadora do Congresso do Rio de Janeiro – foi empossada a direção do Congresso de São Paulo, composta pelos jovens: Luiza Marcelina Branco, Domingos Bocuzze, Gonçalo P. Cruz, Arthur Heládio Neves e Waldemar Zambuno. O intelectual Juvelino de Camargo Jr. realizou uma conferência enfatizando a importância do dia 13 de maio como símbolo da luta da população negra por igualdade social, além de discorrer sobre o papel da juventude no combate e na superação dos problemas brasileiros e mundiais.²⁸⁴

3.1 – A juventude e sua força modernizadora

Os membros do comitê organizador do congresso paulista realizaram algumas intervenções na imprensa a respeito do evento que preparavam. Através destas entrevistas, pudemos captar um pouco do ímpeto renovador que imperava no grupo e o estímulo dado aos trabalhos da militância, por meio da qual seriam propagados os ideais de transformação.

Sebastião Bonifácio, 26 anos, trabalhador do comércio paulistano e funcionário das Casas Pernambucanas, era o líder do comitê de organização em São Paulo. Em janeiro de 1935, concedeu uma entrevista ao jornal *Diário da Noite*, na qual externou seu entendimento sobre os objetivos e a relevância do evento, além de delinear a importância da juventude na sociedade moderna. O mundo atravessava, segundo seu crivo analítico, uma conjuntura de inegável decadência e de retração econômica, resultado da Grande Guerra e da Crise de 1929, mas os principais agentes causadores do problema seriam os “governos irresponsáveis e incompetentes”. Tal configuração do cenário internacional demandava a ação política dos jovens, pois eles “sempre foram os pioneiros”, os primeiros a sentir “as necessidades mais prementes”, mas também os que, antes de todos, provaram a sensação de desespero “ante a impossibilidade material de as satisfazer”.

²⁸⁴ “O 1º. Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular de São Paulo”. Folha da Manhã, São Paulo, 17/5/1935, Doc. 17, Fl. 21. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.

A responsabilidade atribuída à juventude era imensa, sendo, ao mesmo tempo, positiva a sua missão transformadora, ainda que a real capacidade desse segmento social fosse idealizada. O estilo eufórico e o discurso grandiloquente de Bonifácio deixam transparecer tais características:

Nós os jovens, que temos de receber em nossos ombros este mundo em decadência; nós a mocidade, de cuja força e inteligência há de brotar um mundo novo, precisamos desde logo nos preparar para a grande tarefa reorganizadora que temos a alcançar.²⁸⁵

O combate firme à Questão Social caberia à juventude, de maneira que a sociedade brasileira pudesse, de fato, promover a justiça social, uma vez que não era mais possível a tolerância com aquela situação negativa que imperava no país e no mundo. A inércia é condenada de maneira enérgica, pois os participantes do congresso não deveriam ficar passivos ante

o grande descalabro que reina no orbe universo, porque o retinir das guerras, os gemidos da miséria, as nuvens negras da incerteza no futuro, o cheiro pestilento dos hospitais superlotados, as grandes massas dos desempregados, estrugem em sons, cores, odores e movimentos tão intensos que a ninguém podem passar despercebidos.²⁸⁶

A juventude é concebida como força transformadora. Brotaria dela a força necessária para salvar os destinos da sociedade, pois o jovem que está seguindo para a vida adulta, chega a ela como um “estranho no ninho”, uma vez que vem de outro estilo de vida, onde a função social é totalmente diversa.²⁸⁷ As opções políticas encontram-se na estrita dependência das influências que receba, das escolhas que faça, bem como das alianças que construa. É este aspecto estratégico que explica o intenso trabalho dos militantes da esquerda e da direita brasileira por conduzir os jovens para suas fileiras políticas, pois, a priori e a bem da verdade, a juventude não é força nem de conservação nem de transformação.

Essa concepção de juventude era compartilhada por Luiza Marcelina Branco, entrevistada pelo mesmo *Diário da Noite*, alguns meses depois, já em meados de 1935. O tom das críticas alcançou níveis mais elevados, inclusive com

²⁸⁵ Ibidem.

²⁸⁶ “1º Congresso Nacional da Juventude Proletária e Popular”. *Diário da Noite*, São Paulo, 18/1/1935, Doc. 8, Fl. 12. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.

²⁸⁷ GROppo, Luis Antonio. *Juventude. Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000, cap. 1.

uma abordagem apocalíptica, enfatizando, sobretudo, a difícil situação em que viviam a juventude e a mulher brasileira.

Os estudantes, em virtude das altas taxas cobradas pelas escolas, e os jovens trabalhadores, por conta da jornada excessiva de trabalho nas fábricas, compunham o segmento mais frágil da sociedade, convertendo-se, dessa maneira, em símbolos máximos da luta contra a exploração capitalista. Não haveria, portanto, outra solução senão a revolução social, de tal sorte que o Código de Menores, uma das ações estatais mais efetivas para enfrentar o problema do combate à criminalidade e à vadiagem nos segmentos mais jovens da população, fora denunciado como “pura farsa” no final da década de 20, na medida em que o governo não atribuiu a “mínima importância quanto ao seu cumprimento”.²⁸⁸

O rígido julgamento da organização dos jovens comunistas pode ser explicado pelos dados estatísticos com os quais se trabalhava na época. Segundo eles, no final dos anos 20, havia no Brasil 7 milhões de trabalhadores assalariados, sendo que mais de 2 milhões seriam jovens ou crianças. A situação caótica era repetida no segmento industrial, pois, de 1 milhão de trabalhadores, cerca de 200 mil seriam de “jovens menores de 18 anos” e, destes, “grande parte” seria de “crianças menores de 14 anos”. Em alguns setores, tais como o de tecidos, o de fósforo e o de vidros, a exploração da mão de obra infanto-juvenil era mais intensa, pois, dos cerca de 34 mil operários têxteis do Distrito Federal e arredores, aproximadamente 10 mil eram crianças ou jovens, sendo que na indústria vidreira a concentração era maior, já que “para cada adulto nela empregado, há 5 ou 6 jovens e[/ou] crianças”.²⁸⁹

Em meados dos anos 30 a situação não mudara tanto, apenas eram adversários diferentes, especialmente para o segmento estudantil, oprimido por dois graves problemas. De um lado, as altas taxas cobradas no ensino, na medida em que estas se revertiam, sustenta a militante Luiza Marcelina Branco, em benefício dos capitalistas, os mesmos que jogavam a juventude “às carnificinas imperialistas, expondo-a ao massacre total” das guerras. De outro lado havia os professores que seriam “joguetes inconscientes” do sistema, haja

²⁸⁸ Resolução do 2º Pleno do Comitê Central da Federação da Juventude Comunista do Brasil sobre a situação do país e sobre as tarefas da Juventude Comunista do Brasil. FJCB, Rio de Janeiro, 1929, p. 12.

²⁸⁹ Ibidem, p. 5.

vista desempenharem função social, cujo ato central era iludir a juventude com conhecimentos que não a conduziria ao esclarecimento concernente à realidade do mundo. Por conta disso, dispara a entrevistada, “o jovem trabalha como adulto, mas recebe como criança, pois os patrões sabem que a ‘lei’ nega [ao jovem] o direito de se sindicalizar”. Reclamava também da alta jornada de trabalho, pois o jovem ficava muito cansado e, por isso, apesar de existirem clubes esportivos em muitas fábricas, eles não aguentavam fazer mais nada após o expediente. Quanto à situação da mulher entendia ser “o aspecto mais doloroso de toda a sociedade”, ainda que não tenha apresentado qualquer fundamentação para esse julgamento.

O fascismo e o crescimento do integralismo no Brasil eram outras preocupações da militante. O integralismo era considerado como uma milícia a serviço dos reacionários, cujo objetivo era brechar a luta do povo. Por conta disso, não haveria dúvida que “se a mocidade se encontra no estado que todos nós conhecemos, é em consequência do regime que suportamos: regime dos grandes latifúndios e do domínio das empresas imperialistas”. Luiza reflete sobre como seria um governo fascista no Brasil e fornece exemplos quanto à situação na Itália e na Alemanha:

Na Itália, o fascismo de Mussolini recruta e manda para a Abissínia a mocidade já dogmatizada numa guerra de rapina, em busca de mais um mercado. Na Alemanha do ‘Führer’, o machado nazista corta milhares de cabeças onde ainda não surgiram cabelos brancos. Num regime fascista, portanto, a situação do jovem é ainda pior que a atual.²⁹⁰

Em suma, a cúpula de organização do congresso possuía uma retórica muito coesa e concisa. Tanto Luiza quanto Sebastião Bonifácio atribuem à juventude a missão de transformar as estruturas da sociedade brasileira, iniciando o trabalho pela renovação das ideias em circulação. O papel da juventude era claro, qual seja, preparar-se para ter o poder em suas mãos, estudando os problemas particulares de sua realidade. A função maior do congresso seria a de reunir a juventude e promover a discussão de seus problemas, ouvindo suas propostas, discordâncias e opiniões. O antifascismo deveria ser um valor essencial para os adeptos dessa empreitada esquerdista.

²⁹⁰ “Primeiro Congresso Juvenil e os problemas da juventude na sociedade atual”. Diário da Noite, 19/06/1935, Doc. 10, Fl. 11. Pront. 3531, Luiza Marcelina Branco. DEOPS/SP, AESP.

A idealização da juventude e de seu papel social, bem como de sua real força de transformação aparece em plenitude num desenho elaborado para ilustração da primeira página de uma das edições do jornal *Juventude*, veículo do qual já tratamos em capítulo precedente (Anexos, página IV). Trata-se de discurso visual de intenso potencial de convencimento e motivação, embora composto por poucos elementos. Na verdade, a simplicidade na disposição dos elementos é uma das chaves para a força da mensagem, inspirada no cartaz.

A metrópole é o cenário no qual um jovem revolucionário, de punho erguido – consagrado gesto de combate –, lidera o processo de transformação. Atrás dele, edifícios e uma ponte. Acompanhando sua trajetória, veículos motorizados, símbolos genuínos da modernidade fundamentada na tecnologia. A máquina representa a concretização do desejo humano de quebrar seus próprios limites. Capacidade de voar, aumento da velocidade de locomoção, ligação de lugares naturalmente desvinculados, habitação em elevação artificial são possibilitados pela tecnologia disposta na imagem.

O processo de metropolização gerou um tipo de experiência social essencialmente dependente da tecnologia. Tal processo, no entanto, foi acompanhado por formas de consciência pertencentes a um mundo remotamente anterior ao da Era Moderna. Estudioso da metropolização da cidade de São Paulo e dos efeitos desse processo na experiência sensorial dos atores sociais que o vivenciaram, o historiador Nicolau Sevcenko constatou que “no novo mundo da velocidade, da vertigem e da máquina, os latejamentos dos corpos, os reflexos dos nervos e dos músculos, são mais compatíveis com os novos ritmos de ação, que demandam por isso reajustes mais restritos dos entraves relutantes da razão”.²⁹¹

A resposta à invasão das máquinas foi a busca por um mundo o mais próximo possível do natural. O discurso imagético enfatiza essa ideia, cabendo ao jovem revolucionário a liderança em tal processo. Além disso, a revolução viria para romper com o sistema que havia gerado toda essa realidade: o capitalismo. Nesse sentido, poderíamos então afirmar que se trata de um caso de reconhecimento das benesses geradas pelo sistema inimigo? De modo algum!

²⁹¹ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 73.

Trata-se, a bem da verdade, da incorporação de símbolos valorizados pela sociedade em prol da luta revolucionária.

A força do discurso reside, portanto, em dois aspectos. De um lado, na mensagem política, ao demonstrar o papel primordial do jovem na concretização da revolução, a qual destruiria o capitalismo e todo o complexo de exploração que sustentava e viabilizava o sistema gerador de todo o aparato tecnológico, ornamento da luta revolucionária na narrativa imagética. Não há aí qualquer contradição, mas a reafirmação de que a modernidade era possível em outra estruturação socioeconômica do mundo. De outro lado, a disposição emocional do jovem personagem da narrativa, protagonista de uma ação política, que sabe ser imprescindível o seu sacrifício. A revolução social não seria possível sem o seu esforço sobre-humano.

O jovem revolucionário foi sugestivamente convertido em homem-máquina, mas inspirado por sentimentos bem humanos, quiçá primitivos. Autopreservação, ante o capitalismo destruidor. Aventura, para impulsionar a luta pela modificação da própria realidade na busca do desenvolvimento. Poder e alegria, combinação capaz de transformar o mundo da maneira que apenas a juventude seria capaz de promover, trazendo à civilização o frescor da existência. A luta revolucionária, portanto, era a luta pelo nascimento da verdadeira modernidade; a revolução, o meio para concretização de tal ideal.

O processo de idealização e exacerbação da real potencialidade transformadora da juventude teve prosseguimento por outros meios e com diferentes finalidades. A modernidade salvadora ou, por outras palavras, a revolução, não viria sem sacrifícios. Por essa razão, jornais e panfletos dos anos 1930 e 1940 registram a intenção da juventude esquerdista de construir heróis para sua causa. Estes seriam símbolos da luta, sofrimento e, em alguns casos, até da morte em nome de um ideal de transformação.

O mito do herói potencializa a teatralidade política, pois “engendra uma autoridade mais espetacular do que a rotineira, que não oferece surpresas”. O herói é socialmente reconhecido em virtude da *força dramática* da qual é detentor, ou seja, ele é capaz de polarizar as atenções para si, conseguindo novas adesões à causa e, por conseguinte, acumulando mais poder para seu grupo. Sendo

assim, contemporaneamente, a imagem pública do herói é a de um “mestre da ciência’ das forças históricas”; em outras palavras, o herói é alguém que conhece, domina e manipula os efeitos dessas forças, tanto no sentido de retificar, ratificar ou estimular a percepção emocional daqueles com quem interage. O potencial de projetar um futuro de glórias e benesses que norteie o presente é um dos mecanismos de gestão da ação política. Além disso, “o recurso ao imaginário está na convocação de um futuro em que o inevitável se transformará em vantagem para o maior número de súditos”.²⁹²

Nomes como o de Tobias Warchavski, Décio Pinto de Oliveira e Leonardo Cantú, aparecem citados como exemplo de virtude e dedicação à causa coletiva. Nesse sentido, o jornal *A Voz dos Alfaiates* de 29 de junho de 1935 traz, em sua primeira página, uma matéria relevante sobre o tema. Escrito por E. Moreira, o artigo “Nossa Bandeira!”²⁹³ rememora os jovens militantes de esquerda mortos em ação, com o objetivo central de destacar a luta pela unidade sindical e, também, o lançamento da bandeira da União dos Alfaiates e Anexos, sindicato responsável pela publicação do jornal.

A utopia de um mundo regido pela perfectibilidade é um dos anseios do articulista, sendo que a ideia de união entre os trabalhadores de todas as categorias é um de seus elementos constitutivos. A bandeira do sindicato seria usada num futuro baseado “nos preceitos sublimes de uma sociedade ideal, sem raça, sem sigma e sem guerras, que hoje fazem para destruição dos trabalhadores”. Este símbolo acompanharia os alfaiates “onde quer que saia um grito em defesa do trabalhador alfaiate”, independentemente se fosse “nas escolas, nas academias, nas câmaras, nos quartéis, nos navios, nas igrejas, nas oficinas, nas fábricas, na polícia, nos campos, nas fazendas, nos sindicatos e nas praças públicas [...]”. Somente a união entre seus membros possibilitaria algum tipo de vitória para o movimento que já possuía os seus mártires e por isso, o jornal prestava

[...] homenagens aos heroicos companheiros, que se sacrificaram para o bem da coletividade que nós os sindicalizados somos uma partícula, que jamais poderemos esquecer, sendo eles: Décio Pinto de Oliveira, Mario

²⁹² BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília: UnB, 1992, p. 7-8.

²⁹³ MOREIRA, E. “Nossa Bandeira!”. *A Voz dos Alfaiates*, São Paulo, 29/06/1935, p. 3, Doc. 2, Fl. 11. Pront. 3471, União dos Alfaiates e Anexos. DEOPS/SP, AESP.

Couto, Tobias Warchavski, Leonardo Cantú e tantos outros. Nossa bandeira cobrirá nossos heróis, como enxugará as lágrimas de nossas esposas, mães e filhos.

O jornal *Frente Juvenil*, editado pelo Comitê Regional da Juventude Comunista em outubro de 1935, traz na primeira página a seguinte chamada: “Pela memória de Pinto Oliveira esmaguemos o Congresso Integralista!”.²⁹⁴ A matéria conclama os jovens a enfrentar os integralistas e impedir a realização de um encontro deste movimento que estava marcado para o dia 27 de outubro daquele ano. O referido evento visava à elaboração de “planos ainda mais diabólicos” para aumentar a sujeição do Brasil às potências estrangeiras e aumentar ainda mais a fortuna dos “grandes magnatas”. Em consequência, os salários dos trabalhadores seriam reduzidos, aumentando a exploração e dando fim aos “últimos restos de liberdade de que gozamos!”. Como sempre, os Integralistas, adversários diretos, são apresentados como defensores da burguesia e do Imperialismo e contrários ao proletariado na luta de classes.

A juventude tem um papel muito bem definido que é “estar na vanguarda do povo, que irá todo unido responder a esse ultraje infamante à memória de Décio P. Oliveira, de [Leonardo] Cantú, de toda a juventude e de todos os brasileiros honestos!”. Aos jovens caberia uma participação ativa entre os vanguardistas – no caso os comunistas – na luta contra as forças representantes do atraso e da desonestidade – ou seja, os integralistas, burgueses e imperialistas. O desejo de massificação dos ideais do movimento é explicitado com a afirmação de que a juventude unida ao povo deveria responder aos ultrajes à memória de Décio e de Leonardo.

Leonardo Cantú, cuja militância e as condições em que ocorreu a sua morte não pudemos reconstruir, por não localizarmos informações na documentação, mereceu um substancial artigo²⁹⁵ no jornal *A Voz dos Alfaiates*. A matéria possui um caráter transcendente, buscando refletir, num tom pesaroso, melodramático e quase fatalista, sobre a morte de Cantú e a organização do mundo, especialmente no seu aspecto político. A tônica central do texto é refletir e

²⁹⁴ Tam, “Pela memória da Pinto Oliveira esmaguemos o Congresso Integralista!”. *Frente Juvenil*, São Paulo, outubro/1935, p. 1, Doc. 5, Fl. 9. Pront. 3653, Justiniano Pereira Bispo. DEOPS/SP, AESP.

²⁹⁵ ARRUDA, José Pereira de. “Cantú”. *A Voz dos Alfaiates*, São Paulo, 29/06/1935, p. 3, Doc. 2, Fl. 11. Pront. 3471, União dos Alfaiates e Anexos. DEOPS/SP, AESP.

fazer um balanço sobre o momento do mundo diante das mazelas que estavam presentes.

No que concerne à argumentação, deve-se destacar o fato de serem usados valores e concepções oriundos do cristianismo, os quais aparecem numa releitura original e inusitada. O jogo antitético entre opressor-oprimido permeia todo o texto. Este se inicia num tom apocalíptico, onde o autor explica que o planeta “obedecendo à grande lei das sucessivas transformações” alcançou a fase mais perigosa, principalmente porque os trabalhadores – os oprimidos – estavam sendo alvo de “violentas e desumanas” medidas. Seus autores são de fácil inferência – posto que não sejam explicitamente citados –, tratando-se do governo e da burguesia e, por extensão, dos imperialistas, como são recorrentemente identificados. A situação desses oprimidos é descrita com uma frase de Cristo, conforme informa o autor: “não tem uma pedra para reclinar a cabeça!”.

A situação descrita é a “verdade” em estado de “pureza”. Aqui temos um jogo argumentativo utilizando-se de valores cristãos. A interpretação e a disseminação da verdade competem somente à Igreja, segundo a vontade de Cristo, conforme ensina a liturgia católica. A grande missão da Igreja é conduzir os seus membros à santificação de suas almas, chegando à perfectibilidade. Entretanto, no pensamento deste autor, a verdade não se encontra em estágios transcendentais ou metafísicos, mas, sim, nas condições de existência enfrentadas pelo proletariado, demonstrando a sua adesão a uma visão materialista da história.²⁹⁶ A prova de tal verdade reside nos “lancinantes gemidos que partem do seio do próprio povo brasileiro, povo pacato, essencialmente ordeiro, e, sobretudo trabalhador, para o qual jamais lhe assiste direito algum, até mesmo o de gritar, por se achar manietado pelos terríveis tentáculos das desumanas leis do nosso país”.²⁹⁷

O discurso pode parecer legitimar a oratória governamental²⁹⁸ que investia na ideia de ordem e na imagem do trabalhador como ordeiro e pacífico, avesso a contestações e querelas reivindicatórias. Mas se trata de um artifício retórico,

²⁹⁶ BRANTL, George. *Catolicismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 124.

²⁹⁷ ARRUDA, José Pereira de. *Idem*.

²⁹⁸ GOMES, Ângela de Castro. “Ideologia e trabalho no Estado Novo”. IN: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 54-55.

pois, se, por um lado, afirma que o brasileiro é pacato, ordeiro, trabalhador, por outro, ressalta que ainda assim ele não deixa de lutar pelos seus direitos, apesar da caminhada ser árida e, por isso mesmo, *santa*, uma vez que o sofrimento purifica a alma como ensina o cristianismo. Nas palavras do autor: “nada disso [as leis repressoras] nos fará esmorecer os ânimos nem fraquejar os músculos, nessa santa caminhada de reivindicações proletárias, mesmo que em meio da jornada alguém tombe por terra”. A alusão à via crucis é nítida. Cantú tombou na sua trajetória num sacrifício individual pelo bem da coletividade que, nesse caso, trata-se do proletariado. Como Cristo que se sacrificou para redimir a humanidade de seus pecados, Cantú foi imolado em nome de um ideal maior e nobre: a luta do proletariado por liberdade de expressão.²⁹⁹

A morte de Cantú não teria sido em vão, pois os seus “irmãos proletários” passariam a tê-lo como referência e inspiração na luta em “prol do povo miserável e sofredor!”. Se Cantú não mais estava na linha de frente lutando pela causa coletiva, permanecia entre os militantes, pois “a sua luz espiritual iluminará, por certo, o nosso roteiro na conquista desse ideal a que ele tanto fez jus!”. Cantú é alçado à condição de símbolo de luta, e a força dramática concentrada em torno de seu nome e de sua história poderiam servir de motivação para outros prováveis partidários da causa.

Tobias Warchavski foi outro militante cujo nome esteve amplamente propagado pela militância do período. Carioca de apenas 17 anos, era membro da Juventude Comunista e da Aliança Nacional Libertadora, além de secretário do *Comitê Estudantil Contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo*. Em 18 de outubro de 1934, a Polícia Política carioca havia autorizado a Aliança Nacional Libertadora a realizar um comício na Praça da Harmonia no Rio de Janeiro. Entretanto, de última hora a concessão foi cancelada. O comitê organizador do comício recebeu a notificação da polícia avisando sobre a reviravolta na decisão, encarregando Carlos Lacerda de informar Warchavski e impedi-lo de iniciar o evento. Contudo, Lacerda sumiu no meio da multidão, fazendo pouco caso do perigo em que deixava os demais companheiros. Assim sendo, como era de praxe, Warchavski subiu na base de um poste de luz para se destacar da multidão e realizar seu discurso. Antes que pudesse iniciar sua fala, Warchavski

²⁹⁹ BRANTL, George. *Op. Cit.*, p. 78-79.

foi atingido por vários tiros oriundos do 15º Batalhão da Polícia Militar que se localizava na esquina da praça. O pânico se generalizou. Após a total dispersão da aglomeração a polícia levou o corpo do jovem para o outro lado da praça. No dia seguinte o cadáver havia desaparecido do local. Passados alguns dias a polícia disse ter localizado o corpo de Warchavski na Gávea e atribuíram aos comunistas a autoria da morte do jovem.³⁰⁰

O nome de Tobias Warchavski passou a ser lembrado em diversos canais de comunicação utilizados pela esquerda da época, sempre como mote acusatório contra a Polícia Política. Um panfleto³⁰¹ da Aliança Nacional Libertadora apreendido em 28 de junho de 1936 na residência de Samuel Alexandre Klein, que fora preso acusado de prática subversiva de comunismo, é um dos canais em questão. A história de Warchavski é evocada como um exemplo, dentre muitos outros, da violência policial. O governo de Getúlio é caracterizado de maneira negativa, sendo-lhe atribuído o epíteto de “governo de traição nacional”. A intenção principal do panfleto é desmascarar a suposta postura entreguista de Vargas, que estaria facilitando o domínio do Brasil pelos Imperialistas. A polícia seria um dos instrumentos usados para conseguir tal intento. Esta estaria em cumplicidade com os integralistas, associação que resultaria na morte de vários militantes. Os agentes policiais – beaguins, conforme o documento os identifica – eram tidos como os responsáveis pela imposição de uma legislação que estaria na contramão da cultura brasileira, afrontando os sentimentos do povo deste país. Nesse sentido, seriam

Traidores nacionais que a mando do imperialismo, proclamam contra todo o povo pela primeira vez no Brasil republicano a pena de morte. Estes bandidos querem manter o povo brasileiro escravo a custa da matança em massa e dos fuzilamentos frios e covardes! Que idoneidade tem esses beaguins da Intelligence Service, com Getúlio à frente para chamar de ‘extremista’ o nosso empolgante movimento nacional-libertador?

O questionamento final apresentado na citação é de um poder crítico impressionante, na medida em que legitima a ação política da Aliança Nacional

³⁰⁰ ROSE, R. S.. *Uma das Coisas Esquecidas: Getúlio Vargas e o Controle Social no Brasil (1930-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 72-73. Esse autor examinou o acervo do DEOPS/RJ, onde teve acesso ao prontuário de Tobias Warchavski.

³⁰¹ Panfleto “Contra as provocações de Getúlio, Ráo, Muller e seus comparsas!”. São Paulo, meados de 1936. Doc. 4, Fl. 7. Pront. 4262, Samuel Alexandre Klein. DEOPS/SP, AESP.

Libertadora através da negação da autoridade e legitimidade policial, utilizando-se de critérios morais para tal manobra.

O caso de Tobias Warchavski foi novamente mote de protesto e de acusação em um panfleto³⁰² produzido pela Oposição Revolucionária dos Trabalhadores da Light. O texto brada contra a perseguição policial aos trabalhadores. A polícia comandada por Armando Salles – do jornal *O Estado de São Paulo* – estaria a serviço do imperialismo estrangeiro. O panfleto termina afirmando que a “polícia prende, espanca, deporta e assassina nossos melhores companheiros como fez no Rio a um nosso camarada – Tobias Warchavski”.

A versão policial sobre os eventos que resultaram na morte de Warchavski foi divulgada pela imprensa. A instituição policial sabia combater no terreno da propaganda e da informação, assim como não desconhecia a importância da preservação de uma boa imagem perante a opinião pública. A administração de Getúlio Vargas não poderia ser comprometida por denúncias dessa espécie. Sendo assim, um recorte de jornal não identificado³⁰³, anexado num prontuário do fundo DEOPS, traz como certa a versão da Polícia Política, apresentando uma narrativa totalmente distinta da apresentada anteriormente, divergindo quanto às datas, o local e a própria dinâmica e gênero dos eventos. Assim, Warchavski teria sido morto em razão de desentendimentos entre os comunistas, durante um comício realizado no dia 14 de outubro, na Fábrica de Tecidos Carioca. Diz a matéria:

Esse comício teve um desfecho imprevisto e ruidosíssimo. Era promovido por elementos extremistas com o objetivo de levar os operários daquele estabelecimento a um movimento paredista. Mas em meio ao ‘meeting’, quando falava um orador, surgiu uma questão entre eles mesmos, e dali a pouco, irrompeu forte tiroteio. [...] À aproximação da polícia, os turbulentos tentaram evadir-se. Quatro foram detidos, mas dois enveredaram pela Estrada de D. Castorina e se embrenharam nos seus confins, não se sabendo mais deles.

O ponto de vista da Polícia Política reaparece numa matéria do jornal *A Notícia*, de 15 de abril de 1940. A reportagem dava conta de que Tobias Warchavski fora assassinado por Honório de Freitas Guimarães, o mesmo que

³⁰² Panfleto “A todos os trabalhadores da Light” (cópia). São Paulo, c. 1947. Pront. 76226, Tobias Warchavski. DEOPS/SP, AESP.

³⁰³ “O assassinio de um jovem comunista”. [Recorte de jornal não identificado], Fl. 13. Pront. 4295 (vol. 1), Constantino Milano Netto. DEOPS/SP, AESP.

havia matado Elza Fernandes em 1936, por considerá-la informante da Polícia Política.³⁰⁴ O caso de Elza é conhecido: a companheira de Antonio Maciel Bonfim (Miranda), um dos líderes do Partido Comunista do Brasil (PCB) após a “Intentona Comunista” de 1935, foi considerada traidora da causa proletária, por repassar informações à polícia. A cúpula do PCB, após algumas discussões sobre o caso, deliberou pela adoção de medidas extremas, ou seja, pela execução da jovem, então com 21 anos de idade. Entre o fim de fevereiro e o início de março de 1936 resolveram a questão. Estavam presentes Honório de Freitas Guimarães (Martins), Adelino Deícola dos Santos (Tampinha), Eduardo Ribeiro Xavier (Abóbora), Manoel Severiano Cavalcanti (Gaguinho) e Francisco Natividade de Lira (Cabeção). Foi Cabeção quem estrangulou Elza, cujo corpo foi enterrado no quintal da casa de um outro militante, identificado pelo codinome Deodoro, onde ela ficara hospedada.³⁰⁵

3.2 – Os soldados da revolução vermelha: perfis rebeldes

Avaliando a trajetória de alguns dos participantes das reuniões preparatórias para o congresso, além de outros militantes da Juventude Comunista, por meio dos registros policiais, é possível dimensionar seu envolvimento no segmento rebelde da juventude brasileira, além de visualizar quem eram essas pessoas que enfrentavam a Polícia Política em nome de um ideal que se mostraria utópico. Sobretudo, revelam-se algumas das táticas de cooptação de novos participantes.

Miguel Costa Filho, estudante de 23 anos, filho do célebre general Miguel Costa, também participou deste evento. Chamado a depor, declarou que no início de janeiro de 1935 foi procurado por Nestor Contreras, que até então não conhecia, quando conversaram sobre a situação econômica, política e cultural do país. Nesta ocasião, “surgiu entre ambos um acordo para a formação de um Congresso da Juventude de São Paulo, que visava à melhoria de condições

³⁰⁴ “Trabalham para a desgraça do Brasil” (cópia). A Notícia, 15/4/1940. Pront. 76226, Tobias Warchavski. DEOPS/SP, AESP.

³⁰⁵ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 292-298.

econômicas, políticas e culturais da mesma juventude”.³⁰⁶ Na reunião realizada no dia 13 de maio, Costa Filho teve uma participação relevante, conforme o registro do investigador que lá se fez presente. Esse jovem, em seu discurso, conforme relato policial, teria criticado o imperialismo e os integralistas, analisado a disparidade existente entre o capital e o trabalho na sociedade capitalista, além de traçar um panorama da situação em que se encontrava a militância de esquerda no país”.³⁰⁷

O caso mais simbólico é o de Luiza Marcelina Branco, uma estudante de apenas 15 anos, muito atuante no cenário político. Sua trajetória na militância é interessante, por ela ter seguido o percurso iniciado por sua mãe.³⁰⁸ Ambas foram membros da Legião Cívica 5 de Julho até o fechamento desta pela polícia. A jovem foi detida em 6 de dezembro de 1935, devido ao seu envolvimento em algumas atividades subversivas. Participou como segunda secretária de uma reunião do I Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular de São Paulo, realizada em comemoração pela libertação dos escravos (13 de maio). Durante essa reunião, fez uma explanação, considerada bastante violenta pelos policiais presentes à mesma, onde teria externado ataques aos poderes constituídos e se manifestado favorável às reivindicações extremadas e da luta de classes, tendo sido muito aplaudida.³⁰⁹ Em suas declarações, disse ter sido convidada por uma pessoa chamada Carlos, membro da Aliança Nacional Libertadora (ANL), para participar do Congresso. Confirmou a participação em duas reuniões da ANL, sendo uma realizada no Rink Paulista (ou São Paulo) e a outra no Cassino Antártica, mas, segundo Luiza, apenas para acompanhar sua

³⁰⁶ Termo de Declarações (cópia) de Miguel Costa Filho para Ignácio da C. Ferreira, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 4/2/1934, Fls. 6-7. Pront. 1940, Miguel Costa Filho. DEOPS/SP. AESP.

³⁰⁷ Relatório de Investigação de Fausto Cardoso, inspetor e (nome ilegível) para Pinto de Toledo, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 14/5/1935, Doc. 6, Fls. 10-11. Pront. 3503, Luiza Marcelina Branco. DEOPS/SP. AESP.

³⁰⁸ Luiza Peçanha de Camargo Branco era diretora do Grupo Escolar Erasmo Braga, localizado no Tatuapé, considerada pela Polícia Política como uma ativa militante do Partido Comunista Brasileiro. Sua atuação política foi vasta e, dentre suas atividades, escreveu o livreto Campanha Revolucionária, publicado em São Paulo em 1934. Foi membro da Aliança Nacional Libertadora, tendo participado em reuniões no Rink São Paulo, no Cine São Francisco, representando a Cruzada das Mulheres da Aliança Nacional Libertadora. Em novembro de 1934 proferiu uma conferência promovida pela Liga Anti-Clerical de Santos que, em maio de 1935, realizou uma sessão solene onde Luiza voltou a discursar. Ainda em maio de 1935 discursou numa reunião promovida pelo Congresso da Juventude Proletária Estudantil. Em junho de 1935 entrou para o quadro de oradores da Frente Comum Anti-Integralista. Pront. 2422, Luiza Peçanha Camargo Branco. DEOPS/SP, AESP.

³⁰⁹ Relatório de Investigação de Fausto Cardoso, investigador, para Dr. Pinto de Toledo, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 14/05/1935, Doc. 1, Fls. 1-2. Pront. 3531, Luiza Marcelina Branco. DEOPS/SP, AESP.

mãe, Luiza Peçanha Camargo Branco, conhecida pelos policiais como anticlericalista e promotora de reuniões extremistas em São Paulo e Campinas.³¹⁰

A escriturária e sócia do Sindicato dos Empregados no Comércio Felícia Itkis, 24 anos, foi outra ativa militante da esquerda brasileira que se envolveu na organização do congresso em questão. Sua participação foi grande, pois esteve presente em várias atividades vigiadas pela Polícia Política. Em 26 de outubro de 1933, foi detida para prestar esclarecimentos sobre seu envolvimento com o comunista Guido Romani, que se encontrava preso. Itkis foi visitar Romani e levou objetos de higiene pessoal, além de trinta mil réis que foram deixados na secretaria do Presídio. Enquanto falava com Romani, deixou cair uma luva na cela, evento que o encarregado do presídio interpretou como artimanha comunista. Questionada pelas autoridades, confirmou saber o que era uma célula comunista, Comitê Central do Partido Comunista, Socorro Vermelho. Disse não ser membro nem do Partido Comunista e nem do Socorro Vermelho, pois a família era contrária à sua participação neste tipo de atividade, mas ela própria achava o ideal comunista muito lindo. A polícia realizou uma acareação entre ela e Romani, e este contou uma versão totalmente diferente da narrada por ela. Disse ele que ambos namoravam, além de negar a história da luva.³¹¹

A partir da prisão de Felícia Itkis, a Polícia Política não parou mais de investigar a sua vida. Em 29 de novembro de 1933, ela foi vista em uma reunião promovida pelo Clube dos Artistas Modernos. Segundo o investigador, neste evento estiveram presentes muitos operários dos bairros do Brás e do Bom Retiro, representantes do Partido Comunista do Brasil e da Juventude Comunista. O professor Issac levou o jornal *A Vanguarda Estudantil* para ser divulgado no local. O escritor Jayme Adour da Câmara fez uma palestra sobre o reconhecimento da Rússia pelo governo brasileiro.³¹² Assim como os outros participantes, Itkis também foi detida para prestar esclarecimentos, na reunião preparatória para o congresso realizada em 1º de fevereiro de 1935. Em 25 de

³¹⁰ Termo de Declarações de Luiza Marcelina Branco para João Pinto de Toledo Júnior, Delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Política e Social, São Paulo, 6/12/1935, Doc. 7, Fl. 7. Pront. 3531, Luiza Marcelina Branco. DEOPS/SP, AESP.

³¹¹ Termo de Declarações de Felícia Itkis para Alfredo Pagliuchi, comissário de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 26/10/1933, Doc. 2, Fls. 2-3. Pront. 73, Felícia Itkis. DEOPS/SP, AESP.

³¹² Informe Reservado sobre reunião no Clube dos Artistas Modernos de J. de M., reservado para Delegacia de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 29/11/1933, Doc. 5, Fl. 7. Pront. 73, Felícia Itkis. DEOPS/SP, AESP.

junho de 1935, Felícia compareceu à redação do jornal *Diário de São Paulo*, acompanhada de outras pessoas do Sindicato dos Empregados no Comércio, para divulgar a realização de uma festa campestre no parque do Queiroz na Vila Galvão, no fim daquela semana.³¹³ Os problemas só aumentaram para Felícia, pois a Polícia Política resolveu investigar a origem de sua família, para provar que eram estrangeiros e, assim, passíveis de expulsão do território nacional. Nesse sentido, a polícia solicitou um atestado a Jewish Colonization Association, empresa sediada em Erechim, no Rio Grande do Sul, e especializada em imigração, para esclarecer tal dúvida. O documento emitido informava que Felícia e sua família haviam chegado ali na Colônia Quatro Irmãos vindos da colônia Maurício, de Buenos Aires na Argentina.³¹⁴

O imigrante português Américo Dias, 23 anos, ascensorista foi outro detido na malfadada reunião de 1º de fevereiro de 1935. Permaneceu detido até 22 de março no Presídio Paraíso. Sua adesão ao congresso ocorreu por meio das conexões sindicais, pois foi encontrado em seu poder um comprovante de pagamento da União dos Alfaiates e Anexos no valor de dois cruzeiros, referente ao mês de janeiro. Conforme demonstra seu prontuário, sua trajetória de militância teria findado ali mesmo, pois não há nenhum outro registro de detenção. Em seu depoimento ele teria dito que o congresso era coordenado pela Juventude Comunista e que as ordens eram para propagar seu programa entre os jovens paulistas.³¹⁵

Arthur Heládio Neves, estudante de 18 anos, revisor da *Revista dos Tribunais*, não tergiversou diante do interrogatório, pois reafirmou suas convicções em depoimento à polícia. Sua adesão ao empreendimento político ocorreu “por ter gostado de seu programa, que prometia reivindicar os direitos dos jovens estudantes e formar, mais tarde, a Confederação da Juventude do Brasil”. Neves disse também que os objetivos do congresso de juventude eram a filiação de jovens de todas as camadas sociais, assim como a defesa de seus “direitos

³¹³ “Os comerciários paulistas vão realizar uma festa campestre”. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 26/6/1935, Doc. 9, Fl. 11. Pront. 73, Felícia Itkis. DEOPS/SP, AESP.

³¹⁴ Atestado. Jewish Colonization Association, Erechim, 25/5/1949. Pront. 73, Felícia Itkis. DEOPS/SP, AESP.

³¹⁵ Comprovante de pagamento de matrícula. União dos Alfaiates e Anexos, São Paulo, 12/1/1935; Auto de acareação e exibição entre Américo Dias e Luiza Marcelina Branco a Ignácio da C. Ferreira, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 5/2/1934, Doc. 8, Fls. 8-9. Pront. 3450, Américo Dias. DEOPS/SP, AESP.

econômicos e políticos, por meio de uma Confederação que agruparia todos os jovens do Brasil".³¹⁶

Álvaro Cecchino também aparece citado nos autos de investigação como responsável pela divulgação de uma reunião a ser realizada no dia seguinte, no Salão das Classes Laboriosas, com a finalidade de apresentar um manifesto de Luiz Carlos Prestes. O bancário estava amplamente envolvido com a organização política nos meios sindicais. Em seu depoimento à polícia afirmou que o Sindicato dos Bancários enviou circular a todos os sindicatos de São Paulo convidando-os a participarem da coalização de frente única. Na primeira reunião, os resultados teriam sido ínfimos, pois contaram com a participação de apenas seis sindicatos. Contudo, na segunda reunião os resultados teriam sido mais promissores, havendo a participação de diversos sindicatos, além de um representante da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), demonstrando a capacidade de projeção internacional dos planejadores.³¹⁷

Rosa Brickman, professora, de 21 anos, que foi detida em junho de 1932 na cidade de Santos, tem uma interessante história que pode iluminar algumas especificidades sobre a Juventude Comunista. Em suas declarações confirmou ser comunista, pois "há diversos anos, pela leitura constante de livros sobre assuntos comunistas, tornou-se simpática desses ideais". Nessa época seu noivo também aderiu ao comunismo. Ela saiu da casa de seus pais, pois eles eram contra seu casamento e suas ideias comunistas. Foi tesoureira de uma célula comunista em Santos, que realizava suas reuniões ao ar livre. Encontramos uma cópia do "Termo de Compromisso" assinado por Rosa Brickman para com a Federação da Juventude Comunista, onde concorda que estaria disposta "a cumprir as tarefas por ela traçadas, submetendo-se à sua linha, aos seus princípios e à sua disciplina, sem o que reconhece ser impossível a vitória da

³¹⁶ Termo de Declarações (cópia) de Arthur Heládio Neves para Eduardo Louzada Rocha, delegado adido. Gabinete de Investigações, São Paulo, 18/7/1935, Fls. 3-4. Pront. 220, Arthur Heládio Neves. DEOPS/SP. AESP.

³¹⁷ Termo de Declarações de Álvaro Cecchino para Ignácio da C. Ferreira, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 17/12/1934, Doc. 3, Fl. 3. Pront. 1940, Álvaro Cecchino. DEOPS/SP. AESP.

Revolução Proletária, para a qual não poupará sacrifícios". Brickman fez parte das atividades da Sociedade Cívica Feminina de Santos³¹⁸

Sylvia Regina L. P. Machado foi militante da Juventude Comunista até janeiro de 1931, junto à seção de mulheres, participando das reuniões realizadas no Centro de Jovens no Rio de Janeiro. Era membro também do Comitê Feminino do Socorro Vermelho Internacional. Foi detida em 9 de fevereiro de 1932 na residência de Nute Goifman³¹⁹, comunista que participou do Terceiro Congresso do Partido, realizado no ano de 1929 no Rio de Janeiro. Na residência havia outros militantes, como Haydeé Nicolussi³²⁰ e Manoel Ribeiro – membro da Juventude Comunista do Rio de Janeiro e muito influente nos meios operários. Disse que estava na residência de Nute Goifman, pois seu marido estava em viagem pelo Rio de Janeiro havia quinze dias e já conhecia Goifman e sua esposa Leonor. Sylvia já havia sido detida anteriormente em uma reunião realizada em janeiro de 1931.³²¹ Haydeé Nicolussi foi detida juntamente com Sylvia em 9 de fevereiro de 1932, sendo novamente presa em 18/3/1932, quando seu carro deixava um prédio entre as ruas Vitória e Santa Ifigênia, onde estava hospedada. Dois investigadores que passavam pelo local detiveram-na. Em julho de 1940, foi localizada no Rio de Janeiro onde em 23/6/1940 o *Diários Associados* publicou um poema de sua autoria na primeira página do Suplemento Feminino. Alguns escritos foram apreendidos pela polícia, quando da sua prisão em 1932.³²²

Armando Mari, um comerciante de 21 anos, foi abordado pela primeira vez por um militante durante o seu momento de lazer. Freqüentador da escola de boxe Kid Pratt, conheceu Waldemar Zumbano, que logo o incentivou a ler os jornais *A Plateia* e *A Manhã* do Rio de Janeiro, argumentando serem órgãos de imprensa anti-imperialistas. Waldemar procurou-o no seu bar, convidando-o para um passeio na Av. São João. Somente ao chegar ao local, conforme disse em depoimento, é que foi informado sobre o verdadeiro destino e objetivo do passeio:

³¹⁸ Termo de declarações de Rosa Brickman para Ignácio da Costa Ferreira, delegado de Ordem Política e Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 30/06/1932, Doc. 1, Fl. 1. Pront. 1975, Rosa Brickman. DEOPS/SP, AESP.

³¹⁹ Cf. Pront. 357, Nute Goifman. DEOPS/SP, AESP.

³²⁰ Cf. Pront. 1494, Haydeé Nicolussi. DEOPS/SP, AESP.

³²¹ Termo de Declarações de Sylvia Regina L. P. Machado para Ignácio da Costa Ferreira, delegado de Ordem Política e Social. São Paulo, Gabinete de Investigações, 9/3/1932, Doc. 3, Fl. 3. Pront. 1493, Sylvia Regina Lima Pereira Machado. DEOPS/SP, AESP.

³²² Informação sobre Haydeé Nicolussi. Superintendência de Ordem Política e Social. São Paulo, 2/12/1937, Doc. 19, Fl. 66. Pront. 1494, Haydeé Nicolussi. DEOPS/SP, AESP.

participação num comício anti-imperialista na Lapa. Os dois foram acompanhados por José Sanchez e Francisco Gimenez.³²³ Ele foi apontado como participante da Organização Brigada de Choque, cuja finalidade era servir como uma tropa de choque para proteger os militantes das investidas policiais.³²⁴

A observação desses perfis desnuda um elemento importante: a heteronomia do movimento de juventude. Em nenhum dos casos esmiuçados anteriormente, envolvendo pessoas que exerceram papéis de destaque no processo de organização política, os militantes atuam de maneira autônoma. Destarte, a Juventude Comunista apresenta uma missão complexa em seu trabalho de cooptação, pois ao mesmo tempo em que defende a autonomia e liberdade plena para a juventude, em contraposição à suposta opressão do capitalismo, atua politicamente de modo hierarquizado e centralizado, rigidamente subordinado ao Partido e a outras instâncias decisórias da Internacional Comunista.

3.3 – A divulgação do congresso: estratégias e conexões

Expedientes de tipos variados foram mobilizados para divulgar os congressos em questão e conseguir a adesão do maior número possível de instituições e/ou indivíduos. A organização de piqueniques e festas campestres foram meios utilizados para isso, pois nesses eventos se reuniam muitos jovens para participar das diversas atividades culturais. O dinheiro arrecadado com a venda de ingressos serviria para financiar atividades de propaganda e doutrinação.

A Polícia Política acompanhava intensamente os preparativos desses eventos – realizados com freqüência em parques da cidade. A repressão se voltou contra a atividade dos jovens, uma vez que estes foram considerados alvos fáceis para o comunismo, sob a ação direta da Juventude Comunista e, nesse sentido, perigosos para a Segurança Nacional, segundo a ordem vigente no país.

³²³ Termo de Declarações de Armando Mari para João Baptista Pinto de Toledo Júnior, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 14/11/1935, Doc. 3, Fls. 2-3. Pront. 3684, Armando Mari. DEOPS/SP, AESP.

³²⁴ Certidão Lavrada em Requerimento de Armando Mari à Delegacia de Ordem Social, expedida por M. Magalhães, escrivão. Superintendência de Ordem Política e Social, SP, 23/9/1936, Fl. 4. Pront. 3684, Armando Mari. DEOPS/SP, AESP.

Após a realização de um trabalho minucioso, o investigador José Gomes pode concluir ser

a 'Juventude Proletária, Estudantil' [...] a mesma 'Juventude Comunista' que já há muito tempo vem dando trabalho a esta delegacia. [...] Estes elementos fazem todo o possível para reunirem-se e promover festas, dando a estas um caráter esportivo e legal, para, uma vez ali, pregarem o seu credo.³²⁵

Nessa linha de atuação, a Juventude Comunista realizou uma festa campestre na Vila Galvão. Naquele domingo, 9 de junho, prometia um evento de “grande brilho” no Parque Queiroz. A programação incluía uma corrida de 200 metros rasos, um revezamento 4 X 100 metros e outro revezamento de 5 X 800 metros. Uma das três medalhas foi oferecida por Carlos Joel Nelli, então técnico do Sport Club Corinthians Paulista. No lago do parque se realizaria uma prova de natação com premiação para os três primeiros colocados. As atividades esportivas seriam encerradas por uma exibição de boxeadores da Academia Kid Pratt. Finalmente, ainda estava incluído no programa um baile, a se realizar no correr da tarde, animado pela banda Jazz Astúrias.³²⁶

Para divulgar a festa campestre e conseguir adesão de mais jovens, a comissão de organização procurou criar uma rede de contatos entre clubes, entidades e a imprensa da cidade. O *Esporte Clube Sabratti*, localizado no Belenzinho, foi um dos clubes enredados. Segundo Duílio Ranieri, presidente do clube, na última semana de maio daquele ano, quatro indivíduos o procuraram, apresentando-se como membros da imprensa e convidando-o para inscrever a instituição na festa da Vila Galvão. A diretoria do clube aceitou prontamente, pois avaliou que a festa se destinava a aglutinar atletas pertencentes a clubes operários e suburbanos, sem ligações com entidades oficiais. Tal empreendimento se coadunava com um projeto do clube de criar uma liga de esportes suburbanos, composta apenas por agremiações que não contassem com um canal formal de subvenções ou financiamento por meio de patrocínios.

³²⁵ Relatório de investigação de José Gomes, inspetor para Pinto de Toledo, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 25/5/1935, Fl. 4. Pront. 3416, Juventude Proletária, Estudantil. DEOPS/SP. AESP.

³²⁶ “A Festa Campestre do 1º. Congresso Juvenil de São Paulo”. [recorte de jornal não identificado], Doc. 22, Fl. 33. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.

Estabelecidos os termos do acordo, Ranieri acertou com os negociadores a inscrição de uma delegação do *Sabratti* composta por 10 atletas.

Novos acertos, desta feita em caráter formal, foram travados numa reunião do conselho diretor do clube com os quatro indivíduos, na segunda-feira, dia 3 de junho. Nesta ocasião, trouxeram diversos talões de ingressos para serem vendidos junto aos sócios do clube, a um custo de dois mil réis para os atletas e de três mil réis para não atletas. Nesse segundo contato, os representantes do congresso solicitaram a utilização do salão do clube para realização de discussão pública dos planos e estratégias referentes à fundação da liga suburbana. Assim sendo, na noite de sexta-feira, dia 7 de junho, realizou-se a reunião à qual compareceram, além de sócios do clube, aproximadamente cem pessoas, supostamente identificadas como esportistas.

A Polícia Política neutralizou as movimentações realizadas no *Sabratti*, pois seus agentes estavam monitorando as ações desde o princípio. Ranieri, em seu depoimento no Gabinete de Investigações, sustentou que a fala de um dos líderes da reunião tinha “um franco caráter comunista”, na medida em que realizava “propaganda da ‘Aliança Nacional Libertadora’, de Luiz Carlos Prestes, e condenava o fascismo e o imperialismo”, bem como por influenciar “os operários para se inscreverem na Aliança”. Na ocasião ainda fizeram uso da palavra uma representante dos estudantes e outra da ANL, bem como um representante do Juta-Belém Futebol Clube. Ao final do evento, ressaltou Ranieri, os presentes foram avisados sobre a sua decisão de procurar a Delegacia para alertar sobre aquela infiltração do comunismo, na medida em que não queria responsabilidade para o clube.³²⁷

Malgrado as tentativas de livrar seu clube e sua própria pessoa das implicações judiciais decorrentes daquela ação policial, a estratégia não alcançou os resultados esperados. Suas assertivas foram refutadas pelos agentes infiltrados pela Polícia Política na reunião. Os relatórios convergem quanto às informações apresentadas, sendo amplamente desfavoráveis a Duílio Ranieri.

O investigador Fausto Cardoso, além de minuciosa narrativa sobre os acontecimentos, discriminando pessoas e o papel exercido por elas, destacou

³²⁷ Termo de declarações de Duílio Ranieri para Eduardo Lousada Rocha, delegado adido. Gabinete de Investigações, São Paulo, 8/6/1935, Doc. 21, Fls. 30-32. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.

ainda, não sem certo espanto, a participação de um menino chamado Jayme que teria aproximadamente 12 anos de idade. A ação mais explícita de ataque aos poderes constituídos, sustenta o policial em seu trabalho, foi de autoria do próprio presidente do clube, haja vista ter este atacado

a política liberal democrática e particularmente a Delegacia de Costumes, dizendo que esta explora os divertimentos públicos, onde as famílias dos operários vão se distrair das horas árduas que suportam nas fábricas, onde trabalham para sustentar o luxo da burguesia bandalha.³²⁸

Por sua vez, o investigador Souza registrou terem os discursos abordado temas como a unificação da classe operária, a instalação de um congresso visando melhorar a situação desprotegida do esporte de várzea e, sobretudo, do estudante pobre. Destacou, em molde similar, o mesmo discurso que o seu colega, complicando a situação do responsável pelo Sabratti ao minar sua linha de defesa.³²⁹

A reunião no Esporte Clube Sabratti recebeu divulgação junto ao grande público, por meio de anúncios na imprensa e distribuição de panfletos em pontos diversos da cidade. Assim, em 4 de junho de 1935, O Estado de São Paulo publicou uma nota anunciando o evento.³³⁰ O panfleto Mocidade do Belém anunciou a realização do congresso, explicitando que o convite era destinado a toda juventude “sem distinção”.³³¹ A eleição de uma subcomissão para o bairro do Belém, responsável pela coordenação das atividades e pelos contatos com a coordenação central, era a meta central do evento, de tal modo que essa informação foi destacada em ambos os veículos de comunicação.

A estratégia organizacional de criar comissões nos bairros alcançou algum resultado, pois não permaneceu restrita ao Belém. No Bom Retiro o protocolo de

³²⁸ Relatório de Investigação de Fausto Cardoso, inspetor para Pinto de Toledo, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 8/6/1935, Doc. 25, Fl. 36. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.

³²⁹ Relatório de Investigação de Souza, inspetor para Pinto de Toledo, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 8/6/1935, Doc. 27, Fl. 34. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.

³³⁰ “1º Congresso Juvenil”. O Estado de São Paulo, São Paulo, 4/6/1935, Doc. 19, Fl. 23. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.

³³¹ Panfleto “Mocidade do Belém”. São Paulo, junho de 1935. Doc. 4, Fl. 5. Pront. 3416, Juventude Proletária Estudantil. DEOPS/SP. AESP.

ação e planejamento se repetiu, de tal modo que foi programada a realização de uma conferência pública, no dia 13 de junho, no salão do Sport Club XI Caveiras – sediado numa sobreloja na Rua José Paulino –, para discussão de assuntos relacionados à juventude, especialmente esportivos, além da eleição de uma subcomissão do bairro, que era o objetivo central. Toda a “mocidade do Bom Retiro” estava convidada para o encontro que se concentraria no “estudo, defesa e conquista dos direitos juvenis”.³³² Os trabalhos neste bairro não ficaram restritos a um único evento. O jornal O Estado de São Paulo, novamente publicou nota informando sobre a realização de nova assembléia pública na noite do dia 2 de julho, para dar prosseguimento às discussões.³³³

Além do Belém e do Bom Retiro detectamos indícios de trabalho semelhante em Cerqueira César. Um recorte de um jornal não identificado traz um comunicado, datado de 28 de maio de 1935, enviado à comissão organizadora do congresso pela “sua congênere de Cerqueira César”, ou seja, pela coordenação local, dizendo que “a juventude consciente e livre” daquele bairro estava “solidária” com o programa estabelecido para o congresso paulista, tido por “nobre e desassombrado”. Por conta disso, a juventude buscava “entusiasticamente” a adesão, uma vez que estava plenamente “satisfeita de poder lutar ao vosso lado pela emancipação do Brasil e pela redenção da mocidade, ora escravizada ao ouro opressor dos grandes magnatas e latifundistas”.³³⁴

A discussão com operários nas fábricas foi outro expediente utilizado, sustentando a tradição do movimento comunista de se aproximar do trabalhador industrial, entendido como o tipo acabado do proletário, e então visto como o real representante da vanguarda revolucionária. Com tal finalidade, alguns participantes do congresso se dirigiram à Tecelagem Ítalo Brasileira, na manhã do dia 7 de julho, para discutir com os trabalhadores grevistas as estratégias e

³³² Panfleto “Jovens do Bom Retiro!”. São Paulo, junho de 1935. Doc. 55. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.

³³³ “Congresso Juvenil de São Paulo”. O Estado de São Paulo, São Paulo, 30/6/1935, Doc. 57, Fl. 75. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.

³³⁴ “Primeiro Congresso Juvenil”. [recorte de jornal não identificado], Doc. 54, Fl. 72. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.

movimentações frente à gerência da fábrica.³³⁵ A exploração do jovem trabalhador industrial era uma das preocupações do congresso e, por conseguinte, uma das principais bandeiras de luta, tal como divulgado pela imprensa.

Todo o esforço da militância para a realização do congresso sofreu um revés fortíssimo, por conta da intervenção dos inspetores da Polícia Política. No dia 9 de julho daquele ano, o delegado Lousada Rocha dirigiu-se até o Salão Cervantes, no Largo da Concórdia, para impedir a realização de uma assembleia programada para o início da noite. Este delegado, acompanhado de mais 10 inspetores, fechou o salão. Como parte da operação de repressão alguns inspetores foram enviados para o Centro Juvenilista no Palacete Santa Helena – Praça da Sé, região central da cidade –, sede do Congresso, de modo que a reunião não pudesse ser transferida para aquele local. Por fim, também foram enviados inspetores para o Salão Lega Lombarda – no Largo de São Paulo – outro ponto mapeado pelos policiais, sobretudo por conta da realização de muitas reuniões da Aliança Nacional Libertadora.³³⁶

Em 15 de julho a força policial voltou à carga em nova operação. A Aliança Nacional Libertadora fora fechada dois dias antes. Dando prosseguimento ao fechamento de todas as organizações que mantinham algum tipo de ligação com ela, o delegado Lousada Rocha escolheu esse dia para fechar o Congresso, pois estava programada uma reunião, o que permitiria a prisão de muitos integrantes.³³⁷ Foram encontrados alguns poucos jovens no local, mas entre eles estava Genny Gleizer, cuja prisão e tratamento por parte das autoridades provocaram uma grande mobilização na opinião pública em prol de sua libertação, fato habilmente explorado pelo Partido Comunista Brasileiro.

A jovem Gleizer foi encarcerada numa conjuntura de restauração formal do Estado de Direito, haja vista o amplo reconhecimento aos direitos individuais pelo texto constitucional de 1934, tais como liberdade de expressão, reunião,

³³⁵ Relatório de Investigações de Aprígio do Amaral, inspetor para Pinto de Toledo, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 8/7/1935. Doc. 37, Fl. 52. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.

³³⁶ Relatório de Lousada Rocha, delegado adido para Pinto de Toledo, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 9/7/1935, Doc. 35, Fl. 54. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.

³³⁷ Relatório de Lousada Rocha, delegado adido para delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 14/8/1935, Doc. 12, Fls. 12-15. Pront. 209, Genny Gleizer. DEOPS/SP. AESP.

consciência e igualdade jurídica de todos os cidadãos. Destarte, a campanha envolvendo entidades políticas de esquerda tomou conta da opinião pública. A administração de Getúlio Vargas teve sua imagem de benfeitor ameaçada pelas denúncias de maus tratos contra a jovem, que foi também constantemente transferida de carceragem.

Em 26 de agosto, o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro produziu um dos episódios mais obscuros ao fornecer informações inverídicas sobre a prisão da jovem ao embaixador da Romênia, que estava preocupado com o bem-estar de sua compatriota. Para completar o quadro, em entrevista ao *Correio Paulistano* no início de setembro, o superintendente do DOPS alegou que a polícia era a maior interessada em descobrir onde estaria Genny Gleizer. Malgrado toda a campanha pela mobilização da opinião pública realizada pelas organizações de esquerda, nos últimos dias de outubro o governo brasileiro extraditou a militante da Juventude Comunista.³³⁸

³³⁸ KAHN, Túlio “O caso Genny Gleizer - Precursor das Campanhas pelos Direitos Humanos no Brasil”. *Cultura Vozes*, São Paulo, 89 (6): 13-36, nov./dez. 1995.

Capítulo IV. Juventude e preservação da tradição: a AIB e a Organização dos Plinianos

Ação Integralista Brasileira (AIB) foi fundada por Plínio Salgado em 1932. As estimativas são de que o partido tivesse alcançado já em 1936 entre seiscentos mil e um milhão de adeptos. Tornou-se, então, o primeiro partido nacional a possuir uma organização de massa. Entre 1930, ano da revolução que conduziu Vargas ao poder, e 1937, quando da implantação do Estado Novo, a Ação Integralista manteve relações políticas intensas e cordiais com o governo.

A instauração do Estado Novo alterou o quadro por completo. Um mês após a promulgação do novo regime o governo decretou o fechamento de todos os partidos políticos. Tal medida foi um duro golpe nos planos políticos do movimento que almejava participar das próximas eleições presidenciais com a candidatura de Plínio Salgado, sua liderança máxima. Em reação às medidas governamentais, os integralistas optaram pelo uso das armas para chegar ao poder, decidindo, em março de 1938, por uma solução de força como tentativa de depor o presidente Getúlio Vargas. Este episódio ficou consagrado na historiografia como “Putsch” ou “Intentona Integralista” e findou em fracasso, embora tenha apresentado sólidas chances de vitória.³³⁹

Em estudo clássico sobre o movimento, Héglio Trindade destaca que a juventude das lideranças e dos seus militantes é uma das características mais relevantes do Integralismo. Em 1933 a maioria dos integrantes tinha menos de 25 anos. Dado relevante e elucidativo diz respeito à composição etária das lideranças: 3/4 delas, de caráter regional ou nacional, estavam abaixo dos 30 anos. Um exemplo significativo e revelador dessa concentração etária reside no fato de que o Departamento de Doutrina, área vital para qualquer agrupamento político, estava sob a direção de Miguel Reale, então com apenas 25 anos de idade.

³³⁹ TRINDADE, Héglio. “Integralismo”, em *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, p. 2807. Para uma exposição factual ver SILVA, Hélio. *1938 Terrorismo em Campo Verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

Analisando as origens do Integralismo podemos subsidiar nossa hipótese com alguns dados mais detalhados. Em 24 de fevereiro de 1932, na sede do jornal *A Razão* em São Paulo, foi realizada a primeira reunião visando à formação da Sociedade de Estudos Políticos (SEP), que produziria estudos sobre os problemas e potencialidades do Brasil. A assembleia de fundação ocorreu em 12 de março. Plínio Salgado presidiu ambas as reuniões. Importa aqui constatar a composição inicial dessa sociedade: jovens intelectuais paulistas e estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Assim sendo, podemos afirmar que a juventude das lideranças é um traço que acompanha o movimento desde as suas origens.

Cândido da Motta Filho, integralista que participou da articulação inicial da SEP, forneceu, em depoimento, uma reconstrução da cena intelectual paulista naquele momento, ressaltando, sobretudo, o senso de missão com que se armou aquele segmento dos jovens de São Paulo:

[...] os jovens procuravam concentrar-se em torno de uma ideia superior que pudesse guiar a vida política diante do impasse em que se encontrava a Revolução de 30 naquele jogo entre tenentes e o Presidente da República. E a revolução parecia que ia se esvaziar nisto tudo. A nossa preocupação era fundarmos um centro de estudo que pudesse investigar e extrair desta investigação, um sistema qualquer que nos orientasse na vida política [...] nós seríamos os veículos destas ideias que talvez contribuíssem para a formação de partidos, de correntes de opinião[...].³⁴⁰

Quando o manifesto de outubro de 1932 foi publicado em São Paulo, oficializando a fundação da Ação Integralista, um grupo de estudantes da Faculdade de Direito de Recife lançou outro documento apoiando a iniciativa paulista. O manifesto de Recife sustentava que “a mocidade nordestina de modo algum poderia ficar indiferente. E muito menos alunos da Faculdade de Direito do Recife. Esta escola, que certa vez ouviu proclamar a morte da metafísica, precisa tornar-se uma célula vivíssima desse grande movimento de renovação política, social e espiritual”. O manifesto de Recife utiliza o vocábulo “mocidade”, mas com sentido semelhante ao que atribuímos ao termo juventude. Ressalte-se que era

³⁴⁰ Entrevista concedida a Hélgio Trindade. São Paulo, Junho de 1970 em TRINDADE, Hélgio. *Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974, p. 124-125.

mais comum a utilização daquele vocábulo, mesmo na grande imprensa, conforme mostramos no capítulo inicial deste trabalho.

4.1 – A retórica missionária e o papel das novas gerações

A essência missionária dos manifestos de 1932 deve ser destacada, uma vez que os estudantes daquela faculdade não ficariam indiferentes à oportunidade de renovação, sobretudo na dimensão espiritual. Mesmo em se tratando de um manifesto de adesão, onde só se poderia esperar o tom laudatório e revelador da tomada de posição, a autoimagem forjada por aquele grupo universitário impressiona, pois tomou para si o fardo de concretizar a renovação prometida. Era uma tarefa para a nova geração que a recebia com todo vigor.³⁴¹

O aspecto geracional é de suma importância, na medida em que, via de regra, movimentos de massa prometem grandes melhorias nos rumos da sociedade, uma profunda alteração na trajetória evolutiva do país no qual está instalado.³⁴² Pretendemos demonstrar que o integralismo considerava a juventude como o segmento etário-cultural estratégico para a promoção de mudanças na sociedade. Uma vez que necessitaria formar novas lideranças, a juventude garantiria a reprodução social do movimento. Em outras palavras, um agrupamento político que clamava por um país novo buscaria pessoas daquela faixa etária, pois elas ainda não teriam concluído o processo de socialização, tornando não apenas mais fácil a tarefa de cooptação, mas também garantindo a produção de futuras lideranças.

Não é difícil compreender o porquê da precocidade na socialização ideológica dos membros. Uma vez conquistada a adesão dos pais, a organização esperava que os filhos seguissem os seus passos. Por conta disso, a recomendação era que os descendentes de integralistas fossem batizados quando ainda bebês, conforme os rituais oficiais do movimento, cujas indicações estavam registradas nos protocolos da AIB, de tal modo que a tradição fosse perpetuada.

³⁴¹ TRINDADE, Hégio. “Integralismo”, em *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, p. 2810.

³⁴² Idem, *Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974, p. 152.

Esse zelo para com a tradição transparece no texto de um panfleto intitulado “Mocidade de Cachoeira! Pais de Família”³⁴³, documento revelador da retórica utilizada para convencimento de seu público alvo. O princípio da autoridade e da hierarquia é afirmado logo no primeiro parágrafo ao definir o integralismo como um pai “com seus braços abertos para receber em seu seio a paz da família, de seu Deus e de sua dignidade”. Além de consolidar o princípio do pai como chefe da família, verdadeiro guia de sua esposa e filhos, reafirma a necessidade da presença divina e, por extensão, da dignidade ausente fora do universo integralista. Note-se que o texto é direcionado às famílias e não aos indivíduos, sendo coerente com a premissa corporativista de sua ideologia.

O adversário a ser derrotado é o comunismo. Seus adeptos, afirmava o texto, embora se proclamassem como os mensageiros da liberdade e da igualdade só conduziram as famílias para a bancarrota. A missão integralista era empreender uma “cruzada sacrossanta” dos “homens de dignidade” contra os “vermes que têm corroído os corações de certas famílias corrompidas”. A construção textual é forte e certa, gerando uma imagem negativa para o adversário, no caso os comunistas, caracterizados como verdadeiros vermes que atacavam diretamente o coração, ou seja, o centro vital do ser humano. O comunismo, na seqüência, é associado à lepra, doença de altíssima gravidade, sobretudo naquela época.

Para provar a obscuridade de seus adversários o panfleto apresenta alguns dados:

Na Rússia também queriam-nas [a liberdade e a igualdade], mas estas saíram-lhes ao contrário dos desejos ambiciosos. Escravidão e desigualdade. Enquanto seus governos nadam em ouro e em banquetes regados a champagne, um trabalhador tem para seu sustento 200 gramas de pão feito de milho e batatas; 100 gramas de toucinho e ½ garrafa de aguardente.

Contudo, como nem todas as famílias estavam sob a influência comunista, fato considerado positivo pelos partidários do Sigma, a mensagem do panfleto é encerrada com um convite ao comparecimento das famílias da cidade de Cachoeira na sede integralista da cidade.

³⁴³ Panfleto “Mocidade de Cachoeira! Pais de Família”. São Paulo, c. 1935. Doc. 193, Fl. 71. Pront. 1583, Ação Integralista, vol. 2. DEOPS/SP. AESP.

A preocupação com as novas gerações é um dos pilares da reflexão intelectual de Plínio Salgado precedente à fundação da Ação Integralista Brasileira, cuja obra é marcada por um constante temor sobre uma possível dissolução da Civilização. Seu mote primordial é empreender uma análise da sociedade, assim como erigir um projeto de nação para o Brasil, entendido como uma arquitetura imperfeita.

O chefe integralista fazia uma leitura do mundo sob a ótica de crise civilizacional. Tal crise teria como ponto central o cenário de confusão e desnorteamento com relação às ideias que deveriam presidir a vida social. Assim, o momento histórico era de decisão, de tomada de posições, pois estava em jogo a nacionalidade brasileira, precariamente constituída. Desta forma, acreditava Plínio, ou se constituiria essa nacionalidade “dentro das nossas condicionalidades históricas, geográficas e sociais” ou o resultado dessa omissão poderia ser a “abdicção completa de nossos direitos de afirmação, de nossa fisionomia de povo e de país”.³⁴⁴

O integralismo, naturalmente, possuía as respostas para retirar o país dessa trajetória de crise. O doutrinador, nesse sentido, compreendia que qualquer transformação social seria possível somente após uma intensa alteração no plano das ideias que orientariam a ação. Cumprido tal imperativo “o homem pode interferir na marcha social. E quando a sociedade está se dissolvendo, e quando vai o País a pique de se desagregar, então essa interferência... se impõe como um dever”.³⁴⁵

A cosmovisão de Plínio revela o seu posicionamento perante a modernidade. O primeiro impasse considerado pelo autor é relativo à tensão entre a dimensão individual e a coletiva de existência, problema fulcral para aquela primeira metade do século XX, sobretudo em razão da escalada nazifascista na Europa Ocidental. Em sua concepção, a humanidade seguiria uma trajetória orientada por dois planos distintos, sendo “o primeiro coletivo, global, movimento de massas, rumos inconscientes de povos”, enquanto o segundo seria “individual, singular, atitude isolada do homem, desferindo impulsos modificadores”. Nesse

³⁴⁴ SALGADO, Plínio. *Literatura e Política* (1927). IN: Idem. *Obras Completas*. São Paulo: Américas, 1956, vol. 19, p. 85.

³⁴⁵ SALGADO, Plínio. *A Psicologia da Revolução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933 apud MEDEIROS, Jarbas. Introdução ao estudo do pensamento político autoritário brasileiro – 1914-18/1939-45 – Plínio Salgado. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 1975, p. 59.

choque de contrários, supostamente aceito pelo Integralismo, conforme ressalta seu líder, processa-se a história, cujo curso e sentido poderiam ser alterados por ação revolucionária, desde que com franca motivação espiritualista, realizada após uma correta interpretação da oportunidade histórica e do sentido social dessa ação.³⁴⁶

Esse impulso renovador que Plínio Salgado nutria acompanha seu pensamento desde muito antes. Em *Literatura e Política*, obra da segunda metade da década de 1920, o tema já estava presente. Num artigo sugestivamente intitulado “Diretrizes da Nova Geração” sustenta, bem ao seu estilo, que a geração que se formava não apenas tinha uma missão a cumprir, como seria a portadora de profundas transformações. Previa o desabrochar de uma genuína “revolução literária”. Essa nova conjuntura teria o mundo artístico-literário subordinado aos interesses da política. Nesse sentido, seria, portanto, o resultado da

fusão da arte, da finalidade social, com a política, norteadas por um sentimento de harmonia dos movimentos relacionados da vida nacional, e uma e outra, fundada em nossa antropogeografia, fundidas na aspiração da coletividade – há de provir, como todas as grandes coisas, de uma coisa bem simples: da revolução literária.³⁴⁷

O material imagético ou de propaganda auxilia na reconstituição do modo como os camisas-verdes interagiam com a sua ala mais jovem e o que dela esperavam. Duas fotos apreendidas pela Polícia Política e anexadas ao prontuário “Integralismo Fotografias” são da maior relevância para o nosso objeto de estudo (Anexos, páginas II e III). Embora o prontuário não contenha nenhum documento escrito que forneça maiores detalhes sobre o contexto de produção das mesmas, esses registros nos revelam a presença dos Plinianos na ação cotidiana. Sobretudo, sugerem a preocupação dos partidários do Sigma em garantir a sua perpetuação no cenário político brasileiro.

Unidade, hierarquia, fraternidade e sacralidade da família são valores que transbordam das imagens ora analisadas. A disposição dos participantes dos encontros documentados pelas fotografias é repetitiva, comprovando a devoção dos integralistas pela disciplina e padronização. Ambos os registros mostram

³⁴⁶ Ibidem, p. 61.

³⁴⁷ SALGADO, Plínio. *Literatura e Política*. IN: *Op. Cit.*, p. 31.

vários integralistas em pé, divididos em fileiras, posando para a fotografia. Há inegável preocupação protocolar no ato. Os integrantes mais novos aparecem logo à frente de seus pais. Estes, obviamente, também eram participantes e tinham levado seus filhos consigo para o evento. Na segunda fotografia chamam a atenção os integralistas de pouca idade, o que reforça o zelo dos integralistas em não protelar o início da socialização ideológica de seus entes queridos.

4.2 – A estrutura de poder e a juventude

Uma vez demonstrada a importância da juventude para a AIB, compete refletir sobre a distribuição do poder dentro do agrupamento e o modo como incidia sobre aquele segmento. Segundo Hélio Trindade, a Ação Integralista segue um princípio geral de organização: o poder é concedido pelo Chefe para em seu nome ser exercido. A centralização é total.

A estrutura integralista divide-se em diversos departamentos, cada um deles encarregado de uma área específica, porém estando todos os seus titulares subordinados a Plínio Salgado. Com o decorrer do tempo, a estrutura administrativa dos integralistas alcançou um nível de burocratização que provocou o isolamento do Chefe Nacional de suas bases. Assim sendo, Plínio Salgado passou a ter contato com a coletividade integralista através dos discursos, artigos e livros. Os estatutos de 1934, elaborados durante o Congresso de Vitória, previam que o Chefe Nacional se comunicaria com os integralistas através dos Departamentos Nacionais, esses com os Chefes Provinciais e assim sucessivamente, numa postura descendente de poder.

Os estatutos de 1936 têm maior relevância para o tema ora em discussão. Elaborado durante o Congresso de Petrópolis, esse documento traz o registro de importantes alterações organizacionais. Nessa ocasião, foi criada a Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos (juventude), entregue ao comando de Irene de Freitas Henriques, que comandou a pasta até o fechamento da AIB em 1938. Os antigos departamentos foram transformados em secretarias, mas continuavam diretamente subordinados ao Chefe Nacional.³⁴⁸

³⁴⁸ Idem, *Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974, p. 179-181; 318.

Os Plinianos receberam uma estrutura organizacional testada anteriormente no Departamento da Milícia, transformado em Secretaria de Educação em 1936. Foram encarregados das atividades paramilitares, esportivas, cívicas e de mobilização eleitoral. O regulamento da secretaria previa que lhes caberia “reunir, disciplinar e educar, através da escola ativa, todos os brasileiros, de ambos os sexos, até 15 anos de idade, de modo a realizar o seu aperfeiçoamento moral, cívico, intelectual e físico”.³⁴⁹ A reestruturação, além de novas atribuições, promoveu também uma alteração no vocabulário, abandonando a linguagem explicitamente militar que vigorava na antiga milícia: decúria, terço, bandeira e legião.³⁵⁰ Portanto, essa organização faria a socialização ideológica das crianças e jovens que aderissem ao movimento. Os grupos existentes entre os Plinianos seguiam um ordenamento etário:

De 4 a 6 anos	Infantes
De 6 a 9 anos	Curupiras
Dos 10 aos 12 anos	Vanguardeiros
Dos 13 aos 15 anos	Pioneiros

A socialização ideológica é um tópico de extrema importância para qualquer movimento político. No caso integralista veremos que foi um aspecto muito valorizado. Um primeiro mecanismo a ser ressaltado diz respeito aos rituais. Os integralistas criaram um rito específico para os batismos, cujas cerimônias continuaram a ser realizadas em templos e igrejas cristãs, mas contando com a colaboração do Chefe local e com a presença da comunidade integralista.

O protocolo obedecia a um ritual. Todos os participantes do batismo, ou seja, pais, padrinhos e demais convidados deveriam ir para o templo trajados com a camisa-verde. Os Plinianos tinham um papel nessa ocasião: ficavam próximos à pia batismal e, juntamente com os demais integralistas, deveriam erguer o braço no exato instante em que a criança fosse abençoada pelo sacerdote. Terminado o batismo, a criança deveria ser enrolada com a bandeira integralista e, ainda dentro da Igreja, era apresentada aos presentes conforme o seguinte roteiro:

³⁴⁹ Regulamento da S.N.A.F.P., artigo 1 em TRINDADE, Héglio. Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974, p. 195.

³⁵⁰ TRINDADE, Héglio. *Op. Cit.*, p. 187; 195.

Companheiros! (nome da criança), recebeu o primeiro sacramento da fé cristã. Ao futuro pliniano, o primeiro anauê. Os presentes responderão Anauê. Ao final dessa cerimônia, os plinianos formarão uma ala, de braços erguidos, por onde sairão todos os integralistas do templo.³⁵¹

A participação dos plinianos não era restrita apenas aos batismos. Em cerimônias solenes de casamentos havia também um protocolo a ser seguido. Primeiramente, os integralistas ocupavam a igreja, ficando as mulheres (Blusas-Verdes) à direita e os homens (Camisas-Verdes) à esquerda de quem entra. Os Plinianos e Plinianas deveriam ser posicionados em local “conveniente”, ficando a critério dos organizadores determinar o lugar exato. Poderiam portar galhardetes com as cores do país e do integralismo. Familiares e autoridades de maior graduação, além de convidados não-integralistas ficariam na capela-mor. A autoridade de maior graduação presente ao evento deveria, de braço erguido, saudar o casal em voz alta, com as seguintes palavras: “o Chefe Nacional considera-se presente a esta cerimônia e deseja todas as felicidades ao novo casal”.³⁵²

A AIB possuía ainda outra forma de socialização ideológica: hinos e marchas para serem apresentados em eventos integralistas. A marcha da juventude é objeto de maior importância para análise.

O Brasil acordou para a glória
Nós já somos a Pátria que vem
Eia! Avante para a História
Os Plinianos já marcham também.
.....
Para a frente marchemos
Vai conosco um Brasil grande e forte
pela Pátria morreremos
nossos bravos não temem a morte.³⁵³

A marcha expressa nítida mensagem. O Brasil fora um país adormecido, inerte, mas que havia acordado e dinamicamente seguiria sua trajetória natural na história. Alcançar a glória era uma missão de todos, sendo função dos Plinianos trabalhar para a consecução desses objetivos. A índole militarista sobressai-se na

³⁵¹ Protocolos e Rituais, Capítulo X, artigo 55 em CAVALARI, R. M. F.. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massas no Brasil (1932-1937)*. Bauru: Edusc, 1999, p. 173.

³⁵² Ibidem, p. 176.

³⁵³ TRINDADE, Hégio. *Op. Cit.*, p. 205-206.

ênfase dada à marcha, além da invocação à falta de limites: morrer pela Pátria, uma vez que verdadeiros guerreiros não temem a dimensão do sacrifício.

O Hino Integralista apresenta uma retórica especialmente direcionada à juventude, a quem é atribuída a missão de transformação do país. A mensagem não difere muito daquela transmitida pela Marcha da Juventude, contudo o chamamento à integração e participação é elemento mais presente. À nova geração caberia a realização das transformações almejadas pela AIB e seu Chefe Nacional, autor do hino. Vejamos:

Avante! Avante!
Pelo Brasil toca a marchar
Avante! Avante!
Nosso Brasil vai despertar
Avante! Avante!
.....
Eia, avante, Brasileiro, mocidade varonil
Sob as bênçãos do Cruzeiro
Anauê pelo Brasil!
.....
Olha a Pátria que desperta,
Mocidade varonil,
Marcha, marcha e brada alerta,
Anauê pelo Brasil.³⁵⁴

Os juramentos de fidelidade para ingresso e promoção constituem um terceiro mecanismo de socialização. Os infantes eram admitidos após a realização de ritual semelhante ao dos escoteiros. Nessa ocasião, o indivíduo prestaria um juramento, no qual pronunciaria os seguintes dizeres:

Prometo ser um soldadinho de Deus, da Pátria e da Família; prometo ser obediente a meus pais, a meus mestres e a meus chefes; prometo ser amigo de meus irmãos, colegas e companheiros, prestando-lhes serviços, defendendo-os e amando-os; prometo ser aplicado nos estudos para tornar-me útil a Deus, à Pátria e à Família; prometo cumprir o Regulamento dos Plinianos.³⁵⁵

Os vanguardeiros e os pioneiros, além dos Camisas-verdes, prestavam o juramento à bandeira em grandes solenidades. Na ocasião, o participante deveria proferir as seguintes palavras:

³⁵⁴ Protocolos e Rituais, Capítulo VI, artigo 51 em CAVALARI, R. M. F.. *Op. Cit.*, p. 198.

³⁵⁵ Protocolos e Rituais, Capítulo X, artigo 148 em *Ibidem*, p. 170.

Bandeira da minha Pátria: Prometo servir ao Brasil na hora da alegria e na hora do sofrimento, no dia da glória e no dia do sacrifício. Prometo respeitar a liberdade, a justiça e a lei. Prometo defender na sua pureza o legado moral e na sua integridade, o patrimônio territorial que recebi dos meus antepassados. Salve a Bandeira do Brasil.³⁵⁶

Há entre os dois juramentos uma gradação de caráter pedagógico. O primeiro juramento leva em consideração apenas a dimensão mais imediata da vida da criança, ou seja, preocupa-se em posicionar o indivíduo perante a coletividade e seus valores, ao passo que o segundo juramento introduz abstrações e valores mais complexos, ao invocar o patriotismo e sacrifício individual em benefício do Integralismo.

4.3 – A Ação Integralista no espaço público

Os Integralistas não encontraram grandes empecilhos à sua ação, ao menos nos anos iniciais. Como observamos anteriormente, as relações entre o governo Vargas e a AIB foram, de certa maneira, cordiais. Contudo, com a promulgação da Lei de Segurança Nacional a situação se alterou por completo. A partir de então, os prontuários da Ação Integralista Brasileira registram ações repressivas da Polícia Política. Em decorrência de nosso tema de estudo, vamos nos concentrar no exame de episódios envolvendo a juventude. Tal análise, entretanto, foi dificultada devido à não localização de prontuários específicos sobre a juventude integralista. Assim, fomos obrigados a localizar documentos referentes a este tema nos volumes que compõem o prontuário da AIB e em prontuários de dirigentes. No fundo DEOPS não foi possível localizar o prontuário de Irene de Freitas Henriques, que foi a Secretária Nacional de Organização Feminina e da Juventude. Portanto, as informações levantadas sobre a juventude integralista foram obtidas por aproximação. Observamos casos que dizem respeito à ação de estudantes integralistas e suas estratégias de ação política, embora nenhum desses eventos seja do agrupamento que os integralistas chamavam de Plinianos.

Um episódio ocorrido em 17 de maio de 1935 revela a alteração de tratamento por parte da Polícia para com os Integralistas. Nesse dia, um grupo de

³⁵⁶ Ibidem.

estudantes foi detido quando passava pela Rua Direita, em direção à Rua 15 de Novembro. Os integrantes foram interceptados e levados à polícia Central, sendo posteriormente encaminhados à Delegacia de Ordem Política, onde ficaram por algum tempo. O jornal *Diário de São Paulo*¹⁹ relata o fato, dando conta de que vários menores estavam entre os detidos, sendo a grande maioria estudantes. Entre os envolvidos estavam Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier, Lafayette Soares de Paula, Carlos Jacyntho de Barros, Joaquim Magalhães Costa e Bento Luiz de Almeida Prado, notadamente membros de famílias socialmente bem situadas.

Algum tempo depois, precisamente em 29 de agosto de 1935, alguns daqueles estudantes integralistas entregaram ao juiz da primeira Vara Criminal da cidade uma queixa-crime contra Eusébio Egas Botelho, Superintendente da Ordem Política e Social, devido à prisão que haviam sofrido. Enfatize-se que os integralistas desfrutaram o direito de contestar uma ação estatal, inclusive acenando com a possibilidade de processar uma autoridade policial, fato impensável para qualquer militante da esquerda.

O exame dos prontuários dos indivíduos anteriormente citados revela o menor “grau de periculosidade” que a Polícia Política atribuía aos partidários do integralismo em comparação com o comunismo. No prontuário de Bento Luiz consta apenas o registro de uma detenção sofrida por ele em 1941. Sobre a passeata da rua Direita não há qualquer menção. Como prova de seu vínculo com a AIB consta uma carteira de filiado anexa aos autos. Nos prontuários de Carlos Jacyntho, aluno da Faculdade de Direito, e Joaquim de Magalhães, aluno da Escola Politécnica, consta apenas uma lista com os nomes das pessoas detidas na passeata da Rua Direita.³⁵⁷ No prontuário de Lafayette Soares, também estudante da Faculdade de Direito, consta um relatório de investigações dando conta de que o mesmo estivera foragido por algum tempo, tendo sido localizado em 2 de julho de 1938. Em anexo há uma cópia da lista das pessoas envolvidas na passeata da Rua Direita.³⁵⁸

³⁵⁷ Pront. 33237, Bento Luiz de Almeida Prado. DEOPS/SP. AESP. Pront. 83135, Carlos Jacyntho de Barros. DEOPS/SP. AESP. Pront. 83132, Joaquim Magalhães Costa. DEOPS/SP. AESP.

³⁵⁸ Pront. 41385, Lafayette Soares de Paula. DEOPS/SP. AESP.

Dentre os envolvidos citados, apenas Roland Corbisier foi interrogado pela Polícia Política, mas isso se deu em decorrência da tentativa de golpe por parte dos integralistas. O suspeito compareceu em 26 de março de 1938 para prestar esclarecimentos. Disse na ocasião ser membro da AIB desde a sua fundação e que, em 1935, foi Chefe do Departamento Universitário do partido. Questionado sobre possível participação no levante armado, Corbisier negou veementemente qualquer participação ou conhecimento do evento.³⁵⁹

Esse episódio é revelador da ênfase da Polícia Política no combate às aglomerações humanas. Os jovens foram presos por andarem em grupo, realizando uma passeata, o que preocupava as autoridades, sobretudo após a promulgação da Lei de Segurança Nacional que tornou mais rígida a legislação sobre controle social.

A agitação no meio estudantil parece ter sido intensa naqueles anos. O mesmo jornal *Diário de São Paulo* traz outra matéria sobre o tema, porém sobre uma ação contrária ao integralismo.³⁶⁰ Em 21 de outubro de 1936 houve uma solenidade em homenagem a Benjamin Constant na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Na ocasião ocorreram alguns desentendimentos entre estudantes participantes do evento e estudantes integralistas daquela faculdade. Durante os trabalhos, o integralismo foi muito criticado pelos participantes da mesa.

Segundo o relato apresentado pelo jornal, os trabalhos foram abertos pelo professor João Cabral, seguido por Augusto de Almeida Filho, representante do jornal estudantil *Cartaz*. Este produziu atritos com os integralistas ao esboçar críticas contrárias à AIB. Em sua fala, afirmou que o integralismo era “uma ideologia exótica”, cuja intenção era “encarcerar o pensamento livre de uma geração democrática”.

No decorrer do evento os integralistas entrevistaram em diversas ocasiões. O estudante Alípio Adão discursou na sequência e suas palavras geraram novas desavenças com os integralistas presentes. Outros participantes discursaram, sendo que os atritos aumentaram àquela altura do evento, quando foram “trocados fortes doestos [injúrias] e mesmo agressões”. O momento mais difícil

³⁵⁹ Termo de Declarações de Roland Corbisier para Delegado de Ordem Política. Gabinete de Investigações, São Paulo, 26 de março de 1938, Fl. 82. Pront. 82685, Roland Corbisier. DEOPS/SP. AESP.

³⁶⁰ “Veementes demonstrações anti-integralistas na Faculdade de Direito do Rio”. *Diário da Noite*, São Paulo, 21.10.1936, Doc. 222, Fl. 100. Pront. 1583, Ação Integralista, vol. 2. DEOPS/SP. AESP.

ocorreu durante o discurso do General Manoel Rabello, orador oficial. Alguns integralistas tentaram agredir fisicamente o orador, que prontamente revidou, tendo recebido a proteção de estudantes que formaram um cordão humano. Em seu discurso manifestou sua crença na figura de Benjamin Constant, como referência para se pensar a construção de um país unido e harmônico.

Há uma recorrência de registros de ações contrárias aos integralistas. Em Porto Alegre os embates tomaram rumos nada pacíficos. Em 2 de dezembro de 1936, o Centro de Estudos Políticos e Sociais realizou, no Teatro São Pedro, uma reunião política, e o teor das falas foi antagônico em relação aos integralistas. Cinco palestrantes falaram ao público e, na sequência, começaram os desentendimentos devido aos protestos integralistas pelas críticas apresentadas. Hervídio Hervé retomou a palavra para reafirmar as críticas feitas anteriormente. Por volta das 22h30 foram ouvidos tiros. Mário Mendes Tota, um dos presentes ao evento, foi atingido no antebraço. Após o ocorrido “generalizou-se, então, o conflito, sendo trocados cerca de 20 tiros e travando-se no recinto lutas corporais e coronhaços de revólver”. A polícia agiu e após muito esforço conseguiu conter o conflito que terminou com a prisão de 18 integralistas. O discurso de Hervé foi encerrado sob proteção policial.³⁶¹

4.4 – A imprensa integralista e os debates sobre pedagogia

A escola e o sistema educacional foram objeto de muitos debates e polêmicas durante a Era Vargas. Ideias e projetos sobre o que deveria ser feito para solucionar os problemas da educação no Brasil foram apresentados por representantes de diversos setores da sociedade. A esse debate os integralistas não se furtaram, de tal forma que a revista *Panorama*, desde o seu lançamento, veiculou informações cruciais para a compreensão do mesmo. A educação era considerada tão estratégica para a vitória dos camisas-verdes que o assunto era tratado logo na introdução do periódico.

O diagnóstico quanto ao momento vivido pelo país era extremamente pessimista. A vida nacional encontrava-se em “hora trágica” em que

³⁶¹ “Uma reunião de estudantes em Porto Alegre termina em violento tiroteio”. Diário de São Paulo, São Paulo, 3.12.1936, Doc. 235, Fl. 113. Pront. 1583, Ação Integralista, vol. 2. DEOPS/SP. AESP.

sobressaltava “o acre cheiro de pólvora e de lama”. Contudo, a revista escapava dessas amarras culturais e vinha a público para divulgar o pensamento Integralista, único capaz de apresentar soluções. A preocupação em reproduzir a doutrina para gerações futuras é explícita, assim como a legitimação dos atos do movimento. Nesse sentido, o Integralismo seria o defensor de uma revolução que forjaria uma nova ordem. Esta seria realizada “no plano da inteligência, pela objetivação segura de uma finalidade inspirada em conceitos doutrinários e consoantes as realidades sociais e econômicas dia a dia pesquisadas no cenário nacional”.³⁶²

A ordem era o pressuposto básico para a proliferação dos ideais do movimento, bem como de seu possível crescimento. Assim, a revista *Panorama* pretendia ser “um laboratório de ideias e ao mesmo tempo uma escola de futuros estadistas da Nação Integral”. Era preciso transmitir à juventude uma trajetória: “o estudo consciente, honesto, sincero, dos problemas mundiais e nacionais, segundo um Pensamento, através de um Método, objetivando uma finalidade ampla, luminosa e digna”.³⁶³ Dessa maneira, chegamos ao ponto principal de nossa discussão, ou seja, o que os integralistas entendiam por pedagogia. Agir pedagogicamente era o ato de inserir o outro em uma doutrina fechada através de um método. A questão crucial é que esse processo não comportava críticas, apenas obediência e execução. Em outras palavras era o império do consenso.

Em artigo publicado pela revista *Panorama*, Maria Leticia Ferreira Lima clama pela participação dos professores católicos na implantação de um nacionalismo capaz de construir “uma pátria livre e forte”. A autora traça um diagnóstico negativo da situação na qual se encontrava o Brasil naquele momento: os jovens eram ora indiferentes à religião ora hostis à mesma. A função dos educadores católicos era combater aquele “ambiente desagregador” onde imperava a conspiração “contra a integridade da nação, contra a sua fé, a sua cultura, a sua vida enfim”.³⁶⁴

O papel da escola primária - e de toda a escola de um modo geral – para esta autora é de via dupla, pois pode fornecer “uma grande linha de uma doutrina

³⁶² Apresentação, *Panorama*. São Paulo, ano I, nº 1, janeiro de 1936, p. 1.

³⁶³ *Ibidem*, p. 2.

³⁶⁴ LIMA, M. L. F.. “O nacionalismo na escola primária”. *Panorama*. São Paulo, ano I, nº 2, fevereiro de 1936, p. 39-43.

segura”, mas também pode guiar os educandos “pelos meandros tortuosos de uma filosofia desagregadora e má”.³⁶⁵ Naquele momento, a juventude brasileira estaria vivendo um momento de “fraqueza cívica”, o que a levaria a uma “dissociação da vida nacional”, mantendo-se em “atitude de impassibilidade e dormência” diante das demandas e problemas da época. Essa situação precisava ser rompida e a juventude conduzida a um ambiente dinamizado pelo patriotismo. O papel do professor diante desse esquema era o de implantar desde cedo no aluno “notas de variedade e reflexão ante a realidade da pátria”.³⁶⁶ A autora, portanto, configura a escola como um centro irradiador do patriotismo, força capaz de combater a mesmice e a pasmaceira em que se encontrava aquela juventude.

Na mesma revista, Isaias Alves, membro do Conselho Nacional de Educação, publicou seu artigo “A Disciplina na Escola Alemã”.³⁶⁷ Neste apresenta alguns comentários sobre a questão da autoridade do professor durante a República de Weimar, comparando com a situação que passou a existir com a ascensão do nazismo naquele país. Informa o autor que o governo nazista reestruturou a escola, restituindo ao professor o prestígio que possuía durante a República de Weimar, através de um ato promulgado em 31 de janeiro de 1933. A Alemanha, defende Alves, tardava com tal medida, posto que o governo soviético já houvesse realizado mudanças do gênero em 1932. As alterações ocorridas nos dois países mostrariam a compreensão dos europeus quanto às necessidades específicas dos jovens em seu preparo para a vida. A psicologia deveria ser a guia desse processo em razão de seu potencial para interpretar e explicar “perfeitamente o contraste das tendências cuja luta perturba a personalidade do aluno”. A “grande maioria” destes somente alcançaria o “devido equilíbrio” por meio da orientação intensa de um mestre dotado de sólida autoridade.

Identifica-se no discurso do autor a ressonância do culto à figura do Chefe e o combate ao individualismo típicos do ideário integralista. Na escola alemã a autoridade do professor sobre seu aluno teria sido retomada, pois o novo regime que lá havia se instaurado desejava conseguir uma “educação das crianças na obediência e no respeito a seus maiores”. No período em questão, o Nazismo foi

³⁶⁵ Ibidem, p. 39.

³⁶⁶ Ibidem, p. 41.

³⁶⁷ ALVES, Isaias. “A Disciplina na Escola Alemã”. Panorama. São Paulo, ano I, nº 2, fevereiro de 1936, p. 47-48.

tido como modelo a ser seguido em muitas outras nações, e seus horrores viriam a público somente algum tempo depois. Lembremo-nos de que no regime nazista a obediência ao Führer constituiu um dos pilares no qual se sustentou aquela máquina totalitária de controle. O Führer era o primeiro cidadão, infalível, soberano sobre a comunidade do povo. Seu poder originava-se da força, sendo por ela mantido e renovado. Segundo um estudioso, o Führer era o símbolo da ordem social e política, pois estava acima dela, dominando todos os centros de poder. Na Alemanha, o culto personalista chegou a tais proporções que eram ensinadas às crianças orações do tipo a seguir:

Führer, meu Führer que Deus me deu. Protege e conserva por muito tempo a minha vida. Tu salvaste a Alemanha dos abismos da miséria. É a ti que devo a minha vida. Tu salvaste a Alemanha dos abismos da miséria. É a ti que devo o pão de cada dia. Conserva-te muito tempo junto de mim, não me abandones. Führer, meu Führer, minha fé, minha luz. Salve meu Führer!³⁶⁸

Isaias Alves acredita que, no Brasil, não seria necessário empregar tanta ênfase como na Alemanha. Contudo, tal fato não significa que soubesse das arbitrariedades e exageros do regime nazista. Seria importante, argumenta, que a juventude fosse conduzida a uma concepção altruísta de mundo, levando os jovens a escolher suas profissões baseando-se nas especificidades de cada ser humano, de modo que cada um pudesse se capacitar para exercer um papel dentro do “maquinismo da sociedade”. A doutrina integralista abarcava uma concepção do homem e da sociedade fundamentada num humanismo espiritualista e num ideal harmônico de organização social, cuja inspiração era o ideal medieval de sociedade coesa e estamental.³⁶⁹ Isaias Alves apresenta tal concepção, embora tenha atualizado a metáfora ao falar de maquinismo social. Cada integrante da coletividade deveria viver a sua vida, sempre tendo uma especial preocupação com os interesses coletivos e a eles se dedicando.³⁷⁰

O padre Hélder Câmara também publicou um artigo sobre educação, originalmente discurso proferido numa cerimônia de colação de grau em que foi

³⁶⁸ JÚNIOR, João Ribeiro. *O Que é Nazismo*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 64-65.

³⁶⁹ TRINDADE, Hégio. “Integralismo”, em *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, p. 2810.

³⁷⁰ Essa idéia de uma sociedade medieval dividida em três ordens, comum ao fascismo europeu, já foi refutada pelos medievalistas franceses. Ver DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1994.

paraninfo. Nesse texto³⁷¹, Câmara posiciona a pedagogia integralista diante de outras propostas existentes. O liberalismo, o socialismo, o capitalismo internacional e o judaísmo eram as grandes ideologias consideradas pelo integralismo como os adversários do movimento.³⁷²

Câmara indaga sobre como fazer com que as crianças pobres comparecessem às escolas. Ao liberalismo caberiam críticas devido às suas supostas posições quanto ao tratamento dado aos pobres e a seu método de inclusão das crianças na vida escolar. Segundo o autor, o Estado liberal tomava medidas paliativas e assistencialistas, fornecendo bolsas de estudos e outros expedientes similares, sem atacar o problema em suas raízes. No entendimento de Câmara, porém, tal postura seria ofensiva, na medida em que se assemelhava ao ato de dar esmolas, não sendo esta a necessidade do pobre. Além disso, complementa, “esmola é meio anormal de conquistar a vida. Dá-la a um homem capaz é humilhá-lo necessariamente, é revoltá-lo”. Nessa discussão sobre as desigualdades entre os alunos, Hélder Câmara direciona suas críticas aos partidários da Escola Nova ou “pseudo-renovadores”, conforme os identifica. As palavras de Câmara se tornam mais ríspidas ao sentenciar o caráter ilusório trilhado por aquele grupo de pedagogos:

Quanta ilusão entre educadores sinceros e devotados! Dir-se-ia que eles se alheiam da vida real. Temendo, talvez, invasões da política no terreno sagrado da educação, não percebem que debalde se tentará a modificação de uma ordem estabelecida pela simples mudança da escola, uma das forças, uma só, do meio social trabalhando por influências bem maiores.³⁷³

Se os educadores da Escola Nova eram bem intencionados nos seus propósitos, encontravam-se, porém, equivocados quanto à maneira de realizá-los, defende. Isso porque seriam necessários investimentos que melhorassem a qualidade de vida do proletário com um todo. Por isso, questiona: de que valeria a educação física se o filho do trabalhador estivesse subnutrido ou, ainda, de que valeria a educação intelectual para um operário tratado como “uma máquina sem direito de ser homem”? As educações estéticas e sociais não teriam sentido na

³⁷¹ CÂMARA, Hélder. “Pedagogia Integralista”, Panorama. São Paulo, ano I, nº 3, mar./1936, pp. 26-30.

³⁷² TRINDADE, Hégio. Idem.

³⁷³ Ibidem, p. 27.

vida do trabalhador, uma vez que esta não tinha beleza e nem harmonia onde exercitar os princípios aprendidos em sala de aula. Finalmente, num cenário como esse, a educação religiosa corria o risco de fazer o papel de ópio do povo.

O modelo pedagógico russo, na visão de Câmara, possuía um aspecto exemplar que era a objetividade, mesmo que para finalidade “diabólica”. Mesmo considerando negativa a decisão soviética de subordinar todas as dimensões da vida à economia, destaca a firmeza daquela nação em superar o “meio termo” dos liberais.

Conclui Hélder Câmara que se liberais e socialistas não foram capazes de apresentar medidas concretas para a melhoria das condições de vida da população, os integralistas possuíam as virtudes necessárias para tal. Assim sendo, apenas os educadores partidários do Sigma eram “coerentes e justos”, uma vez que haviam superado “as vacilações criminosas dos mestres burgueses” e, por conta desse feito, construído uma alternativa original e viável para a época. Essa alternativa tinha ainda o mérito de não conduzir a educação para os “excessos dos mestres russos”. Destarte, os educadores integralistas não se tornariam “socialistas intelectuais” e nem “burgueses práticos” em virtude de “conservantismo e timidez”.³⁷⁴

³⁷⁴ Ibidem, p. 28.

Capítulo V. Juventude e limites do controle corporativo: a *Juventude Brasileira* e a *UNE*

A educação foi considerada ponto estratégico para o governo estender o seu ímpeto transformador e/ou controlador à sociedade. Isaias Alves, um dos expoentes do Estado Novo, externou as diretrizes do processo, ao afirmar que “não bastam idéias para construir as nações”. As idéias devem ser disseminadas para se tornarem forças políticas capazes de produzir mudanças. A concepção autoritária e elitista é inegável, pois, nessa linha de raciocínio, para que as mudanças se processassem seriam “necessárias forças morais e espirituais” capazes de aglutinar e coordenar as multidões, funcionando, dessa maneira, como “os guias do pensamento coletivo”. Portanto, o trabalho de disseminação das idéias deveria conduzi-las às “camadas médias da sociedade”, consideradas responsáveis pela reprodução das mesmas. Somente dessa maneira seria possível “esclarecer os rumos da vida humilde dos construtores anônimos da Pátria”, considerados incapazes de gerenciarem tal processo.³⁷⁵

Na década de 1930, devemos recapitular, o sistema liberal recebeu inúmeras críticas em todo o mundo, sendo considerado fraco e incapaz de atender às demandas sociais da época. A crise de consciência desencadeada levou à descrença no regime democrático e na via parlamentar. Durante esses anos houve uma escalada contínua na formação de um pensamento antiliberal e antidemocrático. Para muitos, as massas eram irracionais e primitivas, sendo necessário um rígido controle social realizado por um Estado forte, comandado por um líder carismático.³⁷⁶

No Brasil, não havia grupos de pressão articulados, sobretudo por conta do incipiente sistema educacional aqui existente até meados da década de 1930. Nesse sentido, nem os profissionais do setor, nem os estudantes e tampouco as instituições educacionais possuíam uma pauta reivindicatória minimamente elaborada. Contudo, com a crescente institucionalização do campo educacional,

³⁷⁵ ALVES, Isaias. *Educação e brasilidade: idéias forças do Estado Novo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, p. 5.

³⁷⁶ CAPELATO, M. H. R.. “Estado Novo: novas Histórias” In: FREITAS, M. C. de.. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 119.

acompanhada pela ideologização da vida cotidiana, esse campo se transformou na arena mais importante para o enfrentamento dos grupos ideológicos.³⁷⁷

A criação do Ministério da Educação e Saúde, responsável por uma gama de realizações, provocou substancial e inegável dinamização no setor. A instituição, durante a gestão de Gustavo Capanema (1934–45), compartilhou a liderança na implantação do projeto corporativo no Brasil. Ao mesmo tempo, militantes dos grupos de oposição ao regime Vargas também teceram críticas à situação educacional do país, conforme pudemos acompanhar nos capítulos precedentes. Os embates tomaram dimensões variadas.

O sentido do Estado Novo, na formulação paradoxal de Isaias Alves, cujas teses são compartilhadas por outros dirigentes do regime, era estabelecer a liberdade por meio da “organização moral da disciplina”, instaurando um ambiente sociocultural regido pelo “império da lei” e tomado por uma “atmosfera de confiança e respeito aos direitos e aos interesses econômicos do povo”. O mesmo Alves define a democracia – ainda que o Brasil vivesse em um regime de exceção – como sendo “o regime da lealdade e do dever, da franqueza e da decisão”. Nenhuma das lideranças estranhava o fato de que a democracia também consiste numa prática, implicando no uso de procedimentos democráticos para promoção das mudanças.³⁷⁸

5.1 – Diretrizes para um novo regime político

Francisco Campos foi, juntamente com outros intelectuais, grande ideólogo do modelo de Estado implantado no Brasil no decorrer das décadas de 1930 e 1940. Para ele, o mundo moderno seria o palco da cultura de massas que fomentaria uma mentalidade de massas, na qual a integração entre as pessoas se faria através do uso dos meios de comunicação. Nesse sentido, para a efetiva concretização era imprescindível a construção de um universo “simbólico capaz de arregimentá-las, unificando-as de forma decisiva, de tal forma que esse mundo simbólico se adaptasse às tendências e aos desejos das massas humanas”.³⁷⁹

³⁷⁷ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B. e COSTA, Vanda M. R.. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 51.

³⁷⁸ ALVES, Isaias. *Op. Cit.*, p. 6-7.

³⁷⁹ SCHWARTZMAN, S. et al. *Op. Cit.*, p. 63

O Estado Nacional teria um caráter de extrema popularidade, no sentido de que o chefe encarnaria e realizaria os desejos de seu povo e somente ele poderia cumprir tal papel. A pedagogia ganhou um espaço de destaque nesse projeto político, pois “ao Estado caberia a responsabilidade de tutelar a juventude, modelando seu pensamento, ajustando-a ao novo ambiente político [e, portanto] era indispensável, para que este plano fosse bem sucedido, que houvesse símbolos a serem difundidos e cultuados, mitos a serem exaltados e proclamados, rituais a serem cumpridos”.³⁸⁰ Para aqueles que não se adaptassem às premissas desse novo modelo de Estado restaria a repressão policial.³⁸¹ Desde cedo o pensamento político de Francisco Campos já apresentava elementos autoritários, conforme nos lembra um estudioso de sua obra. Como acadêmico de direito em 1914, defendeu que “o futuro da democracia depende do futuro da autoridade”. Na prática isso implicaria em “reprimir os excessos da democracia pelo desenvolvimento da autoridade”. De modo a garantir tal futuro, seria necessário que “numerosas gerações” continuassem tal projeto.³⁸²

O mundo contemporâneo tem como característica definidora central o acelerado poder de transformação da realidade social, material ou cultural, de tal maneira que os seres humanos, ou melhor, as sociedades não podem controlar o processo, dinâmico e complexo por essência. Diante de um quadro social multifacetado e tomado por intenso e constante processo de renovação, o desnorreamento agônico é a resposta natural do ser humano no plano sensorial. Por conseguinte, o julgamento de que “esse mundo está mudando à nossa vista, e mudando sem nenhuma atenção para com as nossas idéias e os nossos desejos”.³⁸³

Em todas as vezes que o conhecimento acumulado não responde “às questões que [o indivíduo] aprendeu a formular”, ou, por outra, em todas as ocasiões em que “as soluções que lhe foram ensinadas por laboriosa educação” não mais atendem aos anseios dos seres, tem-se uma crise, conquanto Francisco Campos não explicita o conceito. A compreensão que esse autor tem de seu

³⁸⁰ Idem, p. 66

³⁸¹ Ver CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência*. Brasília: UnB, 1993, cap. 1 e 2

³⁸² Apud. CUNHA, Célio da. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1981, p. 99.

³⁸³ CAMPOS, Francisco. “A política e o nosso tempo”. In: CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p. 3.

próprio tempo como uma “época de transição” marcada por um “aspecto trágico” revela-nos a dimensão conservadora de seu pensamento.

A explanação desemboca, ainda que de maneira sutil e refinada, numa defesa do modelo de Estado em construção no Brasil dos anos 1930, cristalizado na virada para os anos 1940, já no período do Estado Novo. Por isso, a educação recebe um fardo tão amplo, pois, na concepção de educação apresentada, foram ampliados não somente as atribuições, mas também o alcance do processo. Temos, portanto, reverberações do totalitarismo, ainda que esvaziado e adaptado para a realidade nacional.³⁸⁴

O temor latente com relação ao novo perpassa toda a sua argumentação. A ausência de solidez, ou melhor, de fixidez na vida social perturba o pensador. A experiência social e cultural de perambular sem um eixo norteador não lhe concede a tranquilidade existencial. Uma vez que a temporalidade alcançou patamares anteriormente inimagináveis, confronta-se com “o caráter problemático de tudo: acelerado o ritmo da mudança, toda situação passa a ser provisória, e a atitude do espírito há de ser uma atitude de permanente adaptação não a situações definidas, mas simplesmente de adaptação à mudança”.³⁸⁵

As primeiras décadas do século XX eram marcadas por uma transição lenta, mas agônica para os homens que vivenciaram a época, uma vez que “os valores consagrados foram postos em dúvida sem que se fizesse a sua substituição por outros valores”.³⁸⁶ A Primeira Guerra Mundial, ou Grande Guerra como era nomeada na época, tem papel essencial nas transformações todas, pois com o seu advento foi possível

libertar forças que até então se vinham mantendo em estado latente graças à crença, embora já vacilante, em certas formas tradicionais, de cultura moral e política, de que o grande conflito acabou por mostrar a tenuidade, para não dizer a ausência de substância ou de medula espiritual.³⁸⁷

³⁸⁴ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: UFRJ/ UFMG, 1997.

³⁸⁵ *Ibidem*, p. 5.

³⁸⁶ *Ibidem*, p. 3.

³⁸⁷ *Ibidem*, p. 11.

Os vinte anos que marcam a convivência com tal processo³⁸⁸ foram acompanhados de novas perspectivas no campo educacional, mesmo porque a função deste segmento assim o exige. À educação compete o importante e delicado papel de “adaptar o homem às novas situações”. Destarte, como desdobramento do papel social estratégico da educação, nenhum outro campo da vida social conseguirá refletir “a inquietação contemporânea”. Qual a raiz de tal inquietação? Essa sensação perturbadora tinha como origem a “grande desarrumação” que o mundo atravessava, marcado por um turbilhão de transformações de natureza diversa, sobretudo aquelas denominadas por ele “espirituais”.

A tragicidade da época reside nesse aspecto, pois

A época de transição é precisamente aquela em que o passado continua a interpretar o presente; em que o presente ainda não encontrou as suas formas espirituais, e as formas espirituais do passado, com que continuamos a vestir a imagem do mundo, se revelam inadequadas, obsoletas ou desconformes, pela rigidez, com um corpo de linhas ainda indefinidas ou cuja substância ainda não fixou os seus polos de condensação. Nós fomos educados pelo passado para um mundo que se supunha continuar a modelar-se pela sua imagem. O nosso sistema de referências continuou a ser o que fora calculado para um mundo de relações definidas ou constantes, mas nós nos vemos confrontados com uma realidade em que as posições não correspondem às fixadas na carta topográfica. O que chamamos de época de transição é exatamente esta época profundamente trágica, em que se torna agudo o conflito entre as formas como fomos educados e de cujo ângulo tomamos a nossa perspectiva sobre o mundo, e as formas inéditas sob as quais os acontecimentos apresentam a sua configuração descontente.

Nesse vácuo existencial somente a educação, após ampla reformulação, poderia apresentar alguma resposta. A nova educação, a que estaria realmente adaptada ao novo enquadramento civilizacional, para usar termo corrente naquela época, deveria condicionar as pessoas a terem “uma atitude funcional do espírito” condizente com as novas realidades. Destarte, uma questão emerge dessa discussão inicial: quais as características essenciais da educação de cada época, de tal modo que se possa compreender a dimensão da transformação em curso? Assim sendo, o autor vaticina que a educação teria de ser alterada de maneira a ser tornar “uma educação para problemas”, sendo que, para tanto, os homens

³⁸⁸ A conferência “A política e o nosso tempo” foi proferida em 28 de setembro de 1935, no Rio de Janeiro, no salão da Escola de Belas Artes.

necessitariam de uma atitude tal “como a da sentinela atenta, [na] noite escura, às sombras e aos rumores”.

No cerne de todo esse problema da transição há uma componente geracional, na medida em que as pessoas já educadas ou em processo de formação receberam ou receberiam um modelo de educação inapropriado, em virtude de seu explícito anacronismo. Conquanto haja total impropriedade da educação vigente perante os desafios do período, tornava-se imperativa a busca por novos métodos. A nova educação, portanto, estaria centrada na construção do futuro, pois o dilema a ser enfrentado era “como tratar satisfatoriamente não problemas definidos, mas simplesmente problemas de que não podemos antecipar os termos ou prever a configuração dos elementos”.³⁸⁹ Nesse sentido, Campos reflete sobre os novos rumos para a educação e sobre as diretrizes às quais ela estaria subordinada. Seria uma “educação individualista ou educação para um mundo de massas, de cooperação ou de configuração coletiva do trabalho, do pensamento ou da ação?”. Independentemente da opção, o autor impõe sua visão de que a educação deveria acompanhar as mudanças estruturais de sua época. Tal perspectiva encerra problemas complexos, sobretudo de ordem política.

A educação seria atrelada aos desígnios do Estado, ou melhor, ao César, o grande guia conhecedor da substância espiritual dos novos tempos, aquele capaz de guiar as massas no novo mundo que então se anunciava. A conjuntura histórica contemporânea era dinamizada pela ação das massas, por essência irracionais, ações essas que se pautavam pela violência, de tal maneira que apenas uma organização política atenta a essa realidade apresentaria uma resposta concreta para os desafios a serem enfrentados.

Juntamente com o impulso desenfreado por mudanças, a irracionalidade compõe aquilo que Campos denomina “as duas notas dominantes ou as tônicas da alma contemporânea”. As massas, tomadas pela irracionalidade, estariam sempre em estado de “fascinação da personalidade carismática”. Por isso mesmo a ditadura seria o regime político mais adequado à sociedade de massas. Se somente a ditadura é capaz de organizar política e civilmente as massas, ou, por outra, uma sociedade de massas, que arquitetura Francisco Campos propõe para

³⁸⁹ Ibidem, p. 4.

o sistema político do país? O seu antiliberalismo militante o conduz para uma proposta explícita de ditadura, tal qual mencionada.

Na sua concepção o César seria o intérprete legítimo do sentimento do povo, em virtude da identificação carismática entre ambos. A missão que o César deveria cumprir era vital, qual seja expressar simbolicamente as aspirações das massas. Este indivíduo especial era procurado por diversas sociedades, notadamente se lembrarmos que a Europa vivia a escalada do Totalitarismo, sobretudo em países como Alemanha, Itália, Portugal, Espanha – modelos benquistos por Campos –, além da Rússia soviética – modelo por ele deplorado. Assim, uma vez encontrado o César, o povo agraciado com tal conquista não teria dúvidas quanto à decisão correta a ser tomada, ou seja, “colocar-lhe nas mãos a tábua em branco dos valores humanos”.³⁹⁰

Nestes novos tempos a cultura, a simbologia, os mitos, os sentimentos dão o tom da política, mesmo porque esta é “solidária das outras formas de cultura”, na acepção do intelectual. Uma tendência de vida coletiva estava em franco processo de cristalização, sobretudo porque as formas de integração política são históricas, ou seja, acompanham as características culturais de sua época, sendo impossível qualquer descompasso. Desta forma, frente a tal integração,

o estado de massa gera a mentalidade de massa, propaga e intensifica as expressões próprias a essa mentalidade. (...) uma integração política, num regime em que se torna possível organizar e mobilizar as massas, só se pode operar mediante forças irracionais, e a sua tradução só é possível na linguagem bergsoniana do mito, - não, porém, de um mito qualquer, mas, precisamente, do mito da violência, que é aquele em que se condensam as mais elementares e poderosas emoções da alma humana.

A democracia, como resultado das transformações descritas, estaria se separando do liberalismo, sobretudo em razão de sua inadaptação à formulação da vontade geral, cuja correta determinação era vital para a solidez do corpo político, bem como da sociedade por extensão. A contribuição liberal à democracia tornara-se anacrônica. Numa época em que predominava a irracionalidade e a ação coletiva como elemento constitutivo do processo político, empreendida pelas massas sob a liderança de um líder carismático, a solução

³⁹⁰ Ibidem, p. 17.

protocolar e jurídica do sistema democrático não encontraria mais ressonância na sociedade. O anacronismo do sistema democrático-liberal era fruto da inércia acoplada ao sistema pelo liberalismo. Este responderia aos desafios com discussões e votações formais, pautadas “em processos racionais de deliberação”, considerando a dialética política como um estado de tensão ideológica, quando, a bem da verdade, no entendimento de Campos, tal dialética é constituída por “um estado dinâmico de forças”.³⁹¹

5.2 – O sistema educacional como Aparelho Ideológico do Estado

O sistema educacional erigido na Era Vargas teve a nítida configuração de um aparelho ideológico de Estado, posto a subordinação do universo pedagógico às diretrizes políticas do regime, tal como elaborada pelos titulares do poder federal. Nesse sentido, o papel estratégico dos aparelhos ideológicos de Estado impõe-se como importante questão a ser pensada. Isso porque a nossa proposta de pesquisa diz respeito a um embate entre projetos distintos para as novas gerações. Questionamos até que ponto as instituições educacionais podem ser caracterizadas como um aparelho ideológico de Estado.

Em sua clássica obra, Althusser afirma ser necessário acrescentar à teoria marxista do Estado um novo componente, ou seja, além do aparelho repressivo, o Estado é composto também por aparelhos ideológicos. Segundo tal concepção, deve-se entender por aparelho repressivo o seguinte conjunto: o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões, entre outros órgãos. Por sua vez, por aparelho ideológico designa-se o conjunto composto pela família, imprensa, rádio, partidos, escolas, igrejas etc.

Encontramos no funcionamento desses aparelhos o fator de distinção. O aparelho ideológico é assim chamado por funcionar, primordialmente, através da ideologia, enquanto o aparelho repressivo tem na violência seu modo de funcionamento. Contudo, Althusser elabora uma ressalva importante: tanto o aparelho repressivo possui uma dimensão ideológica como os aparelhos ideológicos possuem uma dimensão violenta.³⁹² Esta dupla dimensão é

³⁹¹ Ibidem, p. 18.

³⁹² ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 66-70.

necessária para a existência do próprio aparelho. Analisemos o exemplo fornecido pelo autor. Tanto o exército quanto a polícia, embora sejam partes distintas do aparelho repressivo, funcionam também devido à ideologia. Isso se explica, conforme palavras do autor em questão, “tanto para garantir sua própria coesão e reprodução, como para divulgar os valores por ele propostos”.³⁹³

A proposta althusseriana deve ser tomada como subsídio teórico para se pensar o papel do sistema educacional como aparelho estatal capacitado a reproduzir a ideologia dos donos do poder. Além de sugerir preciosas observações para se pensar o papel do sistema educacional, a obra de Althusser também discorre sobre a função da escola, considerada como um dos principais aparelhos ideológicos de Estado. O papel estratégico da escola é derivado de seu contato com crianças de todas as classes sociais desde a mais tenra idade, período no qual Althusser entende que “a criança é mais vulnerável, [pois estaria] espremida entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho Escolar”.³⁹⁴

Nos anos Vargas deu-se muita atenção à questão educacional e, sobretudo com a implantação do Estado Novo, o poder público assumiu uma posição aberta com relação à tomada de posições e à necessidade de reproduzir às gerações futuras a sua visão de mundo. Tal postura não foi adotada com exclusividade pelo governo brasileiro, pois a escola também foi vital para outros regimes políticos antidemocráticos, como o Nazismo e o Fascismo. A militância política de esquerda, por sua vez, sempre considerou a escola como um ponto estratégico para sua agitação. Num período de indefinições e transformações profundas, o Estado postou-se como o guardião da tradição.

Em solenidade comemorativa do centenário de fundação do Colégio Pedro II, realizada em 2 de dezembro de 1937, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, compareceram o Presidente da República e seu Ministro da Educação e Saúde. O discurso de ambos revela-nos mais do que suas representações relativas à educação e ao papel que esta deve cumprir na constituição de um ordenamento social. Revela-nos as diretrizes que o Estado brasileiro, por meio de suas instituições educacionais, adotaria para a implantação do projeto pedagógico, um

³⁹³ *Ibidem*, p. 70.

³⁹⁴ *Ibidem*, p. 79.

dos elementos estratégicos para a consolidação do projeto de poder estadonovista.

Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, externou sua posição quanto à função da educação ao dizer que esta não deve ser neutra, mas sim subordinada ao Estado. Portanto, a educação “deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores”. Nessa concepção a educação deve “reger-se pelo sistema das diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam a base ideológica da Nação, e que, por isto, estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado”.³⁹⁵ Nesse sentido, explicitando sua concepção autoritária de educação, Capanema defende a estruturação de um Código de Educação Nacional, aglutinando uma legislação, cuja essência, no âmbito federal, era a centralização da elaboração das diretrizes orientadoras do setor.

O ensino primário era considerado pelo ministro o segmento chave para o trabalho educacional, ou seja, era “o verdadeiro instrumento de modelação do ser humano”, em razão do caráter estratégico para a transmissão de “todas as espécies de atos e atitudes”. A passividade do educando, durante o estágio inicial da formação do futuro cidadão, é a premissa básica dessa linha de pensamento que era compartilhada pelos integrantes do regime. Essa linha defendida pelo ministro seria a melhor para enfrentar aqueles tempos conturbados ou, segundo seus termos, a “época dura e trágica”.

A preocupação com a Segurança Nacional está subjacente à sua argumentação, defendendo a firmeza na transmissão das concepções filosóficas e ideológicas do novo regime. Assim, Capanema acredita que o indivíduo preparado num modelo educacional desse tipo não encontrará dificuldades para sobreviver no mundo, em razão da firmeza de suas convicções, resultado de sua formação certa e objetiva. Nesse sentido, o educando cumprirá seu papel na construção da nação, seguindo “as linhas de uma ideologia precisa e assentada, e ainda para tomar a posição de defesa contra as agressões de qualquer gênero

³⁹⁵ CAPANEMA, Gustavo. *Panorama da educação nacional: realizações*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937, p. 21.

que tentem corromper essa ideologia ou abalar os fundamentos da estrutura e da vida nacional”.³⁹⁶

Essa concepção, compartilhada por Francisco Campos e Gustavo Capanema, era naturalmente endossada por Getúlio Vargas. Ainda que existam variações quanto ao conservadorismo de cada um desses líderes do Estado Novo, a essência doutrinária e a unidade de ação não foram quebradas. Em linhas gerais, o presidente reafirma os princípios já vistos em análises anteriores, destacando dois: o iminente risco de desagregação da civilização e a importância da educação na preservação desta. A civilização correria risco especialmente pelo excessivo materialismo que dominava a vida social, assim como a desatenção com os valores morais. Um trabalho educacional permitiria ao Estado atuar firmemente “nas inteligências moças, responsáveis pelo futuro da nação”, haja vista ser a “política educacional o mais poderoso instrumento a se utilizar no fortalecimento da nossa estrutura moral e econômica”.³⁹⁷

O processo de implantação do projeto pedagógico estadonovista em Pernambuco, durante a Interventoria de Agamenon Magalhães (1937-1945), teve a finalidade de utilizar o sistema educacional estadual para forjar mentalidades e embutir visões de mundo na juventude. Nesse sentido, Nilo Pereira, titular do Departamento de Educação daquele Estado, marcou posição ao afirmar que “o sucesso do nosso regime depende do sistema de educação imposto e controlado pelo Estado. Fora daí seria perder tempo, palavras e dinheiro”.³⁹⁸

O temor existente naquele momento residiria na extrema facilidade com que a juventude seguiria qualquer ideal político que lhe fosse exposto, característica que os tornava excessivamente suscetíveis ao comunismo. A concepção da juventude como “massa de modelar” era recorrente entre as elites e a intelectualidade da época. Dessa maneira, o Estado Novo veio oficializar uma postura social que considerava necessário modelar a juventude, antes que algum agrupamento lhe transmitisse uma doutrina política indesejada.³⁹⁹

A intenção maior do projeto estadonovista era impor à educação a função estratégica de erradicar as idéias antagônicas ao regime, tornando-o palatável e o

³⁹⁶ Ibidem, p. 22.

³⁹⁷ Ibidem, p. 9.

³⁹⁸ ALMEIDA, Maria das Graças A. A. de. *A construção da verdade autoritária*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP, 2001, p. 37-39.

³⁹⁹ Ibidem, p. 56-62.

mais amplamente aceito pela sociedade. De fato, o regime foi bem sucedido nesse objetivo, pois a ressonância desse projeto atingiu outros setores da sociedade como a imprensa, tanto a secular quanto a religiosa. Dessa forma, a educação era vista pelos atores sociais daquele período como “o instrumento para a regeneração do Estado. Nela residia a possibilidade e o controle da elite dominante e da massa dominada, grupos apontados como os responsáveis pela paz e coesão social”.⁴⁰⁰ Essa postura representava a essência mais genuína da política do Estado Novo no que se refere à educação da juventude.

Em São Paulo a educação recebeu o mesmo direcionamento. O professor Humberto Alfredo Pucca, Diretor do Instituto de Ciências e Letras, foi alvo de um inquérito realizado em 1937 por inspetores federais do sistema educacional, posteriormente encaminhado para a Polícia Política. Denunciado em 12 de agosto por suposta pregação de idéias comunistas, ápice da subversão para os padrões vigentes, ele e todos os demais professores e funcionários do Instituto ficaram sob suspeição e, por essa razão, foram alvo das investigações. A acusação, pilar da investigação, imputava ao professor e à escola a prática e apologia do comunismo. Um indivíduo chamado Antonio Carvalho Queiroz denunciou, também por carta, o caso a Octávio Martins, identificado como Chefe da Divisão de Ensino Secundário, alegando que

Como pai de dois filhos, como cidadão paulista, venho perante V.S., declarar que no Instituto de Ciências e Letras, onde infelizmente estão meus filhos presos até o fim do corrente ano, há uma verdadeira escola comunista, onde o falso amor, traição à pátria é pregada pelo próprio diretor Sr. Alfredo Pucca, que como educador estraga o caráter dos meninos inculcando idéias perversas à educação de família.⁴⁰¹

A Congregação de Professores e Auxiliares de Ensino do Instituto de Ciências e Letras se reuniu no dia 22 para discutir o teor das denúncias e deliberar sobre uma posição oficial da instituição, sendo o evento acompanhado pelo Inspetor Federal de Ensino José Ataliba Leonel. A resolução final foi a de franquear total apoio ao Diretor Alfredo Pucca, assim como rechaçar terminantemente as acusações. O professor Oswaldo de Souza Martins defendeu

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 38.

⁴⁰¹ Carta manuscrita de Antonio C. Queiroz para Octávio Martins, Chefe da Divisão de Ensino Secundário. São Paulo, 12/8/1937. Pront. 605, Humberto Alfredo Pucca. DEOPS/SP. AESP.

a instituição, afirmando ser a mesma “casa de educação onde florescem os mandamentos da Justiça, da Verdade, do amor à Pátria e às instituições constitucionais [...]”, além de ser a mesma “eminente nacionalista pelos atos e pelo espírito”.⁴⁰²

Uma carta contendo a posição oficial da congregação foi enviada à chefia da Divisão do Ensino Secundário, refutando as acusações que pairavam contra a instituição e seus profissionais, sobretudo sobre seu diretor. Alfredo Pucca é descrito como uma pessoa “à altura da responsabilidade do cargo que exerce, como formador que é do caráter da mocidade que aqui ilustra o seu espírito, qualidades essas que podem se recomendar e apresentar como exemplares”. Nem a instituição, nem o seu diretor eram adeptos de idéias ou práticas terroristas, ou seja, do comunismo. Pucca, além das qualidades já levantadas, também seria “republicano de convicção, cumpridor constante de todos os seus direitos cívicos”, mas jamais seguidor de “idéias, princípios ou programas de extremismos”. As acusações, portanto, seriam totalmente infundadas e maculavam a trajetória ilibada da instituição.⁴⁰³

O controle ideológico revelou-se intenso, uma vez que os inspetores federais ouviram alunos, funcionários e pais de alunos sobre a idoneidade do investigado e da instituição. O Inspetor Federal de Ensino Luiz Carlos de Borba reportou aos seus superiores um relatório favorável aos acusados, alegando não ter identificado nos professores do colégio nenhum sinal de idéias subversivas. Os três alunos interrogados defenderam a dignidade dos professores, assim como os três pais de alunos ouvidos sustentaram a idoneidade do diretor Pucca.⁴⁰⁴

O relatório positivo não implicou no término das investigações, pois, no dia seguinte à redação do mesmo, os trabalhos tiveram continuidade. Nesse sentido, explica que os alunos ouvidos eram todos da primeira e da quinta série do primário, sendo-lhes questionado “se alguma vez, dentro deste estabelecimento

⁴⁰² Ata de reunião da Congregação de Professores e Auxiliares de Ensino do Instituto de Ciências e Letras. São Paulo, 22/8/1937. Pront. 605, Humberto Alfredo Pucca. DEOPS/SP, AESP.

⁴⁰³ Carta da Congregação de Professores e Auxiliares de Ensino para Dr. Octávio Martins, responsável pelo expediente da Divisão do Ensino Secundário. Instituto de Ciências e Letras, São Paulo, 22/8/1937, Doc. 26, Fls. 28-30. Pront. 605, Alfredo Pucca. DEOPS/SP, AESP.

⁴⁰⁴ Relatório de Luiz Carlos de Borba, inspetor federal para Octávio Martins, responsável pelo expediente da Divisão de Ensino Secundário. Departamento Nacional de Educação, São Paulo, 24/8/1937. Pront. 605, Alfredo Pucca. DEOPS/SP, AESP.

de ensino, foram, pelo Diretor, Professores ou funcionários ou alunos, expedidas idéias políticas, quer de caráter democrático, quer de tendências extremistas”.⁴⁰⁵

No decorrer das investigações, outra carta contendo denúncias aos investigados chegou à Chefia da Divisão de Ensino em meados de setembro. As acusações desta vez eram infinitamente brandas se comparadas às anteriores: o diretor do colégio teria permitido o ingresso de um aluno na terceira série ginásial sem que o mesmo tivesse cursado as séries anteriores. O autor invocava os mais altos sentimentos e virtudes cívicas para efetuar aquela denúncia. Dizia estar “imensamente incomodado, mas por ser de grande interesse para V. Excia. e a bem da moral do ensino secundário no Brasil é que o faço”.⁴⁰⁶ Após realização de novas investigações, novamente os acusados foram inocentados das acusações, conforme nos revela o relatório da técnica de educação encarregada do caso, concordando com a lisura da instituição e de seu diretor.⁴⁰⁷ Encerrado o caso, ao menos no aparelho educacional, os autos do processo contra Alfredo Pucca foram enviados para Egas Botelho, Superintendente da Ordem Política e Social.⁴⁰⁸

A vigilância e a preocupação com a “pureza ideológica” do sistema educacional tinham como motivação garantir a perpetuação do mesmo como aparelho ideológico do Estado. Isso porque o calendário de comemorações cívicas do Estado Novo reservava um espaço especial para as novas gerações e, por tal razão, as celebrações de cunho nacionalista, realizadas desde o início do regime, demandavam a colaboração estrita das instituições de ensino. Nesse sentido, já em 1937, uma Parada da Juventude foi realizada em Belo Horizonte, como parte das comemorações do Dia da Bandeira. As novas gerações não poderiam estar ausentes do processo de construção do sentimento de nacionalidade, sobretudo por serem a garantia do futuro da nação, tal como imaginada pelos planejadores sociais, além de ser uma crença compartilhada por representantes das mais variadas tendências políticas.

⁴⁰⁵ Termo de Declarações de Edith Cardoso, Dario Mori Romani, Felynto Elycio Nobre Mattosinho, Nair Spina, Irineu Thomaz e José Guarnieri para José Ataliba Leonel, inspector federal. Divisão do Ensino Secundário, São Paulo, 25/8/1937, Doc. 24, Fl. 27. Pront. 605, Alfredo Pucca. DEOPS/SP, AESP.

⁴⁰⁶ Carta manuscrita de Rubens P. dos Santos para Euclides Roxo, Chefe da Divisão do Ensino Secundário. São Paulo, 17/8/1937. Pront. 605, Alfredo Pucca. DEOPS/SP, AESP.

⁴⁰⁷ Relatório de Virginia C. de Lacerda, técnica de educação, para despacho. Divisão de Ensino Secundário, São Paulo, 24/9/1937. Pront. 605, Alfredo Pucca. DEOPS/SP, AESP.

⁴⁰⁸ Ofício de José de Brito Viana, Inspetor Federal. Departamento Nacional da Educação, São Paulo, 8/11/1937. Pront. 605, Alfredo Pucca. DEOPS/SP, AESP.

A convocatória publicada na imprensa exacerba o tom nacionalista das comemorações, além de sutilmente revelar a intenção do governo de contribuir para a construção do homem novo, digno representante do regime político que se iniciava e símbolo máximo da modernidade da Nação. Assim, o evento promoveria uma “empolgante” parada “nos moldes das que se verificam nos centros civilizados do mundo”, realizando “uma brilhante demonstração da raça”. Os educandários e clubes esportivos da capital participariam de “um deslumbrante desfile” no qual “a mocidade” foi representada pelo que havia “de mais selecionado”.⁴⁰⁹

5.3 – A Juventude Brasileira: formação e impasses

Em 11 de março de 1940 o Diário Oficial publicava o Decreto-Lei nº 2072, dispondo “sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude”, além de estabelecer a criação da Juventude Brasileira, instituição criada para ministrar, dentro ou fora da escola, tais modalidades de ensino. O objetivo maior da organização, conforme diretrizes expressas no artigo nº 5, era “contribuir para que cada brasileiro possa, realizando superiormente o próprio destino, bem cumprir os seus deveres para com a pátria”.

O movimento cívico foi idealizado por Francisco Campos para ser uma organização de caráter paramilitar, baseado no modelo fascista, nomeada Organização Nacional da Juventude (ONJ). Contudo, o projeto final ganhou configuração amplamente diversa da inicialmente traçada. Em janeiro de 1938 chegou às mãos do presidente da República a primeira versão do projeto, que lhe foi entregue por Francisco Campos, Ministro da Justiça, por ocasião de uma reunião entre ambos, da qual também participou Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde.⁴¹⁰ Até 1940, quando de sua promulgação, a Juventude Brasileira sofreria muitas alterações, fruto das intervenções de Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde e Alzira Vargas, primeira dama.

⁴⁰⁹ “Parada da juventude” e “Como será comemorado nesta capital o ‘Dia da Bandeira’”. Estado de Minas, 17/11/1937. Apud. DUTRA, Eliana. O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 192.

⁴¹⁰ VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano, 1995, vol. II, p. 103.

A tônica geral das críticas apresentadas contra o projeto filofascista de Francisco Campos era a exagerada militarização da organização, assim como as influências estrangeiras no modelo sugerido (Alemanha, Itália e Portugal). Na sua versão final, a Juventude Brasileira seria responsável por inculcar consciência patriótica nas crianças e nos jovens, de modo a fazê-los ver o Brasil como uma “entidade sagrada”. Os homens receberiam educação pré-militar e as mulheres, educação doméstica, pois eram responsáveis pela “consagração do lar”, no modelo em vigor naquela sociedade.

Um projeto de decreto-lei datado de março de 1938 traz as características básicas da nova organização. Os objetivos básicos seriam a assistência e a educação dos jovens, a serem realizadas por meio dos seguintes expedientes: a criação de períodos de trabalho anual nos campos e nas oficinas, para combater os riscos de exposição à vadiagem; a promoção da disciplina moral e do adestramento físico, preparando o jovem para o trabalho produtivo e ético, além de desenvolver o patriotismo; a necessidade de inculcar nos jovens a disciplina militar, considerada como elemento essencial à manutenção da ordem social.

A forma corporativa do futuro empreendimento político aparece melhor delineada no projeto de regulamento administrativo da organização, apresentado em outubro. Este documento estabelecia a incorporação e subordinação imediata das instituições de educação cívica, moral ou física existentes no país que atuassem junto à juventude, incluindo neste rol o escoteirismo e as entidades de proteção à infância. Além da ampliação do quadro de afiliados pela incorporação compulsória das instituições já existentes, trata-se da construção de uma rede centralizada que permitiria ao Estado brasileiro disseminar sua visão de mundo e valores cívicos pela sociedade.⁴¹¹

A incorporação de entidades já existentes foi sugestão do Ministro da Guerra, cujas contribuições foram transmitidas a Francisco Campos, formulador original, pelo Presidente da República, em reunião realizada em meados de agosto.⁴¹² Eurico G. Dutra considerou importante a intervenção de “cunho político-pedagógico” a ser realizada em nome da Segurança Nacional. No entanto, não concordou com a feição paramilitar da Organização Nacional da Juventude por

⁴¹¹ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B. e COSTA, Vanda M. R.. *Op. Cit.*, p. 123-134.

⁴¹² VARGAS, Getúlio. *Op. Cit.*, p. 151-152.

duas razões. A primeira referia-se à inspiração estrangeira, o que conferia características desvinculadas da realidade brasileira, uma vez que o país não tinha solucionado o problema do analfabetismo e não sofria ameaças de conflitos bélicos, a exemplo de Alemanha, Itália e Portugal, nações adotadas como modelos. A segunda razão consistia na complexidade da organização, de elevado custo monetário. Nesse sentido, seria mais prático, eficiente e barato, argumenta Dutra, incorporar como células da ONJ as instituições e a rede escolar já existente. Em fase posterior seriam recrutados os jovens fora das instituições.⁴¹³

Acatando as sugestões de seu Ministro da Guerra, o Presidente transferiu o projeto da Organização Nacional da Juventude para a pasta da Educação e Saúde em meados de novembro.⁴¹⁴ No parecer preparado por Gustavo Capanema condensando suas proposições, explicitamente pautadas no modelo português de agremiação, a primeira oposição diz respeito ao novo nome para a organização: Juventude Brasileira. O ministro considerou a Organização Nacional da Juventude excessivamente vinculada ao militarismo, além de não expressar o ideal nacionalista. Ao invés de instrutores, a nova entidade deveria ter pessoas com preparo pedagógico, assim como deveriam ser reduzidos os objetivos, concentrados na educação física e educação moral e cívica.⁴¹⁵

Alzira Vargas também forneceu contribuições para a elaboração do formato final da Juventude Brasileira. Partiram da Primeira-dama as críticas mais ásperas, pois classificou o projeto de Francisco Campos como “obra de importação clandestina, traduzida das organizações europeias sem a competente adaptação ao meio nacional”. As principais discordâncias apontadas alinham-se ao pensamento de Eurico G. Dutra e de Gustavo Capanema, a saber: a estrutura administrativa era exagerada; seu secretário-geral concentrava muitos poderes; o catolicismo era instituído como obrigatório para os jovens; e a pasta da educação deveria supervisionar a estruturação da nova entidade.⁴¹⁶

A transferência do projeto da pasta da Justiça para a da educação seria, concordam os autores de *Tempos de Capanema*, um indicador dos limites de aceitação do autoritarismo por parte dos líderes do Estado Novo. Que o

⁴¹³ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B. e COSTA, Vanda M. R.. *Op. Cit.*, p. 142-143.

⁴¹⁴ VARGAS, Getúlio. *Op. Cit.*, p. 173.

⁴¹⁵ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B. e COSTA, Vanda M. R.. *Op. Cit.*, p. 147.

⁴¹⁶ *Ibidem*, p. 144-145

Presidente da República não confiava plenamente em seu Ministro da Justiça parece não haver dúvidas, sobretudo se lembrarmos que, logo no início do Estado Novo, o governo federal fechou a Ação Integralista Brasileira, assim como todos os demais partidos, grupos ou movimentos de conotação política, mesmo depois de uma série de entendimentos realizados entre Francisco Campos e Plínio Salgado, para que este apoiasse a promulgação do novo regime, apoio pelo qual poderia ser retribuído com um ministério, talvez o da educação. Entretanto, mesmo profundamente remodelada, a Juventude Brasileira permaneceu com feições autoritárias, sobretudo em sua prática.

O autoritarismo vai além do uso da violência física – instrumentalizada pela polícia e/ou exército. Sobretudo, implica na centralização das decisões no poder executivo, elemento presente em toda a existência do regime. O totalitarismo, esse sim, foi repellido. O significado da alteração de rota na arquitetura da Juventude Brasileira indica apenas que o governo federal encontrou as feições que buscava para seu autoritarismo em moldes nacionais. No plano imediato, cortou qualquer possibilidade do Integralismo ganhar espaço no governo ou como força política. Ao passar à pasta da Educação, a nova entidade perdeu seu caráter paramilitar e adquiriu uma roupagem nacionalista, garantindo, dessa maneira, uma nova entidade para a construção da brasilidade, pilar ideológico do regime, permanecendo, contudo, autoritária na essência. Se, tal como afirmam aqueles autores, o governo Vargas optou pela desmobilização, a inserção da entidade no “folclore do civismo, a grande retórica nacional” foi a consecução de uma linha já adotada desde a Revolução de 30, qual seja a de evitar as aglomerações, sobretudo as politizadas, em protestos de rua, salvo quando previamente aprovadas pelo governo, por meio de sua Polícia Política, ou, ainda, quando os eventos fossem realizados pelo próprio regime e em seu proveito.

O aparente desvio de rota materializado no projeto da Organização Nacional da Juventude foi retificado com a formação da Juventude Brasileira. O corporativismo e a política foram opções mais viáveis para o governo, malgrado a manutenção das feições autoritárias do regime.⁴¹⁷ Não é que não fossem

⁴¹⁷ *Ibidem*, p. 151-156. CUNHA, Célio da. *Op. Cit.*, p. 149-150. Paulo Sérgio Pinheiro constatou a preocupação do governo Vargas em desmobilizar os demais grupos políticos desde a sua chegada ao poder por meio da Revolução de 30. Cf. PINHEIRO, Paulo S.. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

autoritários ou que tivessem pudores com relação ao autoritarismo, mas não era necessário repetir os mesmos equívocos dos regimes europeus e criar variadas organizações ou aparelhos burocráticos simultâneos e concorrentes. À Polícia Política caberia a repressão – realizada com afinco e eficácia –, portanto a outros setores e aparelhos do governo restariam funções diferentes. No caso da Juventude Brasileira, caberia a ela instrumentalizar o “folclore cívico” perante o seu público-alvo, colaborando, dessa maneira, para a cristalização da imagem do governo como o grande pai da nação e do bem-estar dos seus filhos.

A Juventude Brasileira foi criada em março de 1940, mas a incorporação das entidades e organizações juvenis à sua estrutura ocorreu somente em junho, nos moldes estabelecidos no debate entre altos dirigentes do governo. Ainda assim, a incorporação seguiu modelo diferente, resultado de interações entre o Ministério da Educação com entidades do setor. Nesse sentido, em 2 de junho, doze dias antes da promulgação do decreto-lei que cuidava da questão, a Federação Brasileira dos Escoteiros do Mar estabeleceu contato oficial com o Ministério da Educação a fim de apresentar suas propostas⁴¹⁸ para o projeto corporativo que o órgão público formatava para o setor. O texto assinado por Benjamin Sodré, presidente da entidade, que era filiada à União dos Escoteiros do Brasil, contém uma argumentação direta e sem evasivas. Defende o papel estratégico do escotismo para a educação nacional, bem como sua relevância para a solidez do projeto em análise. Destarte, a intenção imediata era que o ministro Capanema adiasse o decreto sobre a criação da Juventude Brasileira, ao menos até que as autoridades tivessem suficiente conhecimento sobre a importância do escotismo para a educação nacional. Portanto, almejava a conquista de algum espaço de articulação, com vistas a emplacar idéias de interesse de sua entidade.

Entre as sugestões para o projeto, a principal era a de que a Juventude Brasileira adotasse não apenas a organização, mas também os métodos e os programas dos escoteiros como base formadora da instituição juvenil do governo federal. Nesse sentido, argumenta que no que concerne a assuntos relacionados à educação nacional, seria improvável a criação de qualquer outra instituição

⁴¹⁸ Informação de Benjamin Sodré, presidente da Federação Brasileira dos Escoteiros do Mar, a Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, 2 de junho de 1939. GCg 38.08.09. CPDOC/FGV.

capaz de substituir o Escotismo, de tal sorte os seus métodos e os seus programas atendem à psicologia das diferentes idades, da infância à juventude, e tão profícuos são os resultados, comprovados numa experiência de trinta e um anos de constante observação, em todos os países do mundo.⁴¹⁹

A arquitetura proposta é relativamente simples. A direção da instituição caberia a um Grande Conselho, tal como no projeto governamental original, composto pelo Presidente da República e pelos ministros da Educação, da Marinha e da Guerra. A essa estrutura sugere serem acrescentados três departamentos subordinados: Escoteiros do Mar, Escoteiros de Terra e Bandeirantes (feminino). Cada um desses ramos teria outras três subdivisões fundamentadas no critério etário.

O conservadorismo está presente na separação de papéis entre homens e mulheres, tradição preservada, pois, ao completar o ciclo na instituição, os homens receberiam uma caderneta de reservista, enquanto às mulheres caberia o distintivo de enfermeira. A igualdade entre os sexos estava fora de cogitação. A tabela seguinte, reprodução do original, sintetiza a evolução etária dos membros em seus respectivos ramos:

Ramo	7 a 11 anos	11 a 17 anos	Mais de 17 anos
Terra	Infante	Escoteiro	Pioneiro
Mar	Lobinho do mar	Escoteiro do mar	Pioneiro do mar
Feminino	Fada	Bandeirante	Guia

A formação de uma elite dirigente é descrita como imprescindível, pois a instituição não se desenvolveria sem a atuação de um corpo de profissionais exclusivamente dedicados a ela, que poderiam ser selecionados entre o corpo de militares ou de professores. Os chefes poderiam contar com a atuação de voluntários – dedicados “ao movimento como a um sacerdócio” – ou profissionais – recebendo auxílio pecuniário por dedicar oito horas de trabalho à instituição.

A referida federação de escotismo alinha seus objetivos aos do governo federal, defendendo que somente a ação centralizada do Estado seria capaz de

⁴¹⁹ Ibidem.

desenvolver um projeto de tal envergadura e ousadia. Entrementes, aproveita o ensejo para defender a permissão para que os grupos e associações de escotismo já existentes continuem a atuar no país. A postura da federação é importante por revelar um componente da dinâmica política, qual seja a tentativa de sobrevivência das entidades, mesmo que para isso tivessem que ser absorvidas por algum setor estatal. O apoio dado ao projeto do governo não necessariamente significou concordância plena com a linha de ação e o conteúdo dos mesmos. Os atores sociais, individuais ou coletivos, adotaram estratégias variadas para sobreviver no período de autoritarismo explícito e, se possível, até se beneficiar dele.

O Decreto-Lei 2.310 foi promulgado em 14 de junho de 1940, mas na prática não promovia grandes alterações no cenário. Trata-se de um texto curto que poderia indicar, numa leitura apressada, uma derrota do governo federal, que estaria, nesse sentido, lançando uma medida aparentemente simbólica. Ao mesmo tempo em que incorporava a União dos Escoteiros do Brasil e, naturalmente, todas as entidades a ela associadas, permitia que a mesma continuasse a manter a sua própria organização, “nos termos dos seus estatutos”. Tratava-se de uma estratégia, pois, além da concessão do governo em acatar a configuração pleiteada pelas entidades do setor, conforme foi visto anteriormente, o objetivo maior foi alcançado, ou seja, o Estado lançava suas teias sobre mais uma área da sociedade, impondo uma regulamentação, de tal modo que os estatutos da União dos Escoteiros do Brasil deveriam ser aprovados pelo Presidente da República.

A Juventude Brasileira servia ao governo federal como uma extensa rede de propagação de sua doutrina política e especialmente dos valores cívicos do Estado brasileiro e de contenção das tendências contrárias. Assim, o civismo foi instrumentalizado em benefício do governo Vargas em diversas ocasiões, como, por exemplo, nas Semanas da Pátria de 1940 e 1942 ou no 1º de maio de 1943. Nas Semanas da Pátria, o Ministério da Educação e Saúde realizou uma homenagem ao Presidente da República, na qual tomaram parte diversos colégios e faculdades. No 1º de maio, por sua vez, o Ministério enviou instruções padronizadas para as instituições escolares transmitirem a visão de mundo oficial

para seus estudantes ou, dito de outra forma, encaminhou as ordens para o processo de doutrinação.

A Semana da Pátria de 1940 foi repleta de eventos cívicos. No dia 4 de setembro foi realizada a formatura geral da primeira turma da Juventude Brasileira, contando com 31.466 jovens de ambos os sexos entre 11 e 18 anos de idade, segundo dados oficiais. No dia 7, por sua vez, realizaram-se variados eventos para a comemoração do Dia da Independência: a) uma parada militar, na Praça Deodoro; b) lançamento da pedra fundamental do monumento ao Barão do Rio Branco, na Esplanada do Castelo, c) Sarau de gala no Teatro Municipal. A principal atividade do dia foi uma grande concentração orfeônica no Estádio do Vasco da Gama, promovida pelo Ministério da Educação, na qual o Presidente da República proferiu um discurso.⁴²⁰ Em 1942, seguindo a tradição e a linha política, outros eventos cívicos foram realizados. A marcha cívica foi liderada pelo Prof^o Leitão da Costa, usando sua farda de tenente-coronel do Exército, à frente do pelotão da Reitoria. A ala feminina seguia logo atrás, composta por representantes da Escola de Enfermagem Ana Nery, a Cruz Vermelha e as Samaritanas da Secretaria de Saúde e Assistência da Prefeitura. Várias outras instituições participaram, a saber: a Escola Nacional de Belas Artes, a Faculdade Nacional de Direito, a Escola Nacional de Engenharia, a Faculdade Nacional de Filosofia, a Faculdade Nacional de Medicina, a Escola Nacional de Música, a Faculdade Nacional de Odontologia, a Escola Nacional de Química e a Escola Profissional de Enfermeiros do Serviço Nacional de Doenças Mentais. Ao chegar à frente do palanque presidencial, cumprindo rigidamente os ritos do civismo, representavam o V da vitória.⁴²¹

Gustavo Capanema enviou mensagem aos dirigentes das instituições contendo as diretrizes para os festejos e demais eventos comemorativos a serem realizados no Dia do Trabalho de 1943. O tom adotado pelo ministro era de magnitude, além de se postar como o formulador da verdade. Talvez nenhum outro mecanismo revele com tamanha nitidez a conversão do sistema educacional em aparelho ideológico de Estado. O culto ao trabalho, obviamente dada a motivação da mensagem, ganha menção especial. A missão dos

⁴²⁰ Ofício de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, para Getúlio Vargas, Presidente da República, 2 de setembro de 1940. GCf 36.01.11. CPDOC/FGV.

⁴²¹ CUNHA, Célio da. *Op. Cit.*, p. 150.

profissionais da educação era a de fazer com que as comunidades escolares compreendessem a importância da “grande data” e também “o problema nacional e humano do trabalho”.⁴²²

Citando textualmente um discurso do presidente Vargas, Capanema aborda outro tópico de suas diretrizes, qual seja o do valor social do trabalho, renegando o enquadramento liberal para o problema. Sendo assim, as unidades escolares e seus profissionais deveriam destacar essas informações para a comunidade escolar em suas atividades comemorativas. Para tanto, deveria ser demonstrado “antes do mais, que é preciso crer no trabalho, que cada um deve estar convencido que o trabalho tudo pode e alcança”. Recomendava, nesse sentido, a circulação, entre os membros da comunidade, dessa sua fala, parafraseada do livro *Oração aos moços*, obra de Rui Barbosa.

O legado do cristianismo é invocado nas recomendações. Os estudantes primários e secundários deveriam compreender que o trabalho é um valor supremo da civilização, não importando se trabalho braçal ou intelectual, ou seja, todo trabalhador encontrava-se em condição de igualdade social, sobretudo em se tratando de “uma sociedade cristã e democrática”, conforme entendia ser o Brasil.⁴²³ Nesse sentido, a educação ministrada pelas instituições estatais deveria,

tanto pela execução dos programas de trabalhos manuais, como pela realização de frequentes e metódicas atividades extracurriculares de ordem prática, [conduzir] os alunos a adquirir o gosto e o hábito de trabalhos produtivos, que demand[assem], além da aplicação sistemática da vontade e da inteligência, uma execução artística ou técnica.

Uma mensagem que se poderia imaginar administrativa, até de propaganda institucional das realizações do governo, sendo, aliás, este o tratamento dado ao seu texto pelo próprio Capanema, converte-se numa nota política por excelência. Destacada a importância das comemorações e do valor social do trabalho, a argumentação do ministro descamba em propaganda do regime quanto às realizações no campo da relação capital-trabalho, buscando,

⁴²² Mensagem do Ministro da Educação aos dirigentes da Juventude Brasileira nas escolas primárias e nos estabelecimentos de ensino de grau secundário, 30 de abril de 1943. CGpi Capanema, G. 1943.04.30. CPDOC/FGV.

⁴²³ O artigo 136 da Constituição de 1937 estabelece: “O trabalho é um dever social. O trabalho intelectual, técnico e manual tem direito à proteção e solicitude especiais do Estado. A todos é garantido o direito de subsistir mediante o seu trabalho honesto e este, como meio de subsistência do indivíduo, constitui um bem que é dever do Estado proteger, assegurando-lhe condições favoráveis e meios de defesa”.

sutilmente, justificar as ações do Estado Novo, calcando as explicações na necessidade histórica.

A obra de justiça social do governo foi realizada por meio da legislação trabalhista, aparato jurídico que também promoveu a construção nacional, sobretudo por causa de sua função pacificadora. O ministro defende a necessidade histórica dos empreendimentos realizados pelo Estado Novo, pois, segundo suas palavras

passada a grande, a universal tormenta que encheu o mundo de ódios e ilusões –, não viverá apenas de declarações de princípios e de pugnas de homens e partidos, mas sobretudo do impulso da vontade, do anseio do coração dos homens, dos homens realmente livres, porque devotados ao trabalho e capazes de trabalhar.

Ao harmonizar a relação capital-trabalho o governo garantiu a Segurança Nacional do país, pois minou um dos roteiros pelos quais o comunismo cresceria. Invocando novamente palavras do presidente, Capanema exorciza a luta de classes e engrandece a suposta democracia em vigor no país, construída pelas ações lideradas por Getúlio Vargas.

5.4 – A UNE e as tentativas de controle do mundo universitário

No projeto político-pedagógico do Estado Novo a universidade teria a missão de formar a elite intelectual do país. Essa diretriz básica impulsionava o projeto da Juventude Universitária, cuja função seria a de prestar assistência à comunidade estudantil em nível universitário. Além disso, essa organização teria, no âmbito universitário, as mesmas funções estratégicas que a Juventude Brasileira tinha na escola básica, ou seja, aproximar o governo dos estudantes, possibilitando o direcionamento das atividades.

No entendimento do governo federal, a educação e o preparo desses jovens para o futuro dar-se-iam por meio de ação voltada à formação da futura elite política e intelectual, esteio para a prosperidade da nação. Nesse sentido, seria necessário “estimular, amparar e tutelar a sua organização”, através de mecanismos a serem criados para tal finalidade, de maneira que “a assistência que se quer lhe prestar seja benéfica e eficiente” e, sobretudo, que a mesma

“corresponda aos seus interesses e tenha como sentido identificá-la com toda a nação”.⁴²⁴

Dada a relevância no plano da reprodução social, esse segmento da sociedade requer toda a atenção da parte do poder público como um todo, pois é visto como “a camada social em formação que amanhã irá constituir a parte responsável da sociedade, ocupando seja uma função administrativa ou política, seja uma função na produção em geral”. O objetivo primordial do projeto é organizar a vida extraescolar do jovem conforme as possibilidades do governo, ou seja, controlar a ação e o trabalho cultural das instituições já existentes.

O Ministério da Educação e Saúde não pretendia, conforme destaca no projeto, “idealizar organizações esquemáticas”, numa alusão direta ao modelo do fascismo italiano, tal como visto em capítulo precedente, porque estas possuíam “muita beleza de forma” e criavam a expectativa de grandes realizações, mas sem nenhuma concretização. Por isso, o projeto do ministério era aparentemente modesto nas ambições para conseguir resultados mais eficazes, sobretudo por ter sido elaborado após minuciosa pesquisa sobre a realidade organizacional dos jovens no Brasil, pesquisa que convenceu os burocratas federais de que a criação de organização ou entidade nova seria imprópria, por conta da potencial incapacidade de atrair os universitários, além dos elevados custos de tal empreendimento. Concluíram, dessa forma, que se tratava de investimento de alto risco e improvável retorno.

A pesquisa orientou a arquitetura do novo projeto e avaliou informações obtidas através de observação direta de eventos ou pela análise de documentação escrita, por meio das quais foi possível estudar os objetivos das organizações e entidades, as formas de atuação, a composição social, as publicações produzidas, além dos eventos organizados. A varredura realizada foi ampla e sua concretização só foi possível em razão do exame das variadas fontes mencionadas, tais como

discursos, relatórios, colhidos e obtidos nas reuniões, assembleias e congressos estudantis; o conhecimento direto das organizações estudantis existentes no país, subdivididas em vários gêneros – políticas, culturais, esportivas, femininas e de assistência; o conhecimento por meio de relações que mantemos, há vários anos, como diretor de

⁴²⁴ “Organização da Juventude Universitária”, S/ data. GCg 38.04.18. CPDOC/FGV.

organizações estudantis, de inúmeras entidades estrangeiras, americanas e europeias.⁴²⁵

Em termos práticos o projeto da Juventude Universitária implicou na tentativa de influenciar a trajetória política e administrativa da União Nacional dos Estudantes. Ante as diretrizes expostas de não criar novas “organizações esquemáticas”, em razão da inoperância das mesmas, segundo consenso da burocracia federal, restava a estratégia de influenciar as que já existiam. A União Nacional dos Estudantes, fundada em 11 de agosto de 1937, virou alvo desse intento, como bem demonstra o primeiro artigo do Decreto-Lei 4.105, datado de 11 de fevereiro de 1942, reconhecendo-a como a “entidade coordenadora e representativa dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior de todo o país”. O historiador Alberto Saldanha, estudioso do tema, ressalta um aspecto importante: a UNE recebeu reconhecimento formal do governo brasileiro desde a sua fundação, uma vez que sua existência estava em conformidade com o Estatuto das Universidades Brasileiras.⁴²⁶

O 1º Conselho Nacional dos Estudantes, realizado na Casa do Estudante do Brasil, contou com a participação do Ministro da Educação e Saúde, responsável pela instalação solene dos trabalhos em 11 de agosto de 1937. O evento que marcou a fundação da UNE já estava sob estrita supervisão do governo federal, que conseguiu outra conquista importante: os estudantes aprovaram uma proposta, de autoria do DCE mineiro, proibindo a discussão de temas políticos. A proximidade com o poder foi crescente. Posteriormente, no 2º Congresso Nacional de Estudantes, o presidente Getúlio Vargas foi aclamado Presidente de Honra do conclave e os interventores estaduais foram agraciados com o título de componentes da Comissão de Honra, enquanto que os Ministros de Estado e os Reitores das Universidades receberam o título de membros honorários. Para compor o quadro de parceria, a sessão de encerramento deste evento foi presidida por Gustavo Capanema que salientou dois pontos importantíssimos para os estudantes: a) suas propostas seriam analisadas e consideradas na reforma educacional que se realizaria no Brasil; b) a autonomia dos estudantes seria garantida. Mas, coube ao presidente o desfecho desse jogo

⁴²⁵ Ibidem.

⁴²⁶ SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: EDUFAL, 2005, p. 19.

político. Ao término do congresso, os estudantes foram recebidos em uma audiência na qual o presidente explicitou a simpatia com relação às propostas culturais e econômicas elaboradas pela UNE.⁴²⁷

Ao buscar espaço na política corporativa, pleiteando a primazia no ensino superior, a UNE também se expôs aos ímpetus controladores do governo federal. Os expedientes adotados para a consecução desse objetivo foram muitos: sucessivas doações de verbas; concessão de infraestrutura; patrocínio de eventos diversos, tais como congressos, reuniões, entre outros; delegação de funções a serem realizadas em nome do Estado e, por último, mas não menos importante, a negociação direta entre o Ministério da Educação e Saúde e representantes da UNE, pilar da política corporativa.

Acompanhemos um caso de concessão de verbas do governo federal para a entidade estudantil, uma das estratégias mais corriqueiras. Em fins de agosto de 1940 o ministério da Educação e Saúde aprovou um auxílio para a União Nacional dos Estudantes no valor de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis), visando à liquidação de despesas provenientes do IV Congresso Nacional dos Estudantes, que contou com a participação de delegados oriundos de 136 associações estudantis de todo o país. A UNE não poderia saldar tais despesas apenas com recursos próprios. Além disso, o próprio ministério ofereceu um almoço para os congressistas no Automóvel Clube do Brasil, prática simbólica para demonstrar a boa receptividade do evento perante o governo federal.

Quais as razões para que o ministério da Educação e Saúde tenha oferecido tal apoio? Tratava-se, verdadeiramente, de uma estratégia de controle, sutil e cordial, uma vez que as benesses tiveram um custo. Eventos desse tipo, ressaltava o ministro, “aproximam e articulam a mocidade” de todas as partes do país, promovendo “o espírito de fraternidade e o sentimento brasileiro dos estudantes”. Essas características é que tornavam o congresso importante para o governo, justificando seu “apoio e simpatia”, materializado no monitoramento dos trabalhos, inclusive recebendo um relatório elaborado pela própria entidade estudantil.⁴²⁸

⁴²⁷ Ibidem, p. 20.

⁴²⁸ Exposição de motivos de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde para Getúlio Vargas, Presidente da República, 26 de agosto de 1940. GCf 36.01.11. CPDOC/FGV.

A Polícia Política parece não ter compreendido a natureza das relações entre a UNE e o Ministério da Educação e Saúde, pois, num relatório anual sobre a entidade estudantil⁴²⁹, o delegado destacou com preocupação a boa receptividade concedida pela pasta de Gustavo Capanema, na qual os estudantes teriam conseguido “influência extraordinária”. A UNE foi caracterizada como “uma entidade de classe” potencialmente perigosa, sobretudo pela amplitude de sua ação, uma vez que alcançava projeção nacional, assim como por sua dinâmica política interna, pois era composta por “variadas tendências políticas e ideológicas dos acadêmicos de nossas escolas superiores”. Na perspectiva policial essa pluralidade ideológica era contrária aos interesses nacionais.

A manutenção da unidade ideológica da população era um dos pilares dos “interesses nacionais”, tal como demonstra a pregação de Vargas e Capanema pela adoção de uma tábua de valores por parte do governo para ser propagada por meio do sistema educacional. Assim sendo, o perigo da UNE decorre de seu potencial de romper em definitivo com esse modelo. A pluralidade ideológica facilitava a proliferação de “ideologias demagógicas e desagregadoras” no meio estudantil, sobretudo arriscando converter “o ambiente de trabalho e de estudos da classe estudantil num verdadeiro centro de lutas políticas estéreis”.⁴³⁰

O temor do delegado da Polícia Política teria se processado? No seu entendimento sim, ao menos para o ano de 1943, cujos acontecimentos eram objeto de análise de seu relatório. As investigações teriam constatado dois problemas principais. Por um lado, a gestão da UNE teria sido atrapalhada por desentendimentos internos, nos quais “as ambições de mando” sufocaram os desejos da coletividade. Por outro lado, os interesses políticos contrários ao Governo foram hegemônicos, ao menos a partir do 2º trimestre. O dirigente da Polícia Política via os jovens como portadores de “tendências naturais” para a introjeção de idéias defendidas por outros. Seriam, dessa maneira, seres acrílicos, incapazes de processar informações com base em critérios próprios, receptores passivos de comandos externos.

A UNE se organizou para unir a sociedade brasileira para o combate das ideologias nazi-fascistas. Hélio de Almeida, presidente da entidade, divulgou pela

⁴²⁹ Relatório anual de Seraphim Braga, Chefe da Seção de Segurança Especial para Delegado Especial. DESPS/Polícia Civil, RJ, 31/12/1943. Série Relatórios, Fundo DESPS, APERJ.

⁴³⁰ *Ibidem*.

imprensa que só poderiam participar das campanhas as pessoas realmente comprometidas com a causa, ou seja, “aqueles que, por seus pensamentos e ações, deixassem patenteadas de forma clara e insofismável a pureza de seus sentimentos e a repulsa incondicional ao nazi-nipo-fascismo e suas corruptas e dissolventes teorias”.

O governo federal contou com a colaboração dos estudantes no esforço de guerra do país, de tal forma que o presidente Getúlio Vargas recebeu representantes da UNE para uma reunião no dia 13 de janeiro, garantindo apoio na realização de projetos da entidade.⁴³¹ A colaboração estreita com o poder federal também havia se processado em março de 1940, ocasião na qual a UNE, também em consonância com a posição do governo federal, posicionara-se pela neutralidade do Brasil na Segunda Guerra Mundial.⁴³² Posteriormente o Ministério da Fazenda convidou os estudantes para participarem do estudo e desenvolvimento da campanha nacional de arrecadação de fundos para a guerra. Nesse sentido, para realizar os objetivos em questão, a UNE montou uma comissão própria para empreender os devidos estudos e planejamento. Nos últimos dias de janeiro a “Campanha Universitária Pró-Bônus de Guerra” estava nas ruas, conseguindo repercussão positiva junto à opinião pública, distribuindo boletins e outros materiais que incentivavam a população a apoiar o governo federal e, principalmente, a comprar bônus de guerra. Em fevereiro, dando prosseguimento às ações, os estudantes realizaram a “Campanha Pró-Banco de Sangue”, visando à ampliação dos estoques de plasma sanguíneo a serem usados em campos de batalha, ocasião em que distribuíram milhares de cartazes nas principais ruas da cidade. Ainda no mesmo campo de atuação, a Rádio do Ministério da Educação inaugurou o programa “Hora Universitária Brasileira”, no qual foram ouvidos “vários embaixadores das nações amigas”.⁴³³

Entretanto, em abril de 1943, as relações entre o governo federal e o movimento estudantil sofreram reveses importantes, resultando inclusive na saída de Hélio de Almeida da presidência da UNE. O Ministério da Educação e Saúde autorizou a instalação da Juventude Brasileira no Clube Germânia, sede da UNE,,

⁴³¹ Ibidem.

⁴³² SALDANHA, Alberto. *Op. Cit.*, p. 22.

⁴³³ Relatório anual de Seraphim Braga, Chefe da Seção de Segurança Especial para Delegado Especial. DESPS/Polícia Civil, RJ, 31/12/1943. Série Relatórios, Fundo DESPS, APERJ; POERNER, Arthur José. *Op. Cit.*, p. 168.

concedendo à entidade a direção administrativa do estabelecimento. Isso após o ministro ter empenhado sua palavra a Almeida – e este ter reproduzido a informação aos demais estudantes – de que tal mudança não ocorreria, dando a entender que aceitaria o argumento de que o edifício não comportaria outra entidade, por carência de espaço físico. A decisão ministerial significava, em termos práticos, o despejo não apenas da UNE, mas também do Diretório Central dos Estudantes, da Confederação Brasileira de Desportos, da Federação Atlética de Estudantes, além de impedir a instalação da União Metropolitana de Estudantes, nascida no 5º Conselho Nacional dos Estudantes.

Segundo Poerner, em razão das manifestações estudantis provenientes de várias partes do país, Gustavo Capanema retrocedeu parcialmente de sua decisão, comunicando aos estudantes a disposição de revogar a portaria, desde que Hélio de Almeida não reassumisse a presidência da UNE. O próprio Almeida teria instado os colegas a aceitarem o acordo. Tarnier Teixeira assumiu interinamente a presidência da UNE, e Capanema “revogou, parcialmente, a portaria, retirando da sucursal estudantil da ditadura a administração do prédio da Praia do Flamengo”. Nesse sentido, o embate de Almeida e dos demais estudantes não “salvava o Brasil da Juventude Brasileira”, como quer Poerner, mas sim a própria UNE. Novo atrito envolveu as duas instituições: a Juventude Brasileira impediu a UNE de participar, ainda que sob convite de Capanema, de solenidade na Escola Nacional de Música. Poerner confessa a exata dimensão da ação da UNE, ao afirmar que o episódio “tornou impossível o prosseguimento da convivência e da coabitação”.

A crise envolveu a sobrevivência institucional da UNE, com uma sede estabelecida e um mínimo de autonomia administrativa. Seria uma “vitória da rebeldia da UNE” como quer o autor de *O Poder Jovem?* Nem tanto, pois no mesmo mês, foi publicado um livro intitulado *Quinta Coluna e Integralismo*, lançado na Semana Anti-Fascista do Povo Brasileiro. A primeira página do livro registrava uma citação do presidente Getúlio Vargas denunciando o perigo do integralismo para o Brasil, cujo ápice teria sido a tentativa de golpe de 1938. Pode-se argumentar que o livro provavelmente já estaria no prelo ao estourar a crise em questão, mas outros acontecimentos abalaram esta autoimagem de

rebeldia forjada para a UNE.⁴³⁴ Entretanto, não podemos esquecer que a vigilância da Polícia Política foi intensa, constituindo-se num risco que os estudantes deviam considerar.

O monitoramento de atividades culturais, aparentemente inofensivas, ao menos no que concerne às articulações políticas, dimensiona com alguma exatidão o valor do apoio e da simpatia do governo federal. Em 13 de fevereiro de 1944, a Secretaria de Intercâmbio Social da UNE realizou um “chá dançante” que contou com a presença de vários universitários, inclusive alunos da Escola de Guerra, ocasião na qual foi sorteado um bônus de guerra de cem cruzeiros. Movimentações relativas à distribuição do poder na entidade também chamaram a atenção do agente policial, que reportou aos seus superiores a nomeação, pelo Conselho de Representantes da UNE, da estudante Ester Porciúncula (Escola de Enfermagem Ana Néri) para ocupar o cargo de Segundo Tesoureiro.

A presença do governo federal foi novamente sentida pela UNE, por ocasião do Congresso da Juventude, realizado em Montevideú, no Uruguai, em fevereiro de 1944, visando à discussão de temas concernentes à conjuntura histórica do momento, tais como a união dos países americanos e naturalmente as possibilidades e maneiras de se intensificar o intercâmbio entre os mesmos. O evento contou com a participação de uma comissão de representantes da UNE. Segundo informações obtidas pela Polícia Política, a comitiva deixou o país no dia 14 retornando dez dias depois, composta por Genival dos Santos (identificado como presidente da UNE)⁴³⁵, Leandro Tocantins (secretário do periódico *O Movimento*), José Ribamar Machado (estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil e representante da União Metropolitana dos Estudantes e da Liga de Defesa Nacional, além de redator-chefe d’*O Movimento*) e Valdir Duarte (ex-presidente da UNE). A unidade do movimento estudantil não seria perfeita, pois as viagens teriam sido alvo de críticas, segundo as quais a entidade deveria concentrar os seus esforços e recursos em problemas específicos dos

⁴³⁴ POERNER, Arthur José. *Op. Cit.*, p. 170; SALDANHA, Alberto. *Op. Cit.*, p. 22.

⁴³⁵ O site da UNE (www.une.org.br), no link “História”, registra o nome de Hélio Mota como presidente da entidade para o biênio 1943-44. Acesso em: 10/01/2008.

estudantes no Brasil, uma vez que essas viagens não traziam nenhuma contribuição para a realidade nacional.⁴³⁶

A linha de atuação da UNE, como se sabe, extrapolava os problemas especificamente estudantis, possuindo ação intensa no âmbito da política e, por consequência, interação constante com os donos do poder. Essa amplitude é que permite aos estudiosos de sua história adotar a fundação como marco divisório da atuação do movimento estudantil.⁴³⁷ A participação da UNE no Congresso da Juventude fornece dois episódios elucidativos quanto ao escopo de sua atuação. O primeiro evento fundamenta a proximidade com o Ministério da Educação e Saúde, pois, segundo apuração realizada pela Polícia Política, Gustavo Capanema recebeu o presidente da UNE, no dia seguinte ao retorno deste ao Brasil, para ser informado sobre os desdobramentos do referido congresso. O segundo revela a representatividade internacional da entidade, pois, no retorno ao Brasil, o estudante Genival dos Santos viajou à Argentina e conversou com universitários, professores, jornalistas e pessoas do povo, constatando que “as impressões que todos têm do Brasil são absolutamente errôneas e alarmistas”. O estudante percebeu também que as pessoas falavam de suposta concentração de tropas brasileiras na fronteira entre Brasil e Argentina, para atacar aquele país em parceria com os Estados Unidos. Genival teria contado a seus colegas na UNE que a ausência de ação da embaixada brasileira naquele país lhe causou estranhamento.⁴³⁸

A UNE voltou a se envolver na oposição ao governo federal. Os episódios ocorridos em São Paulo, envolvendo o Centro Acadêmico XI de Agosto, indispueram estudantes e governo. De um modo geral, as relações entre São Paulo e a União foram tensas durante toda a governança de Getúlio Vargas. A Revolução de 1930 afastou São Paulo do poder federal, sendo que toda a crise que levou à eclosão da mesma começou com a questão sucessória, em razão da insistência de Washington Luís em indicar um nome paulista para a presidência, rompendo, dessa maneira, a célebre política do café com leite. A Revolução de

⁴³⁶ Relatórios reservados: nº 24 (24/2/1944), nº 36 (14/2/1944), nº 37 (15/2/1944) e nº 42 (24/2/1944). Seção de Segurança Social, Rio de Janeiro/DF. Fundo Polícias Políticas, APERJ.

⁴³⁷ POERNER, Arthur José. *Op. Cit.*

⁴³⁸ Relatório reservado nº 50 (4/3/1944). Seção de Segurança Social, Rio de Janeiro/DF. Fundo Polícias Políticas, APERJ.

1932 fincou definitivamente São Paulo – ou pelo menos setores importantes de sua elite – como a oposição ao poder federal.

A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco foi um centro importante dessa oposição, apesar de seu caráter reativo, crescendo em resposta a alguma hostilidade do governo federal. Dois eventos específicos são descritos para pontuar o processo. Em janeiro de 1939, no período de férias da instituição, as ordens para demissão foram expedidas. Waldemar Ferreira, Vicente Ráo e Antonio de Sampaio Dória foram os opositores selecionados. A demissão desses professores só foi revogada em meados de 1941, após complexas negociações que contaram com a participação do ministro Capanema. O segundo momento de interferência federal na gestão da faculdade ocorreu em meados de 1944, quando Cândido Mota Filho, recém-saído da direção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DEIP) de São Paulo, foi nomeado professor. Os estudantes lideraram uma greve que só foi encerrada após a divulgação de uma carta de Mota Filho declinando da nomeação.⁴³⁹

Em meados de 1943, Miguel Reale retornou à Faculdade de Direito para lecionar Filosofia do Direito. Contudo, não encontrou boa acolhida por parte dos alunos. Estes não perdoaram sua militância na Ação Integralista Brasileira, da qual foi um dos principais dirigentes, tendo publicado muitos livros doutrinários sobre o tema. Na posse de Reale um grupo de estudantes planejava um protesto contra o novo docente, mas um de seus líderes foi detido e levado à Superintendência de Ordem Política e Social. Outro estudante, entretanto, conseguiu ler um manifesto de protesto, concitando os demais universitários a apoiarem a oposição ao professor. O professor tentou se defender, mas foi em vão. Negociações foram abertas, e os estudantes concordaram que no dia seguinte – 21 de julho – a aula seria ministrada.

A Polícia Política paulista conhecia as agitações e os rumores de boicote às aulas de Reale. Um relatório informa que os alunos só entrariam em sala de aula se o professor assinasse um documento renunciando totalmente às idéias integralistas. O policial tranquiliza seus superiores, com a informação de que a

⁴³⁹ DULLES, John W. F.. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945)*. São Paulo: EDUSP/ Nova Fronteira, 1984, p. 110-111, 166, 318-320.

greve estava restrita aos alunos do quinto ano, sendo completamente desconhecida por discentes das demais turmas, avaliação um tanto exagerada.⁴⁴⁰

Os estudantes receberam Miguel Reale na faculdade com um evento simbólico. Fizeram uma pilha de papéis e insígnias integralistas e queimaram tudo. O exorcismo político estava sugerido. Quando o docente entrou em sala de aula, as pressões continuaram: foi recebido com palavras de ordem em prol da democracia. Coube-lhe um gesto de concordância apenas quando afirmou que não pretendia transformar sua cátedra em espaço de política. Quando interpelado pelo estudante Israel Dias Novaes sobre as idéias contidas em *O ABC do Integralismo*, Reale respondeu que estava em 1943 e não pretendia pensar como em meados da década de 1930. Seu pensamento político estaria em fase plenamente democrática.⁴⁴¹

A preocupação da Polícia Política estava relacionada com as críticas lançadas contra o governo por dar guarida a um simpatizante do fascismo no serviço público. Em razão desse entrevero, a Polícia Militar ficou de prontidão na faculdade, pois o objetivo declarado do movimento era conseguir a demissão do professor. A imprensa divulgou o caso, o que começou a preocupar o governo. A movimentação ganhou relevância nacional por ter recebido apoio oficial da UNE, então reunida no VI Congresso Nacional dos Estudantes que se realizava no Rio de Janeiro. A tendência era de ampliação das greves por outras instituições de ensino superior do país, conforme a leitura de dois jornais paulistas, o *Diário da Noite* e o *Diário de S. Paulo*.⁴⁴²

Negociações envolvendo a liderança estudantil da faculdade, referendadas pela UNE e pelo interventor federal major Vieira de Melo, levaram a uma solução para o impasse. O professor respondeu a um questionário com perguntas formuladas pelo estudante Arrobas Martins, recém-chegado da capital federal, onde participara do congresso da UNE, publicado pela imprensa paulista no dia 31 de julho. Após reunião do Centro XI de Agosto, realizada na manhã do dia 2 de agosto, a greve foi oficialmente encerrada. As razões haviam sido externadas em

⁴⁴⁰ Relatório de Carlos Marques, Sub-chefe da Ordem Social para Carlos E. B. Fonseca, Delegado Adjunto à Ordem Social. Superintendência de Segurança Política e Social, São Paulo, 20/7/1943. Pront. 40682, Miguel Reale. DEOPS/SP, AESP.

⁴⁴¹ DULLES, John W. F.. *Op. Cit.*, p. 230-233.

⁴⁴² *Ibidem*, p. 235. Relatório anual de Seraphim Braga, Chefe da Seção de Segurança Especial para Delegado Especial. DESPS/Polícia Civil, RJ, 31/12/1943. Série Relatórios, Fundo DESPS, APERJ.

entrevistas concedidas ao *Diário de S. Paulo* no dia anterior. A interpretação era consensual: a vitória tinha sido da democracia. O estudante Astolfo Monteiro da Silva disse que a população brasileira em geral e os estudantes em particular estavam convencidos da renúncia de Reale ao Integralismo. Mas coube a Germinal Feijó, conhecido por suas relações com intelectuais comunistas, a configuração mais enfática, ao afirmar que se tratava de “uma prestação de contas à nossa geração e ao futuro”.⁴⁴³

O sentido mais amplo do movimento consiste na decadência do projeto do governo Vargas, gerenciado pelo Ministério da Educação e Saúde, de controlar os estudantes universitários. A União Nacional dos Estudantes não era a Juventude Brasileira. A formação política do universitário é, ao menos em tese, bem superior à dos demais estudantes. A movimentação destes mirava em Miguel Reale, mas almejava acertar o presidente Getúlio Vargas. Nesse sentido, o estudante Arrobas Martins declarou que toda a movimentação possibilitava “mais uma oportunidade para vibrar novo golpe contra os fascistas e para colocar em dificuldade o ditador que nomeara o professor Reale para o Conselho Administrativo do Estado”.⁴⁴⁴ Seraphim Braga, Chefe da Seção de Segurança Especial, avaliou que a oposição organizada em São Paulo contra o governo teria ameaçado a solidez do Estado Nacional, pois “os objetivos reais de tal campanha, [...] se resumiam no abalar da estrutura política” do país. No entanto, apesar de não concretizarem totalmente seus objetivos, os estudantes produziram resultados “de natureza meramente administrativa”, traduzidos nas alterações dos quadros do Governo Paulista, pois algumas autoridades foram afastadas de suas funções por conta do envolvimento nos atos políticos.⁴⁴⁵

⁴⁴³ Ibidem, p. 236-238.

⁴⁴⁴ DULLES, John W. F.. *Op. Cit.*, p. 235.

⁴⁴⁵ Relatório anual de Seraphim Braga, Chefe da Seção de Segurança Especial para Delegado Especial. DESPS/Polícia Civil, RJ, 31/12/1943. Série Relatórios, Fundo DESPS, APERJ.

CONCLUSÃO

As primeiras décadas do século XX no Brasil foram marcadas pela crescente participação do poder público na área social. O processo foi complexo, tomado por movimentos de avanço e retrocesso no que concerne à implantação de políticas públicas visando combater os problemas sociais ou, conforme expressão da época, a Questão Social. A atenção direcionada às novas gerações pelos diversos grupos políticos em confronto no decorrer dos anos 1920 a 1940, período abarcado por este trabalho, compõe o quadro de transformações mencionadas. Várias forças disputavam a legitimidade política e naturalmente o próprio poder. O segmento jovem da sociedade funcionava simultaneamente como símbolo da renovação clamada por amplos setores da opinião pública brasileira, assim como público-alvo estratégico para reprodução dos projetos em disputa no cenário político, e, também, como possibilidade de manutenção da ordem estabelecida.

A exacerbação da engenharia social promovida pelos governos totalitários (nazi-fascistas e comunistas), a crença no papel interventor e/ou redentor do Estado, a evolução constante da indústria cultural, além de muitos outros eventos renovaram o caráter estratégico da memória como elemento de construção social. A memória é parte constitutiva das sociedades desde tempos remotos, por ser “um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva”, sendo que sua “busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. Jacques Le Goff foi arguto ao ressaltar a essência da memória coletiva, defendendo que a mesma se converte em *instrumento* e em *objeto de poder*. Controlar a recordação e a tradição é objeto de desejo de muitos. Não se realiza uma revolução sem antes reordenar toda a leitura do passado de uma sociedade e, para isso, é necessário primeiro controlar a memória.⁴⁴⁶ Na tentativa de estruturar legitimidade para suas ações políticas, as forças em confronto atuam na construção da memória social numa perspectiva favorável aos seus projetos e às metas traçadas.

⁴⁴⁶ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 2003, p. 469.

Variados campos políticos disputaram a influência sobre as novas gerações. Malgrado as abissais diferenças de objetivos entre os seus projetos, havia um elo comum: o olhar instrumental lançado sobre a juventude. A formação do Homem Novo, utopia mais ampla⁴⁴⁷, que ultrapassou os estreitos limites temporais e geográficos desta pesquisa, passava obrigatoriamente pela infância e juventude. A época contemporânea, conforme constatou um estudioso, foi dominada pelo mito da infância, quando tal fase é retratada como um período da vida marcado pela espontaneidade e pela naturalidade, qualidades supostamente perdidas na vida adulta, sendo, portanto, “um dos modelos daquele homem novo, mais livre e mais genuíno, não repressivo e não autoritário”, cujo projeto “visa à educação nas sociedades atuais, democráticas e libertárias”.⁴⁴⁸ Essa projeção não tardou a ser estendida às fases etário-culturais posteriores. A abertura para o futuro, elemento constitutivo da contemporaneidade, desembocou na ação governamental e de grupos políticos, com o intuito específico de construir o que entendiam por um futuro melhor para as novas gerações

O grupo político articulado em torno da figura de Getúlio Vargas arquitetou uma identidade antagônica à das oligarquias da Primeira República, realidade política a ser superada em razão do quadro de anomia social gerado pela maneira como as mesmas governavam o país. Desde o início do governo Vargas, a autoimagem construída para seu grupo político era a de ser o único com capacidade de alçar o Brasil à condição de país moderno, superando as mazelas sociais que tanto nos assolavam, através do enfrentamento da temida Questão Social. Entendida num primeiro momento como questão operária, a noção de Questão Social foi posteriormente ampliada, designando o complexo conjunto de problemas sociais que ameaçavam a ordem e a estabilidade, em virtude de fragilizar o tecido social.

A experiência histórica desenvolvida após a posse de Getúlio Vargas na Presidência da República foi marcada pelos avanços na formulação e principalmente na implantação da legislação social, com o fito de equalizar a relação capital-trabalho, ao mesmo tempo em que se constituiu em amplo retrocesso no plano das liberdades individuais, especialmente dos trabalhadores

⁴⁴⁷ FURET François. *O passado de uma ilusão: ensaio sobre a idéia comunista no século XX*. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 12.

⁴⁴⁸ CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 392.

industriais. O suposto liberalismo dos tempos da Aliança Liberal foi rapidamente abandonado, e o escárnio pela democracia foi externado. Além do controle ao movimento sindical e da legislação trabalhista cerceadora da ação do trabalhador, o regime pós-1930 instrumentalizou o sistema educacional em prol de seu projeto político. Destarte, coube à Polícia Política a profilaxia social necessária à construção da ordem, tal como imaginada pelos donos do poder. O governo federal acreditava ser possível controlar o fluxo de idéias...

O corporativismo foi o sistema adotado para controlar a sociedade. A rede escolar, a União Nacional dos Estudantes e a Juventude Brasileira compõem o quadro institucional usado para executar o ímpeto controlador do Estado sobre a juventude, de maneira que, segundo a explicação oficial, as novas gerações fossem formadas com base em sólidos valores morais e sociais. Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, condensou a perspectiva do governo ao sustentar, num evento público, que a educação “deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores”. Nilo Pereira, titular do Departamento de Educação de Pernambuco, foi ainda mais explícito ao externar a opinião de que “o sucesso do nosso regime depende do sistema de educação imposto e controlado pelo Estado. Fora daí seria perder tempo, palavras e dinheiro”. Converter crianças e adolescentes em cidadãos ordeiros e pacíficos seria a missão da rede escolar. Por ordeiro e pacífico deve-se entender obediente, acrítico e apolítico.

As novas gerações também foram consideradas alvo estratégico para a pregação do comunismo. Os militantes desse segmento demonstraram forte empenho na organização e atuação política. Como porta-vozes da revolução internacional redentora, suas discussões, ações e programas iam muito além dos problemas da juventude brasileira. Apesar desse extravasamento, os comunistas estiveram na vanguarda política que consolidou uma pauta de reivindicações específicas para os jovens brasileiros, sobretudo em razão do congresso organizado, ainda que sem atingir todas as metas propostas ou mesmo todas as discussões esperadas. A ação cultural, diluída na militância política, foi entendida como elemento de transformação, etapa obrigatória na construção da sociedade idealizada como livre, redentora dos pobres e miseráveis, na qual os mais novos desfrutariam de liberdade e autonomia com relação aos adultos.

O Integralismo que, ao contrário do comunismo - seu adversário principal - gozou de relativo apoio governamental e, por isso, obteve espaço de atuação perante a opinião pública, também considerava trabalho essencial o cuidado com a formação das novas gerações. A leitura que seu líder fazia da realidade histórica vivida naquele momento é muito reveladora, pois, em sua percepção, a civilização corria sérios riscos de dissolução, sobretudo em razão do desenraizamento do homem moderno, cuja conexão com as tradições fora perdida. Sem esse esteio, restara ao Homem apenas um imenso vazio espiritual e a solidão do individualismo moderno de linhagem liberal. Nesse sentido, resgatar a tríade Deus, Pátria e Família seria o caminho para a atribuição de um novo significado para o mundo moderno, bem como para a reestruturação da civilização em novas bases. A missão das novas gerações era a de reconstrução do mundo em alicerces que usariam os valores da tradição para fornecer estabilidade à modernidade desenfreada que os integralistas vivenciavam e, paralelamente renegavam por temor aos seus resultados.

O Estado Novo abortou definitivamente tanto o projeto comunista quanto o integralista. O corporativismo permitiu a instrumentalização do controle social exercido pelo regime. Na perspectiva conservadora do Ministério da Educação e Saúde, o governo federal deveria se concentrar na formação de uma elite culta e preparada para dirigir o país, de modo a conduzi-lo ao desenvolvimento tão almejado. Dessa maneira, de acordo com a ortodoxia, seria desperdício de tempo e de recursos materiais e humanos o investimento na universalização do ensino de imediato. Formados os líderes, o país passaria então à formação dos liderados. Nessa linha de pensamento, a universidade adquiria papel estratégico, e os seus estudantes tornar-se-iam altamente visados. Estruturar uma nova instituição para os jovens universitários, tal como o fascismo fizera na Itália, foi idéia rapidamente rechaçada por Capanema, após seus burocratas empreenderem, com o auxílio dos diplomatas brasileiros, minuciosa pesquisa sobre a realidade dos jovens em outros países e a ação estatal sobre suas vidas. Dessa forma, o apoio à UNE com a visível intenção de direcionar as suas ações não tardou, na medida em que essa instituição, assim como diversas outras, por exemplo o escotismo, já estavam estruturadas e portavam a legitimidade de representação tão visada pelo ministério.

Nesse sentido, urge retomar a questão levantada pelo historiador Alberto Saldanha, estudioso do tema, sobre o significado da posição de intensa conciliação dos estudantes com o governo federal nos primórdios da UNE. Em seu entendimento haveria um casamento de interesses: os estudantes seguiam uma estratégia para conseguir o reconhecimento, e o governo, por seu turno, estaria lançando um “gesto demagógico” para manipular os estudantes. Como constatou o estudioso, “a centralização da representação de interesses admitida pelo Governo no pós-30 e institucionalizada com o Estado Novo, configura a forma de atuação do movimento estudantil e, em particular, da UNE”. O enfrentamento direto do governo implicaria em pesada repressão policial. Ao mesmo tempo, devemos considerar que muitos desses jovens ficaram extasiados pela sedução do poder estatal.⁴⁴⁹

O ousado sistema de controle social erguido pela ditadura estadonovista começou a ruir a partir do ingresso do Brasil na II Guerra Mundial, lutando no bloco antagônico às ditaduras do eixo Roma-Berlim-Tóquio, em nome da democracia, então ausente na vida política do país. O esvaziamento da Juventude Brasileira foi acelerado em agosto de 1944, ocasião na qual o ministro Gustavo Capanema propôs a extinção do quadro de funcionários da secretaria geral da instituição, seguido da incorporação do efetivo na Divisão de Educação Física, medida concretizada no ano seguinte, em razão da morosidade da burocracia federal. Os jornais *O Correio da Manhã* e *O Jornal* saudaram a resolução do ministério, defendendo a urgente atualização institucional do país aos novos tempos democráticos.⁴⁵⁰

O processo de distensão do regime é complexo e extravasa os limites e objetivos deste estudo. Destarte, por meio de dois exemplos é possível registrar a participação da juventude nessa operação, mesmo que de maneira breve. Um dos muitos eventos que marcaram o esgotamento do modelo político brasileiro se processou em 10 de novembro de 1943, data na qual a diretoria da Associação Comercial de São Paulo, seguindo o protocolo institucional, reuniu-se para a 38ª Reunião Ordinária. Um dos temas abordados, entretanto, rompia com a pauta tradicional: os diretores da entidade deliberaram sobre a repressão da polícia

⁴⁴⁹ SALDANHA, Alberto. *Op. Cit.*, p. 19.

⁴⁵⁰ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B. e COSTA, Vanda M. R.. *Op. Cit.*, p. 150-151.

contra uma manifestação dos estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, realizada no dia anterior.

Os estudantes que participaram da Passeata das Mordaças (ou do Silêncio), denominação pela qual o episódio ficou conhecido, percorreram pontos importantes do centro da cidade de São Paulo em protesto contra a não realização de eleições presidenciais, conforme estava previsto na Constituição de 1937. Em razão da proibição do evento por parte do interventor federal, os cerca de 300 estudantes presentes percorreram o trajeto em silêncio, realizando, dessa maneira, um duplo protesto: contra a ausência de eleições e, também, contra a proibição de suas manifestações. A repressão foi imediata, resultando na morte do estudante Jaime da Silva Telles. Um dos diretores da ACSP presenciou a repressão aos estudantes de direito e considerou a prática inaceitável. A entidade emitiu uma nota de protesto na qual reclamava “contra as violências desnecessárias”, assim como exigia a enérgica apuração dos fatos e punição dos culpados. O ponto de discórdia residia na utilização de expedientes truculentos em um “centro de cultura e de civilização como o de São Paulo”.⁴⁵¹

O consenso corporativista começava a ruir, pois o descontentamento atingira setores poderosos da sociedade. Entretanto, ainda demoraria um pouco para que as liberdades individuais fossem realmente conquistadas. Em janeiro de 1945, a Polícia Política reprimiu um protesto de estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, realizada no bar “Ao Franciscano”. O local onde foram comemorar, após a cerimônia de formatura, era um trivial ponto de encontro de opositores do regime. A banalidade do episódio demonstra a intensidade da atuação do aparelho de repressão. Vários estudantes foram presos sob a acusação de “crime contra o presidente da República”, por um dos participantes ter derrubado a fotografia de Vargas que se encontrava no local. Durante o interrogatório a maioria negou qualquer contribuição para transformação da comemoração em evento político.⁴⁵²

O Estado Novo sucumbiu às pressões democráticas e à falta de apoio das forças armadas. A solução conciliatória alcançada retirou Vargas do poder, mas

⁴⁵¹ Ata da 38ª Reunião Ordinária do Exercício de 1943. São Paulo, 10/11/1943, p. 618. Atas da Diretoria Executiva, Biblioteca da ACSP.

⁴⁵² SANTOS, Viviane Teresinha dos. *Os subversivos das arcadas*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 1999, p. 78.

não tocou em seu legado. Encerrava-se um período importante da história brasileira, no que concerne à disputa pelas novas gerações. A reorganização das forças políticas produziu a recriação dessas disputas em novas bases. Outrossim, importantes transformações haviam se processado. O consenso cultural de “fim dos tempos” demandou um novo papel dos atores políticos e dos governos no gerenciamento da sociedade, sobretudo no plano da sensibilidade coletiva e no da atuação social.

A reconstrução demandaria um amplo reordenamento das bases civilizacionais, o que direcionava às novas gerações um papel estratégico e, por consequência, criava um espaço social antes impensável a todos aqueles que ainda não tinham alcançado a maturidade. A adoção de tal estratégia encontra fundamentação na sociologia clássica, especialmente na sua matriz durkeimiana, que considerava a socialização dos novos a ação central do trabalho pedagógico. Os grupos políticos, compartilhando dessa leitura, entenderam que os novos deveriam receber a ideologia nos anos iniciais de sua vida, quando ainda não haviam completado o ciclo de escolhas para ingresso na vida adulta. O efeito esperado dessa socialização era a naturalização da ideologia recebida, haja vista não possuírem, segundo a ortodoxia seguida, um aparato crítico que lhes permitisse refutar as crenças, idéias ou visão de mundo que lhes eram transmitidas. Advém dessa perspectiva a conhecida ironia de Mário de Andrade de que a sociologia era a arte de salvar o Brasil. Fundamentados nela, muitos atores sociais contemplavam modelos e projetos que consideravam ideais para alçar o país ao primeiro escalão da civilização, mas nenhum deles considerou se tais projetos respeitavam os ideais daqueles que seriam salvos.

FONTES

I – Arquivo Público do Estado de São Paulo

Hemeroteca

- “Menor agredido”. *O Estado de S. Paulo*, 12/10/1927
- “Menor imprudente”. *O Estado de S. Paulo*, 3/2/1929
- “Mocidade Mariana”. *O Estado de S. Paulo*, 16/6/1928.
- “O Congresso da Mocidade Católica”. *O Estado de S. Paulo*, 16/6/1928.
- “O perigo das Armas. Um moço gravemente ferido”. *O Combate*, 10/11/1925
- “Uma jovem mata o indivíduo que a enganou”. *O Combate*, 17/11/1925

Fundo DEOPS

- “1º Congresso Juvenil”. O Estado de São Paulo, São Paulo, 4/6/1935, Doc. 19, Fl. 23. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.
- “1º. Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular de São Paulo”. *Diário da Noite*, São Paulo, 31/1/1935. Doc. 12, Fl. 16. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.
- “1º. Congresso Nacional da Juventude Proletária e Popular”. *Diário da Noite*, São Paulo, 18/1/1935, Doc. 8, Fl. 12. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.
- “1º. Congresso Nacional da Juventude Proletária, Estudantil e Popular de São Paulo”. *A Gazeta*, São Paulo, 25/01/1935, Doc. 10, Fl. 14. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.
- “A Festa Campestre do 1º. Congresso Juvenil de São Paulo”. [recorte de jornal não identificado], Doc. 22, Fl. 33. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.
- “Campanha especial de finanças”. São Paulo, 1936. Doc. 17, Fl. 19. Pront. 1271, Juventude Comunista. DEOPS/SP, AESP.
- “Congresso da Juventude Proletária”. *O Dia*, São Paulo, 31/1/1935. Doc. 13, Fl. 17. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.
- “Congresso Juvenil de São Paulo”. O Estado de São Paulo, São Paulo, 30/6/1935, Doc. 57, Fl. 75. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.

- “Juventude Proletária, Estudantil e Popular”. A Plateia, São Paulo, 31/1/1935. Doc. 14, Fl. 18. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.
- “Movimento do Congresso de Juventude do Brasil”. *Juventude*, nº 2, Rio de Janeiro, 15/5/1935. Pront. 209, vol. 1 – Genny Gleizer. DEOPS/SP. AESP.
- “O 1º. Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular de São Paulo”. Folha da Manhã, São Paulo, 17/5/1935, Doc. 17, Fl. 21. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.
- “O assassinio de um jovem comunista”. [Recorte de jornal não identificado], Fl. 13. Pront. 4295 (vol. 1), Constantino Milano Netto. DEOPS/SP, AESP.
- “Os comerciários paulistas vão realizar uma festa campestre”. Diário de São Paulo, São Paulo, 26/6/1935, Doc. 9, Fl. 11. Pront. 73, Felícia Itkis. DEOPS/SP. AESP.
- “Primeiro Congresso da Juventude Proletária”. *Correio de São Paulo*, 17/1/1935, Doc. 9, Fl. 13. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.
- “Primeiro Congresso Juvenil e os problemas da juventude na sociedade atual”. Diário da Noite, 19/06/1935, Doc. 10, Fl. 11. Pront. 3531, Luiza Marcelina Branco. DEOPS/SP, AESP.
- “Primeiro Congresso Juvenil”. [recorte de jornal não identificado], Doc. 54, Fl. 72. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.
- “Trabalham para a desgraça do Brasil” (cópia). *A Notícia*, 15/4/1940. Pront. 76226, Tobias Warchavski. DEOPS/SP, AESP.
- “Uma reunião de estudantes em Porto Alegre termina em violento tiroteio”. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 3.12.1936, Doc. 235, Fl. 113. Pront. 1583, Ação Integralista, vol. 2. DEOPS/SP. AESP.
- “Veementes demonstrações anti-integralistas na Faculdade de Direito do Rio”. *Diário da Noite*, São Paulo, 21.10.1936, Doc. 222, Fl. 100. Pront. 1583, Ação Integralista, vol. 2. DEOPS/SP. AESP.
- ARRUDA, José Pereira de. “Cantú”. *A Voz dos Alfaiates*, São Paulo, 29/06/1935, p. 3, Doc. 2, Fl. 11. Pront. 3471, União dos Alfaiates e Anexos. DEOPS/SP, AESP.
- Ata da Reunião do Primeiro Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular. São Paulo, 18/1/1935, Doc. 3, Fl. 5. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.
- Ata de reunião da Congregação de Professores e Auxiliares de Ensino do Instituto de Ciências e Letras. São Paulo, 22/8/1937. Pront. 605, Humberto Alfredo Pucca. DEOPS/SP. AESP.

- Atestado. Jewish Colonization Association, Erechim, 25/5/1949. Pront. 73, Felícia Itkis. DEOPS/SP. AESP.
- Auto de acareação e exibição entre Américo Dias e Luiza Marcelina Branco a Ignácio da C. Ferreira, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 5/2/1934, Doc. 8, Fls. 8-9. Pront. 3450, Américo Dias. DEOPS/SP, AESP.
- BATISTA, “Frente Juvenil”. Frente Juvenil, São Paulo, Out./1935, p. 1, Doc. 5, Fl. 9. Pront. 3653, Justiniano Pereira Bispo. DEOPS/SP, AESP.
- Carta da Congregação de Professores e Auxiliares de Ensino para Dr. Octávio Martins, responsável pelo expediente da Divisão do Ensino Secundário. Instituto de Ciências e Letras, São Paulo, 22/8/1937, Doc. 26, Fls. 28-30. Pront. 605, Alfredo Pucca. DEOPS/SP, AESP.
- Carta manuscrita de Antonio C. Queiroz para Octávio Martins, Chefe da Divisão de Ensino Secundário. São Paulo, 12/8/1937. Pront. 605, Humberto Alfredo Pucca. DEOPS/SP. AESP.
- Carta manuscrita de Rubens P. dos Santos para Euclides Roxo, Chefe da Divisão do Ensino Secundário. São Paulo, 17/8/1937. Pront. 605, Alfredo Pucca. DEOPS/SP, AESP.
- Certidão Lavrada em Requerimento de Armando Mari à Delegacia de Ordem Social, expedida por M. Magalhães, escrivão. Superintendência de Ordem Política e Social, SP, 23/9/1936, Fl. 4. Pront. 3684, Armando Mari. DEOPS/SP, AESP.
- Comprovante de contribuição. Subcomissão dos jovens alfaiates pró 1º Congresso Juvenil, São Paulo, doc. 7, fl. 16. Pront. 3471, União dos Alfaiates e Anexos. DEOPS/SP. AESP.
- Comprovante de pagamento de matrícula. União dos Alfaiates e Anexos, São Paulo, 12/1/1935. Pront. 3471, União dos Alfaiates e Anexos. DEOPS/SP. AESP.
- Estatutos reformados da Aliança Autoprotetora de Beneficência dos Lituanos no Brasil. Fl. 12. Pront. 51, Aliança Autoprotetora de Beneficência dos Lituanos no Brasil. DEOPS/SP, AESP.
- Ficha de Qualificação de Bernard Fraund. Delegacia Especial de Segurança Política e Social, São Paulo, 03/10/1939, Doc. 1, Fl. 1. Pront. 3945, Bernard Fraund. DEOPS/SP, AESP.
- Informação sobre Haydeé Nicolussi. Superintendência de Ordem Política e Social. São Paulo, 2/12/1937, Doc. 19, Fl. 66. Pront. 1494, Haydeé Nicolussi. DEOPS/SP, AESP.

- Informe de Álvaro sobre a situação da FJCB na Zona de Santos (Região de SP). São Paulo, 17/3/1936, doc. 8, fl. 20. Pront. 4547, Orlando Silva de Oliveira. DEOPS/SP. AESP.
- Informe Reservado sobre reunião no Clube dos Artistas Modernos de J. de M., reservado para Delegacia de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 29/11/1933, Doc. 5, Fl. 7. Pront. 73, Felícia Itkis. DEOPS/SP. AESP.
- Lista de contribuição. São Paulo, s/ data, doc. 2, fl. 2. Pront. 446, Miguel Bignardi. DEOPS/SP. AESP.
- Manifesto “Aos jovens do Brasil”. Rio de Janeiro, 1935. Doc. 46, Fl. 64. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP, AESP.
- MARTINS, Ivan Pedro de. “Imperialismo e Latifúndio”. *Juventude*, nº 3, Rio de Janeiro, 01/06/1935. Pront. 3471, União dos Alfaiates e Anexos. DEOPS/SP, AESP.
- Memorando de Edgard, comissão de finanças do CR de São Paulo para comissão de finanças do CC da FJCB/RJ. São Paulo, 7/4/1936, doc. 12, fls. 28-30. Pront. 4547, Orlando Silva de Oliveira. DEOPS/SP. AESP.
- MOREIRA, E. “Nossa Bandeira!”. *A Voz dos Alfaiates*, São Paulo, 29/06/1935, p. 3, Doc. 2, Fl. 11. Pront. 3471, União dos Alfaiates e Anexos. DEOPS/SP, AESP.
- Ofício de José de Brito Viana, Inspetor Federal. Departamento Nacional da Educação, São Paulo, 8/11/1937. Pront. 605, Alfredo Pucca. DEOPS/SP, AESP.
- Panfleto “A todos os trabalhadores da Light” (cópia). São Paulo, c. 1947. Pront. 76226, Tobias Warchavski. DEOPS/SP, AESP.
- Panfleto “Contra as provocações de Getúlio, Ráo, Muller e seus comparsas!”. São Paulo, meados de 1936. Doc. 4, Fl. 7. Pront. 4262, Samuel Alexandre Klein. DEOPS/SP, AESP.
- Panfleto “Jovens do Bom Retiro!”. São Paulo, junho de 1935. Doc. 55. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.
- Panfleto “Mocidade de Cachoeira! Pais de Família”. São Paulo, c. 1935. Doc. 193, Fl. 71. Pront. 1583, Ação Integralista, vol. 2. DEOPS/SP. AESP.
- Panfleto “Mocidade do Belém”. São Paulo, junho de 1935. Doc. 4, Fl. 5. Pront. 3416, Juventude Proletária Estudantil. DEOPS/SP. AESP.
- Plano de trabalho. FJCB, São Paulo, 1935, fl. 10. Pront. 3503, Congresso Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.
- Prontuário 1494, Haydeé Nicolussi. DEOPS/SP, AESP.
- Prontuário 2422, Luiza Peçanha Camargo Branco. DEOPS/SP, AESP.
- Prontuário 279, Ivan Pedro de Martins. DEOPS/SP, AESP.

- Prontuário 33237, Bento Luiz de Almeida Prado. DEOPS/SP. AESP.
- Prontuário 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.
- Prontuário 357, Nute Goifman. DEOPS/SP, AESP.
- Prontuário 41385, Lafayette Soares de Paula. DEOPS/SP. AESP.
- Prontuário 83132, Joaquim Magalhães Costa. DEOPS/SP. AESP.
- Prontuário 83135, Carlos Jacyntho de Barros. DEOPS/SP. AESP.
- Relatório de Carlos Marques, Sub-chefe da Ordem Social para Carlos E. B. Fonseca, Delegado Adjunto à Ordem Social. Superintendência de Segurança Política e Social, São Paulo, 20/7/1943. Pront. 40682, Miguel Reale. DEOPS/SP, AESP.
- Relatório de Investigação de Antonio Ghioffi, investigador para Ignácio da Costa Ferreira, delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Política, São Paulo, 8/6/1931, Doc. 4, Fls. 5-6. Pront. 829, Comitê Pró-Liberdade de Consciência. DEOPS/SP, AESP.
- Relatório de Investigação de Fausto Cardoso, inspetor e (nome ilegível) para Pinto de Toledo, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 14/5/1935, Doc. 6, Fls. 10-11. Pront. 3503, Luiza Marcelina Branco. DEOPS/SP. AESP.
- Relatório de Investigação de Fausto Cardoso, inspetor para Pinto de Toledo, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 8/6/1935, Doc. 25, Fl. 36. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.
- Relatório de Investigação de Fausto Cardoso, investigador, para Dr. Pinto de Toledo, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 14/05/1935, Doc. 1, Fls. 1-2. Pront. 3531, Luiza Marcelina Branco. DEOPS/SP, AESP.
- Relatório de investigação de José Gomes, inspetor para Pinto de Toledo, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 25/5/1935, Fl. 4. Pront. 3416, Juventude Proletária, Estudantil. DEOPS/SP. AESP.
- Relatório de Investigação de Souza, inspetor para Pinto de Toledo, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 8/6/1935, Doc. 27, Fl. 34. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.
- Relatório de Investigações de Aprígio do Amaral, inspetor para Pinto de Toledo, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 8/7/1935. Doc. 37, Fl. 52. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.
- Relatório de Lousada Rocha, delegado adido para delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 14/8/1935, Doc. 12, Fls. 12-15. Pront. 209, Genny Gleizer. DEOPS/SP. AESP.

- Relatório de Lousada Rocha, delegado adido para Pinto de Toledo, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 9/7/1935, Doc. 35, Fl. 54. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.
- Relatório de Luiz Carlos de Borba, inspetor federal para Octávio Martins, responsável pelo expediente da Divisão de Ensino Secundário. Departamento Nacional de Educação, São Paulo, 24/8/1937. Pront. 605, Alfredo Pucca. DEOPS/SP, AESP.
- Relatório de Virginia C. de Lacerda, técnica de educação, para despacho. Divisão de Ensino Secundário, São Paulo, 24/9/1937. Pront. 605, Alfredo Pucca. DEOPS/SP, AESP.
- Tam, “Pela memória da Pinto Oliveira esmaguemos o Congresso Integralista!”. Frente Juvenil, São Paulo, outubro/1935, p. 1, Doc. 5, Fl. 9. Pront. 3653, Justiniano Pereira Bispo. DEOPS/SP, AESP.
- Termo de Declarações (cópia) de Arthur Heládio Neves para Eduardo Louzada Rocha, delegado adido. Gabinete de Investigações, São Paulo, 18/7/1935, Fls. 3-4. Pront. 220, Arthur Heládio Neves. DEOPS/SP. AESP.
- Termo de Declarações (cópia) de Miguel Costa Filho para Ignácio da C. Ferreira, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 4/2/1934, Fls. 6-7. Pront. 1940, Miguel Costa Filho. DEOPS/SP. AESP.
- Termo de Declarações de Álvaro Cecchino para Ignácio da C. Ferreira, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 17/12/1934, Doc. 3, Fl. 3. Pront. 1940, Álvaro Cecchino. DEOPS/SP. AESP.
- Termo de Declarações de Armando Mari para João Baptista Pinto de Toledo Júnior, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 14/11/1935, Doc. 3, Fls. 2-3. Pront. 3684, Armando Mari. DEOPS/SP, AESP.
- Termo de declarações de Arthur H. Neves para Eduardo L. Rocha, delegado adido. Gabinete de Investigações, São Paulo, 18/7/1935, fls. 3-4. Pront. 220, Arthur Heládio Neves. DEOPS/SP. AESP.
- Termo de declarações de Duílio Ranieri para Eduardo Lousada Rocha, delegado adido. Gabinete de Investigações, São Paulo, 8/6/1935, Doc. 21, Fls. 30-32. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária. DEOPS/SP. AESP.
- Termo de Declarações de Edith Cardoso, Dario Mori Romani, Felynto Elyσιο Nobre Mattosinho, Nair Spina, Irineu Thomaz e José Guarnieri para José Ataliba Leonel, inspetor federal. Divisão do Ensino Secundário, São Paulo, 25/8/1937, Doc. 24, Fl. 27. Pront. 605, Alfredo Pucca. DEOPS/SP, AESP.

- Termo de declarações de Eduardo Maffei para Venâncio Ayres, delegado. Delegacia de Ordem Política e Social, São Paulo, 11/5/1936, doc. 13, fls. 14-15. Pront. 4269, Eduardo Maffei. DEOPS/SP. AESP.
- Termo de Declarações de Felícia Itkis para Alfredo Pagliuchi, comissário de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 26/10/1933, Doc. 2, Fls. 2-3. Pront. 73, Felícia Itkis. DEOPS/SP. AESP.
- Termo de declarações de Henrique Quevedo para João Baptista P. de Toledo, delegado de Ordem Social. Superintendência de Ordem Social, São Paulo, 13/11/1935, doc. 2, fls. 2-4. Pront. 510, Henrique Quevedo. DEOPS/SP. AESP.
- Termo de Declarações de Hylcar Leite para Geraldo M. C. de Mello, Delegado de Polícia. Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 27 de junho de 1936, Doc. 20, Fls. 36-47. Pront. 3815, Hylcar Leite. DEOPS/SP, AESP.
- Termo de declarações de Ignez Itkis para Ignácio da C. Ferreira, delegado. Gabinete de Investigações, São Paulo, 25/9/1932, doc. 5, fls.15-16. Pront. 2088, Ignez Itkis. DEOPS/SP. AESP.
- Termo de Declarações de Luiza Marcelina Branco para João Pinto de Toledo Júnior, Delegado de Ordem Social. Delegacia de Ordem Política e Social, São Paulo, 6/12/1935, Doc. 7, Fl. 7. Pront. 3531, Luiza Marcelina Branco. DEOPS/SP, AESP.
- Termo de Declarações de Miguel Costa Filho para Ignácio da Costa Ferreira, delegado de Ordem Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 4/2/1934, Doc. 3, Fls. 6-7. Pront. 1940, Miguel Costa Filho. DEOPS/SP. AESP.
- Termo de Declarações de Roland Corbisier para Delegado de Ordem Política. Gabinete de Investigações, São Paulo, 26 de março de 1938, Fl. 82. Pront. 82685, Roland Corbisier. DEOPS/SP. AESP.
- Termo de declarações de Rosa Brickman para Ignácio da Costa Ferreira, delegado de Ordem Política e Social. Gabinete de Investigações, São Paulo, 30/06/1932, Doc. 1, Fl. 1. Pront. 1975, Rosa Brickman. DEOPS/SP, AESP.
- Termo de Declarações de Sylvia Regina L. P. Machado para Ignacio da Costa Ferreira, delegado de Ordem Política e Social. São Paulo, Gabinete de Investigações, 9/3/1932, Doc. 3, Fl. 3. Pront. 1493, Sylvia Regina Lima Pereira Machado. DEOPS/SP, AESP.

II – Centro de Documentação e Memória da Unesp

- Carta manuscrita do Secretário Geral para o Comitê Central Executivo (CCE) da Internacional Juvenil Comunista (doravante IJC). Federação da Juventude Comunista do Brasil, Rio de Janeiro, 2/5/1928.
- Circular sobre o II Plenum do Comitê Central. Federação da Juventude Comunista do Brasil, Rio de Janeiro, 25/10/1929.
- Estatutos. Centro de Jovens Proletários do Brasil, Rio de Janeiro, 1929.
- Informe ao Secretariado da América do Sul e do Caribe da IJC. Federação da Juventude Comunista do Brasil, Rio de Janeiro, 24/3/1933.
- Informe ao Secretariado Sul Americano de Juventude da IJC. Federação da Juventude Comunista do Brasil, Rio de Janeiro, 3/1/1930.
- Informe do Secretário Geral à Executiva da ICJ. Juventude Comunista, Rio de Janeiro, 08/08/1925.
- Plano Nacional de Trabalho. Federação da Juventude Comunista do Brasil, Rio de Janeiro, outubro de 1932.
- Relatório do encarregado do serviço da JC no CCE do PCB. Juventude Comunista, Rio de Janeiro, c. 1926.
- Relatório dos trabalhos do I Congresso. Federação da Juventude Comunista do Brasil, Rio de Janeiro, 26/3/1929.
- Relatório Geral. Federação da Juventude Comunista do Brasil, Rio de Janeiro, outubro ou novembro de 1929.
- Resolução do 2º Pleno do Comitê Central da Federação da Juventude Comunista do Brasil sobre a situação do país e sobre as tarefas da Juventude Comunista do Brasil. Federação da Juventude Comunista do Brasil, Rio de Janeiro, 1929.

III – Biblioteca IFCH – Unicamp (Acervo CIESP/FIESP)

- Circulares de 1929. Circular nº 29, 13/06/1929. CIESP.
- Circulares de 1929. Circular nº 32, 02/04/1929. CIESP.
- Circulares de 1929. Circular nº 35, 13/04/1929. CIESP.
- Circulares de 1929. Circular nº 43, 24/05/1929. CIESP.
- Circulares de 1929. Circular nº 45, 29/05/1929. CIESP.
- Circulares de 1929. Circular nº 47, 04/06/1929. CIESP.
- Circulares de 1929. Circular nº 48, 07/06/1929. CIESP.

- Circulares de 1929. Circular nº 50, 11/06/1929. CIESP.
- Circulares de 1929. Circular nº 53, 14/06/1929. CIESP.
- Circulares de 1929. Circular nº 54, 15/06/1929. CIESP.
- Circulares de 1929. Circular nº 55, 21/06/1929. CIESP.
- Circulares de 1929. Circular nº 56, 09/07/1929. CIESP.

IV – Instituto de Estudos Brasileiros – USP

- “APRESENTAÇÃO”, *Panorama*. São Paulo, ano I, nº 1, jan./1936.
- ALVES, Isaias. “A Disciplina na Escola Alemã”. *Panorama*. São Paulo, ano I, nº 2, fev./1936.
- CÂMARA, Hélder. “Pedagogia Integralista”, *Panorama*. São Paulo, ano I, nº 3, mar./1936.
- LIMA, M. L. F.. “O nacionalismo na escola primária”. *Panorama*. São Paulo, ano I, nº 2, fev./1936.

V – CPDOC/FGV (Arquivo Gustavo Capanema)

- “Organização da Juventude Universitária”, S/ data. GCg 38.04.18. CPDOC/FGV.
- Exposição de motivos de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde para Getúlio Vargas, Presidente da República, 26 de agosto de 1940. GCf 36.01.11. CPDOC/FGV.
- Informação de Benjamin Sodré, presidente da Federação Brasileira dos Escoteiros do Mar, a Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, 2 de junho de 1939. GCg 38.08.09. CPDOC/FGV.
- Mensagem do Ministro da Educação aos dirigentes da Juventude Brasileira nas escolas primárias e nos estabelecimentos de ensino de grau secundário, 30 de abril de 1943. CGpi Capanema, G. 1943.04.30. CPDOC/FGV.
- Ofício de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, para Getúlio Vargas, Presidente da República, 2 de setembro de 1940. GCf 36.01.11. CPDOC/FGV.

VI – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

- Relatório anual de Seraphim Braga, Chefe da Seção de Segurança Especial para Delegado Especial. DESPS/Polícia Civil, RJ, 31/12/1943. Série Relatórios, Fundo DESPS, APERJ.
- Relatório reservado nº 50 (4/3/1944). Seção de Segurança Social, Rio de Janeiro/DF. Fundo Polícias Políticas, APERJ.
- Relatórios reservados nº 24 (24/2/1944), nº 36 (14/2/1944), nº 37 (15/2/1944) e nº 42 (24/2/1944). Seção de Segurança Social, Rio de Janeiro/DF. Fundo Polícias Políticas, APERJ.

OBRAS DAS DÉCADAS DE 1920, 30 E 40.

- ALVES, Isaias. *Educação e brasilidade: idéias forças do Estado Novo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Brasília: UnB, 1981 [1938]. Coleção Pensamento Político Republicano, v. 11, p. 54.
- ARRUDA, João. *Do regime democrático*. São Paulo: Universidade, 1949 [1927], 2ª edição.
- BARBOSA, Rui. “A questão social e política no Brasil”. IN: Idem. *Escritos e discursos seletos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.
- BRAGA, Cincinato. *Problemas brasileiros, magnos problemas econômicos de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948 [1921], 3ª edição. Coleção Documentos brasileiros 59.
- CAMPOS, Francisco. “A política e o nosso tempo”. In: CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- CAPANEMA, Gustavo. *Panorama da educação nacional: realizações*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.
- DÓRIA, Antonio de Sampaio. *A Questão Social*. São Paulo: Monteiro Lobato & C., 1922.
- MELLO, Pedro de. *A questão social brasileira e a sua solução racional*. São Paulo: S. N., 1933.
- SALGADO, Plínio. *Literatura e Política (1927)*. IN: Idem. *Obras Completas*. São Paulo: Américas, 1956, vol. 19.

- VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, vol. I.
- VIANNA, Oliveira. “Nacionalismo e Questão Social”. IN: Idem. *Pequenos Estudos de Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942 [1921]. Coleção Brasileira, vol. 216.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

- Manifesto Integralista. 7/10/1932. Ação Integralista Brasileira. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/novo/?cont=75&tx=0>>. Acesso em: 18/4/2008.
- Quadragésimo Ano (15 de maio de 1931). Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html. Acesso em: 07/05/2006.
- Rerum Novarum (15 de maio de 1891). Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.htm. Acesso em: 07/05/2006.
- União dos Escoteiros do Brasil. Lei e promessa. Disponível em: <http://www.escoteiros.org/Programa/valores/lei_e_promessa.htm>. Acesso em: 30/01/2008.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria das Graças A. A. de. *A construção da verdade autoritária*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2001.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ALVAREZ, Marcos Cesar. *A emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- AMERICANO, Jorge. *São Paulo Naquele Tempo (1895-1915)*. São Paulo: Carrenho Editorial, 2004.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil. Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Autores Associados/ Cortez Editora, 1982.
- ARIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília: UnB, 1992.
- BANDEIRA, Marina. *A Igreja Católica na Virada da Questão Social (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Vozes/ Educam, 2000.
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República (de 1889 a 1930)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986, vol. 2.
- _____. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, 2ª edição revista.
- BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas: memórias (1º volume)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
- BERSTEIN, Serge. “Os Partidos”. IN: RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996.
- BERTONHA, João Fábio. *Sob a sombra de Mussolini. Os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999.
- BHABHA, Homi K.. *Nation and Narration*. Londres, Nova York: Routledge, 1990.
- BLAY, Eva A.. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.
- BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: Os renovadores e a política educacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1992. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/112.pdf>. Acesso em: 2/12/2005.

- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- BRANTL, George. *Catolicismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência*. Brasília: UnB, 1993.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio. IN: CRUZ COSTA, João. *Pequena história da república*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CAPELATO, Maria Helena R.. “Estado Novo: novas Histórias” In: FREITAS, M. C. de.. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____ . *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1976.
- _____ . *A Segunda República (1930-37)*. São Paulo: Difel, 1978.
- _____ . *Classes Sociais e Movimento Operário*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____ . *O PCB*. São Paulo: Difel, 1982, Vol. 2.
- _____ . *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1997.
- CASTEL, Robert. *Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, Eduardo Góes de. *Os “Quebra-santos”: anticlericalismo e repressão pelo DEOPS/SP*. São Paulo: Humanitas/PROIN, 2007. Coleção Inventário DEOPS vol. 14.
- CERRONI, Umberto. *Teoria do Partido Político*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- CHARTIER, Roger. “Texto, Impressão, Leituras”. IN: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CUNHA, Célio da. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1981.
- DECCA, Maria Auxiliadora G.. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Coleção Oficinas da história, vol. 3.
- DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996.

- DOSSE, François. *O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru, SP: Edusc, 2003.
- DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1994.
- DULLES, John W. F.. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945)*. São Paulo: EDUSP/ Nova Fronteira, 1984.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: UFRJ/ UFMG, 1997.
- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro/Brasília: Zahar/UnB, 1980.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo/ Publifolha, 2000, vol. 2.
- FAUSTO, Boris. Estado, Classe trabalhadora e Burguesia industrial (1920-1945): uma revisão. **Novos Estudos**. São Paulo, n. 20, Março/1988. Disponível em: <<http://novosestudios.uol.com.br/acervo/download.asp?idMateria=283>>. Acesso em: 5/1/2007.
- FLORENZANO, Modesto. “Apresentação”. IN: VENTURI, Franco. *Utopia e reforma no Iluminismo*. Bauru, SP: Edusc, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FRANCO, Gustavo H. B.. *O Desafio Brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- GARCIA, N. J.. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.
- GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GOMES, Ângela de Castro. “Ideologia e trabalho no Estado Novo”. IN: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- _____ . *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, 3ª edição.
- _____ . “Empresariado e legislação social na década de 30”. IN: *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Brasília: UNB, 1982.
- _____ . *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- _____ ; FLAKSMAN, Dora Rocha e STOTZ, Eduardo (Orgs.). *Velhos Militantes: Depoimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- GROPPPO, Luis Antonio. *Juventude. Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

- JÚNIOR, João Ribeiro. *O Que é Nazismo*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- KAHN, Túlio “O caso Genny Gleizer - Precursor das Campanhas pelos Direitos Humanos no Brasil”. **Cultura Vozes**, São Paulo, 89 (6): 13-36, nov./dez. 1995.
- LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LEME, Marisa Saenz. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P.. *Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as Associações industriais, a Política Econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 2 volumes.
- LEVINE, Robert M.. *O Regime de Vargas: os anos críticos (1934-38)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LIMA, Marcos Alberto Horta. *Legislação e Trabalho em Controvérsias Historiográficas: o Projeto Político dos Industriais Brasileiros (1919-1930)*. Tese de doutorado em história. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 2005.
- LONDONO, Fernando Torres. “A origem do conceito menor”. IN: DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto/CEDHAL, 1991.
- LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do Mundo Feminino” IN: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. São Paulo: Globo, 1954.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984, 2ª edição.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. A Roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. IN: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez/USF, 1997.
- MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão Revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 1992.
- MARTINS, Ivan Pedro de. *A flecha e o alvo: a Intentona de 1935*. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1994.

- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e poder: um estudo sobre as indústrias de sacaria para o café (São Paulo 1888-1934)*. Brasília: SES/DN, 1994.
- MEDEIROS, Jarbas. Introdução ao estudo do pensamento político autoritário brasileiro – 1914-18/1939-45 – Plínio Salgado. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 1975.
- MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1995.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- MOURA, Esmeralda Blanco B.. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MUNAKATA, Kazumi. *A Legislação Trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MURARO, Valmir Francisco. *Juventude Operária Católica*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- ORTEGA Y GASSET, José. *A rebelião das massas*. eBooksBrasil, 2001. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2291>. Acesso em: 10/11/2008.
- PAIM, Antonio. *História do Liberalismo Brasileiro*. São Paulo: Mandarim, 1998.
- PASTORINI, Alejandra. *A Categoria Questão Social em Debate*. São Paulo: Cortez, 2004. Coleção Questões da Nossa Época, v. 109.
- PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 35, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0141999000100017&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 16/06/2008.
- PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB (1922-1928)*. Lisboa: Prelo, 1976.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão. A Revolução Mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, 2ª edição.
- POERNER, Arthur José. *O Poder Jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

- RANINCHESKI, Sônia. “A Questão Social, o Trabalho e o Estado: visões das elites parlamentares brasileiras”. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, n. 1, 2006.
- RENAN, Ernest. O que é uma nação. **Revista Aulas**, Campinas, nº 1, Ago./Nov. 2006. Tradução: Glaydson José da Silva.
- RIDENTI, Marcelo. “Juventude”. IN: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; MEDEIROS, Sabrina Evangelista e VIANNA, Alexander Martins. *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: Idéias, Instituições e Personagens*. Rio de Janeiro: Tempo/FAPERJ/Mauad, 2000.
- ROSE, R. S.. *Uma das Coisas Esquecidas: Getúlio Vargas e o Controle Social no Brasil (1930-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: EDUFAL, 2005.
- SANTOS, Viviane Teresinha dos. *Os subversivos das arcadas*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 1999.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B. e COSTA, Vanda M. R.. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- SEILER, Daniel-Louis. *Os Partidos Políticos*. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Editora da UnB, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. “Transformações da linguagem e advento da cultura modernista no Brasil”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1992. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/112.pdf>. Acesso em: 14/3/2007.
- _____ . *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Hélio. *1938 Terrorismo em Campo Verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Unesp, 1999.
- SODRÉ, Nelson W.. *Contribuição à História do PCB*. São Paulo: Global, 1984.
- SOIHET, Rachel. “História das Mulheres” IN: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- STOPPINO, Mário “Ideologia”. IN: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1994, v. 1.
- SUPPE, Frederick.”A busca por uma compreensão filosófica de teorias científicas”. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/df/opessoa/Suppe-Resumo.pdf>>. Acesso em: 17/1/2009.

- TANNENBAUM, Edward R.. *La experiencia fascista. Sociedad y cultura en Itália (1922-1945)*. Madri: Alianza Editorial, 1972.
- TEIXEIRA, Palmira P.. *A fábrica do sonho: a trajetória do industrial Jorge Street*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- TRINDADE, Hégio. "Integralismo", em *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.
- VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano, 1995, 2 volumes.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1999, 4ª edição revista.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- WAACK, William. *Camaradas nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ANEXOS